

AGROAMIGO 20 ANOS

Duas décadas apoiando a realização de sonhos e transformando a Agricultura Familiar



20
anos

Apoiando a realização de sonhos



AgroAmigo
Banco do Nordeste

AGROAMIGO 20 ANOS

Duas Décadas Apoiando a Realização de Sonhos e Transformando a Agricultura Familiar

Organizadores

Maria Odete Alves
Airton Saboya Valente Junior

Autores

Aírton Saboya Valente Júnior
Carolina Braz de Castilho e Silva
Célia Mara Ladeia Colen
Cristiane Garcia Barbosa
Érika Costa Sousa
Flávio Júnior Rebouças
Jamile Ingrid de Almeida Salviano
Joacir Rufino de Aquino
José de Jesus Sousa Lemos
José Ediglê Alcântara Moura
Josemar Hipólito da Silva
José Maria da Cunha Júnior
Lídia Costa Gomes
Lívia de Alencar Araújo
Luís Sérgio Farias Machado
Marcos Valverde Lima
Maria de Fátima Vidal
Maria Odete Alves
Maria Renata Bezerra Melo
Mateus Freitas de Vasconcelos
Milena Monteiro Feitosa
Rachel Lage Cirne
Sergio Schneider
Victor Eduardo da Motta

Banco do Nordeste do Brasil
Fortaleza - CE
2025

**Presidente**

Paulo Henrique Saraiva Câmara

Diretores

Ana Teresa Barbosa de Carvalho
Antônio Jorge Pontes Guimarães Jr.
José Aldemir Freire
Leonardo Victor Dantas da Cruz
Luiz Abel Amorim de Andrade
Wanger Antonio de Alencar Rocha

**Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste (ETENE)****Economista-Chefe**

Rogério Sobreira Bezerra

Gerente de Ambiente

Allisson David de Oliveira Martins

**Célula de Avaliação de Políticas
e Programas (CAPP)****Gerente Executivo**

Airton Saboya Valente Junior

Revisão Vernacular

Hermano José Pinho (BNB - ETENE)

Normalização

Márcia Melo de Matos (BNB - ETENE)

Projeto Gráfico

Gustavo Bezerra Carvalho (BNB -
ETENE)
Maria Eduarda Morais Sisnando
– Bolsista de nível superior no Am-
biente de Microfinança Rural

**Superintendência de
Agronegócio e Microfinança
Rural****Superintendente**

Luiz Sergio Farias Machado

Apoio Técnico

Flávio Júnior Rebouças
Rachel Lage Cirne
Lívia de Alencar Araújo
Agentes de Microcrédito Rural

Fotos da Capa e do Anexo A

Acervo Histórico do BNB

SAC: 0800 728 3030
Ouvidoria: 0800 033 3033

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

Agroamigo 20 anos [livro eletrônico] : duas
décadas apoiando a realização de sonhos e
transformando a agricultura familiar /
coordenadores Maria Odete Alves, Airton Saboya
Valente Junior. - 1.ed. - Fortaleza, CE :
Banco do Nordeste do Brasil, 2025.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7791-270-4

1. Agricultura familiar. 2. Banco do Nordeste
do Brasil. 3. Microcrédito - Brasil.
4. Produtores rurais - Aspectos econômicos.
I. Alves, Maria Odete. II. Valente Junior,
Airton Saboya.

07-2025/02

CDD 332.109813

Índice para catálogo sistemático:

1. Agroamigo : Banco do Nordeste do Brasil : Economia
financeira : História 332.109813

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

PREFÁCIO 8

**Agroamigo Banco do Nordeste:
20 Anos Apoiando a Realização de Sonhos**

Paulo Henrique Saraiva Câmara – Presidente do BNB

INTRODUÇÃO 12

Maria Odete Alves e Airton Saboya Valente Junior

PARTE I - FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DO PROGRAMA 18

CAPÍTULO 1 19

Agroamigo Banco do Nordeste: Origem e Evolução do Programa

Cristiane Garcia Barbosa, Flávio Júnior Rebouças, Lídia Costa Gomes, Livia Alencar de Araújo, Luiz Sérgio Farias Machado, Marcos Valverde Lima, Rachel Lage Cirne

CAPÍTULO 2 55

**Trajatória do Programa Agroamigo: Análise da Evolução dos
Contratos, Valores Captados e Distribuição Estadual (2005-2024)**

Jamile Ingrid de Almeida Salviano, José de Jesus Sousa Lemos, Milena Monteiro Feitosa, Érika Costa Sousa e José Ediglê Alcântara Moura

CAPÍTULO 3 89

**O Papel do Agente no Programa Nacional de Microcrédito
Produtivo Orientado: Um Estudo sobre o Agroamigo**

Carolina Braz de Castilho e Silva, Josemar Hipólito da Silva, Sergio Schneider

PARTE II - INOVAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO..... 126

CAPÍTULO 4 127

Agroamigo Net: Inovação e Desafios Para a Inclusão Digital da Agricultura Familiar no Nordeste

Joacir Rufino de Aquino e Maria de Fátima Vidal

CAPÍTULO 5 166

Programa Agroamigo: Estratégias para impulsionar sustentabilidade e modernização na Agricultura Familiar

Maria Renata Bezerra Melo, José Maria da Cunha Júnior, Victor Eduardo da Motta e Mateus Freitas de Vasconcelos

CAPÍTULO 6 199

Transformações Silenciosas: Impactos do Agroamigo Crescer na Inclusão Financeira e Autonomia Econômica de Mulheres do Nordeste Rural

Maria Odete Alves

PARTE III - IMPACTOS E PERCEPÇÕES 251

CAPÍTULO 7 252

Agroamigo e Impactos Socioeconômicos: Uma Análise dos Efeitos na Agricultura Familiar

Carolina Braz de Castilho e Silva, Célia Mara Ladeia Colen, Mateus Freitas de Vasconcelos e Airton Saboya Valente Júnior

CAPÍTULO 8 281

O Antes e o Depois do Crédito: A Percepção dos Clientes Sobre os Impactos Socioeconômicos do Agroamigo

Maria Odete Alves e Airton Saboya Valente Júnior

POSFÁCIO 325

**Agroamigo Banco do Nordeste: Legado e Futuro Sustentável
para a Agricultura Familiar**

Luís Sérgio Farias Machado

ANEXO A 331

**Retratos do Agroamigo: Momentos Marcantes da Trajetória
do Programa ao Longo de Duas Décadas**

APÊNDICE A 348

Agentes de Microcrédito: Lista de Entrevistadores (Capítulo 8)

SOBRE OS AUTORES 349

PREFÁCIO

Agroamigo Banco do Nordeste: 20 Anos Apoiando a Realização de Sonhos

*Paulo Henrique Saraiva Câmara
Presidente do Banco do Nordeste do Brasil*

Criado em 2005, na primeira gestão do presidente Lula, o Agroamigo Banco do Nordeste completa 20 anos como principal parceiro dos agricultores familiares da nossa Região. Unindo o microcrédito e a orientação profissional, o Agroamigo financiou mais de R\$ 44 bilhões em 8,3 milhões de operações nessas duas décadas. Esses recursos fizeram a diferença e transformaram as vidas de mais de três milhões de clientes dos nove estados do Nordeste, além dos moradores dos municípios do Norte do Espírito Santo e de Minas Gerais.

O Agroamigo Banco do Nordeste é voltado para os agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e transforma a vida de milhares de famílias incentivando a geração de renda e o uso eficiente da mão de obra familiar. Com atendimento diferenciado, que ocorre diretamente nas comunidades rurais, financiamos atividades agropecuárias e não agropecuárias, tanto em propriedades rurais quanto em áreas comunitárias próximas.

O Programa, que tem caráter estratégico e se tornou uma das prioridades da nossa gestão, está alinhado com as políticas sociais e desenvolvimentistas do Governo Federal, incentivando principalmente a produção de alimentos



saudáveis por meio da Agricultura Familiar de base agroecológica e sustentável, o que também impacta positivamente na economia do País, como influencia na redução da inflação dos alimentos.

Desde 2005, o Agroamigo Banco do Nordeste adota uma abordagem inovadora para melhorar a situação socioeconômica dos agricultores e agricultoras familiares, oferecendo microcrédito produtivo e orientado, alinhado à metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Nos últimos anos, o Agroamigo Banco do Nordeste tem ampliado suas atividades, focando na modernização da agricultura e na adoção de tecnologias avançadas. Essas iniciativas visam aumentar a produtividade, reduzir custos e promover práticas agrícolas sustentáveis, contribuindo para a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras.

Ao longo dessas duas décadas os investimentos realizados pelo Banco beneficiaram diretamente mais de 3 milhões de empreendedores rurais e impactando na vida de cerca de 16 milhões de pessoas. Com uma carteira ativa de R\$ 14,4 bilhões, na posição de abril de 2025, o Banco mantém uma adimplência de quase 98,0%, demonstrando a eficácia de nossa metodologia na mitigação de riscos associados ao crédito.

Para alcançar um número ainda maior de agricultores e agricultoras familiares, lançamos em 2025 o projeto de expansão do Programa, que contará com 80 novas unidades de atendimento, inclusive na nova área de atuação do Banco do Nordeste nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Presente em 2.070 municípios dos 11 estados de nossa área de atuação, o Agroamigo Banco do Nordeste atua com uma estrutura de 1.446 agentes de microcrédito, além de coordenadores e assistentes administrativos, e até o final do ano contará com

310 Unidades de Atendimento fixas, cerca de 1.500 Unidades Itinerantes e 17 Escritórios Regionais.

O Agroamigo também promove a inclusão financeira e bancarização de clientes de microfinança rural, com mais de 95% dos clientes bancarizados, evidenciando a evolução na inclusão desse público vulnerável, responsável por mais de 70% dos alimentos saudáveis e sustentáveis produzidos no Brasil.

Outro aspecto importante do Agroamigo é nosso compromisso com a igualdade de gênero. Em 2024, mais de 51% dos financiamentos foram destinados a mulheres, promovendo o empoderamento econômico feminino e a igualdade de gênero. Este dado é significativo, considerando que o último Censo Agropecuário, 2017, revelou que apenas 19% dos estabelecimentos rurais eram administrados por mulheres no Brasil.

Os impactos desses investimentos na Região são significativos, pois, conforme o estudo do ETENE (Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste), em 2024 a atuação do Agroamigo Banco do Nordeste gerou R\$ 9,4 bilhões em Valor Bruto da Produção, R\$ 4,1 bilhões em valor adicionado à economia, R\$ 1,9 bilhão de aumento de massa salarial e R\$ 449,8 milhões de incremento em arrecadação tributária. Além disso, criamos ou mantivemos 132,9 mil empregos. Esses resultados sustentáveis refletem a realização de sonhos e a melhoria da vida das famílias do campo.

O sucesso do Agroamigo Banco do Nordeste é fruto do trabalho coordenado de diversos colaboradores e parcerias institucionais, da sintonia com programas governamentais e da metodologia inovadora de microfinança rural.

Agradecemos especialmente o apoio do Presidente Lula às políticas de inclusão social e de apoio ao empreendedorismo implementadas pelo Banco do Nordeste. Esse apoio do Governo Federal amplia significativamente o impacto de



nossas políticas, multiplicando as oportunidades para o povo nordestino. O trabalho dedicado e conjunto de todos os envolvidos no Agroamigo permitiu que alcançássemos metas desafiadoras ao longo desses 20 anos.

INTRODUÇÃO

Maria Odete Alves

Airton Saboya Valente Junior

Neste ano de 2025, o Programa Agroamigo, iniciativa de microcrédito rural do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), celebra 20 anos de atuação. São duas décadas dedicadas a apoiar a realização de sonhos e a contribuir para a transformação da Agricultura Familiar na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Os resultados apresentados nos artigos que compõem este livro evidenciam essa trajetória de sucesso.

O Agroamigo foi concebido para superar os desafios enfrentados por agricultores familiares de baixa renda, especialmente aqueles localizados no Semiárido brasileiro. Esses agricultores encontravam dificuldades significativas para acessar o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), além de lidarem com altos índices de inadimplência. Para enfrentar essas barreiras, o BNB implementou uma metodologia diferenciada, inspirada no sucesso do Crediamigo - programa de microcrédito urbano criado pela Instituição em meados da década de 1990 - adaptando-o ao contexto rural.

A metodologia do Agroamigo é centrada no Agente de Microcrédito Rural, cuja atuação abrange o atendimento presencial na comunidade, diagnóstico das unidades produtivas, orientação e acompanhamento dos empreendimentos financiados, análise de crédito baseada não apenas em aspectos financeiros, mas também familiares, concessão gradativa e sucessiva de financiamentos e, por fim, a oferta de serviços complementares ao crédito.

Com essa abordagem, o Agroamigo fortaleceu o vínculo entre o BNB e os agricultores, permitindo a identificação prévia de suas demandas financeiras e garantindo um atendimento mais adequado. O Programa, além de se mostrar eficaz na redução da inadimplência, tem contribuído para a melhoria das condições socioeconômica das famílias atendidas e, em última instância, para o fortalecimento da Agricultura Familiar regional.

A coletânea de artigos aqui publicada, composta por oito capítulos e um posfácio, resgata a trajetória do Programa Agroamigo, apresenta os resultados alcançados ao longo de seus 20 anos de atuação, aponta desafios a serem superados e oferece recomendações para o aprimoramento do Programa.

Os capítulos estão organizados em três partes:

- I – Fundamentos e evolução do Programa (capítulos 1, 2 e 3): abordam os princípios que nortearam a criação do Agroamigo e sua trajetória ao longo das duas últimas décadas.
- II – Inovações e estratégias desenvolvidas (capítulos 4, 5 e 6): destacam as soluções implementadas para aprimorar o atendimento aos agricultores familiares e expandir o alcance do Programa.
- III – Impactos e percepções dos agricultores atendidos (capítulos 7 e 8): apresentam análises sobre os efeitos do Agroamigo na vida dos beneficiários e suas comunidades.

O primeiro capítulo da obra, intitulado "Agroamigo Banco do Nordeste: Origem e Evolução do Programa" e elaborado por Cristiane Garcia Barbosa e outros integrantes da equipe do Agroamigo, resgata o contexto da criação do Programa, detalhando as circunstâncias históricas, motivações e objetivos iniciais que fundamentaram sua implementação. Apresenta a

metodologia de operacionalização adotada, incluindo critérios de elegibilidade e procedimentos de acompanhamento das operações contratadas. Destaca também a importância estratégica das parcerias estabelecidas com diversas instituições para o fortalecimento e expansão do Programa. O capítulo aborda os desafios enfrentados no período inicial, os primeiros passos dados e as conquistas alcançadas em termos de contratações. Os autores evidenciam como o Agroamigo se expandiu ao longo de duas décadas, implementando estratégias e inovações voltadas para o aprimoramento do atendimento aos clientes e a ampliação de seu alcance, fornecendo uma base sólida para a compreensão da trajetória do Programa e preparando o leitor para os temas abordados nos capítulos subsequentes.

No Capítulo 2, denominado "Trajetória do Programa Agroamigo: Análise da Evolução dos Contratos, Valores Captados e Distribuição Estadual (2005-2024)", Jamile Ingrid de Almeida Salviano e outros autores utilizam diversas abordagens para analisar a trajetória do Agroamigo, com ênfase na evolução dos indicadores agregados relativos à quantidade de contratos firmados, aos valores captados e à participação dos estados da área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no Programa, observada a partir dos municípios desses estados beneficiados pelo Agroamigo no período de 2005 a 2024.

O Capítulo 3 (O Papel do Agente no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado: Um Estudo Sobre o Agroamigo), Carolina Braz de Castilho e Silva, Josemar Hipólito da Silva e Sergio Schneider discutem a importância do Agente de Microcrédito a partir da perspectiva teórica de Lotta (2014; 2021), que os define como “burocratas de nível de rua”: agentes públicos que, por atuarem na linha de frente do contato com os usuários das políticas públicas, exercem discricionariedade e influenciam diretamente sua implementação. Com base na experiência do BNB com o Agroamigo, os autores propõem uma leitura que vai

além dos resultados operacionais, ao analisar os arranjos institucionais e humanos que sustentam a execução do Programa e determinam sua efetividade nos territórios.

No capítulo 4 (Agroamigo Net: Inovação e Desafios para a Inclusão Digital da Agricultura Familiar no Nordeste) Joacir Rufino de Aquino e Maria de Fátima Vidal analisam a estratégia Agroamigo Net, uma inovação na busca do atendimento das necessidades específicas dos agricultores familiares de sua área de atuação, excluídos ou com acesso limitado às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC).

Outras quatro estratégias de ação inovadoras, implementadas no âmbito do Agroamigo, são examinadas no capítulo 5 (Programa Agroamigo: Estratégias para Impulsionar Sustentabilidade e Modernização na Agricultura Familiar), de autoria de Maria Renata Bezerra Melo e colaboradores. Essas estratégias foram concebidas para suprir demandas particulares dos agricultores familiares: Agroamigo Sol, promove a adoção de energia solar fotovoltaica em propriedades rurais; Agroamigo Água, que financia projetos de infraestrutura hídrica, garantindo acesso, utilização e reaproveitamento de recursos hídricos; Agroamigo Agroecologia e Orgânicos, fomenta a transição para sistemas agroecológicos e produção orgânica; e Agroamigo Moderniza, cujo objetivo é facilitar a aquisição de maquinário e equipamentos para modernização das operações agrícolas. Essas iniciativas, assim como o Agroamigo Net, compõem um conjunto integrado de soluções para o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar.

O Capítulo 6 (Transformações Silenciosas: Impactos do Agroamigo Crescer na Inclusão Financeira e Autonomia Econômica de Mulheres do Nordeste Rural), de Maria Odete Alves, destaca de forma relevante o papel central das mulheres no Programa e os significativos avanços decorrentes de sua participação. A análise, fundamentada em pesquisa de campo



com beneficiárias do Agroamigo Crescer, evidencia os impactos transformadores da iniciativa na vida das agricultoras familiares da Região Nordeste.

No Capítulo 7 (Agroamigo e Impactos Socioeconômicos: Uma Análise dos Efeitos na Agricultura Familiar), elaborado por Carolina Silva e colaboradores, é realizada uma análise abrangente dos efeitos econômicos e sociais do Programa entre seus beneficiários, considerando a influência do tempo de exposição e as diferenças entre as modalidades Crescer e Mais. A investigação foi desenvolvida com base em pesquisa de campo estruturada a partir de dados cadastrais dos contratos firmados e informações socioeconômicas prévias dos participantes.

No Capítulo 8 (O Antes e o Depois do Crédito: A Percepção dos Clientes Sobre os Impactos Socioeconômicos do Agroamigo), Maria Odete Alves e Airton Saboya Valente Junior analisam a experiência de beneficiários do Programa Agroamigo, com foco nas condições anteriores ao acesso ao crédito, nas formas de entrada no Programa, nos usos dados aos recursos e nos impactos gerados nas unidades de produção familiar. Com base em entrevistas realizadas em diferentes contextos locais, o estudo revela os efeitos econômicos, sociais e subjetivos do microcrédito orientado, especialmente em territórios historicamente marcados pela exclusão financeira. A pesquisa destaca como o acesso ao crédito, quando acompanhado por orientação adequada, pode impulsionar a diversificação produtiva, a modernização das atividades e a autonomia das famílias agricultoras, oferecendo importantes subsídios para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva e à sustentabilidade da Agricultura Familiar.

A publicação encerra-se com o Posfácio assinado por Luís Sérgio Farias Machado, Superintendente de Agronegócio e Microfinança Rural do BNB, que apresenta uma reflexão sobre os 20 anos do Programa Agroamigo e propõe diretrizes para



seu futuro. O texto destaca o compromisso com um processo de crédito mais tecnológico, ágil e adequado ao público da Agricultura Familiar, ancorado em ações como o Agroamigo Digital, o fortalecimento da gestão e parcerias estratégicas. Também aponta desafios a superar, como a ampliação do atendimento ao CadÚnico, o apoio à produção sustentável, à agroindustrialização e à permanência de mulheres e jovens no campo. Entre as recomendações, estão o fortalecimento de parcerias com instituições de pesquisa, a qualificação contínua dos Agentes de Microcrédito Rural e o uso de tecnologias emergentes. Com isso, o Posfácio projeta os próximos 20 anos do Programa com foco em inclusão, inovação e sustentabilidade, reafirmando seu papel no fortalecimento da Agricultura Familiar.

PARTE I

Fundamentos e Evolução do Programa

CAPÍTULO 1

Agroamigo Banco do Nordeste:

Origem e Evolução do Programa

Cristiane Garcia Barbosa

Flávio Júnior Rebouças

Lídia Costa Gomes

Lívia Alencar de Araújo

Luiz Sérgio Farias Machado

Marcos Valverde Lima

Rachel Lage Cirne

1 INTRODUÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é reconhecido como a maior instituição da América Latina voltada para o desenvolvimento regional e opera como órgão executor de políticas públicas, especialmente com a operacionalização do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O BNB se destaca como principal agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na sua área de atuação, cuja operacionalização guarda sintonia com as diretrizes do Plano Safra, divulgado anualmente pelo Governo Federal. Desse modo, a Instituição desempenha um papel crucial na implementação dessa política pública voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar, a fim de combater a pobreza e promover desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

O Programa de Microfinanças Rural Agroamigo Banco do Nordeste foi criado em 2005, para operar o Pronaf, com o objetivo de melhorar o perfil social e econômico dos agricultores familiares dentro da área de atuação do BNB, a partir da concessão de microcrédito produtivo, orientado e acompanhado para as atividades desenvolvidas no meio rural, além da oferta das demais soluções em microfinanças rurais para a Agricultura Familiar.

Até dezembro de 2024, o Agroamigo Banco do Nordeste estava presente em 2.070 municípios dos nove estados da Região Nordeste e parte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, que compõem a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com uma estrutura de atendimento composta por 1.293 Agentes de Microcrédito, distribuídos em 231 Unidades de Atendimento, gerenciadas por 16 Escritórios Regionais, e sendo responsável por uma carteira de R\$13,2 bilhões e 1,6 milhão de clientes com operação.

Ao longo de 20 anos de história, o Agroamigo Banco do Nordeste apresenta registros importantes e acumula uma série de resultados positivos em meio à superação de desafios. Sua trajetória reflete a heterogeneidade e a diversidade da Agricultura Familiar e do meio rural, especialmente na Região Nordeste.

Para apresentar essa trajetória, o documento está organizado em seis seções principais, além desta introdução e das considerações finais. A Seção dois aborda o lançamento do Programa e suas primeiras iniciativas, contextualizando o processo de criação e a definição da metodologia de atuação. Na Seção três, são descritas as etapas de consolidação e expansão, destacando a evolução do Agroamigo ao longo dos anos. A Seção quatro detalha as modalidades de crédito e as estratégias de negócio que sustentam a atuação do Programa. Em seguida,

a Seção cinco trata das parcerias estratégicas estabelecidas, fundamentais para o alcance dos resultados. Por fim, a Seção seis apresenta alguns resultados e impactos alcançados, tanto no plano operacional quanto nos aspectos socioeconômicos.

2 LANÇAMENTO E PRIMEIRAS INICIATIVAS

2.1 Contexto de Criação

A incorporação do Grupo B às linhas de financiamento do Pronaf, em 1999, representou um marco no atendimento às demandas de crédito das famílias agricultoras de menor renda, especialmente as concentradas no Nordeste. A partir dessa inclusão, passaram a ser disponibilizados recursos de pequeno valor voltados a investimentos no meio rural para agricultura familiar, beneficiando um segmento que, até então, encontrava-se historicamente excluído do acesso ao crédito produtivo.

Em 2004, ano antecedente à implantação do Agroamigo Banco do Nordeste, a carteira de agricultores familiares do BNB, especificamente do grupo B do Pronaf, enquadrados na menor faixa de renda, registrava 834.653 operações de crédito, totalizando R\$ 652 milhões de recursos aplicados, com registro de alta inadimplência. A situação pôde ser confirmada com a realização de diagnóstico da carteira de crédito cujo resultado apontou as situações a seguir como principais causadores da inadimplência:

- Padronização dos planos de negócio, com utilização dos tetos máximos de valor financiado e prazo de reembolso;
- Uniformização do reembolso em apenas uma parcela;
- Insuficiência na orientação e acompanhamento ao crédito;

- Falta de assistência técnica.

Constatava-se que a simples disponibilidade de recursos financeiros não se mostrava suficiente para uma mudança da situação desses agricultores, uma vez que continuavam a utilizar o mesmo sistema de produção, já considerado ultrapassado nos aspectos de aumento de produtividade e de convivência saudável com o ambiente. As peculiaridades do segmento indicavam que seria necessário um atendimento diferenciado, de modo a surtir o efeito esperado no tocante à melhoria de vida e inserção no processo de desenvolvimento daqueles agricultores familiares.

O cenário refletia uma situação pouco auspiciosa em relação às perspectivas de financiamento para o contingente de agricultores familiares, agravado pela extrema pobreza da maioria e *déficits* de infraestrutura dos empreendimentos. A soma desses fatores resultou no elevado índice de inadimplência dos financiamentos, situado em torno de 45%. Tal situação motivou o Governo Federal a pedir ao BNB que desenvolvesse uma metodologia própria para atendimento dos agricultores familiares do grupo B, dada a importância desse segmento da Agricultura Familiar nordestina.

Registre-se que havia um contexto de transformações nas políticas de apoio à Agricultura Familiar no Brasil, com o objetivo de propiciar redução das desigualdades sociais. No âmbito governamental, foram adotadas medidas de estímulo ao microcrédito em função da sua reconhecida eficácia na geração e manutenção de postos de trabalho e de renda para os segmentos de menor renda da população. Um exemplo disso foi a instituição do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) através da Lei n.º 11.110 de 25/04/2005 para facilitar e ampliar o acesso ao crédito produtivo aos microempreendedores.



Com a regulação do PNMPO, as instituições de microcrédito produtivo orientado, dentre as quais, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), passaram a operacionalizar o microcrédito produtivo, sob responsabilidade da instituição financeira mandante.

O BNB entendeu que seria apropriado um atendimento diferenciado que amenizasse o impacto de todas essas questões e promovesse o desenvolvimento no meio rural, culminando no desenvolvimento de metodologia específica do microcrédito produtivo e orientado para fomentar a geração de renda e ocupação das camadas mais carentes, como pedido pelo Governo Federal.

Registre-se que o BNB já havia adotado, em 1998, uma estratégia exitosa de apoio ao pequeno empreendedor urbano com a implantação do programa de microcrédito produtivo e orientado urbano, Crediamigo, atualmente o maior da espécie na América do Sul. A experiência bem-sucedida do Crediamigo serviu de estímulo para a criação da metodologia de microcrédito rural. Uma ação similar à que o BNB aplicou no setor urbano foi adaptada para o meio rural, a princípio, com o público do Grupo B do Pronaf.

Nessa conjuntura, foi criada a metodologia de microfinança rural Programa Agroamigo Banco do Nordeste, fundamentada na metodologia preconizada do PNMPO e atuando em parceria com a OSCIP Instituto Nordeste Cidadania (INEC), esta última responsável pela operacionalização do Programa.

2.2 Metodologia

A Agricultura Familiar refere-se ao modelo de produção rural conduzido predominantemente pela própria família. Majoritariamente, o sustento familiar é oriundo dessas atividades agropecuárias, que servem tanto para alimentar a família quanto para gerar renda.

O BNB, na condição de instituição propulsora do desenvolvimento do Nordeste, possibilita aos agricultores familiares acesso ao crédito para viabilizar a implantação, ampliação e modernização de atividades produtivas no meio rural, com o propósito de ser reconhecido por sua capacidade de promover a melhoria das condições socioeconômicas e o bem-estar das famílias agricultoras, bem como a competitividade dos empreendimentos rurais na Região.

A atuação do BNB junto à Agricultura Familiar se dá principalmente por meio do Programa Agroamigo Banco do Nordeste, que, em sintonia com os diversos programas do Governo Federal, busca propiciar ganho de qualidade para o cliente e para própria sustentabilidade das atividades rurais.

O Agroamigo Banco do Nordeste operacionaliza os programas de crédito rural no âmbito do Pronaf, com metodologia própria de Microfinança Rural e tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico do agricultor familiar da área de atuação do Banco, de forma inovadora no Brasil, apoiando a realização de sonhos de milhões de Agricultores e Agricultoras Familiares, a partir do incentivo ao desenvolvimento de atividades produtivas agropecuárias e não agropecuárias com caráter empreendedor no meio rural.

O Agroamigo Banco do Nordeste está presente nas comunidades rurais de 2.070 municípios, por meio do Agente de Microcrédito Rural. A característica principal da metodologia e o atendimento ao cliente na própria comunidade, com



acompanhamento e orientação desde o momento da visita até a renovação do crédito.

Outro pilar do Agroamigo Banco do Nordeste é o modelo de gestão, com definição de indicadores, ferramentas e projetos, que permitam a evolução do Programa e o alcance de melhores resultados aliando a metodologia própria, gestão eficiente e qualidade nos processos, sendo estes os principais mecanismos responsáveis pelo sucesso do Programa.

Além do acesso ao crédito com uso de práticas inovadoras, o Agroamigo Banco do Nordeste valoriza seus clientes por meio de diversas iniciativas que reconhecem e incentivam o empreendedorismo e a sustentabilidade no meio rural. Um exemplo disso é o Prêmio de Microfinanças, que celebra histórias inspiradoras de microempreendedores que, com o apoio do Programa, promoveram transformações positivas em suas comunidades. O prêmio conta com uma categoria de premiação específica para o Empreendedorismo Feminino destacando o papel de mulheres empreendedoras, valorizando suas conquistas e sua importância no desenvolvimento econômico e social rural.

A metodologia do Agroamigo Banco do Nordeste também contempla a realização de palestras informativas e ações de orientação técnica sobre boas práticas de crédito, gestão financeira e uso de tecnologias, fortalecendo o conhecimento dos agricultores e o vínculo com o Programa. Essas ações evidenciam o compromisso do Banco com o fortalecimento da Agricultura Familiar, contribuindo para o crescimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida no campo.

Figura 1 – Diferenciais do Agroamigo Banco do Nordeste



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural do Banco do Nordeste

O Agroamigo Banco do Nordeste distingue-se como uma prática inovadora sem paralelo no Brasil, que se faz sentir em diferentes aspectos, como mostrado na Figura 1 anterior.

- **Escala:** a parceria na operacionalização permite a melhoria do atendimento em escala, maior agilidade e flexibilidade no processo de concessão de crédito.
- **Crédito Orientado, Acompanhado e Sequencial:** os agricultores familiares recebem acompanhamento e orientação permanente no seu espaço de produção, o que confere mais segurança ao desenvolvimento das atividades produtivas financiadas.
- **Acessibilidade:** atendimento prioritário nos lugares mais longínquos e ao público mais necessitado por meio do agente de microcrédito; nas Unidades

de Atendimento do Agroamigo e demais canais alternativos.

- **Sustentabilidade do Crédito:** redução significativa da inadimplência. Desenvolvimento e oferta de linhas de crédito adequadas e sustentáveis que abrangem iniciativas de apoio à mecanização, tecnificação, geração de energia solar, agricultura orgânica, além do incentivo e apoio ao empreendedorismo feminino.
- **Educação Financeira:** realizada pelo agente de microcrédito por meio da Palestra Informativa, visitas e pela disponibilização de material educativo, como a Cartilha de Educação Financeira. Esse modelo promove conhecimento sobre organização e planejamento para controle do orçamento familiar, receitas e despesas, apresenta a importância de economizar e poupar, utilização e risco de crédito, contratação de seguros e ferramentas para a boa gestão do empreendimento rural.
- **Valorização do Cliente:** o Agroamigo Banco do Nordeste oferece atendimento personalizado nas propriedades e comunidades, promovendo a inclusão social, especialmente das mulheres, e fornecendo apoio contínuo para melhorar a produção agrícola e a gestão da atividade rural.

Com a metodologia do Agroamigo Banco do Nordeste, a microfinança rural evoluiu da simples concessão de crédito para uma abordagem mais completa que envolve a concessão de crédito orientado, acompanhado e sequencial. Essa abordagem é composta por três etapas interconectadas como mostra a Figura 2.

Figura 2 – Etapas da Metodologia do Agroamigo Banco do Nordeste



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural do Banco do Nordeste

2.2.1 Etapa Inicial (Pré-Venda)

Esta etapa consiste em: mapeamento de mercado; abertura da área de trabalho; promoção e palestra informativa. Compreende o contato inicial do agente de microcrédito com a comunidade e com os agricultores familiares, visando estabelecer uma conexão inicial na qual são coletadas informações, como também repassadas orientações.

Por sua vez, a palestra informativa do Agroamigo Banco do Nordeste, etapa obrigatória do processo metodológico, visa divulgar o Programa nas comunidades rurais, esclarecer as condições especiais de crédito, os direitos e deveres dos clientes em relação ao financiamento, e as vantagens de manter-se adimplente. Além disso, são abordados temas complementares como poupança, seguro, educação financeira e preservação do meio ambiente.

Os agricultores também são orientados para o cadastro e uso dos canais digitais de atendimento, como o WhatsApp Agroamigo e o aplicativo BNB Agro.

2.2.2 Etapa da concessão de crédito (Venda):

Consiste em: solicitação do crédito; elaboração do cadastro e abertura de conta; visita prévia; elaboração e formalização da proposta de crédito; pré-análise da proposta de crédito e validação; análise, aprovação e contratação da proposta; assinatura de instrumento de crédito; e desembolso do crédito.

Caracteriza-se pelo contato individualizado com o proponente de crédito. Nessa fase, são definidos os parâmetros da proposta de crédito e realizados os procedimentos formais do negócio, priorizando a agricultura orgânica e a expansão da conectividade no campo. Cabe salientar que para concessão de novo financiamento é necessário cumprir todas as etapas de concessão do crédito apresentadas na Figura 3.

Figura 3 – Etapas da Concessão de Crédito do Agroamigo Banco do Nordeste



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural do Banco do Nordeste

- **Solicitação do Crédito:** Este procedimento envolve a seleção de clientes potenciais, o recebimento da documentação e a coleta de informações do cliente e do empreendimento. Com base nesses dados,

é elaborada uma proposta de crédito simplificada. Nesta etapa, também é reunida toda a documentação necessária para a abertura de conta e para o cadastro do cliente.

- **Elaboração do Cadastro e Abertura de Conta:** Objetiva obter e/ou atualizar as informações do cliente, incluindo sua identificação, idoneidade e experiência anterior com o BNB e outras instituições, por meio da coleta de documentação. Para clientes do segmento de Agricultura Familiar, é obrigatória a abertura de conta sem custos, o que permite a oferta de produtos, serviços e transações financeiras aos microempreendedores rurais. Isso fortalece o relacionamento, contribui para a fidelização, cumpre os requisitos normativos do processo de crédito e implementa políticas do Governo Federal.
- **Visita Prévia:** envolve a coleta de informações adicionais sobre o cliente, diretamente no local onde ele exerce sua atividade produtiva. Consiste na visita ao cliente para verificar se as informações obtidas durante a solicitação de crédito são condizentes com a realidade e com a proposta de crédito.
- **Elaboração e Formalização da Proposta de Crédito:** consiste em definir as condições do crédito que envolve considerar o contexto familiar, a atividade financiada e a capacidade de gerar receitas. Isso é feito com base nas informações fornecidas na solicitação de crédito e na documentação apresentada.
- **Pré-análise do Crédito e Validação:** visa avaliar a viabilidade das propostas de financiamento, assegurar a conformidade com os requisitos das dire-

trizes de crédito, e aplicar os procedimentos operacionais e a metodologia do Agroamigo Banco do Nordeste.

- **Análise, Aprovação e Contratação da Proposta de Crédito:** as propostas de crédito são analisadas pelas Centrais de Microcrédito Rural ou pelas Unidades de Atendimento do Agroamigo, dependendo da modalidade: Agroamigo Crescer ou Agroamigo Mais. As decisões de crédito são tomadas coletivamente pelo Comitê Regional do Agroamigo. O Escritório Regional do Agroamigo também é responsável pelos procedimentos de contratação das propostas de crédito.
- **Assinatura do Instrumento de Crédito:** O cliente que optar pela assinatura física, terá a assinatura coletada pela Unidade de Atendimento do Agroamigo que, em seguida, entrega ao cliente uma cópia do contrato assinado, além de fornecer dados para contatos e explicar sobre as datas previstas de reembolso. Para as propostas do Agroamigo Crescer, o cliente também tem a opção de realizar a assinatura eletrônica por meio do aplicativo BNB Agro.
- **Desembolso do Crédito:** consiste na disponibilização dos recursos financeiros diretamente na conta-corrente do cliente ou do fornecedor, para serem aplicados conforme cronograma de implantação apresentado na proposta de crédito.

2.2.3 Etapa da administração de crédito (Pós-Venda)

Corresponde à visita de acompanhamento e verificação da aplicação do crédito por amostragem, processos estes com caráter intimamente relacionado ao pós-venda, além da

solicitação de novo financiamento, cobrança administrativa e recuperação de crédito.

As visitas de acompanhamento têm como objetivo orientar os clientes sobre a correta aplicação dos recursos e verificar o uso do crédito concedido.

A gestão da carteira pelo Agroamigo Banco do Nordeste envolve um acompanhamento contínuo do crédito e dos empreendimentos financiados. Durante as visitas, os agentes de microcrédito verificam resultados financeiros, propõem ajustes, fortalecem relações com os clientes e reforçam a importância do pagamento em dia. Ações de cobrança e renegociação de dívidas visam evitar inadimplemento e regularizar operações.

Além disso, o Agroamigo Banco do Nordeste é avaliado sistematicamente por meio de relatórios periódicos que acompanham seu desempenho em diversos indicadores.

3 CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO AGROAMIGO BANCO DO NORDESTE

Desde a sua criação, o Agroamigo Banco do Nordeste passou por transformações relevantes em termos institucionais, metodológicos, operacionais e tecnológicos. A trajetória do Programa, sintetizada no Quadro 1, revela um processo contínuo de aprimoramento e adaptação, impulsionado tanto por mudanças no ambiente externo quanto por aprendizados internos acumulados ao longo de duas décadas de atuação.

Quadro 1 – Expansão do Programa Agroamigo Banco do Nordeste em seus 20 anos (2004-2025)

Ano	Ações
2004	Projeto Piloto
2005	Criação do Agroamigo Banco do Nordeste
2006	Curso de formação de Agentes de Microcrédito Rural
2007	Expansão do Programa para todas as Unidades do BNB
2008	Convênio com Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA para disponibilizar motos para os agentes de crédito
2009	Prêmio prática inovadora da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide)
2010	1º Lugar no <i>ranking</i> da Revista “Microfinanzas Americanas: Las 100 mejores”
2011	2º Colocado no 15º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal Carteira ativa atinge R\$ 1 bilhão
	1º Lugar na categoria Excelência no VIII Prêmio Relatório Bancário
2012	Seminário Internacional de Microcrédito Projeto Piloto Agroamigo Mais
2013	Implantação do Agroamigo Mais
2014	R\$ 2,5 bilhões em Carteira Ativa
2015	Alcançar um milhão de Clientes Ativos
	Criação do Prêmio Banco do Nordeste de Microcrédito
2016	Implantação do Agroamigo Móvel Planejamento do Agroamigo Banco do Nordeste
2017	Prêmio Agrobanco da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide), pela inovação do Agroamigo Móvel
2018	Projeto Agroamigo TECH Sistema próprio em todas as Unidades
2019	Agroamigo Consciente
	Alcança R\$ 5,1 bilhões em Carteira Ativa
2020	1º Acordo de Cooperação Técnica do Agroamigo Banco do Nordeste com a Water.org
2021	Criação do Agroamigo NET Implantação do WhatsApp Agroamigo

Ano	Ações
2022	Participação do XIII Congresso Internacional de Microfinanças
	Projeto Agiliza: expansão da metodologia do Agroamigo Mais Lançamento do Aplicativo BNB Agro – para a Agricultura Familiar
2023	Expansão do Agroamigo Mais
	Implantação da Estratégia “Agroamigo Cada Vez Melhor”
	Implantação da Assinatura Eletrônica
2024	Contratação histórica de R\$ 8,6 bilhões
	Projeto Piloto Maquininha Agroamigo
	Criação de quatro novos Escritórios Regionais do Agroamigo
	Piloto Nova Plataforma de WhatsApp
2025	Em adoção, ações para um Agroamigo Sustentável no futuro

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural do Banco do Nordeste.

Ao longo desse percurso, destacam-se marcos como a ampliação da cobertura geográfica, a diversificação de modalidades de crédito, o fortalecimento da capacitação das equipes de campo e a digitalização progressiva dos processos operacionais.

A incorporação de tecnologias móveis e, mais recentemente, a automatização das propostas do Agroamigo Crescer são exemplos de como a inovação tem sido fundamental para ampliar a agilidade, a eficiência e a segurança das operações, sem perder de vista o caráter orientado da metodologia.

Além disso, com o objetivo de contribuir para a inclusão financeira e a bancarização da população atendida, o Agroamigo Banco do Nordeste participou da construção e disponibiliza diversas publicações direcionadas aos Agricultores e Agricultoras Familiares, dentre as quais:

- **Agenda do Produtor Rural:** instrumento que pode ser acessado pelo público interessado, tendo a finalidade de facilitar o planejamento e a administração dos empreendimentos rurais, principal-

mente dos pequenos produtores rurais e agricultores familiares.

- **Cartilha da Agroecologia:** material que apresenta informações básicas sobre o tema, de forma lúdica e linguagem acessível, com orientações voltadas a práticas agroecológicas adaptadas às condições nordestinas, bem como informações de como obter financiamento nas linhas de crédito ambientais do BNB.
- **Cartilha de Educação Financeira:** publicação que contém informações básicas de educação financeira, contemplando orientações úteis para o equilíbrio do orçamento familiar e gestão do empreendimento, a partir da adoção de atitudes mais responsáveis e da consciência dos próprios comportamentos e ações.
- **Guia do Meio Ambiente para o Produtor Rural:** guia que indica ao produtor rural os caminhos para que suas atividades se desenvolvam de modo a conservar e preservar o meio ambiente, proporcionando também um rendimento satisfatório a um menor custo, aliando a rentabilidade dos investimentos com a sustentabilidade da atividade produtiva.

Outro aspecto fundamental para o sucesso do Agroamigo Banco do Nordeste é a realização de parcerias institucionais estratégicas, cujo detalhamento é apresentado no item 5 adiante. Cite-se como exemplo, a parceria firmada com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2008, que permitiu a aquisição de motocicletas para os agentes de microcrédito, ampliando de forma significativa a capilaridade do atendimento e viabilizando o alcance de territórios de difícil acesso. Essa mobilidade contribuiu para fortalecer a presença do Programa jun-

to às comunidades mais distantes, reafirmando seu compromisso com a inclusão produtiva e financeira da Agricultura Familiar.

O reconhecimento do Agroamigo Banco do Nordeste como o maior programa de microcrédito rural da América do Sul, em 2010, simboliza a consolidação de um modelo de intervenção que alia escala, capilaridade e orientação técnica. Essa legitimação institucional se fortaleceu com a sanção da Lei nº 13.636, em 2018, que regulamentou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), oferecendo maior segurança jurídica às operações e ao desenho metodológico adotado.

Nos últimos anos, o Programa também aprofundou sua capacidade de resposta às demandas por equidade e justiça social. A crescente participação feminina, tanto entre os beneficiários do Programa quanto nas equipes técnicas do INEC, reflete um esforço institucional de valorização do protagonismo das mulheres rurais. A criação do Prêmio BNB Empreendedorismo Feminino e as ações afirmativas voltadas à contratação de mulheres como agentes de microcrédito reforçam esse compromisso.

No decorrer do ano de 2024, foram realizadas consultas e estudos para a expansão mercadológica do Agroamigo Banco do Nordeste. Para garantir uma análise abrangente e fundamentada, foram utilizadas diversas metodologias de coleta e análise de dados. Após a análise, concluiu-se pela necessidade de uma proposta de expansão através do aumento de unidades de atendimento físicas, e adicionalmente pela expansão do atendimento digital do cliente, aumento do número de agentes de microcrédito e da presença local, proporcionada através das unidades de atendimento itinerante.

XVII Prêmio Banco do Nordeste de Microfinança - 2024



Foto: Ambiente de Comunicação do Banco do Nordeste.

Em 2024, o Programa possuía 231 unidades de atendimento em funcionamento. Com o advento da expansão teremos um incremento maior que 34% e chegaremos a 310 unidades de atendimento fixas e mais cerca de 1.500 Unidades Itinerantes, gerenciadas por 17 Escritórios Regionais, compondo uma rede sólida e capilarizada de atendimento para a Agricultura Familiar.

Nesse sentido, a expansão mercadológica do Agromigo Banco do Nordeste, em 2025, inicia com os objetivos de ampliar as estruturas de gestão, aumentar a presença local, ampliar o atendimento digital, fortalecer a marca e ampliar o *marketshare*. Com isso, contribui para aprimorar e melhorar o modelo de atendimento, otimizar o processo de concessão de crédito; aumentar a adimplência e ampliar o número de beneficiários do Programa, levando ainda maior comodidade e economia, com custos e tempo de deslocamento do cliente.

Esse avanço institucional e logístico confere ao Agroamigo Banco do Nordeste uma robustez organizacional que o capacita e motiva a enfrentar os desafios contemporâneos e a projetar seu papel como política pública de referência para o desenvolvimento rural sustentável.

Registre-se, inclusive, que a expansão da atuação do Agroamigo Banco do Nordeste está aderente às boas práticas de mercado e alinhada com as estratégias ambientais, sociais e de governança do BNB (*Environmental, Social and Governance-ESG*), mantendo sinergia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que norteiam políticas públicas fundamentais para o enfrentamento de desafios globais. Dentre os ODS com os quais o Programa mais se relaciona, destacam-se os apresentados na Figura 4.

Figura 4 – Alinhamento do Agroamigo Banco do Nordeste aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural do Banco do Nordeste.

A consolidação e a expansão do Agroamigo Banco do Nordeste ao longo dessas duas décadas não se refletiram apenas em números e alcance territorial, mas também na diversificação e no aprimoramento das soluções financeiras oferecidas aos agricultores familiares. Como parte desse processo de evolução, o Programa passou a estruturar suas operações em modalidades e estratégias diferenciadas de crédito, alinhadas às características e necessidades dos diferentes públicos atendidos. O próximo item apresenta essas modalidades e as estratégias de negócio que orientam a atuação do Agroamigo Banco do Nordeste, detalhando como o Programa tem buscado oferecer um atendimento mais específico, eficiente e adequado às distintas realidades da Agricultura Familiar.

4 MODALIDADES DE CRÉDITO E ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIO

O Programa Agroamigo Banco do Nordeste atende às necessidades de financiamento de custeio e investimento da Agricultura Familiar por meio do Pronaf. O Programa subdivide-se em duas modalidades: Agroamigo Crescer e Agroamigo Mais. Ambas as modalidades são atendidas com crédito orientado, acompanhado e sequencial, adotando a metodologia própria baseada no PNMPO. O formato adotado visa proporcionar um atendimento mais específico e adequado às diferentes faixas de renda dos agricultores familiares.

- O **Agroamigo Crescer** é o crédito produtivo e orientado voltado para agricultores e agricultoras familiares enquadrados no Pronaf com renda bruta anual de até R\$ 50 mil, que exploram até quatro módulos fiscais e empreguem mão de obra familiar.
- O **Agroamigo Mais** é o crédito produtivo e orientado voltado para agricultores e agricultoras familia-

res enquadrados no Pronaf com renda bruta anual de até R\$ 360 mil.

Para atender às necessidades específicas de crédito dos agricultores familiares, o Agroamigo Banco do Nordeste utiliza as linhas de financiamentos do Pronaf (Pronaf B, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Semiárido, Pronaf Jovem, Pronaf Mulher entre outras), com condições próprias de cada linha, tais como limite do valor do financiamento e de endividamento total, prazos, taxas de juros e garantias, definidas pelas regulamentações do Governo Federal.

O atendimento do Agroamigo Banco do Nordeste à Agricultura Familiar tem como alicerce o incentivo à adoção de práticas agroecológicas modernas, com o objetivo de promover e estruturar sistemas produtivos baseados no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade. Nesse sentido o Programa dispõe de estratégias de negócio que visam atender jovens e mulheres, incentivar a modernização do campo, ampliar o acesso à água e fomentar o uso de energia solar. É o que chamamos de "Agroamigo Cada Vez Melhor" (Figura 5).

- **Agroamigo Água:** Estratégia de financiamento com o objetivo de melhorar a infraestrutura hídrica dos imóveis rurais, com estímulo de ações que promovam o acesso, uso e reúso da água que venham a beneficiar as atividades produtivas e as moradias dos agricultores familiares na área de atuação do BNB, por meio da utilização das linhas de crédito do Pronaf já existentes.
- **Agroamigo Agroecologia e Orgânicos:** Estratégia de financiamento de práticas sustentáveis na Agricultura Familiar para a produção de alimentos saudáveis através do financiamento de sistemas de base agroecológica, base orgânica e agrofloretais.

- **Agroamigo Jovem:** Estratégia de financiamento para o apoio financeiro a projetos ou propostas de crédito de jovens agricultores familiares, visando a modernização e ampliação da infraestrutura de produção através do acesso a tecnologias e equipamentos que aumentem a eficiência e a qualidade de suas operações, gerando diversificação das atividades, renda adicional e o fortalecimento da economia local, contribuindo para a sustentabilidade das comunidades rurais.
- **Agroamigo Moderniza:** Estratégia de financiamento com o objetivo de promover a mecanização e tecnificação das propriedades rurais, aumentando a produtividade e melhorando as condições de produção da Agricultura Familiar.
- **Agroamigo Mulher:** Estratégia de financiamento que prioriza o atendimento às mulheres agricultoras familiares, com o objetivo de contribuir com a melhora da renda familiar, a autonomia financeira da mulher e a equidade de gênero no meio rural.
- **Agroamigo Net:** Estratégia de financiamento para impulsionar a inclusão digital dos agricultores familiares na área de atuação do BNB através de crédito para implantação de projetos com vistas a uma melhor conectividade rural, contemplando a aquisição de equipamentos para acesso e estrutura de conexão à internet.
- **Agroamigo Sol:** Estratégia de financiamento com foco em investimentos em energia solar fotovoltaica no meio rural, de modo a facilitar o acesso à energia renovável aos agricultores familiares, aumentar a competitividade de atividades no meio

rural e contribuir para a utilização de energia limpa não prejudicial ao ambiente.

Figura 5 – Estratégias de Negócio Agroamigo Cada Vez Melhor



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural do Banco do Nordeste.

As estratégias de negócio "Agroamigo Cada Vez Melhor" têm tornado o microcrédito e as atividades rurais cada vez mais diversificados e sustentáveis proporcionando um novo cenário esperançoso de contínua melhoria das condições socioeconômicas da população rural atendida.

5 PARCERIAS ESTRATÉGICAS

O BNB desenvolveu uma estratégia inovadora de parcerias interinstitucionais para ampliar o acesso ao microcrédito rural e fortalecer o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar em sua área de atuação. O trabalho em parceria con-

tribui para a articulação de estratégias, fortalece relações e impulsiona bons resultados, ao reunir objetivos comuns, conhecimentos, tecnologias e recursos humanos em torno de uma finalidade compartilhada. Além disso, as parcerias possibilitam a otimização de processos e procedimentos, por meio das sinergias geradas.

No atendimento aos agricultores familiares, o Banco do Nordeste conta com parceiros nas diversas esferas governamentais, entidades de prestação de assistência técnica e de representação dos produtores rurais, além de organizações não governamentais, como o INEC, atual parceiro na operacionalização do Programa.

O sucesso do Agroamigo Banco do Nordeste deve-se, em parte, ao engajamento dos diversos atores envolvidos no processo, que participam tanto da definição de ações quanto da execução delas. Os principais parceiros estratégicos do BNB no atendimento aos agricultores familiares incluem:

- **Instituto Nordeste Cidadania (INEC):** Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) dedicada ao desenvolvimento sustentável de comunidades na Região Nordeste do Brasil. Sua qualificação como OSCIP possibilitou a celebração de parceria com o BNB para a operacionalização do Programa Agroamigo Banco do Nordeste.
- **Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (ALIDE):** comunidade de instituições financeiras que gera soluções bancárias para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe.
- **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e congêneres:** entidades que prestam assistência técnica e extensão rural, incluindo, no

âmbito do crédito rural, a elaboração de plano ou projetos e a orientação técnica a nível de imóvel ou empresa. Também atuam em pesquisa agropecuária, geração e adaptação de tecnologias por meio de metodologias educativas e participativas, contribuindo para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA):** instituição dedicada a viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira. Por meio de programas de pesquisa específicos, a Embrapa desenvolve tecnologias e sistemas de produção que aumentam a eficiência agrícola, incluindo um conjunto de tecnologias voltadas à incorporação dos cerrados no sistema produtivo.
- **Entidades Representativas dos Produtores Rurais (Confederações, Federações e Sindicatos Rurais):** desempenham papel fundamental no suporte aos agricultores, fornecendo informações, oferecendo benefícios e atendendo às diversas demandas da agropecuária. Atuam na defesa dos interesses do setor, propondo medidas favoráveis aos seus pleitos.
- **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA):** órgão do Governo Federal responsável por propor e implementar políticas públicas voltadas à reforma agrária, ao desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da Agricultura Familiar.
- **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS):** órgão do

Governo Federal responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, assistência social e renda de cidadania. Também atua como gestor do Fundo Nacional de Assistência Social.

- **Secretarias Estaduais de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário:** órgãos da estrutura dos Governos Estaduais responsáveis por formular e executar políticas públicas de apoio e fomento à Agricultura Familiar e ao desenvolvimento rural sustentável.
- **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR):** entidade vinculada à Confederação Nacional de Agricultura, responsável por organizar, administrar e executar, em todo o território nacional, a formação profissional rural e a promoção social de jovens e adultos que atuam no meio rural. Sua missão é promover a educação profissional, a assistência técnica e incentivar atividades de promoção social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da produção, o aumento da competitividade e os avanços sociais no campo.
- **Water.org (WATER):** organização global sem fins lucrativos dedicada a promover o acesso à água potável e ao saneamento ao mundo. Atua oferecendo apoio para que as comunidades e famílias rurais possam obter esses serviços essenciais.

A estratégia de parcerias do BNB tem se mostrado fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável dos agricultores e agricultoras familiares, contribuindo não apenas para o fortalecimento da economia regional, mas principalmente para a melhoria significativa da qualidade de vida das comunidades rurais atendidas. Esse modelo colaborativo

representa um caminho eficaz para enfrentar os desafios do meio rural nordestino e potencializar resultados socioeconômicos duradouros.

A seguir, são apresentados alguns resultados e impactos alcançados pelo Programa, tanto no plano operacional quanto nos aspectos sociais e econômicos, evidenciando os avanços obtidos ao longo de sua trajetória.

6 RESULTADOS E IMPACTOS

6.1 Resultados operacionais

O Agroamigo Banco do Nordeste tem avançado de forma significativa na inclusão financeira de agricultores familiares. Atualmente, mais de 95,0% da carteira de clientes do Programa está bancarizada, evidenciando o êxito na promoção do acesso ao crédito e na formalização de um público que, a despeito de ser responsável por mais de 70,0% da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis no País, esteve historicamente em situação de vulnerabilidade.

Além disso, um dos aspectos mais relevantes do Agroamigo Banco do Nordeste é seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero, por meio do reconhecimento e incentivo ao empreendedorismo feminino. Em 2024, as mulheres foram responsáveis por mais de 51,0% dos financiamentos contratados, com destaque especial para as atividades não agropecuárias, fundamentais na diversificação das fontes de renda das unidades familiares. Esse salto ganha ainda mais significado quando comparado aos dados do último Censo Agropecuário de 2017, os quais indicavam que apenas 19,0% dos estabelecimentos rurais no Brasil eram dirigidos por mulheres.

O Programa encerrou o ano de 2024 com a contratação histórica de R\$ 8,6 bilhões. Com esse montante, alcançou

a soma de R\$ 41,7 bilhões financiados ao longo de sua existência. Trata-se de 8,1 milhões de operações contratadas por 2,9 milhões de agricultores e agricultoras familiares dos 2.070 municípios atendidos, estimando-se, de forma indireta, o impacto positivo na vida de cerca 15 milhões de pessoas. Na mesma posição, o Programa registrou uma carteira ativa de R\$ 13,2 bilhões, com índice de adimplência maior que 97,0%, o que evidencia a eficácia da metodologia para mitigação dos riscos associados ao crédito.

O crescimento expressivo da quantidade de operações e dos recursos contratados reforça a relevância do Agroamigo Banco do Nordeste como instrumento de desenvolvimento rural. O valor financiado pelo Programa no ano de 2024 representa crescimento de 52,0% em relação ao ano anterior. Foram realizadas mais de 680 mil operações, com uma média de 2.708 contratos por dia útil. Os impactos econômicos e sociais desses investimentos são apresentados na Figura 6.

Figura 6 – Agroamigo Banco do Nordeste - Estimativa de impactos das contratações em 2024

Estimativa de Impactos das Contratações do Agroamigo na Área de Atuação do Banco do Nordeste | Jan a Dez/2024 **R\$ 8,6 bilhões**



Fontes: BNB (2024); Haddad et al. (2024).

Nota: Estimativas calculadas com base na Matriz de Insumo-Produto do Nordeste.

Além disso, o BNB obteve destaque no Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024, ao aplicar R\$ 9,3 bilhões no Pronaf, com contribuição significativa do Agroamigo Banco do Nordeste que aplicou R\$ 8,3 bilhões desse montante, valor que aumentou em mais de 120,0% em relação ao Plano Safra anterior (2022/2023).

Além dos expressivos resultados operacionais alcançados ao longo de sua trajetória, o Programa Agroamigo Banco do Nordeste também tem apresentado impactos socioeconômicos relevantes para as famílias atendidas e para os territórios de atuação. Essa dimensão foi evidenciada em estudo recente realizado pelo Etene (Castilho e Silva; Colen; Melo, 2024). Alguns dos achados dessa pesquisa são apresentados na subseção a seguir.

6.2 Impactos nas condições socioeconômicas dos clientes

Os resultados do Agroamigo Banco do Nordeste comentados anteriormente evidenciam o diferencial positivo do Programa em comparação à concessão de crédito na forma convencional. Entre as alterações percebidas, estão o maior acesso às atividades não agrícolas, inclusive, por parte das mulheres rurais, por exemplo. Isso contribui também para mudanças nas relações de gênero no interior das famílias agricultoras, que são marcadas pelos papéis tradicionais, com as mulheres realizando as atividades de cuidado, dentro do espaço doméstico, e os homens, as de provedor, com acesso ao espaço público.

Pesquisa realizada pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) em 2024 aponta que o Agroamigo Banco do Nordeste promove melhoria na qualidade de vida de seus clientes. Quanto mais tempo no Programa, mais seus clientes apresentam melhoria na qualidade de vida. Essa é a principal conclusão da pesquisa. O trabalho aponta que o au-



mento na renda foi relatado pela quase totalidade dos clientes novos (95,6%) e mais ainda pelos clientes antigos (99,3%).

Os resultados da pesquisa sugerem que, independentemente da modalidade do crédito, os clientes expostos há mais tempo ao Programa apresentam consideráveis melhorias na qualidade de vida. Variáveis relacionadas à infraestrutura sanitária do domicílio, como número de banheiros, aquisição de eletrodomésticos, meios de transporte, serviços de comunicação e aquisição de ativos demonstram que os clientes antigos estão em posição mais confortável quando comparados aos do grupo de novos clientes.

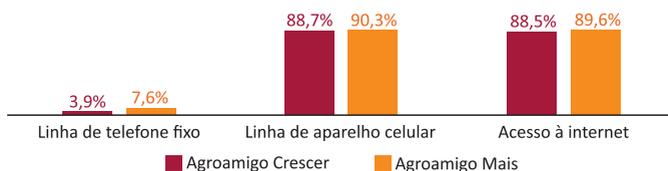
A análise dos dados relativos à comercialização da produção, demonstra que os clientes do grupo de antigos acessam mercados de outros municípios e estados, indicando que suas estruturas comerciais podem ser mais maduras que as do grupo de novos, o que lhes permite ultrapassar os mercados de proximidade. Este é um dado relevante, considerando que são agricultores familiares.

Em relação ao crédito para o desenvolvimento das atividades produtivas, a maioria dos clientes não busca alternativas em outras instituições. Tanto o grupo de antigos quanto o grupo de novos utilizam os recursos para realização de investimentos, prioritariamente na compra de animais e reforma das instalações.

Uma vez que a posse da terra e de outros ativos é um fator relevante para a contratação de crédito convencional, fica evidente que as condições diferenciadas ofertadas pelo Agroamigo Banco do Nordeste se mantêm necessárias para o atendimento desse público. Os clientes utilizam os recursos do crédito para realização de investimentos, prioritariamente a compra de animais e reforma das instalações agropecuárias.

A obtenção de acesso aos meios de comunicação mais modernos, tais como celular e acesso à Internet, demonstra que o Agroamigo Banco do Nordeste contribui para a melhoria na qualidade e nas condições de vida de seus clientes. Aqueles clientes expostos há mais tempo ao Programa, quando comparados aos mais recentes, apresentaram maiores proporções de acesso, tanto aos celulares, quanto à internet. Vale ressaltar que estes clientes mais antigos estão acompanhando uma tendência global de redução do uso dos serviços de telefonia fixa. Além disso, a inclusão digital permite ao cliente experimentar produtos digitais do Programa Agroamigo Banco do Nordeste. Inclusive o Programa possui em sua estratégia de aplicação de recursos o Agroamigo Net, voltado para investimento em itens de infraestrutura de conectividade no meio rural que possibilitem o acesso à Internet e à inclusão digital dos pequenos produtores familiares (Gráfico 1).

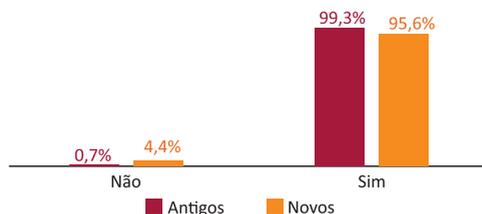
Gráfico 1 – Meios de comunicação no domicílio, segundo a modalidade do Agroamigo Banco do Nordeste



Fonte: Castilho e Silva; Colen; Melo (2024).

Os dados revelam também que, independentemente da modalidade (Crescer ou Mais) e da quantidade de renovações, os entrevistados percebem melhorias na renda total da família após a entrada no Programa. Percepção relatada por mais de 96% dos respondentes, essa informação reforça a importância do Programa para as populações rurais nas duas modalidades investigadas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Percepção de melhoria na renda total da família após o acesso ao Agroamigo Banco do Nordeste, segundo o tempo de exposição ao Programa



Fonte: Castilho e Silva; Colen; Melo (2024).

Entre os impactos positivos mais apontados pelos clientes de ambos os grupos estão as melhorias na produção, na renda e nas condições de vida da família.

Tabela 1 – Percepção de melhoria nas condições socioeconômicas da família após o acesso ao Agroamigo Banco do Nordeste, segundo o tempo de exposição ao Programa

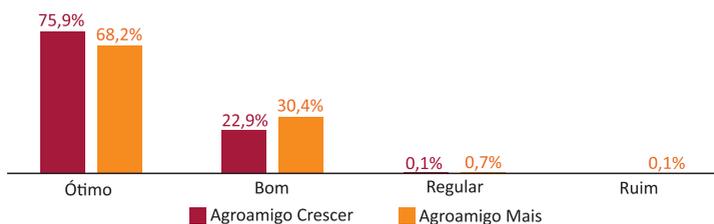
Item	Antigos	Novos
Banheiro no domicílio	99,0%	97,6%
Geladeira	19,2%	7,8%
Televisor	16,9%	7,9%
Fogão a gás	15,7%	7,0%
Carro/ caminhão/ caminhonete	24,0%	9,7%
Telefone	32,1%	16,9%
Internet	45,8%	24,8%

Fonte: Castilho e Silva; Colen; Melo (2024).

Quanto à avaliação dos clientes em relação à satisfação com o Programa, observou-se que a maioria, independentemente da modalidade, classificou o Programa como ótimo. No caso dos clientes na Modalidade Agroamigo Crescer, o grau de satisfação ótimo chegou a 75,9% dos entrevistados,

enquanto na Modalidade Agroamigo Mais a satisfação ótima atingiu 68,2%. As respostas considerando o Programa como regular ou ruim foram insignificantes, não chegando a 1% em nenhuma das duas modalidades (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Avaliação do Programa, segundo a modalidade do Agroamigo Banco do Nordeste



Fonte: Castilho e Silva; Colen; Melo (2024).

Portanto, os resultados acima apresentados sugerem que, quanto maior o tempo de permanência no Programa, melhor a percepção dos clientes sobre os benefícios que o crédito proporciona nas condições de vida de suas famílias.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A continuidade e o fortalecimento do Agroamigo Banco do Nordeste são essenciais para garantir que os agricultores familiares da sua área de atuação tenham acesso aos recursos financeiros, permitindo-lhes permanecer e prosperar no meio rural. Isso não apenas promove a inclusão econômica e social, mas também preserva a cultura e o modo de vida das comunidades rurais, contribuindo para a manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais.

Conclui-se que o Agroamigo Banco do Nordeste, reconhecido como maior programa de microcrédito rural da América Latina, desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais equitativa, próspera e sustentável, co-

locando-se frente a permanentes desafios desde sua criação em 2005.

Agregando mudanças positivas no atendimento aos agricultores e agricultoras familiares da Região Nordeste, e área de atuação da Sudene, contribuindo para o desenvolvimento da área de atuação do BNB, a experiência e o aprendizado acumulados ao longo dessas duas décadas vão se fortalecendo para o Programa atingir novos patamares, sempre com foco no propósito de oferecer, além de outros produtos e serviços micro financeiros, o microcrédito produtivo, orientado, oportuno, rápido, suficiente e eficiente. Dessa forma, o Agroamigo segue apoiando a realização de milhões de sonhos no campo.

Este primeiro capítulo, que inaugura o livro comemorativo pelos 20 anos do Programa Agroamigo, abre caminho para uma análise mais aprofundada dos impactos econômicos e sociais gerados ao longo dessa trajetória. Nos capítulos seguintes, a obra explora diferentes enfoques metodológicos, experiências territoriais, inovações, estratégias institucionais e as percepções dos próprios beneficiários, compondo um panorama abrangente dos resultados alcançados e dos desafios que se colocam para o futuro. Ao final do livro, o Posfácio retoma esse legado e projeta novas perspectivas para os próximos anos, apontando caminhos de inovação e desenvolvimento contínuo para a Agricultura Familiar na área de atuação do BNB.

REFERÊNCIAS

BNB. **Relatório Agroamigo 2024**. Fortaleza: BNB, 2025. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/2029>. Acesso em: 12 maio.2025.

HADDAD, E. A.; AZZONI, C. R.; ROCHA, A. A. M.; PEROBELLI, F. S.; ARAÚJO Jr., I. F. de; VALE, V. de A.; ALMEIDA, A. N. de. **A matriz de insumo-produto e a estrutura produtiva da Região Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2024.

CASTILHO E SILVA, C. B. de; COLEN, C.M. L.; MELO, M. R. B. **Programa Agroamigo: uma avaliação dos impactos do crédito nas condições socioeconômicas dos clientes**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2024. Disponível em: <https://bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/2023>. Acesso em: 10 maio. 2024.

CAPÍTULO 2

Trajetória do Programa Agroamigo:

Análise da Evolução dos Contratos, Valores Captados e Distribuição Estadual (2005-2024)

Jamile Ingrid de Almeida Salviano

José de Jesus Sousa Lemos

Milena Monteiro Feitosa

Érika Costa Sousa

José Ediglê Alcântara Moura

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar desempenha um papel estratégico na economia brasileira, sobretudo na geração de emprego, renda e na ocupação dos membros das famílias, além de contribuir expressivamente para o abastecimento do mercado interno com produtos agroalimentares diversificados e matérias-primas (Ferreira et al., 2022; Cruz et al., 2021; Dutra; Martins; Parré, 2021; Lemos et al., 2020).

Conforme se pode constatar nas evidências do Censo Agropecuário de 2017, disponibilizadas pelo IBGE (2019), os estabelecimentos classificados como de Agricultura Familiar representam 76,8% do total de unidades agropecuárias no Brasil. Apesar de ocuparem proporções relativamente me-

nores, com 23,0% da área agrícola e 22,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária em valores daquele ano, esses estabelecimentos concentram a maior parte da força de trabalho no meio rural. Aproximadamente 67,0% dos trabalhadores ocupados no setor agropecuário brasileiro estão vinculados à agricultura familiar, correspondendo a 10,1 milhões de pessoas, sendo a Região Nordeste a principal responsável por esse contingente. Esses dados evidenciam a relevância da agricultura familiar, não somente como atividade econômica, mas também como atividade essencial para a coesão social e o desenvolvimento regional, especialmente em áreas historicamente marcadas por desigualdades estruturais (Aquino et al. 2020; Lemos, 2020).

Para o fortalecimento do setor agropecuário e a promoção do desenvolvimento rural, destaca-se o crédito rural como uma das principais ferramentas de política pública existentes no Brasil. Teles (2007), Alves e Rocha (2010) discutem que as assimetrias brasileiras no acesso ao crédito rural surgiram na década de 1960, decorrentes das reformas institucionais promovidas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). O Programa priorizou grandes produtores rurais, marginalizando os agricultores familiares, que passaram a ter acesso limitado ao crédito devido ao desinteresse das instituições financeiras em financiar a população agrícola de baixa renda, fator que contribuiu para o aumento da desigualdade econômica no Brasil.

Ao viabilizar o acesso aos recursos financeiros para custeio, investimento e comercialização, o crédito permite que agricultores modernizem suas atividades, aumentem a produtividade e melhorem a gestão dos seus empreendimentos. Essa dinâmica não apenas potencializa o desempenho do setor agrícola, como também gera efeitos multiplicadores na economia local, por meio da geração de emprego, da amplia-

ção da renda e do estímulo à circulação de bens e serviços (Cruz et al. 2021; Souza, 2019).

Nesse contexto, em 1996, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que buscava ser um instrumento de política pública com a finalidade de fomentar e desenvolver a agricultura familiar. Esse Programa financia projetos individuais ou coletivos, desenvolvidos em propriedades rurais, no intuito de estimular a geração de renda e o emprego de mão de obra familiar (Bacha, 2012).

Conforme Marioni et al. (2016), o Pronaf foi inaugurado em um cenário onde os problemas de crédito dos agricultores familiares eram principalmente de custo e escassez dos recursos. Nesse sentido, segundo essa linha de raciocínio, a oportunidade de acesso ao microcrédito direcionado a um grupo específico de produtores seria decisiva para o fomento da agricultura familiar. O Programa de financiamento proporciona incremento na renda dos agricultores familiares brasileiros mediante o estímulo ao investimento produtivo, que correlaciona positivamente com os PIBs setoriais.

De acordo com Monteiro e Lemos (2019), o objetivo do Pronaf é promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, o fortalecimento das atividades realizadas pelos produtores familiares, a redução das desigualdades sociais, o aumento da capacidade produtiva e a redução dos custos de produção. Essa sinergia de eventos busca elevação das rendas das famílias produtoras das áreas rurais, incrementa a profissionalização, valorização dos agricultores familiares, bem como estimula a modernização do sistema produtivo. Em decorrência, promove agregação de valor ao produto e à propriedade, ao mesmo tempo em que assegura a ocupação dos membros das famílias envolvidas.

Em estudo sobre a atuação do Pronaf no BNB, entre 2011 e 2012, Alves (2017) constatou que os agricultores enfrentam dificuldades no acesso aos meios de produção, decorrentes, tanto da escassez de terras e outros ativos produtivos, quanto das condições agroecológicas desfavoráveis, particularmente na região climática do Semiárido brasileiro. Essas limitações inviabilizam a produção em maior escala o que, por sua vez, restringe a utilização de equipamentos e implementos agrícolas mais avançados, além de dificultar a adoção de práticas e tecnologias modernas.

Por outro lado, as limitações desse regime climático do Semiárido, estimulam os agricultores que cultivam nesse ambiente a elaborarem capacidade adaptativa de produção agrícola familiar que envolve o uso de terras em parceria, arrendamento e cessão, a diversificação da produção, o consórcio de culturas, a pluriatividade dentro e fora da unidade familiar (Lessa et al., 2024). O acesso ao crédito do Pronaf B tem papel relevante na geração de excedentes que podem ser vendidos nos mercados locais e adjacentes. Ademais, na área de atuação do BNB, 90,2% dos contratos e 67,7% do valor contratado no período de 2010 a 2020 no âmbito do Pronaf pertencem às rubricas do Pronaf B (Alves, 2017).

De acordo com Sousa e Barbosa (2023), políticas de microcrédito são amplamente reconhecidas, tanto em estudos nacionais quanto internacionais, como uma estratégia eficaz para impulsionar atividades produtivas, dinamizar economias locais e ampliar as oportunidades de geração de renda e ocupação.

Ancorado nessa perspectiva, o BNB criou, em 2005, o Programa de Microcrédito Rural, denominado Agroamigo, cuja principal missão é a concessão de crédito orientado aos agricultores familiares que se enquadram no Grupo B do Pronaf. Anualmente o Agroamigo, atende, com crédito produtivo orientado, milhares de agricultores familiares distribuídos em

centenas de municípios, localizados predominantemente no Semiárido brasileiro.

Em 2012, aliada aos resultados exitosos até então obtidos, ampliou-se a abrangência do microcrédito rural para as demais linhas do Pronaf, resultando em uma mudança importante para o Programa. Atualmente esse Programa possui duas modalidades: Agroamigo Crescer, que atende agricultores familiares enquadrados no grupo B do Pronaf; e Agroamigo Mais, que atende os agricultores familiares enquadrados nas demais linhas de crédito do Pronaf, exceto aquelas pertencentes aos grupos A e A/C. Trata-se do maior Programa de microcrédito produtivo rural do Brasil e da América do Sul (BNB, 2025).

Nesse sentido, estudos recentes apontam que, ao fornecer recursos financeiros a pequenos produtores e empreendedores, o microcrédito tem potencial para contribuir diretamente para a melhoria das condições de vida dos beneficiários, fortalecendo sua autonomia econômica e inclusão social (Cunha Júnior et al., 2022; Nwibo et al., 2019). Vale destacar que as políticas públicas dessa natureza são de grande relevância para regiões marcadas por vulnerabilidades socioeconômicas, ou vulnerabilidades induzidas, como os municípios no Semiárido brasileiro (Lemos, 2020; Silveira; Montenegro; Pereira, 2024).

Ao abordar os municípios situados no Semiárido brasileiro, observa-se que, embora representem 26,52% do total de municípios do País, responderam por apenas 6,54% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2021, conforme dados do IBGE (2025), contrariando as expectativas quanto à sua contribuição econômica. Do ponto de vista regional, a intervenção estatal em áreas com limitações edafoclimáticas que impactam diretamente o valor da produção e a capacidade de geração de renda mostra-se fundamental para reduzir a vulnerabilidade econômica

dos agricultores familiares do Semiárido em comparação com aqueles de outras regiões climáticas (Lemos, 2020).

O Programa Agroamigo completa duas décadas de atuação em 2025. Considerando esse marco histórico, a presente pesquisa foi delineada visando responder às seguintes questões norteadoras: (1) como se deu a evolução da inserção de municípios no Agroamigo, entre 2005 e 2024, nos estados que fazem parte da área de atuação do BNB? (2) como se deu a evolução dos totais de contratos e dos valores capitados nesses estados naquele período?

Para responder a essas questões, o estudo tem os seguintes objetivos específicos: a) estimar as taxas geométricas de crescimento da inclusão de municípios que capturaram recursos do Agroamigo nos estados, entre os anos de 2005 e 2024; b) aferir as evoluções das quantidades dos contratos, dos valores médios contratados, a relação entre esses valores médios anuais e o salário mínimo anual corrigidos para valores de 2024, bem como estimar as taxas geométricas de crescimento dessas variáveis; e c) aferir as participações relativas dos municípios que fazem parte do regime climático do Semiárido na capitação dos recursos do Agroamigo entre 2005 e 2024.

Além desta introdução, a estrutura do trabalho organiza-se no seguinte escopo: a segunda seção apresenta a fundamentação teórica para o presente estudo e suas evidências empíricas. A terceira seção descreve a área de estudo, a base de dados, as variáveis utilizadas e as estratégias empíricas adotadas. Na quarta seção, são discutidos os resultados obtidos. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Crédito rural no Brasil e a agricultura familiar

O crédito rural foi institucionalizado no Brasil por meio da Lei nº 4.829, de 1965. Durante 30 anos, sua gestão esteve sob responsabilidade do Banco do Brasil. A partir desse mesmo ano, no entanto, este tema passou à responsabilidade do Conselho Monetário Nacional (CMN), com a implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). As normas que estabelecem as regras para a implantação do crédito rural são aprovadas pelo CMN. O Banco Central do Brasil (Bacen) faz parte desse órgão e auxilia na tomada de decisão sobre o crédito rural. As instituições financeiras seguem essas normas e as colocam em prática no dia a dia com seus clientes. Existe fiscalização de todo o processo, por determinação legal. Por isso o Bacen verifica, junto às instituições financeiras, se a liberação dos recursos e o seu uso estão fundamentados nas normas vigentes, dentre outras providências (Silva, 2019).

De acordo com Bacen (2025), o crédito rural é o financiamento destinado ao segmento rural, sendo utilizado por produtores rurais por meio de recursos concedidos por instituições financeiras autorizadas a operar nessa modalidade. As finalidades desse crédito abrangem quatro categorias principais: custeio, investimento, comercialização e industrialização da produção agropecuária. As principais fontes do crédito rural são os depósitos à vista, depósitos de poupança rural, emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), fontes fiscais, como BNDES e Fundos Constitucionais, além de recursos próprios das Instituições Financeiras.

O público a que se destina o crédito rural é constituído de produtores rurais (pessoa física ou jurídica), cooperativas de produtores rurais e pessoas físicas ou jurídicas que, mesmo não sendo produtores rurais, se dediquem a uma das seguintes ati-

vidades: pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas/certificadas; pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial e embriões; prestação de serviços mecanizados de natureza agropecuária, em imóveis rurais, inclusive para proteção do solo; prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais, e atividades florestais (Bacen, 2025).

A discussão acerca das potencialidades do investimento proveniente do crédito rural na agricultura brasileira tem sido recorrente na agenda de estudos econômicos e sociais. Para Araújo e Vieira Filho (2018), no que tange à agricultura familiar, surgiu a necessidade por parte da sociedade rural de reivindicar um modelo diferente para o contexto da agricultura nacional, sobretudo na busca por alternativas que pudessem minimizar a pobreza do meio rural.

As unidades agrícolas familiares (UAF) são expressivas na produção em áreas carentes como o Nordeste, entre outras razões, por apresentarem características que as diferenciam das unidades agrícolas não familiares ou as unidades agrícolas patronais (UAP). As UAF têm as características de serem, concomitantemente: unidades de produção, unidades de consumo e unidades fomentadoras de apego pelos agricultores ao ambiente em que viveram os seus antepassados e que, normalmente, gostariam de permanecer, caso haja condições mínimas para que isso aconteça (Lemos et al., 2020).

Para Tedesco (2001), a agricultura familiar caracteriza-se por ter a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, as modalidades de produção e manifestação de valores e tradições em torno da família e para a família. Outras características são: trabalho e gestão intimamente ligados; processo produtivo dirigido pelo proprietário; ênfase na diversificação; trabalho assalariado complementar; durabilidade dos recursos naturais e qualidade de vida; e ênfase no uso de insumos internos. No entanto, de acordo com



Lemos et al. (2020), é preciso compreender outros aspectos da agricultura familiar, tendo em vista que parte da produção de alimentos é voltada para o consumo próprio como consequência do uso de mão de obra familiar, ou destinada ao mercado em que as comunidades rurais têm acesso.

O contexto histórico brasileiro revela que os agricultores familiares enfrentavam acesso limitado ao crédito rural condicionado, tanto pelo desinteresse das instituições financeiras em operar com o segmento de baixa renda, quanto pela concentração das políticas públicas nos grandes grupos fundiários, o que pode ter contribuído para o crescimento da desigualdade produtiva no Brasil (Teles, 2007). Nesse sentido, houve a necessidade de pôr em prática novos padrões de políticas de crédito. Era preciso ampliar a oferta de recursos aos pequenos agricultores, haja vista que o crédito agrícola existente sequer chegava ao grupo da agricultura familiar.

O BNB dispõe de uma estrutura institucional voltada especificamente para atender aos agricultores familiares em suas demandas por financiamento de custeio e investimento, por meio das linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Considerando os diferentes perfis socioeconômicos do público da agricultura familiar, a Instituição adotou o Agroamigo como modelo de microcrédito produtivo orientado para operacionalizar o Pronaf. Esse programa atua em duas modalidades: Agroamigo Crescer, voltado ao público do Pronaf B (agricultores de menor renda), e Agroamigo Mais, destinado às demais categorias do Pronaf (exceto os grupos A e A/C). O presente estudo tem como foco a análise do desempenho e da atuação do Agroamigo na região de abrangência do BNB (BNB, 2025).

2.2 O Programa Agroamigo

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) foi instituído pela Lei Federal nº 1.649, de 19 de julho de 1952, com a finalidade de atuar no então denominado Polígono das Secas, designação dada ao perímetro do espaço geográfico brasileiro atingido periodicamente por prolongados períodos de estiagem hídrica o que incluía, aproximadamente, dois mil municípios (BNB, 2025). Essa região, conhecida como Semiárido, apresenta indicadores sociais e econômicos bastante inferiores àqueles observados nas regiões mais dinâmicas do Brasil, principalmente no meio rural. A área de atuação do BNB abrange toda a Região Nordeste, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo, onde mantém a liderança na aplicação de recursos de crédito rural, de custeio e de investimento.

O BNB é o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina e tem como missão atuar como o banco de desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo. O Banco opera como órgão executor de políticas públicas na Região, especialmente com a operacionalização do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Sua aplicação está voltada à promoção de ações que viabilizem a redução da pobreza e das desigualdades Inter-regionais e intrarregionais, por meio do financiamento de setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento, instrumento elaborado conjuntamente por órgãos federais e estaduais (BNB, 2025).

O Agroamigo é o programa de microcrédito rural do BNB, instituído em 2005, a partir do sucesso da experiência do microcrédito urbano do próprio BNB com o Programa Crediamigo, que inspirou uma ação similar apropriada nas comunidades rurais. O Programa foi originalmente criado para atender às necessidades dos agricultores familiares situados na área de abrangência do BNB que possuem renda abaixo da linha de po-

breza, o chamado Pronaf Grupo B. No entanto, em 2012, como consequência dos resultados exitosos obtidos, houve uma alteração das regras do Pronaf, introduzida pela Resolução BA-CEN nº 4056, de 29 de fevereiro de 2012, em que se ampliou a abrangência do microcrédito rural para as demais linhas do Pronaf, mudança importante para o Programa.

Dessa forma, o público a ser beneficiado pelo Programa Agroamigo é composto por agricultores familiares enquadrados no Pronaf, classificados basicamente de acordo com o rendimento bruto anual e o valor do financiamento, distribuindo-se em duas categorias: (1) Agroamigo Crescer, que atende agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 40 mil, que explorem área de até quatro módulos fiscais¹ e empreguem mão de obra familiar, voltado para agricultores enquadrados no grupo B do Pronaf; e (2) Agroamigo Mais, que atende agricultores familiares enquadrados no Grupo Variável do Pronaf², com renda bruta anual de até R\$ 360 mil por ano BNB (2025).

Através do Programa Agroamigo é disponibilizado o microcrédito orientado e acompanhado, que considera a realidade do agricultor e as particularidades do seu processo produtivo, apoiando-o na obtenção de melhores resultados. Todo o Programa é operacionalizado pelo termo de parceria celebrado pelo BNB e o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), uma

1 O Módulo Fiscal é uma unidade de medida agrária utilizada no Brasil, expressa em hectares, instituída pela Lei nº 6.746/1979. Seu objetivo é estabelecer um parâmetro para a classificação fundiária dos imóveis rurais com base em sua dimensão. Essa medida é variável, sendo determinada para cada município, de acordo com critérios como o tipo de exploração agrícola predominante, a renda gerada por essa atividade, a existência de outras explorações significativas, seja pela renda ou pela área ocupada e, por fim, o conceito de propriedade familiar.

2 O Grupo Variável do Pronaf inclui diferentes linhas de crédito, como o Pronaf Agroindústria, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Floresta, entre outros, com exceção do Pronaf Grupo A e Grupo A/C. O Pronaf Grupo A tem como público beneficiário os agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), bem como os beneficiários do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O Pronaf Grupo A/C, por sua vez, é destinado especificamente aos agricultores assentados pelo PNRA e aos beneficiários do PNCF.

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que tem sua atividade regulamentada pela Lei n.º 9.790/99. A principal fonte de recursos para realização dos empréstimos é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), embora haja outras fontes de recursos como os provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), da poupança rural, do orçamento geral da União, das exigibilidades bancárias, dentre outros (BNB, 2025).

Schroder (2012) destaca que o Agroamigo consiste numa inovação institucional e instrumental. Desse modo, além de ofertar os recursos de forma orientada e acompanhada para manter o índice de inadimplência em níveis baixos, visa estruturar as unidades familiares de produção agrícola (UAF), diversificar as fontes de renda das famílias atendidas por meio do incentivo às atividades não agrícolas e promover a integração do microcrédito com outras ações do Governo Federal (Bolsa Família, PAA, PNAE, assistência técnica, etc.).

O objetivo geral do Agroamigo é construir um padrão de desenvolvimento sustentável com inclusão dos agricultores familiares na área de atuação do BNB, mediante a concessão de microcrédito às atividades agropecuárias e não agropecuárias (turismo, artesanato rural, comércio e serviços rurais etc.), destinado ao aumento à diversificação da produção, à agregação de valor e à comercialização dos produtos das unidades familiares, visando buscar melhorias dos níveis de renda para as famílias rurais (Pereira Neto, 2012).

É importante destacar que os agricultores familiares enquadrados no Grupo B, público majoritário do Agroamigo, compõem um segmento social heterogêneo, marcado por diversas carências no âmbito produtivo. Para Aquino, Alves e Vidal (2020), eles possuem pouca terra e reduzida disponibilidade de fontes hídricas, apresentam baixos níveis educacionais, praticamente não recebem assistência técnica regular e não dispõem

de equipamentos mecânicos para desenvolver suas atividades produtivas. Assim, esses produtores estão expostos às adversidades climáticas, que caracterizam historicamente o Semiárido nordestino, necessitando de crédito e de medidas estruturantes a fim de reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas.

O Agroamigo gera impactos diretos e indiretos na realidade socioeconômica nas áreas de sua atuação. Os impactos incluem gerar empregos, aumento na massa salarial e incrementos na arrecadação tributária, no Valor Bruto da Produção (VBP) e no Valor Adicionado (VA) à economia, sendo uma estratégia efetiva de desenvolvimento sustentável. A estimativa de impactos das contratações do Agroamigo na área de atuação do BNB somou R\$ 8,6 bilhões em 2024, o que gerou ou manteve 132,9 mil empregos diretos e indiretos, representando um aumento de R\$ 1,9 bilhão na massa salarial. Além disso, houve um incremento de R\$ 449,8 milhões na arrecadação tributária, de R\$ 9,4 bilhões no VBP e de R\$ 4,1 bilhões no VA à economia (BNB, 2024).

Os clientes do Pronaf grupo B são, em sua maioria, produtores afastados do sistema bancário, o que possibilita agregar ao financiamento outras perspectivas para agricultores familiares de baixa renda, com a disponibilização de produtos e serviços financeiros. Dessa forma, para proporcionar atendimento integral aos clientes, o Agroamigo disponibiliza, além de crédito de investimento e de custeio, acesso à conta corrente e cartão de débito para a realização de diversas operações bancárias, promovendo a inclusão financeira de diversas famílias. Além disso, o Programa realiza palestras informativas com esclarecimentos sobre as condições do financiamento e sobre temas de interesse dos agricultores familiares como técnicas de produção, preservação dos recursos naturais e gerenciamento financeiro (Bianchini, 2015).

2.3 Efeitos econômicos do Agroamigo: evidências empíricas na literatura

Diversos estudos tiveram como enfoque o Agroamigo, os quais foram aplicados com diferentes objetivos para diversos recortes geográficos, a fim de mensurar seus efeitos econômicos. Para compreender os objetivos e técnicas de análise mais utilizadas nos estudos desenvolvidos recentemente, foi realizada uma revisão de literatura. Ademais, os trabalhos presentes nesta seção proporcionam uma maior fundamentação empírica das variáveis utilizadas neste estudo.

Para construção da revisão de literatura, foram seguidas algumas etapas. Inicialmente delimitou-se a base de dados utilizada no portal de periódicos da CAPES com estudos revisados por pares, SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Scopus. Em seguida, definiu-se o período de análise, abrangendo os dez anos entre 2015 e 2025. Por último, foi determinado o termo de pesquisa: “Efeitos econômicos do Agroamigo”.

Com base em gráficos de dispersão e representações cartográficas, Pilon e Nunes (2022) investigaram, entre 2005 e 2014, a dinâmica de implementação do Programa Agroamigo em dez espaços geográficos do Estado do Rio Grande do Norte, considerando o volume de operações, os montantes contratados e a distribuição por setor econômico. Os resultados indicaram que as áreas compreendidas pelo Seridó e Sertão do Apodi apresentaram maior adesão ao Programa. Além disso, observou-se que a maioria das operações de crédito se concentrou em cadeias produtivas tradicionais, especialmente na pecuária.

Entre 2012 e 2021, Sousa e Barbosa (2023) buscaram compreender a trajetória do Agroamigo no Ceará e avaliar seus impactos sobre o desempenho da pecuária nos municípios do Estado. Para isso, foi empregado o modelo econométrico Tobit com dados em painel, tendo como variável dependente o Índice Padronizado de Desempenho da Pecuária. Os resulta-

dos indicaram crescimento no valor das operações ao longo do período. Verificou-se ainda, que o valor total contratado teve efeito positivo e estatisticamente significativo sobre o desempenho pecuário, enquanto a participação feminina nas contratações não apresentou influência relevante.

Entre 2005 e 2015, ao se comparar o montante total de microcrédito concedido com os benefícios gerados exclusivamente na atividade pecuária, observou-se que o Programa Agroamigo apresentou uma taxa de retorno de 52,0%. Guedes et al. (2021), ao empregar um modelo de diferenças em diferenças (DD) com efeitos fixos, investigaram o impacto do microcrédito rural sobre o valor da produção agropecuária nos municípios nordestinos atendidos pelo Programa. Os resultados demonstraram um efeito positivo dos empréstimos sobre a produção pecuária, com intensidade maior nos municípios que participaram da iniciativa por mais de sete anos. Por outro lado, não foram observados efeitos estatisticamente significativos sobre a produção agrícola.

A partir de uma análise descritiva, Maia e Pinto (2015) avaliaram a efetividade do microcrédito produtivo orientado rural (Pronaf B), considerando as limitações enfrentadas em sua operacionalização, que motivaram a criação do Programa Agroamigo. Os autores identificaram que a adoção dessa nova metodologia contribuiu para melhorar o desempenho do Pronaf B.

Entre 2005 e 2014, Aquino e Bastos (2016) investigaram o desenvolvimento do Programa Agroamigo na Região Nordeste, a partir de uma revisão da literatura existente e da sistematização de dados oficiais referentes às operações contratadas. Os achados indicaram que, embora o Programa tenha apresentado avanços operacionais significativos, ainda possui cobertura limitada, com efeitos socioeconômicos modestos e baixa diversificação nas atividades financiadas. No mesmo período, Gomes, Carvalho e Costa (2015) examinaram a imple-

mentação do Programa no Estado do Piauí utilizando indicadores socioeconômicos, valendo-se de análises descritivas e representações gráficas. Os autores identificaram crescimento tanto no volume quanto no número de operações de crédito.

Na pesquisa de Vital e Melo (2015) foi abordada a trajetória do Agroamigo entre os anos de 2006 e 2015, com foco nas agências de atendimento e nas regiões de desenvolvimento de Pernambuco. A partir de dados do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE/BNB), os autores destacaram os elevados índices de adimplência, tanto no geral quanto por setor e produto financiado, concluindo que o Programa tem atendido de forma eficaz às demandas de crédito dos agricultores familiares no Estado.

No Semiárido baiano, Jesus et al. (2023) investigaram a expansão do Programa Agroamigo entre 2005 e 2022, utilizando estatística descritiva e análise comparativa com base em dados do IBGE e do BNB. Os resultados indicaram crescimento contínuo da atuação do Programa no Estado ao longo do período, com destaque, em 2022, para a concentração da maior parte dos financiamentos na região semiárida e na atividade pecuária. Ressalta-se que o Programa atende uma parcela significativa da demanda de agricultores familiares em uma área marcada por fragilidades econômicas e sociais, contribuindo para o aumento da produção, geração de renda e criação de novas ocupações tanto no Semiárido quanto como nas demais regiões da Bahia.

3 METODOLOGIA

Esta seção tem como objetivo descrever a metodologia adotada no trabalho. Apresentam-se, portanto, a área de estudo, a base de dados e as variáveis utilizadas, bem como os métodos analíticos empregados para alcançar os objetivos da pesquisa.

3.1 Área de estudo e fontes de dados

Este estudo analisa a trajetória do Agroamigo, com ênfase na evolução dos indicadores agregados relativos à quantidade de contratos firmados, aos valores captados e à participação dos estados no Programa. O estudo abrange a área de atuação do BNB, que compreende os nove estados da região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e municípios localizados no Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. As unidades de observação consideradas são os municípios desses estados que foram beneficiados pelo Agroamigo no período de 2005 a 2024, correspondendo aos 20 anos de operação do Programa.

Utilizaram-se dados secundários relativos a repasses do Agroamigo (BNB) e aos valores anuais do salário mínimo (IBGE). No primeiro caso, selecionaram-se as seguintes variáveis: número de contratos firmados e valor dos recursos contratados pelo Programa. Os valores nominais foram corrigidos, utilizando o Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base para o ano de 2024. Os valores anuais dos salários mínimos também foram atualizados para 2024 tendo como base o IGP-DI da FGV.

A seguir, são apresentadas as metodologias desenhadas para atingir cada um dos objetivos propostos nesta pesquisa. As fontes de informação utilizadas correspondem aos municípios que acessaram, durante o período analisado, os recursos do Programa Agroamigo. Os dados foram agregados anualmente por estado, considerando apenas os municípios contemplados pelo Programa.

3.2 Taxa Geométrica de Crescimento Instantânea (TGC)

Com o objetivo de estimar a taxa de aceleração da evolução no número de municípios de cada estado que captou recursos do Programa Agroamigo, ao longo das duas últimas

décadas, foi estimada a Taxa Geométrica de Crescimento Instantânea (TGC) dessa variável. A TGC associada a uma variável aleatória “ Y_t ” é definida da seguinte forma:

$$Y_t = \beta \cdot e^{(\rho T + \epsilon_t)} \quad (1)$$

Nesta equação (1) o coeficiente (“ β ”) é o parâmetro log-linear do modelo que aferirá o valor da variável Y_t no período inicial (Período zero). A Constante “ e ” se constitui na base dos logaritmos naturais (cujo valor é de aproximadamente 2,71828). A variável “ T ” ($T = 0, 1, 2, \dots, n$) afere o tempo que, nesta pesquisa, se refere aos anos estudados. Assim, quando $T = 0$ se refere ao ano inicial que é 2005; $T = 1$ se refere ao ano de 2005. Assim por diante. O coeficiente angular “ ρ ” será multiplicado por 100 e é interpretado como a taxa geométrica anual de crescimento instantâneo (TGC em %a.a.) de Y_t . Neste estudo as TGC são anuais. O termo aleatório (ϵ_t) é o erro que, por hipótese, tem distribuição normal com média zero, variância constante (homocedástico) e não apresenta autocorrelação ao longo do período estudado. Sendo atendidas essas pressuposições, a equação (1), após experimentar a modificação mostrada na equação (2), pode ser estimada utilizando o método dos mínimos quadrados ordinários (Wooldridge, 2015).

$$\text{Log}(Y_t) = \beta + \rho T + \epsilon_t \quad (2)$$

Fazendo-se a derivada de $\{\text{Log}(Y_t)\}$ em relação ao tempo “ T ” encontra-se a TGC como demonstrado na equação (3):

$$d\{\text{Log}(Y_t)\}/dT = \rho \quad (3)$$

Neste estudo estimam-se as TGC que avaliam a taxa de evolução da quantidade de municípios que fazem parte anualmente no Programa Agroamigo, do total dos contratos, dos valores médios desses contratos.

3.3 Relação entre os valores médios dos contratos e o salário mínimo

Para analisar a evolução das quantidades de contratos e dos valores contratados no Programa Agroamigo, bem como a variação do salário mínimo e a relação entre os valores médios dos contratos e o salário mínimo entre os anos de 2005 e 2024, observa-se a ampliação e valorização dessas operações ao longo do tempo.

O valor médio contratado pelos municípios beneficiados (VM) é estimado dividindo-se o montante dos valores contratados pelo Programa Agroamigo (VC) pelo número de contratos feitos nesses municípios (NC), como mostrado na equação (4).

$$VM = VC/NC \quad (4)$$

Em seguida, são coletados os valores anuais do salário-mínimo, e estima-se a relação entre os valores médios (VM) dos contratos e os respectivos salários mínimos anuais, todos corrigidos para o ano-base de 2024. Essa relação permite avaliar a variação do poder de compra real dos valores contratados ao longo do período analisado.

3.4 Participação do Semiárido na captação de recursos

Para alcançar o terceiro objetivo, são identificados os totais de municípios beneficiados em cada estado, bem como os montantes contratados nos municípios que, atualmente, são oficialmente reconhecidos como integrantes do regime climático do Semiárido. Computam-se os municípios localizados no Semiárido que já são atendidos pelo Programa Agroamigo em cada uma das unidades federativas analisadas.

4 RESULTADOS

Os resultados são mostrados e discutidos nesta seção, sendo estruturados a partir de cada objetivo específico.

4.1 Crescimento de municípios no Programa

As evidências apresentadas na Tabela 1 demonstram a evolução no número de municípios, em cada um dos estados, que captaram recursos do Programa Agroamigo no período de 2005 a 2024. Nessa tabela também são mostradas as TGC estimadas para essa evolução em cada estado.

Tabela 1 – Evolução na quantidade de municípios que captaram recursos do Agroamigo entre 2005 e 2024

Ano/ Estados	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	Total Anual
2005	18	20	27	0	27	5	28	47	49	33	9	263
2006	56	151	114	12	91	37	78	93	100	91	59	882
2007	52	176	131	6	92	51	99	101	94	93	62	957
2008	62	189	150	5	124	72	133	112	131	99	67	1144
2009	67	294	164	0	169	102	181	128	206	140	74	1525
2010	95	386	181	0	194	159	223	178	222	158	75	1871
2011	95	399	182	0	200	167	221	181	224	161	75	1905
2012	97	400	182	0	212	165	223	184	224	159	75	1921
2013	101	406	182	10	214	167	223	185	223	161	74	1946
2014	99	406	183	15	213	168	223	185	223	163	75	1953
2015	100	408	181	13	217	168	223	185	222	165	74	1956
2016	98	404	181	12	217	167	223	184	223	166	75	1950
2017	95	405	183	14	217	168	222	183	224	166	73	1950
2018	97	405	182	9	217	168	222	184	224	165	74	1947
2019	92	400	182	20	216	167	223	182	224	162	74	1942
2020	92	400	182	21	217	168	222	182	224	165	73	1946
2021	96	398	183	23	217	167	222	182	224	164	73	1949
2022	96	399	182	23	217	189	222	182	224	164	71	1969

Ano/ Estados	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	Total Anual
2023	94	399	182	21	217	202	223	183	224	166	68	1979
2024	96	400	184	27	217	208	222	183	224	166	71	1998
TGC (%a.a.)	4,4	7,5	4,0	7,3	5,9	10,2	5,9	4,3	4,8	4,4	3,3	5,5

Fonte: Estimativas feitas com base nos dados fornecidos pelo ETENE/BNB (2025).

Dos resultados mostrados na Tabela 1 depreende-se que o Estado de Minas Gerais experimentou a maior taxa de aceleração na captação dos recursos do Agroamigo (10,2% a.a.) entre os anos de 2005 e 2024. Por outro lado, os estados do Espírito Santo (TGC= 3,3% a.a.) e do Ceará (TGC = (4,0% a.a.) apresentaram as menores taxas de aceleração na inserção do Programa no período estudado. O caso de Sergipe pode ser explicado pelo fato de que apenas recentemente seis de seus municípios passaram a ser oficialmente inseridos no regime climático do Semiárido, região que constitui uma das principais prioridades para a aplicação dos recursos do Programa Agroamigo. Minas Gerais, por sua vez, experimentou uma significativa inserção por parte do CONDEL/SUDENE dos seus municípios no Semiárido.

Observa-se, ainda, que a TGC média de inserção dos municípios de todos os estados avaliados no Programa Agroamigo foi de 5,5% a.a., uma taxa relativamente alta, que evidencia a expressiva demanda por microcrédito por parte das Unidades de Agricultura Familiar (UAF), as quais dependem desses recursos para alcançar avanços significativos em termos de inclusão econômica e social.

4.2 Evolução anual da quantidade, dos valores totais, dos valores médios aferidos em salários mínimos anuais

As evoluções das quantidades dos contratos, bem como dos valores contratados e a relação entre os valores médios (VM) dos contratos e os respectivos salários mínimos anuais estão mostradas na Tabela 2.

Tabela 2 – Quantidade de contratos, valores totais de contratos, valores médios anuais dos contratos, salário mínimo anual e valor médio dos contratos em salários mínimos no período de 2005 a 2024 (*)

Ano (1)	Quantidade de Contratos (2)	Valor Contratado (mil R\$) (3)	Valores Médios dos Contratos em Reais (4) = (3) / (2) x 1.000	Salário Mínimo Anual (5)	Valor Médio dos Contratos em Salário Mínimo Anual (6) = (5)/(4)
2005	18.035	59.300,6	3.288,1	7.991,1	0,4
2006	138.721	504.647,8	3.637,9	9.164,3	0,4
2007	192.736	828.509,0	4.298,7	9.468,4	0,5
2008	182.947	727.138,3	3.974,6	9.296,3	0,4
2009	286.175	1.249.495,4	4.366,2	10.132,6	0,4
2010	329.105	1.591.207,0	4.834,6	10.719,9	0,5
2011	366.681	1.907.479,4	5.202,0	10.495,6	0,5
2012	375.088	2.127.948,6	5.673,2	11.242,7	0,5
2013	421.486	2.743.459,8	6.509,0	11.452,7	0,6
2014	406.408	3.185.247,8	7.837,6	11.431,6	0,7
2015	448.593	3.575.793,9	7.971,1	11.952,9	0,6
2016	481.639	3.484.315,8	7.234,3	12.114,3	0,6
2017	518.697	4.053.043,5	7.813,9	12.771,5	0,6
2018	507.097	4.180.283,4	8.243,6	12.292,5	0,7
2019	495.684	3.916.355,2	7.900,9	15.822,4	0,5
2020	564.896	4.008.435,7	7.095,9	15.851,4	0,5
2021	589.752	3.674.050,9	6.229,8	15.142,8	0,4
2022	593.629	3.747.085,6	6.312,2	16.519,8	0,4
2023	585.759	5.772.623,9	9.854,9	17.008,5	0,6
2024	687.884	8.603.252,4	12.506,8	16.944,0	0,7
Total	8.191.012	59.939.674,2	7.317,7**	12.390,8**	0,6**
TGC (% a.a.)	10,6¹	15,8¹	5,2¹	3,7¹	1,5²

Fonte: Estimativas feitas com base nos dados fornecidos pelo ETENE/BNB (2025).

(*) Valores corrigidos para o ano de 2024, com base no IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.

(**) Valores médios no período avaliado.

1 – Significante a menos de 1% de erro;

2 - Significante a menos de 5,8% de erro.

Na Tabela 2 são apresentadas as evoluções das quantidades de contratos, dos valores totais e médios dos contratos, corrigidos para 2024, bem como as taxas geométricas de crescimento dessas variáveis entre 2005 e 2024. Também estão mostrados os valores anuais dos salários-mínimos e a participação relativa dos valores médios anuais de capitação do Agroamigo em salários mínimos anuais.

A evolução do Programa Agroamigo ao longo das duas últimas décadas, evidenciada na Tabela 2, destaca três aspectos principais de sua atuação: a ampliação dos números, a valorização dos contratos e os períodos de adaptação às condições econômicas. As informações revelam um aumento significativo, com o total de contratos aumentando de 18.035 em 2005 para 687.884 em 2024. Essa rápida expansão, que se deu a uma TGC de 10,6% a.a., evidencia a relevância crescente do Programa como ferramenta de crédito rural, em particular para a agricultura familiar, como evidenciado em pesquisas sobre políticas de desenvolvimento rural no Brasil.

Observa-se que o total de contratos celebrados no período analisado foi de R\$ 8,2 milhões. Esses contratos demandaram recursos em cerca de R\$ 60 bilhões. O valor médio anual dos contratos foi de R\$ 7.317,74.

As TGC dos totais dos contratos e dos valores totais contraídos se expandiram a uma taxa média anual de 10,6% e 15,8%, respectivamente. A TGC que afere a expansão dos valores médios dos contratos foi de 5,2% a.a. A Figura 1 revela que os valores médios dos contratos apresentaram uma trajetória de crescimento até 2018, seguida por uma queda entre os anos de 2018 e 2021. A partir de 2022, no entanto, observa-se uma retomada com um aumento significativamente mais acelerado até 2024 (Tabela 2 e Figura 1).

Figura 1 – Evolução dos valores médios dos contratos contraídos do Agroamigo em todos os estados inseridos no Programa entre os anos de 2005 e 2024



Fonte: Tabela 2.

Observa-se, ainda, que enquanto o salário mínimo anual cresceu a uma taxa média anual de 3,3%, o crescimento da relação valor médio anual dos contratos em relação ao salário mínimo anual evoluiu a uma taxa de apenas 1,4% ao ano. Como se percebe, trata-se de valores médios ainda muito baixos, o que sinaliza os níveis de dificuldades das famílias envolvidas (Tabela 2 e Figura 1).

4.3 Panorama geral do Agroamigo sob o ponto de vista das localizações dos municípios beneficiados

No terceiro objetivo da pesquisa buscou-se aferir a inserção dos municípios atualmente reconhecidos pelo CONDEL/SUDENE como fazendo parte do regime climático do Semiárido na captação dos recursos do Agroamigo no período investigado. Os resultados encontrados nesta etapa da pesquisa estão mostrados na Tabela 3. No Mapa 1 se mostra a atual delimitação do Semiárido.

Dos resultados mostrados na Tabela 3, depreende-se que os estados de Alagoas, Piauí e Sergipe conseguiram inserir todos os municípios que fazem parte do Semiárido no Progra-

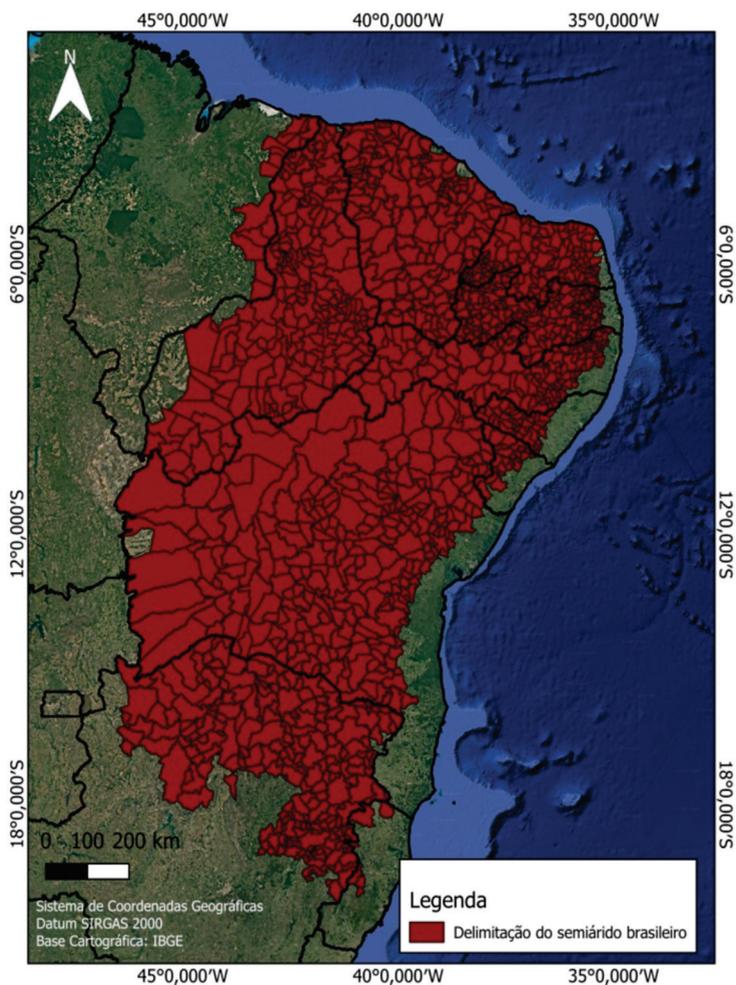
ma Agroamigo no período analisado. Minas Gerais (82,3%) e Espírito Santo (83,3%) são os estados que tiveram as menores inserções dos seus municípios reconhecidos como fazendo parte do Semiárido que captaram recursos do Agroamigo.

Tabela 3 – Total de municípios no Semiárido brasileiro e participação relativa dos municípios com Agroamigo no Semiárido, em 2024

Estados (1)	Total de Municípios (2)	Municípios no Semiárido (3)	Municípios Agroamigo no Semiárido em 2024 (4)	Participação Relativa dos Municípios do Semiárido Abrangidos pelo Agroamigo em 2024 (%) (5) = (4)/(3) x 100
Minas Gerais	853	217	179	82,5
Espírito Santo	78	6	5	83,3
Rio Grande do Norte	167	148	141	95,3
Bahia	417	287	279	97,2
Paraíba	223	198	193	97,5
Pernambuco	185	142	140	98,6
Ceará	184	175	174	99,4
Alagoas	102	42	42	100,0
Piauí	224	216	216	100,0
Sergipe	75	30	30	100,0
BRASIL	5.570	1.477	1.415	95,8

Fonte: ETENE/BNB (2025) e CONDEL/SUDENE (2024).

Mapa 1 – Delimitação atual do Semiárido brasileiro



Fonte: CONDEL/SUDENE (2024).

Diante dos elementos apresentados ao longo do trabalho, seguem as considerações finais, com destaque para os principais achados, suas implicações e algumas sugestões para aprimoramento do Agroamigo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências encontradas na pesquisa indicam que o Programa Agroamigo apresentou um crescimento significativo na inserção de municípios da Região Nordeste, bem como dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, ao longo de seus 20 anos de atuação nessas localidades.

Os dados também revelam avanços notáveis, tanto nas quantidades de contratos quanto nos valores contratados. Essas variáveis evoluíram a taxas consideráveis entre os anos de 2005 e 2020. Contudo, percebe-se que os valores médios contraídos ficaram aquém dos valores anuais do salário mínimo, sinalizando que as famílias beneficiárias do Agroamigo operam em patamares bastante reduzidos de renda.

Por outro lado, a pesquisa demonstra expressiva inserção dos municípios atualmente localizados no regime climático do semiárido, na captação de recursos do Programa, o que reforça o papel do Agroamigo como instrumento de apoio às regiões mais vulneráveis.

A conclusão geral do presente estudo é que o Programa Agroamigo tem contribuído de forma consistente para a inserção dos municípios da área de abrangência do Banco do Nordeste do Brasil na captação de recursos destinados à agricultura familiar. No entanto, observa-se que as limitações econômicas das famílias atendidas, em sua maioria classificadas como potenciais beneficiárias do Pronaf B, dificultam a contratação de valores mais elevados.

Esse fator está associado tanto às características produtivas, como às atividades agrícolas predominantes de sequeiro, que apresentam reduzidos acesso às tecnologias que poderiam prover melhores resultados físicos e econômicos para as famílias beneficiadas.

Em contrapartida, durante anos os valores máximos permitidos para serem contraídos pelas famílias do Grupo B permaneceram defasados, o que reduziu significativamente a capacidade de ampliação dos investimentos por parte dos agricultores, havendo reajuste somente em 2023.

Esta pesquisa apresenta um panorama geral de como evoluiu e como se encontra o estado das artes atualmente, no que se refere ao acesso dos agricultores ao Programa Agroamigo. Em decorrência dessa constatação, uma sugestão que emerge é a necessidade de se reavaliar os limites de financiamento atualmente disponíveis para essas famílias. Todavia, é fundamental reconhecer que a definição orçamentária não é atribuição do BNB, dependendo diretamente da autoridade monetária, representada pelo Banco Central e, sobretudo, das orientações estratégicas e políticas do Poder Executivo Federal.

Nessa perspectiva, cabe aos tomadores de decisão no BNB, e em outras instâncias de formulação de políticas públicas, buscarem estratégias para propor elevações nos limites de financiamento, em diálogo com o Banco Central e com os poderes Executivo e o Legislativo, observando as diretrizes macroeconômicas e o controle inflacionário.

No entanto, para que uma eventual ampliação dos valores financiados se traduza em reais benefícios às famílias, é indispensável considerar uma série de condicionantes, além do aspecto monetário. Entre eles, as áreas de terra disponíveis, especialmente no Semiárido, que são relativamente limitadas para a parcela majoritária dos agricultores. Essas condições estruturais, notadamente aliadas às condições fundiárias, representam uma das maiores limitações ao aumento da renda e à autonomia produtiva dos agricultores familiares.

Portanto, embora a elevação dos limites de financiamento do Agroamigo possa representar um avanço relevante, tal medida precisa ser avaliada de maneira minuciosa, consi-

derando aspectos técnicos, socioeconômicos e políticos. Isso significa que é necessário assegurar que eventuais mudanças promovam efetivamente o acréscimo de bem-estar dos agricultores familiares, respeitando suas condições reais de produção e reprodução social, especialmente em uma região cuja regra é a instabilidade climática, o que os torna bastante vulneráveis a este fenômeno natural, além das vulnerabilidades induzidas que caracterizam os habitantes dessas áreas como alguns dos mais carentes do Brasil.

Devido a essas características que prevalecem no Semiárido, este trabalho sugere ainda que os empréstimos concedidos por meio do Agroamigo sejam vinculados a uma modalidade de seguro agrícola. Embora o Programa já conte com formas de proteção, como um seguro de vida opcional voltado aos agricultores familiares e o Proagro Mais, que cobre perdas na lavoura, essas coberturas ainda são limitadas para o enfrentamento dos riscos climáticos, sobretudo no Semiárido.

Assim, uma proposta deste trabalho, para reflexão, seria expandir a cobertura para incluir um seguro agrícola específico, com financiamento tripartite que poderia ser definido dessa forma, apenas como sugestão: um terço pelos próprios agricultores (descontado do valor total contratado), um terço pelas prefeituras e um terço pelos governos estaduais. Os aportes das prefeituras e dos estados poderiam ser viabilizados por meio de realocação orçamentária de programas de apoio à agricultura familiar já existentes em nível local e estadual, de forma complementar aos recursos do FNE que financiam atualmente o Agroamigo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. O. et al. **Pronaf na área de atuação do BNB: avaliação de resultados e impactos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2017.
- ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. p. 275-290.
- AQUINO, J. R. de; BASTOS, F. Dez anos do Programa Agroamigo na Região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**, 46, 139-160. Disponível em: <https://doi.org/10.61673/ren.2015.46>. Acesso em: 29 fev. 2025.
- AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, p. 31-54, 2020.
- ARAÚJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Análise dos impactos do Pronaf na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016. **Textos para Discussão**, Ipea, Rio de Janeiro, v. 2412, p. 7-52, set. 2018.
- BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- BNB. **Agroamigo**. Fortaleza: BNB, 2015. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/agroami-go>. Acesso em: 24 mar. 2025.

BNB. **Relatórios e resultados**. Fortaleza: BNB, 2024. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/Agroamigo/relatorios-e-resultados>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 17 jul. 2024.

CRUZ, N. B.; JESUS, J. G.; BACHA, C. J. C.; COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, p. 1-20, 2021.

CUNHA JÚNIOR, J. M.; OLIVEIRA, A. I.; VALENTE JÚNIOR, A. S.; VIANA, L. F. G. Impactos do Programa Agroamigo no desenvolvimento econômico municipal. **Artigos ETENE**, Fortaleza: BNB, ano 3, n. 2, jun. 2022.

DUTRA, I. J. B; MARTINS, M. C.; PARRE, J. L. A produção da agricultura familiar e os efeitos dos programas de incentivo. **Revista de Política Agrícola**, v. 3, p. 94-106, 2021.

FERREIRA, F. D. G.; SOUSA, E. P.; SIQUEIRA, R. M.; KHAN, A. S. Indicadores de desenvolvimento rural e sua relação com as políticas públicas da agricultura familiar: uma análise para as mesorregiões brasileiras. **Acta Geográfica**, v. 16, n. 40, p. 179-205, jan./abr. 2022.

GUEDES, I. A.; ALMEIDA, A. T. C.; SIQUEIRA, L. B. O. Efeitos do microcrédito rural sobre a produção agropecuária na Região Nordeste: evidências do Programa Agroamigo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 1, e210774, 2021.

IBGE. **Censo agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 775 p.

IBGE. **Produto Interno Bruto (PIB) 2005-2024**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 12 mar. 2025.

JESUS, C. M.; CERQUEIRA, C. A.; SOARES, N. S.; SANTANA, R. O.; FERREIRA JUNIOR, A. C. Programa Agroamigo na Bahia (2005-2022): resultados gerais e desempenho no Semiárido e demais regiões do Estado. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 54, p. 233-250, 2023.

LEMOS, J. de J. S. Vulnerabilidades induzidas no Semiárido brasileiro. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 245-268, 2020.

LEMOS, J. J. S. et al. Agricultura familiar no Ceará: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 93-112, 2020.

LESSA, L C R; LEMOS, J. J. S.; TABOSA, F. J. S.; MENDES, F. A. T.; BEZERRA, F. N. R. Estabilidade da agricultura alimentar de sequeiro da Paraíba frente às instabilidades pluviométricas. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 62, p. e274633, 2024.

MAIA, G. B. DA S.; PINTO, A. de R. Agroamigo: uma análise de sua importância no desempenho do Pronaf B. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46, 9–20, 2015.

MARIONI, L. S. et al. Uma aplicação de regressão quantílica para dados em painel do PIB e do Pronaf. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 2, p. 221-242, 2016.

MONTEIRO, A.P.; LEMOS, J. J. S. Desigualdades na distribuição dos recursos do PRONAF entre as regiões brasileiras. **Revista de Política Agrícola**, v. 2019, p. 6-17, 2019.

NWIBO, S. U.; OKONKWO, T. O.; EZE, A. V.; MBAM, B. N.; ODOH, N. E. Effect of Microcredit on poverty reduction among rural farm households in Northeast, Nigeria. **Asian Journal of Agricultural Extension, Economics & Sociology**, v. 35, n. 2, p. 1-9, 2019.

PEREIRA NETO, A. Agroamigo: uma bem-sucedida política pública de combate à pobreza no meio rural do Nordeste do Brasil. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. p. 229- 243.

PILON, A. A.; NUNES, E. M. O Programa de microcrédito rural orientado e acompanhado (Agroamigo) nos territórios do Rio Grande do Norte. **Revista Cadernos de Economia**, Unochapecó, v. 26, n. 42, p. 1-19, 2022.

SCHRODER, M. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do PRONAF. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. **A experiência dos Programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. p. 245-280.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2016.

SILVA, R. P. **Modernização da agropecuária brasileira: progresso econômico e heterogeneidade produtiva**. 2019. 94 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVEIRA, M. P. C; MONTENEGRO, R. L. GONÇALVES; PEREIRA, P. R. Pronaf e desenvolvimento rural: uma análise para Minas Gerais nos anos de 2006 e 2017. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 62, p. 264581, 2024.

SOUSA, E. P. BARBOSA, W. F. Efeitos do Programa Agroamigo sobre o desempenho da pecuária nos municípios cearenses no período de 2012 a 2021. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 54, p. 99-118, 2023.

TELES, M. L. C. **Impacto do Pronaf na produção agrícola dos municípios cearenses**. 2007. 83 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

VITAL, T., MELO, A. O Agroamigo em Pernambuco: alguns resultados. **Revista Econômica do Nordeste**, 46, 123–138, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.61673/ren.2015.45>. Acesso em: 15 abr. 2025.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introductory econometrics: a modern approach**. 6. ed. Boston: Cengage learning, 2015.

CAPÍTULO 3

O Papel do Agente no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado:

Um Estudo Sobre o Agroamigo

Carolina Braz de Castilho e Silva

Josemar Hipólito da Silva

Sergio Schneider

1 INTRODUÇÃO

O Agroamigo é um programa de microcrédito rural, que utiliza a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). O Agroamigo surgiu em 2005, como forma de operacionalizar o Pronaf B no Banco do Nordeste (BNB). Ao longo da sua trajetória, o Programa totalizou 8.191.012 contratos, atuando nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e parte de Minas Gerais e Espírito Santo. Devido à sua abrangência e importância, o Programa Agromigo tem trazido importantes contribuições para ampliação da capacidade produtiva e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares do Nordeste, norte do Espírito Santo e Minas Gerais.

O objetivo deste artigo é discutir a importância do Agente de Microcrédito para o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), a partir da experiência desenvolvida e aplicada pelo Banco do Nordeste na modalidade Agroamigo.

Analisar um programa de microcrédito orientado vai além de conhecer os resultados imediatos do crédito, pois envolve conhecer sua organização e contribuição de longo prazo para os agricultores familiares e para o desenvolvimento das regiões nos quais se insere.

Para entender o papel do crédito na sociedade, pode-se recorrer à contribuição de Beckert (2017), para quem o crédito é um dispositivo para construir “futuros imaginados”. Gerado pelo empréstimo, o crédito permite a produção e venda futuras de bens a preços maiores do que o valor inicial que possam cobrir os juros do crédito. Para tanto, é necessário que o crédito dê início a um ciclo de crescimento econômico que, por sua vez, faz com que a busca ao crédito se torne recorrente e necessária, promovendo-se, assim, a inserção dos tomadores de crédito na dinâmica mais geral da economia. Segundo Beckert (2017), o acesso ao crédito acaba por fomentar a orientação calculativa dos agentes em relação ao futuro. O uso do dinheiro e as trocas econômicas realizadas nos mercados competitivos fazem com que os distintos atores orientem suas ações para um futuro que é incerto e aberto (com diferentes possibilidades).

Nesse processo, o dinheiro leva à destradicionalização das relações econômicas no sistema capitalista, desempenha um papel fundamental na organização de novas relações de troca e impulsiona a mudança nas sociedades (Beckert, 2017). Isso ocorre, segundo Beckert (2017), porque o cálculo racional dos mercados sabota a lógica das economias tradicionais, especialmente no tocante ao mercado de trabalho, eliminando as formas tradicionais de trabalho.



O crédito ou microcrédito desempenham, assim, um duplo papel no desenvolvimento. Por um lado, fornecer os meios materiais de inclusão dos agricultores de menor poder aquisitivo nos mercados financeiros, via acesso a empréstimos e compra de ativos. Por outro lado, e ao mesmo tempo, o acesso ao crédito insere os tomadores em uma dinâmica social e econômica distinta, na qual precisam trabalhar e produzir algum bem ou mercadoria intercambiável que permita acesso a dinheiro para que possa pagar o financiamento.

Um aspecto central neste processo é o objetivo dos agentes de crédito, que têm o papel de criar as condições de possibilidades para que os agricultores possam acessar o crédito. Estes agentes são portadores da inclusão, o que faz com que, na prática, sejam eles os tomadores de decisão sobre quem é abordado e quem será contemplado com o acesso ao microcrédito.

Neste artigo, pretende-se analisar a trajetória do programa de microcrédito rural Agroamigo a partir da perspectiva dos agentes que auxiliam em sua implementação. Neste sentido, recorre-se ao trabalho de Lotta (2014), que demonstra a importância de analisar a interação entre o que chama de “burocratas de nível de rua” e usuários da política pública para a compreensão da sua implementação e os resultados por ela gerados. Esse grupo, denominado de “burocratas de nível de rua”, é representado pelos agentes estatais que atuam em contato direto com os usuários de uma determinada política, como é o caso dos Agentes de Microcrédito Rural do Agroamigo.

Esse grupo é definido pela sua posição de intermediação entre o Estado e os usuários de políticas públicas, exercendo a discricionariedade na execução dos programas, de forma que se torna relevante compreender sua atuação (Lotta, 2014; 2021). Isso acontece, quando por exemplo, os agentes comunitários de saúde ensinam procedimentos fora do serviço de saú-

de (como o encaminhamento ao Bolsa Família, por exemplo), o que não está previsto em lei, aplicando a mesma política pública de formas distintas, no exercício da sua discricionariedade. Ou ainda quando precisam universalizar serviços sem recursos suficientes para tal, sendo necessário que articulem categorias individuais e não oficiais, de merecimento e prioridade, para a inclusão de usuários nos programas, o que leva à exclusão de usuários mais vulneráveis (Lotta, 2014; 2021).

Entre as práticas identificadas nas interações é comum que, durante os processos de interação, utilizem mecanismos de tradução, ou seja, a tentativa de transformar o que é dito pelos atores em uma linguagem comum, traduzindo linguagem técnica e linguagem comum e simplificando procedimentos; utilizem mecanismos de demarcação de molduras e de mudança de molduras, ou seja, demarquem as esferas técnico-burocrática e comunitária através da linguagem correspondente e recorram a expressões que alterem o molde da interação. São utilizados também os mecanismos de qualificação de identidade, mecanismo de estabelecimento de reciprocidade, mecanismo de falar por outro e mecanismo de manipulação de pronomes, criando aproximação ou distanciamento entre os grupos (Lotta, 2014). Dessa forma, a discricionariedade do uso de diferentes mecanismos por parte dos agentes, permitem demarcar interações e determinar como a política pública será aplicada na prática.

2 MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO (MPO): UMA ORIGEM LIGADA À INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DAS POPULAÇÕES POBRES

O ano de 2005 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o “Ano Internacional do Microcrédito”. A iniciativa derivou da compreensão do microcrédito enquanto um poderoso instrumento de combate à pobreza, atra-

vés da geração de renda e emprego. Uma vez que suas ações e iniciativas estão direcionadas para as camadas mais baixas e vulneráveis da população, o microcrédito se tornou uma das estratégias mais adotadas no combate às desigualdades sociais e econômicas (Pereira, 2005).

O microcrédito, no seu formato atual, se caracteriza pela concessão de um empréstimo de baixo valor, com prazos curtos de pagamentos, destinados às pessoas físicas, para pequenos empreendimentos informais, microempresas e empresas de pequeno porte, sem acesso ao sistema financeiro tradicional, com o diferencial de não oferecer garantias reais de pagamento. É um crédito produtivo, com a finalidade de financiar capital de giro e o investimento em ativo fixo, concedido a partir da utilização de uma metodologia assistida, na qual o agente de crédito, que é funcionário/representante da instituição credora, interage com o tomador de crédito, antes, durante e depois da concessão do empréstimo (Barone et al., 2002).

2.1 Trajetória do Microcrédito

Segundo Benício (2012), a utilização do microcrédito teve seus primeiros passos, por meio de manifestações econômicas no sul da Alemanha em 1846, a partir de Franz Schulze-delitsch e Friedrich W. Raiffeisen, que buscavam soluções para colaborar com a população menos favorecida economicamente. Diante da necessidade de armazenar alimentos, eles identificaram a necessidade de incentivar a colaboração de forma associada da comunidade, reunindo os subsídios para reduzir a pobreza de sua localidade.

No entanto, Mayrink (2009) indica que o real motivo da origem do microcrédito está atrelado a uma intempérie natural. Assim, um período de forte inverno na Alemanha teria levado os fazendeiros a se endividarem com agiotas, quando o pastor Friedrich W. Raiffeisen, idealizou um processo de co-

mercionalização mútua entre os fazendeiros, a fim de provocar o aumento da renda local e gerar empregos, criando posteriormente uma cooperativa de crédito popular.

No mesmo período, na década de 1900, em Quebec, no Canadá foi criado o *Caisse Populaire*, quando um jornalista da Assembleia Legislativa, juntamente com colegas, emprestou dinheiro à população carente, beneficiando cerca de cinco milhões de pessoas em uma década (UNDP, 2000 *Apud* Benício, 2012, p. 19).

No decorrer do século XX outras experiências foram realizadas, porém, a que mais se destacou por seu caráter inovador e seu alcance, foi a criação do Banco Grameen, em 1976. Criado pelo Professor e Economista Muhammad Yunus, o Banco Grameen, é uma instituição privada, organizada sob a forma de sociedade por ações, tendo sua organização composta por 90% de particulares e 10% do governo de Bangladesh.

Sendo a maior instituição de microcrédito do mundo, a experiência do Banco Grameen fez com que o microcrédito se popularizasse. Seus objetivos estão inseridos no aumento da oferta de emprego e redução da pobreza, reduzindo a desigualdade social (Pereira, 2005, p. 19). Nos primeiros 15 anos de operação, o Banco havia concedido mais de 2,3 bilhões de dólares à população de baixa renda e até junho de 2017, já tinha emprestado mais de 22 milhões de dólares em crédito livre de garantias, distribuídos em mais de 81 mil vilarejos de Bangladesh.

Embora as taxas de juros cobradas nos empréstimos concedidos (20% ao ano) sejam consideradas elevadas para o sistema bancário tradicional, elas ainda são menores do que as taxas cobradas por agiotas em Bangladesh, o que torna o crédito atrativo para os usuários (Yunus; Jolis, 2000).

Yunus e Jolis (2000), defendem a implantação do microcrédito direcionado ao público feminino, pela facilidade



com a qual as mulheres são agentes de mudanças na qualidade de vida das suas famílias e estimulam a redução da pobreza. Os autores confirmam o microcrédito como sendo muito mais que uma relação financeira de emprestar e receber o dinheiro de volta, tratando-se de um passaporte para a autodescoberta e a autoexploração, no qual, quem tem acesso ao microcrédito inicia o processo de explorar seu potencial e sua criatividade empreendedora.

No ano de 2007, o número de instituições de microfinanças no planeta era de 2.420, alcançando mais de 99 milhões de clientes, sendo a maioria das instituições na Ásia, enquanto quase um terço (714 instituições) estavam situadas na América Latina (Microfinance Information Exchange, 2013).

Quando os vencedores do Prêmio Nobel de Economia de 2019, Abhijit V. Banerjee e Esther Duflo, analisaram a operacionalização da concessão de crédito e microcrédito em diferentes países, demonstraram a importância que os agentes de crédito exercem no processo de adesão ao crédito e microcrédito, uma vez que exercem forte influência no comportamento dos clientes que acessam tais serviços. Assim, defendem diretamente abordagens personalizadas baseadas em evidências situacionais voltadas à melhoria do sistema de microcrédito dentro das instituições (Banerjee; Duflo, 2019).

Para os autores, alguns processos estão relacionados diretamente à percepção popular sobre como a economia é frequentemente baseada em instituições erradas e narrativas simples e incorretas que promovem um alto grau de inadimplência. Por vezes, esse processo promove o endividamento, comprometendo a saúde financeira das famílias dos tomadores de crédito e microcrédito. Nesse sentido, a figura do agente de crédito ganha protagonismo, ao identificar as reais necessidades dos clientes, bem como, o acompanhamento contínuo sobre a execução dos projetos (Banerjee; Duflo, 2019).

Para Karlan e Appel (2011), nem todas as boas intenções se traduzem em bons resultados, de maneira que é necessário testar, mensurar e ajustar as intervenções sociais. Isso inclui os programas de microfinanças e os processos de bancarização da população, promovendo garantias, mudanças reais e duradouras na vida das populações que acessam esses serviços. Os autores enfatizam como os agentes de crédito afetam diretamente o desempenho das instituições financeiras e de microfinanças que estão inseridos, bem como o comportamento dos clientes (Karlan; Appel, 2011).

Outro ponto salientado pelos autores (Karlan; Appel, 2011), e que pode contribuir para pensar sobre a atuação dos agentes de microcrédito do Banco do Nordeste é o fato desses atuarem como mediadores sociais e econômicos nos processos de concessão e cobrança de crédito, chegando a atuar como educadores financeiros, promovendo confiança e facilitando a adesão aos programas. Essas características são refletidas nos índices de adimplência, no engajamento dos clientes e na performance desses agentes de crédito e da modalidade em comparação a outras instituições.

Fica evidente que o sucesso de um programa de crédito e/ou modalidade não depende apenas do acesso ao crédito, mas do modo que ele é oferecido. Esse processo depende da valorização da figura do agente de crédito como parte essencial da estrutura institucional, incluindo aí remuneração por desempenho e metas (Karlan; Appel, 2011).

2.2 A trajetória do microcrédito no Brasil

No Brasil, as primeiras iniciativas de microcrédito estão ligadas à União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), tornando-se mais conhecida como Programa UNO. Convém salientar que segundo Santiago (2011), a atividade de microcrédito realizada pela UNO,

[...] já nasceu especializada, utilizando conceitos que as instituições de microcrédito operam nos dias de hoje, como a figura dos agentes de crédito, a ideia do crédito orientado e a fiança baseada numa “pessoa de referência”, não sendo exigida desse avalista uma renda que garantisse o crédito. Além disso, a UNO manuseava conceitos e práticas como a pesquisa para conhecer o perfil dos clientes em potencial, o mapeamento da área geográfica de atuação, a concessão de créditos para setores econômicos específicos e a visão de autosustentabilidade (Santiago, 2011 Apud Roschel, 2004).

Ainda conforme Santiago (2011, p.12), após esse período, cerca de 50 ONGs ao redor do Brasil iniciaram atividades no segmento das microfinanças. No entanto, as operações de microcrédito só começaram após 1994, quando se iniciou o período de estabilidade macroeconômica. Para Silva (2011), o microcrédito é uma tendência política liderada pela sociedade civil organizada e ONGs, que se tornou uma alternativa de desenvolvimento, em conformidade com a economia em forte crescimento. Porém, essa tendência exigiu procedimentos educacionais em sua operacionalização.

Outra experiência relevante foi a realizada no Ceará pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE/CE), ainda na década de 1980, com o desenvolvimento do Programa de Apoio a Microunidades de Produção (PAMICRO), financiado pelo Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED), bem como o Programa de Prioridades Sociais, do então Governo Sarney. Nesse momento, aproximadamente 500 microprodutores informais obtiveram o financiamento, com subsídios de 50% para o reembolso dos empréstimos (Santiago, 2011, p. 12-13).

As mulheres foram inseridas no microcrédito, uma vez que a experiência do “Banco da Mulher/seção Bahia, ligada a rede *Women’s World Bank* em 1989, colocou em prática um programa de concessão de microcrédito, utilizando a metodologia dos grupos solidários de crédito”.

A trajetória do microcrédito no Brasil, em especial no Nordeste, apresenta quatro momentos distintos. Seu início é marcado pela inserção das primeiras ONGs com operacionalização na Região, UNO (Ceará), Rede CEAPE (Pernambuco) e Rede Banco Mulher (Bahia). O segundo momento é caracterizado por experiências governamentais, tanto estaduais quanto municipais. O terceiro momento é o de inserção da empresa FININVEST por meio de ONGs localizadas no Rio de Janeiro (VI-VACRED e RIOCREC), enquanto o quarto período é composto por maior inserção dos bancos públicos nesse processo, tais como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (Silva, 2002; 2004).

Segundo Silva (2011), as motivações que fizeram surgir o microcrédito no Brasil e na América Latina foram as mesmas das demais regiões do mundo, ou seja, a possibilidade de contribuir para a redução dos índices de pobreza e desemprego. Porém a operacionalização de crédito utilizada pelas instituições financeiras, bancos e outras, traziam e/ou trazem uma série de barreiras ao empreendedorismo buscado pelos pobres.

Inúmeros preconceitos e simplificações também contribuem para a exclusão social, financeira e produtiva das populações pobres, entre os quais problemas como a falta de um nível aceitável de instrução, o nível de acesso à tecnologia, localidade onde reside, entre outros. Yunus e Jolis (2000), identificam alguns mitos ligados à pobreza que reforçam esses argumentos:

[...] (a) os pobres devem ter alguma formação antes de empreender uma atividade geradora de rendas;

b) o crédito, por si só, não serve para nada; deve ser acompanhado de projetos de formação, de marketing, de transporte, de tecnologia e de educação;

c) os pobres não sabem economizar; têm o hábito de consumir tudo o que lhes chega às mãos, porque suas necessidades de consumo são prementes;

d) os pobres não sabem trabalhar em equipe;

e) a pobreza crônica tem um efeito devastador sobre o espírito e as aspirações dos pobres. Como acontece com o pássaro que, tendo passado a vida na gaiola, recusaria voar se a abrissemos;

f) as mulheres pobres não têm nenhuma competência, portanto é inútil conceber programas destinados a elas;

g) os pobres são demasiado famintos e desesperados para tomar decisões racionais;

h) os pobres têm uma visão acanhada da vida e não se interessam nem um pouco pelo que poderia ajudá-los a mudar sua condição;

i) os pobres preferem trabalhar para um patrão a se ocupar de seu destino;

j) é possível que o crédito desafogue os pobres temporariamente, mas não terá nenhum efeito a longo prazo, nada fará para promover uma reestruturação equitativa da sociedade [...] (Yunus; Jolis, 2000, p.104-105).

Segundo Sampaio (2014) é a partir de uma leitura da realidade que se estabelece o formato e compreensão da pobreza, e se torna possível construir um ambiente normativo e institucional apto a integrar os segmentos de baixa renda em um projeto de desenvolvimento efetivamente inclusivo. O microcrédito produtivo orientado pode ser uma das políticas de apoio para esse fim, atuando de forma integrada com outras modalidades de crédito, políticas fiscais e políticas de desenvolvimento econômico e social, a exemplo das políticas ligadas à inclusão produtiva, contribuindo para diversificar os meios de vida das populações rurais.

Atualmente, o maior interlocutor de dados de famílias brasileiras de baixa renda¹, é o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que foi criado em 2001 com a finalidade de coletar dados, informações e características de famílias inseridas nesta condição. Tem sido utilizado por mais de duas dezenas de programas sociais federais, possibilitando não apenas a identificação e a seleção de potenciais beneficiários, mas também seu monitoramento e acompanhamento (Brasil. MDS, 2018).

No Cadastro Único estão inseridas mais de 26 milhões de famílias, o que corresponde a aproximadamente 75 milhões de pessoas que têm suas informações agrupadas, ou seja, informações dos membros das famílias (documentação, escolaridade, situação no mercado de trabalho, renda etc.), informações dos domicílios e serviços essenciais ofertados, entre outras informações relevantes (Brasil. MDS, 2018).

Cabe salientar que o modelo adotado pelo Brasil não é o único a atender à população inserida em programas de as-

¹ De acordo com o conceito de Cadastro Único, famílias de baixa renda são aquelas que vivem com renda mensal de até 1/2 salário mínimo *per capita* ou três salários mínimos de renda total (Brasil. MDS, 2018).

sistência social do governo². Segundo Santiago (2015, p. 124), o microcrédito na França, coordenado pela Adie (*Association pour le droit à l'initiative économique*), indica que embora o microcrédito tenha foco prioritário para a camada de baixa renda, 42% de seus clientes são beneficiários de programas de assistência social do governo. Neste mesmo formato, a instituição realiza ainda empréstimos às pequenas empresas e microempreendedores, utilizando metodologia semelhante à empregada no Brasil. Ou seja, a Adie baseia suas atividades em capacitações continuadas dos microempreendedores, antes, durante e após a concessão do empréstimo, utilizando entre outros aspectos, a análise do plano de negócio do tomador de microcrédito (Santiago, 2015 apud Association pour le Droit à l'Initiative Économique, 2013).

Cabe ressaltar a iniciativa desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que iniciou um projeto de inclusão e educação financeira em 2009, com a finalidade de inserir o empreendedor de baixa renda, dentro da previsão normativa do Bolsa Família. Esse projeto foi respaldado pelo Decreto nº 7.013, de 2009, e a inserção da bancarização se deu pela efetivação do pagamento do benefício do Programa Bolsa Família via conta simplificada da Caixa Econômica Federal. Outro foi o Decreto nº 7.397, de 2010 que possibilitou estabelecer os pilares e estratégias para identificar o público que se encontra em vulnerabilidade econômica e social (Brasil. MDS, 2018).

Essas experiências ganham relevância, especialmente diante da dificuldade de integração de políticas de desenvolvimento para o meio rural. Já foi demonstrado que o acesso dos beneficiários do Programa Bolsa Família a outras políticas de inclusão socioeconômica, de crédito (Pronaf) e comercialização (PAA) é limitado, por distintos fatores, entre os quais

² Santiago (2015, p. 125), indica que Yunus e Jolis acreditam que os programas de assistência social promovidos pelos governos privam os pobres do espírito de iniciativa, e que o seguro-desemprego não é uma solução eficaz para o desemprego momentâneo.

a ausência de terra própria disponível para cultivo e a ausência de documentação, enquanto outros programas, destinados à organização da estrutura produtiva das famílias, de forma orientada, se tornam relevantes (Castilho e Silva, 2014).

Já Aquino et al. (2017) comparam os estados do Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul e demonstram que o Programa Bolsa Família apresenta baixa articulação com outros, como o Pronaf B, que atende ao mesmo público-alvo. Para os autores (Aquino et al., 2017), é necessário ampliar essa sinergia para o fortalecimento das capacidades e ampliação dos meios de vida dos beneficiários, incluindo aí ações integradas de extensão rural, que ampliem a construção de novas estratégias de produção e de trabalho.

Assim, compreende-se que a orientação atrelada ao crédito se torna fundamental para o sucesso das políticas de crédito, especialmente quando se trata de população de baixa renda, que conta com poucos ativos disponíveis, como é o caso do Pronaf B. Nesse sentido, e diante de desafios climáticos cada vez maiores, a ampliação do portfólio de projetos disponível torna-se mais adequada do que a simples replicação de projetos, o que demanda forte atuação dos agentes de microcrédito.

No caso do Nordeste, conforme Lima et al. (2022), a agricultura é variada, tanto em relação ao tipo de cultura quanto ao nível tecnológico empregado, e em grande parte, apresentando baixa propensão para a exploração agrícola, devido a fatores como condições edafoclimáticas, atraso tecnológico, deficiências logísticas, dificuldades de acesso ao crédito e assistência técnica. Ou seja, o desenvolvimento de políticas públicas de fomento voltadas para a produção sustentável, nesse contexto, se torna fundamental para diminuir as desigualdades regionais, através de sistemas de irrigação, disponibilização de máquinas e equipamentos e aumento das áreas exploradas,

com investimentos em inovação, difusão tecnológica e apoio à comercialização.

O estudo de Aquino et al. (2021), já destacava o mesmo argumento, ao chamar atenção para as condições agroecológicas específicas da Região, em função das peculiaridades climáticas na maior parte do território. Além disso, grande parte dos agricultores conta com condições materiais de produção e reprodução precárias, ou seja, pouca terra para produção, estrutura de produção deficiente e baixos níveis de renda familiar, educação formal, tecnológico, além de precária assistência técnica, que prejudicam o desempenho das atividades agropecuárias (Aquino et al., 2021).

Sobre esse aspecto, é importante resgatar o debate proposto por Scoones (1998; 2009) acerca dos meios de vida sustentáveis e sua relevância para a discussão do desenvolvimento rural, redução da pobreza e gestão ambiental. Scoones (1998) desenvolve uma abordagem de análise composta de cinco indicadores-chave, formados através do acesso a um conjunto de recursos de subsistência, que envolvem capital humano, social, econômico e natural, articulados na conformação de distintas formas de subsistência.

Para Scoones (1998), um meio de vida sustentável pressupõe a capacidade de recuperação de estresses e choques ou a manutenção dos ativos sem prejuízo aos recursos naturais, para o qual concorrem a redução da pobreza e a sustentabilidade dos recursos naturais.

É importante destacar que a capacidade de empregar diferentes estratégias de subsistência depende dos ativos materiais e sociais disponíveis. Isso quer dizer que dependem do capital econômico (ou seja, dinheiro, crédito, infraestrutura produtiva), capital natural (ou seja, os estoques de recursos naturais), o capital humano (ou seja, as habilidades, conhecimento, saúde física e capacidade de

trabalho) e o capital social (ou seja, as redes de relações sociais) (Scoones, 1998).

Entre as opções disponíveis, a família rural poderá obter mais sustento através da agricultura (ou seja, o aumento dos recursos, investimentos e de produção), da diversificação de atividades para além da unidade produtiva, ou da migração, conforme as opções disponíveis e os riscos envolvidos em cada uma delas. Dessa maneira, torna-se relevante compreender como os diferentes recursos de subsistência são articulados, em diferentes contextos.

3 AGROAMIGO: UMA EXPERIÊNCIA DE MICROCRÉDITO RURAL NO NORDESTE BRASILEIRO

O Agroamigo é um Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, que utiliza a metodologia do PNMPO, com o objetivo de melhorar as condições socioeconômicas das famílias rurais. O Programa Agroamigo surgiu em 2005, para melhorar o acesso dos agricultores familiares ao Pronaf B. Em 2024 aplicou 8,6 bilhões de reais, distribuídos em 687.884 contratos na sua área de atuação.

Após os primeiros anos de execução do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, foi identificado que, por não fazer distinção entre faixas de rendimento nos estabelecimentos, ocorreu concentração dos recursos, sem que os agricultores mais vulneráveis tivessem acesso ao crédito (Maia; Pinto, 2015; Alves, 2015).

Para melhorar o acesso ao Programa, em 1999 o Pronaf foi dividido em quatro grupos³ conforme a renda familiar anual e participação ou não no Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária. Surge assim o Grupo B do Pronaf, tam-

³ Conforme Resolução nº 2.629 de 10 de agosto de 1999. Para mais detalhes, ver Lopes (2022).

bém conhecido “agricultores de renda mais baixa” ou público prioritário do microcrédito, o que contribuiu para adequar as condições de participação e de pagamento (Maia; Pinto, 2015). Malgrado a criação do Grupo B do Pronaf, voltado aos agricultores de menor renda e com maior risco de inadimplência, logo verificou-se que na Região Nordeste do Brasil havia necessidade ainda mais específicas, do que resultou à criação do Agroamigo, em 2005 (Maia; Pinto, 2015; BNB, 2023a).

Assim, o Agroamigo atende ao público-alvo do Pronaf e compartilha dos mesmos objetivos do Programa, a saber: o estímulo à geração de renda e a melhoria do uso de mão de obra familiar. No entanto, o Agroamigo opera com metodologia própria, inspirada no programa de microcrédito Crediamigo, do BNB, através da metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) (BNB, 2023a).

A metodologia do Agroamigo se diferencia das demais pela presença de um agente de microcrédito, que promove o atendimento especializado ao microempreendedor rural, o que é considerado uma inovação (Maia; Pinto, 2015; Alves, 2015; Silva; Aquino, 2017). É esse agente que divulga o Programa nas comunidades rurais, e elabora a proposta simplificada de crédito, além de orientar e acompanhar o planejamento do negócio do cliente (Maia; Pinto, 2015).

O Agroamigo se assenta no tripé informação, confiança e capacidade de cumprimento dos contratos. Segundo Silva e Aquino (2017), isso permitiu ao Agroamigo reduzir a inadimplência e a predominância de crédito para pecuária, que marcavam o crédito no âmbito do Pronaf B até a introdução da nova metodologia.

Desse modo, devido à sua forma de atuação, o Agroamigo exige uma relação de confiança entre os agentes, que orientam os projetos, e os agricultores que contratam crédito, o que é facilitado quando o profissional é contratado na

mesma comunidade na qual atua, contribuindo para minimizar os problemas de desconfiança em relação ao crédito e poder orientar e acompanhar os empreendimentos dos clientes. São os agentes também responsáveis pela carteira de clientes, tendo sua atuação e remuneração impactada pela taxa de inadimplência (Silva; Aquino, 2017; Maia; Pinto, 2015).

Atualmente, se encontra disponível uma ampla literatura sobre a aplicação dos recursos do Programa e seus impactos sobre os beneficiários. Ao observarem as operações do Pronaf no Nordeste, Maia e Pinto (2015) identificaram que 60% delas foram realizadas através do BNB, embora menos de 20% dos agricultores com Declaração de Aptidão ao Pronaf tivessem acesso aos recursos do Pronaf, nos anos agrícolas de 2011/2012 e 2012/2013.

Já Silva e Aquino (2017), demonstraram que, apesar do aumento do número de contratos e valor aplicado no município de Angicos (RN), entre 2006 e 2012, o Programa apresentava padronização dos projetos financiados e baixa diversificação de atividades. Além disso, a baixa integração com outras políticas públicas de desenvolvimento rural limitava o alcance dos efeitos socioeconômicos do Agroamigo. Em 2012, apenas 782 agentes de crédito atuavam para atender 1,8 milhão de estabelecimentos agropecuários elegíveis aos Agroamigo na sua área de atuação, de forma que para atender toda a demanda, seria preciso atender 2.300 agricultores anualmente, embora fosse um número bastante elevado em relação à quantidade inicial de 167 agentes (Silva; Aquino, 2017).

Já o estudo de Alves (2015) identificou que apesar do aumento do público atendido, com a introdução do Agroamigo Mais, em 2012, com faixa de renda superior ao elegível ao Pronaf B, o público-alvo original continuava sendo priorizado, o que demonstrou seu potencial e importância na Região. Apesar disso, foram identificados fatores limitantes ao Programa,

como dificuldade de acesso à assistência técnica e concentração de atividades na pecuária bovina.

Outros estudos, como o de Abramovay et al. (2012), indicaram resultados positivos quanto ao atingimento dos objetivos do Programa Agroamigo, embora seu público apresentasse baixo grau de escolarização, indicando que o acesso a políticas públicas atenuava os efeitos da pobreza de renda, contribuindo para o aumento da produção agropecuária, além de acesso a bens de consumo dos participantes do Programa.

Castilho e Silva *et al.* (2024) demonstraram alguns resultados do Agroamigo sobre as condições de vida dos clientes na modalidade Crescer e Mais, comparando os clientes novos e antigos, conforme já havia sido realizado por Abramovay et al. (2012). Entre os resultados encontrados, destaca-se que os clientes que participam do Programa há mais tempo apresentaram melhorias na qualidade de vida, incluindo-se aí infraestrutura sanitária e aquisição de ativos.

O estudo de Castilho e Silva *et al.* (2024) permitiu identificar que os clientes antigos (especialmente da modalidade Mais) são os que acessam com mais frequência os mercados de outras localidades, sugerindo uma estrutura de comercialização mais madura. Outro ponto a ser destacado é que, em sua maioria, o acesso ao crédito rural se dá somente através do Programa Agroamigo, e o financiamento é direcionado para investimentos, especialmente compra de animais e reforma de instalações, além da percepção de melhoria da renda dos clientes após início da participação no Agroamigo.

Embora a pesquisa (Castilho e Silva et al., 2024) tenha sinalizado a ampliação do número de agentes de microcrédito, passando de 167 no início do Programa, para 1.239 em 2023, ela aponta para a necessidade de ampliação. Isso porque a ampliação do número de agentes, juntamente com a individualização dos projetos, contribui para a identificação de potenciais

atividades para a diversificação produtiva, reduzindo, assim, o nível de concentração em financiamentos na pecuária, que é cerca de 80,0%. Ademais, a diversificação pode contribuir para reduzir os riscos de insegurança alimentar e aumentar a renda das famílias.

Ainda, considerando as Diretrizes Estratégicas do BNB, que preconizam o avanço em práticas ambientais, sociais e de governança, o investimento nas linhas de crédito que valorizam a dimensão ambiental, como Agroamigo Sol e Água pode ser estratégico para ampliar a sustentabilidade socioambiental dos projetos financiados.

Disso resulta que, a atuação dos agentes de microcrédito é estratégica para evitar a padronização dos projetos e identificar potenciais das distintas regiões e de cada propriedade, contribuindo para práticas mais sustentáveis, conforme cada potencialidade identificada. Além disso, para a adequação dos projetos, é necessário o acompanhamento técnico. Como é sabido, os financiamentos da linha de crédito do Agroamigo já são providos desse diferencial, para fazer frente à escassez de serviços de ATER disponibilizados pelo Estado.

Por outro lado, estudos como o de Aquino, Gazolla e Schneider (2018) apontam que a dicotomia entre agricultura familiar e patronal, que perpassa o debate nacional sobre o tema, tem dificultado a percepção da heterogeneidade e da desigualdade produtiva no interior na agricultura familiar brasileira.

Para os autores (Aquino, Gazolla e Schneider, 2018), a visão homogeneizante da agricultura familiar agrava a desigualdade existente, diante da concentração de recursos provenientes da política de crédito rural, incluindo o Pronaf, que privilegiaria os grupos mais capitalizados, enquanto perpetua a marginalização dos grupos mais pobres. Um exemplo dessa atuação, seria a linha Pronaf Mais Alimentos, que estimula a modernização tecnológica, concentrando recursos em em-

preendimentos já consolidados das regiões Sudeste e Sul, e não atendendo aos agricultores periféricos e assentados da reforma agrária, especialmente das regiões Nordeste e Norte.

Aquino, Gazolla e Schneider (2018) argumentam que desde sua origem o modelo de distribuição de recursos do Pronaf prioriza o financiamento aos setores que apresentam potencial de modernização, além da expansão do crédito aos setores mais capitalizados, contribuindo para a existência de grande número de agricultores que não acessam os ativos necessários à produção. Para corrigir essa situação, seria necessário, portanto, passar a priorizar os grupos A e B, compostos pela maior parte dos agricultores familiares, que é onde o Agroamigo atua.

Em estudo recente, Tenchini e Freitas (2024) buscaram identificar os efeitos do acesso ao crédito rural e do volume de recursos sobre as variáveis emprego, renda, produtividade e sustentabilidade em municípios de agricultora familiar do Rio de Janeiro. Chama a atenção que os resultados indicaram impacto positivo do Pronaf, exceto sobre o Índice de Desenvolvimento Regional Sustentável Rural, desenvolvido pelos autores, sobre o qual houve correlação negativa. O estudo indicou também um pequeno número de municípios classificados como de alto desenvolvimento regional sustentável, o que pode ser explicado pelo serviço de assistência técnica, conforme os autores (Tenchini; Freitas, 2024).

Tenchini e Freitas (2024) indicaram que no ano de 2017 foram acompanhados 495 projetos de financiamento no Rio de Janeiro, totalizando R\$ 15,9 milhões, o que, conforme o Censo Agropecuário 2017, totalizaria 9,64% do número de contratos firmados, e de 11,60% dos valores contratados com assistência técnica. Embora a ATER esteja atrelada à concessão do crédito, percebe-se, portanto, que os agricultores familiares tenham recebido apenas suporte para elaboração do projeto

de financiamento, não havendo acompanhamento, ou seja, havendo supressão de uma importante ferramenta de fomento da sustentabilidade no Rio de Janeiro. Dessa maneira, os autores (Tenchini; Freitas, 2024) apontaram para a necessidade de ajustes operacionais que ampliem o serviço de ATER nas etapas antes e após a concessão de crédito.

Diante desse cenário, é relevante conhecer a atuação do agente de microcrédito para o desenvolvimento do Programa, visando ampliar o debate e melhor compreender seu papel no desenvolvimento de projetos capazes de contribuir para fortalecimento e ampliação dos meios de vida dos agricultores familiares.

Para isso, a seguir são apresentados alguns resultados do Agroamigo, incluindo dados sobre o perfil dos clientes do Agroamigo e a participação dos agentes de microcrédito.

4 PERFIL DOS CLIENTES DO PROGRAMA AGROAMIGO ENTRE 2005 E 2024

A Tabela 1, indicada abaixo, demonstra o número de contratos no âmbito de crédito rural, incluindo Pronaf e Agroamigo, firmados entre 2005 e 2024, demonstrando as oscilações sofridas tanto no número de contratos quanto no valor contratado. No total, foram firmados 9.215.866 contratos, que atingiram mais de R\$ 54 bilhões ao longo de 20 anos.

O valor médio dos contratos, em 2005, era de R\$ 963,50, o que era equivalente a pouco mais de três salários mínimos. Já em 2015, o valor médio correspondia à R\$ 4.975,10 (ou seja, cerca de seis salários mínimos). Em 2024, a média de valor dos contratos aumentou significativamente, chegando a R\$ 13.609,05.

A variação percentual calculada ano a ano indica um progressivo aumento, tanto no número de contratos quanto

no valor contratado. Exceção feita ao ano de 2008, que foi marcado por expressiva diminuição (perda de 52,4% e de 60,0% respectivamente), juntamente ao ano de 2014 (diminuição de 19,7% e 15,4% respectivamente).

Ainda conforme a Tabela 1, a partir de 2009 o crédito rural passa a ter relevância em termos de número de contratos e valor contratado, uma vez que salta de R\$ 900 milhões distribuídos entre 356 mil contratos para R\$ 9,5 bilhões, distribuídos entre 700 mil contratos.

Ao se comparar esses valores aos direcionados ao Agroamigo (Tabela 2), percebe-se que 88,9% do total de número de contratos e 76,9% do volume financeiro foram direcionados ao Programa.

Tabela 1 – Número de contratos de crédito rural, valor contratado (R\$) e valor médio por contrato (R\$) - 2005-2024

Ano	Número de Contratos	Diferença percentual	Percentual anual	Valor Contratado (R\$)	Diferença percentual	Percentual anual	Valor médio por contrato (R\$)
2005	18.035	-	0,2	17.376.720,64	-	0,0	963,50
2006	138.721	87,0	1,5	150.426.813,64	88,4	0,3	1.084,38
2007	505.939	72,6	5,5	1.183.544.994,86	87,3	2,2	2.339,30
2008	331.873	-52,4	3,6	739.713.906,18	-60,0	1,4	2.228,91
2009	356.827	7,0	3,9	890.065.480,29	16,9	1,6	2.494,39
2010	367.151	2,8	4,0	1.105.114.353,00	19,5	2,0	3.009,97
2011	406.322	9,6	4,4	1.349.059.388,84	18,1	2,5	3.320,17
2012	467.899	13,2	5,1	2.032.237.477,90	33,6	3,7	4.343,33
2013	517.959	9,7	5,6	2.420.466.990,83	16,0	4,5	4.673,09
2014	432.842	-19,7	4,7	2.097.583.632,74	-15,4	3,9	4.846,07
2015	469.405	7,8	5,1	2.335.334.873,63	10,2	4,3	4.975,10
2016	501.794	6,5	5,4	2.465.665.310,29	5,3	4,5	4.913,70
2017	542.012	7,4	5,9	2.855.620.692,85	13,7	5,3	5.268,56
2018	531.739	-1,9	5,8	3.126.541.178,05	8,7	5,8	5.879,84
2019	516.141	-3,0	5,6	3.077.373.264,64	-1,6	5,7	5.962,27
2020	583.258	11,5	6,3	3.475.891.255,80	11,5	6,4	5.959,44
2021	607.412	4,0	6,6	4.071.701.722,68	14,6	7,5	6.703,36

Ano	Número de Contratos	Diferença percentual	Percentual anual	Valor Contratado (R\$)	Diferença percentual	Percentual anual	Valor médio por contrato (R\$)
2022	613.548	1,0	6,7	4.740.579.397,36	14,1	8,7	7.726,50
2023	602.285	-1,9	6,5	6.636.004.497,43	28,6	12,2	11.018,05
2024	704.704	14,5	7,6	9.590.349.644,66	30,8	17,6	13.609,05
Total	9.215.866	-	100,0	54.360.651.596,31	-	100,0	-

Fonte: Elaboração própria, com dados do Ambiente de Microfinança Rural/BNB.

Conforme a Tabela 2, apresentada a seguir, o número de contratos apresentou aumento em todos os anos de execução do Programa, exceto em 2008, 2014, 2018, 2019 e 2023, quando foram realizadas menos contratações. No entanto, cabe destacar, que a diferença percentual nesses casos não é muito elevada, sendo a maior delas correspondente à diminuição de 5,1% em 2008 em relação a 2007. Já o ano de maior expansão no número de contratos foi o seguinte, com 56,6% de aumento em 2009 em relação a 2008, demarcando o período inicial de execução do Agroamigo.

Mesmo diante da redução da contratação registrada nos anos mencionados, merece destaque que o número de contratos do Programa em 2024 é praticamente o dobro do registrado em 2010, o que indica maiores coberturas e distribuição dos recursos entre distintos projetos.

A Tabela 2 também mostra que houve aumento significativo dos valores contratados. Em 2014, por exemplo, apesar da redução de 3,6% em comparação com 2013, no número de contratos, houve aumento de 22,3% do valor contratado. Ainda sobre os valores contratados, vale destacar que houve aumento em todos os anos do Programa, com exceção de 2008 e 2019. Aqui também chama a atenção o fato de que, em 2012, foi aplicado pouco menos de R\$ 1 bilhão, enquanto em 2022, este valor foi quase quatro vezes maior, chegando a R\$ 3,8 bilhões. Após dois anos, em 2024, esse valor já havia dobrado, totalizando R\$ 8,6 bilhões.

Tabela 2 – Número de contratos do Agroamigo e valor contratado (R\$) – 2005-2024

Ano	Número de Contratos	Diferença percentual	Percentual anual	Valor Contratado (R\$)	Diferença percentual	Percentual anual
2005	18.035	-	0,2	17.376.720,64	-	0,0
2006	138.721	669,2	1,7	150.426.813,64	765,68	0,4
2007	192.736	38,9	2,4	259.514.208,12	72,52	0,6
2008	182.947	-5,1	2,2	253.343.522,79	-2,38	0,6
2009	286.175	56,4	3,5	443.137.439,34	74,92	1,1
2010	329.105	15,0	4,0	595.802.236,36	34,45	1,4
2011	366.681	11,4	4,5	775.090.139,38	30,09	1,9
2012	375.088	2,3	4,6	916.368.229,63	18,23	2,2
2013	421.486	12,4	5,1	1.253.283.427,65	36,77	3,0
2014	406.408	-3,6	5,0	1.533.113.327,75	22,33	3,7
2015	448.593	10,4	5,5	1.839.862.820,42	20,01	4,4
2016	481.639	7,4	5,9	1.975.487.367,53	7,37	4,7
2017	518.697	7,7	6,3	2.320.066.198,82	17,44	5,6
2018	507.097	-2,2	6,2	2.532.030.189,70	9,14	6,1
2019	495.684	-2,3	6,1	2.515.605.600,49	-0,65	6,0
2020	564.896	14,0	6,9	2.910.660.770,29	15,70	7,0
2021	589.752	4,4	7,2	3.396.063.007,76	16,68	8,1
2022	593.629	0,7	7,2	3.819.707.408,67	12,47	9,1
2023	585.759	-1,3	7,2	5.670.949.102,20	48,47	13,6
2024	687.884	17,4	8,4	8.603.252.369,36	51,71	20,6
Total	8.191.012	-	100,0	41.781.140.900,54	-	100,0

Fonte: Elaboração própria, com dados do Ambiente de Microfinança Rural/BNB.

A Tabela 3 apresenta o número de contratos e valores aplicados no Agroamigo, por estado, durante os 20 anos do Programa. A análise indica que a Bahia apresenta o maior número de clientes, seguido do Ceará (21,9% e 13,1% respectivamente), o que é condizente com o valor aplicado (22,8% e 12,4%, nesta ordem).

A Tabela 3 apresenta, ainda, a proporção relativa ao número de estabelecimentos identificados como agricultura familiar, conforme Censo Agropecuário 2017, indicando uma

cobertura de mais de 30,0% da agricultura familiar de cada Estado, exceto no Espírito Santo e em Minas Gerais, onde o Programa atinge apenas municípios da parte norte. Conforme a análise, no Rio Grande do Norte a cobertura atinge 76,1%, e na Paraíba chega a 49,9% de cobertura.

Tabela 3 – Número de contratos do Agroamigo, valor contratado (R\$), e cobertura da agricultura familiar, por estado, em 2024

Estado	Nº de estabelecimentos de agricultura familiar 2017	Número de Contratos	Percentual de cobertura da Agricultura Familiar	Distribuição Estadual de Contratos (%)	Valor Contratado (R\$)	Distribuição Estadual do Valor Contratado (R\$) (%)
AL	82.369	31.929	38,8	4,5	461.208.929	4,8
BA	593.411	167.198	28,2	23,7	2.225.691.013	23,2
CE	297.862	86.086	28,9	12,2	1.159.801.803	12,1
ES	80.775	1.157	1,4	0,2	35.080.795	0,4
MA	187.118	67.318	36,0	9,6	1.039.992.911	10,8
MG	441.829	62.279	14,1	8,8	803.950.406	8,4
PB	125.489	62.629	49,9	8,9	791.523.129	8,3
PE	232.611	85.161	36,6	12,1	1.140.858.676	11,9
PI	197.246	79.130	40,1	11,2	1.037.990.677	10,8
RN	50.680	38.582	76,1	5,5	502.371.393	5,2
SE	72.060	23.235	32,2	3,3	391.879.912	4,1
Total	2.361.450	704.704	-	100,0	9.590.349.644,66	100,0

Fonte: Elaboração própria, com dados do Ambiente de Microfinança Rural/BNB e Censo Agropecuário 2017.

A Tabela 4, abaixo, demonstra o número de agentes de microcrédito do Agroamigo, conforme o estado de atuação, em dezembro de 2024, data também correspondente à base de dados das contratações do Programa. Conforme a distribuição indica, existe correspondência entre números de contrato e disponibilidade de agentes de crédito. A Tabela 4 permite observar, ainda, a média de contratos sob responsabilidade de cada agente, que, excetuando Espírito Santo, ultrapassa 400

em todos os estados e atinge 585,8 contratos na Paraíba. Sob o ponto de vista do incentivo aos meios de vida sustentáveis (Scoones, 1998), os valores encontrados parecem não permitir uma personalização dos projetos para articulação de diferentes estratégias de meios de vida.

A Tabela 4 também permite observar a média de valor contratado em cada estado durante 2024. O menor valor médio foi encontrado na Paraíba (aproximadamente 12 mil reais), enquanto o Espírito Santo apresenta como valor médio cerca de 21 mil reais.

Tabela 4 – Distribuição de agentes de microcrédito por contrato e valor contratado (R\$) por estado, em dezembro de 2024

UF	Número de agentes	Percentual Estadual de Agentes	Número de contratos	Número de contratos por agentes	Valor Contratado (R\$)	Valor Médio Contratado	Valor Médio Contratado por Agente
	67	5,2	31.208	465,8	415.114.792,51	13.301,55	6.195.743,17
BA	291	22,5	164.290	564,6	2.036.527.093,48	12.395,93	6.998.374,89
CE	165	12,8	83.620	506,8	1.035.328.586,83	12.381,35	6.274.718,71
ES	7	0,5	930	132,9	19.874.118,37	21.370,02	2.839.159,77
MA	132	10,2	65.392	495,4	899.269.270,76	13.751,98	6.812.645,99
MG	115	8,9	60.944	529,9	739.342.336,68	12.131,50	6.429.063,80
PB	105	8,1	61.513	585,8	735.007.649,88	11.948,82	7.000.072,86
PE	154	11,9	82.591	536,3	1.010.742.052,54	12.237,92	6.563.260,08
PI	138	10,7	77.597	562,3	963.856.050,06	12.421,31	6.984.464,13
RN	69	5,3	37.729	546,8	457.120.823,27	12.115,90	6.624.939,47
SE	50	3,9	22.070	441,4	291.069.594,98	13.188,47	5.821.391,90
Total	1.293	100,0	687.884	-	8.603.252.369	-	-

Fonte: Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e Ambiente de Microfinança Rural/BNB.

Ao analisar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Aquino e Schneider (2015) consideraram sua criação como um dos marcos mais importan-

tes das políticas públicas voltadas para o meio rural do Brasil. Segundo os autores (Aquino; Schneider, 2015), o Pronaf representa um instrumento relevante de apoio à agricultura familiar, contribuindo significativamente para o aumento da produção agropecuária no Brasil.

Não obstante, a importância reconhecida do Pronaf e dos esforços de desconcentração de recursos, Aquino e Schneider (2015) mostraram que o crédito subsidiado não é distribuído de forma equitativa entre as distintas categorias da agricultura familiar, priorizando agricultores familiares produtores de *commodities* das regiões Sul e Sudeste, com pouca contribuição para a diversificação econômica e convivência com o Semiárido (Aquino; Schneider, 2015).

Os autores (Aquino; Schneider, 2015) argumentam que a baixa diversificação das atividades contribui para a exposição às variações climáticas e de preços de mercado. Devido a tais limitações estruturais, seria necessário não apenas o aumento do crédito, mas a alteração da lógica de operação do Programa.

5 O PAPEL DO AGENTE DE MICROCRÉDITO RURAL NO PROGRAMA AGROAMIGO

Em abril de 2025, 1.446 agentes de microcrédito estão vinculados ao Agroamigo (INEC, 2025). Esses profissionais atuam como mediadores socioeconômicos no processo de concessão de crédito e são responsáveis por orientar as propostas de crédito.

Para Gofen e Lotta (2021) os burocratas de nível de rua são atores centrais na dinâmica da implementação de políticas públicas, especialmente em cenários de crise e/ou instabilidade política. Sua confiança na estrutura organizacional – gestores, pares, procedimentos – amplia sua capacidade de

resposta e eficácia, especialmente em cenários de emergências. Ainda, as práticas discricionárias dos burocratas de nível de rua, moldadas pela proximidade com a realidade local, permitem ajustes importantes na aplicação das políticas públicas, e podem mesmo funcionar como freios institucionais agindo para proteger princípios constitucionais, quando percebem ameaças à normalidade estabelecida, contribuindo para adaptar a realidade local e regional (Gofen; Lotta, 2021).

Esta é a posição que ocupam os agentes de microcrédito atuantes no Agroamigo, enquanto principal elo entre o agricultor (cliente) e o Banco do Nordeste (executor da política pública). Enquanto mediadores, sua atuação é fundamental para o sucesso das operações do Programa.

Em entrevistas e conversas realizadas com assessores de microcrédito, foi possível identificar em suas falas, que as funções desempenhadas são distribuídas em cinco grupos de ações e atividades, conforme relatos indicados a seguir:

As entrevistas ocorreram durante as pesquisas realizadas no ano 2018 no Estado do Ceará. Foram entrevistados Assessores do Microcrédito Produtivo Orientado que atuavam em uma empresa subsidiária a uma instituição bancária que ofertam a concessão do MPO. Ocorre que, vários assessores de MPO entrevistados, haviam atuado na prestação de serviços junto ao Banco do Nordeste na mesma função. Esse fator demonstra que o Banco do Nordeste, não só oferta a modalidade democratizada e acessada de crédito e microcrédito urbano e rural. Demonstra que o Banco do Nordeste atua com excelência na formação desses profissionais para atuarem no mercado

de concessão de crédito e microcrédito⁴
(Notas técnicas de Entrevistas, 2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O microcrédito é uma modalidade de acesso a recursos financeiros que se generalizou no período recente na Região Nordeste do Brasil, especialmente entre os pequenos agricultores familiares e pequenos empreendedores. De maneira geral, o acesso aos recursos financeiros através do microcrédito tem permitido que pessoas e famílias com rendas muito baixas possam acessar crédito para financiar suas atividades produtivas e realizar investimentos ou gastos com custeio. Ao fazê-lo e repeti-lo, estes grupos sociais acabam adentrando em um novo ambiente social e econômico, tornando-os integrados à vida financeira e ao acesso ao mundo dos negócios bancários. Segundo Beckert (2017), o crédito tem o condão de criar necessidades e inserir os indivíduos em uma nova dinâmica social.

Neste processo, os agentes de crédito, especialmente os Bancos, mas também outros atores, passam a ter um papel crítico. Conforme descrito no artigo, os burocratas de nível de rua, ao mediar a aplicação da política junto aos usuários, são agentes centrais e concorrem para o sucesso do Programa. Isso ocorre especialmente através do uso da discricionariedade e através de práticas que ultrapassam as regras formais, ou até mesmo através do seu conhecimento da realidade quando pressionam ou refreiam a aplicação de normas (Lotta, 2014; Gofen; Lotta, 2021).

4 Projeto UNESCO – 914BRZ3002/2018 – A pesquisa objetivou elaborar um estudo analítico com os tomadores de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, preferencialmente do Programa Bolsa Família (PBF), e com agentes operadores do microcrédito, no âmbito do Plano Progrediv.

Neste artigo procuramos discutir a importância do agente de microcrédito para o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), através da análise de um dos programas que o compõem. O caso do Agroamigo, que completa 20 anos, é emblemático devido aos resultados alcançados. Como foi demonstrado, durante sua existência, o Agroamigo apresentou crescimento significativo, com maior número de contratos e valor aplicado, sendo que o número de contratos do Programa em 2024 é praticamente o dobro do registrado em 2010. Em 2024, o Programa atingiu R\$ 8,6 bilhões, o que sugere maior alcance do crédito, com ampliação da cobertura e distribuição dos recursos entre distintos projetos. Também foi demonstrado que a cobertura do Programa atinge acima de 30,0% da agricultura familiar em cada estado, chegando a 76,1% no Rio Grande do Norte e 49,9% na Paraíba. Os valores médios contratados, por estado, no ano de 2024 ficaram em torno de R\$ 12 mil.

O artigo sugere que o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado é uma operação de crédito que não possui atratividade para as instituições financeiras privadas de grande porte (grandes bancos), uma vez que processos e ações são executados e viabilizados pelos agentes do MPO. Isso favorece a existência de alguns entraves associados à elevação dos custos envolvidos como as operações de mercado, em razão dos reduzidos valores da operação, os custos administrativos mais elevados em relação às operações tradicionais de crédito, além, da falta de garantia envolvida na concessão do crédito e da limitação da taxa máxima de juros que pode ser cobrada do tomador de crédito.

Considerando que o desenho do marco regulatório do MPO tem seu desenvolvimento voltado ao objetivo da inclusão social, produtiva e financeira das pessoas que acessam ao crédito, ele não pode ser visto como uma operação de mercado, mas como uma política pública de geração de emprego,



renda e melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, capaz de incentivar a ampliação dos meios de vida, enquanto uma estratégia sustentável.

Nesse sentido, o artigo retoma alguns resultados recentes do Programa, destacando aspectos positivos associados ao papel desempenhado pelos agentes de microcrédito, e demonstra que o fortalecimento e qualificação da atuação dos mediadores é fundamental para o aperfeiçoamento do Agroamigo.

Quando se considera os burocratas de nível de rua, ou seja, os agentes de microcrédito, os dados permitiram perceber que, na média, cada um é responsável por mais de 400 projetos, chegando a mais de 580 na Paraíba, o que pode dificultar a personalização dos projetos, de maneira a incentivar distintas estratégias de meios de vida sustentáveis (Scoones, 1998).

A análise realizada permite sugerir que a ampliação do número de agentes disponíveis contribui para a maior individualização dos projetos. Os dados mostram que isso leva a uma melhor adequação das propostas ao ambiente e contexto das famílias agricultoras que acessam o microcrédito.

Assim, é possível afirmar que fortalecer a atuação dos agentes de microcrédito pode ser uma importante ferramenta para qualificar os resultados alcançados pelo Agroamigo. Isto significa que, diante da necessidade de diversificação dos projetos e ampliação da modalidade, os Agentes de Microcrédito Rural poderão contribuir para o desenvolvimento rural da Região Nordeste e contribuir para qualificação dos meios de vida dos agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (org.) et al. **Cinco anos de Agroamigo:** retrato do público e efeitos do Programa. Fortaleza, Banco do Nordeste, 2012.

ALVES, M. O. O Agroamigo e o público potencial do Pronaf B: uma análise do alcance a partir do cadastro socioeconômico. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 46, suplemento especial, p. 161-176. Jul. 2015. Disponível em: Revista Econômica do Nordeste (bnb.gov.br) Acesso em: 14 abr. 2023.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C. e SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 53-81.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 01, jan./mar. 2018.

AQUINO, J. R.; et al. Articulação de políticas para a superação da pobreza rural: um estudo das interfaces entre o programa bolsa família e as políticas de inclusão produtiva no Nordeste e no Sul do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 48, p. 155-173, out./dez., 2017.

AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura Familiar no Nordeste: Um breve panorama dos seus ativos produtivos e da sua importância regional. **Boletim Regional Urbano e Ambiental**. Edição Especial Agricultura, p. 97-110, IPEA, Rio de Janeiro, 2021.

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília, Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BANERJEE, Abhijit V.; Duflo, Esther. **Good Economics for Hard Times**. PublicAffairs, 2019.

BECKERT, J. Reimaginando a dinâmica capitalista. Expectativas ficcionais e o caráter aberto dos futuros econômicos. *Revista Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. V. 29, n. 1. Abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/issue/view/8328>. Acesso em: 08 jun. 2025.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Secretária de Avaliação e Gestão da Informação, n. 29, 2018, p. 76.

BNB. **Sobre o Agroamigo**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2023a. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/sobre>. Acesso em: 5 abr. 2023.

CASTILHO E SILVA, C. B. **O Programa Bolsa Família no meio rural: um caminho ao desenvolvimento no Rio Grande do Sul?** 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CASTILHO E SILVA, C. B.; COLEN, C. M. L.; MELO, M. R. B. **Programa Agroamigo: uma avaliação dos impactos do crédito nas condições socioeconômicas dos clientes**. Fortaleza: BNB, n.21, 2024. (Avaliação de Políticas e Programas do BNB).

GOFEN, A.; LOTTA, G. Street-level bureaucrats at the forefront of pandemic response: a comparative perspective. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, v. 23, n. 1, p. 3-15. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13876988.2020.1861421>. Acesso em: 16 jun. 2025.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 17 jun. 2025.

KARLAN, D.; APPEL, J. **More than good intentions**: How a new economics is helping to solve global poverty. Dutton/Penguin, 2011.

LIMA, G. C.; CAMPOS, K. C.; ALVES, A. G. M. Índice de modernização agrícola na região Nordeste. **Interações**. Campo Grande, v. 23, n. 2, p. 347-362, abr./jun. 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/inter/a/fMjknNhfgcpGCmgm3gtRxNJ/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2024.

LOPES, I. Trajetória do Pronaf: Discursos e possibilidades interpretativas. **Revista Latino-Americana de História**. v. 11, n. 28. ago./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/1100/386722>. Acesso em: 19 jun. 2025.

LOTTA, G. **Burocracia e Implementação de políticas públicas**: Desafios e potencialidades para redução de desigualdades. Cadernos Enap, v. 81, p. 1-98, 2021. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesquisa-eaesp-files/arquivos/burocracia_e_implementacao_de_politicas.pdf. Acesso em: 09 jun. 2025.

LOTTA, G. Agentes de Implementação: Uma forma de análise de políticas públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 19, nº 65, Jul./Dez. 2014. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesquisa-eaesp-files/arquivos/agentes_de_implementacao.pdf. Acesso em: 09 jun. 2025.

LOTTA, G. Desvendando o papel dos burocratas de nível de rua no processo de implementação: o caso dos agentes comunitários de saúde. In: FARIA, C. A (org). **Implementação de políticas públicas**. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

MAIA, G. B. S.; PINTO, A. R. Agroamigo: Uma análise de sua importância no desempenho do Pronaf B. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 46, suplemento especial, p. 9-20. Jul. 2015. Disponível em: Revista Econômica do Nordeste (bnb.gov.br) Acesso em: 04 abr. 2023.

SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods a framework for analysis. **IDS Working paper, 72**. Disponível em: (PDF) Meios de subsistência rurais sustentáveis. Uma estrutura para análise. Documento de Trabalho IDS 72. 1998 Acesso em: 05 maio 2025.

SCOONES, I. Livelihoods perspectives and rural development. **The Journal of Peasant Studies**. v. 36, n. 1, jan. 2009. p. 171-196. Disponível em: Full article: Livelihoods perspectives and rural development. Acesso em: 10 maio 2025.

SANTIAGO, E. G. **Microcrédito para “empreendedores”**: a im(pertinência) da política de geração de ocupação e renda e combate à pobreza no mundo do trabalho contemporâneo. 2011_eve_egsantiago.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.

SILVA, C. R. A. A.; AQUINO, J. R. Evolução e limites do Programa de Microcrédito Rural Agroamigo no município de Angicos no Rio Grande do Norte. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXVIII, n. 2, p. 117-138, jul./dez. 2017. Disponível em n. 2 (2017): Ano XXVIII | Revista GeoNordeste (ufs.br). Acesso em: 6 abr. 2023.

SILVA, L. F. B. **Estratégias de determinação dos fatores de decisão dos tomadores de microcrédito**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SILVA, C. I. M. **Processos de capacitação social: o caso do microcrédito**. Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Universidade do Porto. Set. 2011.

TENCHINI, F. P., FREITAS, C. O. Agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro: desenvolvimento regional sustentável e sua relação com o crédito via PRONAF. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 62(2), 2024, e266755. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.266755>

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O Banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000. p.344.



PARTE II

Inovação e Estratégias de Atuação

CAPÍTULO 4

Agroamigo Net:

Inovação e Desafios Para a Inclusão Digital da Agricultura Familiar no Nordeste

Joacir Rufino de Aquino

Maria de Fátima Vidal

1 INTRODUÇÃO

O AGROAMIGO foi criado em 2005 com o propósito de aprimorar a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tendo a missão de melhorar as condições produtivas do segmento na área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), especialmente os produtores mais pobres e vulneráveis. No transcorrer dos últimos 20 anos, o Programa se consolidou, ampliou o número de contratos efetivados e o montante de recursos aplicados, transformando-se no maior programa de microcrédito rural do Brasil e da América do Sul (BNB, 2025b).

Além de expandir sua capilaridade, ao longo de duas décadas de existência, as reformulações na metodologia e na estrutura de funcionamento do AGROAMIGO procuraram inserir novos grupos sociais e segmentos de agricultores no rol de beneficiários da política de microcrédito rural com condições especiais de pagamento. Atualmente, o Programa está presente em praticamente todos os municípios do Nordeste, contando com duas linhas de atuação: o AGROAMIGO Crescer,

voltado para os agricultores familiares do Grupo B do PRONAF, aqueles com rendimentos anuais mais baixos; e o AGROAMIGO Mais, direcionado à parcela intermediária e mais capitalizada do segmento.

Com efeito, o grosso das operações do AGROAMIGO tem se concentrado no financiamento de atividades agropecuárias (Abramovay et al., 2013; Aquino; Bastos, 2015; Aquino; Nunes; Silva, 2023). Todavia, o Programa tem sido “permeável” às mudanças no contexto regional em que o BNB atua, cuja maior parte das agências está inserida na área do Semiárido brasileiro, onde a agricultura familiar enfrenta diversos desafios associados às desigualdades da estrutura agrária e às especificidades do meio ecológico local fortemente marcado pela ocorrência de secas periódicas. Sendo assim, conforme Machado, Barbosa e Silva (2023), buscou-se estender a atual metodologia do microcrédito orientado para mulheres e jovens, bem como procedeu-se a criação de estratégias operacionais voltadas para democratização do acesso a água (AGROAMIGO Água), energia solar (AGROAMIGO Sol) e conectividade rural (AGROAMIGO Net).

O AGROAMIGO Net, foco desse estudo, representa uma inovação no contexto da política de financiamento rural do Brasil porque, como veremos a seguir, busca promover o acesso a Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) para um numeroso grupo de agricultores familiares “excluídos” ou com acesso limitado ao mundo digital (BNB, 2021; Melo et al., 2023; Silva; Machado, 2024). Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar o cenário no qual essa linha de microcrédito foi criada, sua estrutura de funcionamento e evolução de 2021-2024, destacando o seu papel para a inclusão digital e produtiva dos distintos segmentos que formam a agricultura familiar nordestina.

Para tanto, em termos metodológicos, recorreremos à revisão de parte da literatura disponível sobre o tema e a tabulação de dados secundários de distintas fontes. As estatísticas utilizadas são oriundas de levantamentos realizados pelo IBGE, especialmente o Censo Agropecuário 2017 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua Anual (PNADC/A), além da base de dados das operações dos financiamentos do AGROAMIGO (2005-2024) disponibilizada pelo BNB. Visando garantir a comparabilidade temporal, todos os valores dos financiamentos da base mencionada foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), com data-base de 2024.

A estrutura do trabalho está organizada em mais quatro partes, afora esta Introdução e as Considerações Finais. A próxima seção é dedicada a uma breve exposição da situação da agricultura familiar nordestina. Já a seção seguinte destaca o panorama da exclusão digital que caracterizava a agricultura e o rural nordestinos no que se refere ao acesso à Internet no final da segunda década do século XXI. As duas seções seguintes, por sua vez, analisam e discutem o desempenho das operações do AGROAMIGO Net e elencam alguns possíveis resultados e desafios que envolvem a digitalização da agricultura familiar regional.

2 BREVE PANORAMA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE

A agricultura familiar representa a maioria dos estabelecimentos rurais do Brasil e sua presença é marcante em todas as regiões do País. Segundo os critérios normativos da Lei nº 11.326/2006, regulamentada pelo Decreto nº 9.064/2017, esse segmento social é formado por todos os agricultores que: i) possuem, a qualquer título, área de até 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilizam, no mínimo, metade da força de trabalho

familiar no processo produtivo e de geração de renda; iii) obtenham, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e iv) dirijam o seu estabelecimento ou empreendimento estritamente com sua família. Por exclusão, os estabelecimentos não enquadrados simultaneamente em tais critérios são classificados como “não familiares” ou patronais (Del Grossi, 2019).

Na Região Nordeste, de modo específico, o segmento também continua sendo a principal forma de produção e trabalho no campo, abrangendo 47,2% do total dos estabelecimentos da categoria em nível nacional. Para ilustrar essa afirmação, a Tabela 1 mostra que existiam 2.322.719 estabelecimentos rurais no Nordeste, em 2017. Desse universo, 1.838.846 (79,2%) eram agricultores familiares. Ou seja, de cada 100 estabelecimentos recenseados no meio rural da Região ao menos 79 eram pequenos e tocados predominantemente pela família. A mesma relevância é observada em termos de pessoal ocupado, tendo em vista que as unidades familiares absorvem a mão de obra de mais de 4,7 milhões de pessoas (73,8% do total).

Tabela 1 – Número de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado nos diferentes tipos de agricultura da Região Nordeste do Brasil – 2017

Tipos de Agricultor	Estabelecimentos (*)		Área Total (ha.)		Pessoal Ocupado	
	Número	%	Hectares	%	Número	%
Familiar	1.838.846	79,2	25.925.743	36,6	4.708.670	73,8
Não Familiar	483.873	20,8	44.968.122	63,4	1.668.094	26,2
Total	2.322.719	100,0	70.893.865	100,0	6.376.764	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019). Elaboração dos autores.

(*) Cada estabelecimento agropecuário equivale a uma unidade familiar ou não familiar.

Já no que concerne à participação dos produtores na área ocupada pelos estabelecimentos, os dados apontam uma inversão da representatividade. Isso porque o numeroso contin-

gente de agricultores familiares nordestinos detém tão somente 36,6% da área de mais de 70 milhões de hectares ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Enquanto isso, o setor patronal, representado por apenas 20,8% dos produtores recenseados, ocupa 63,4% da área total, indicando a persistência de uma acentuada desigualdade associada à posse da terra, mesmo considerando os avanços proporcionados pela política de reforma agrária em nível regional (Aquino; Alves; Vidal, 2020).

Observe-se que os aspectos mencionados se manifestam ao nível dos estados, embora seja possível identificar algumas variações relativamente ao contexto geral. Grosso modo, em números absolutos e relativos, o contingente mais representativo dos estabelecimentos familiares nordestinos está concentrado nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Maranhão (IBGE/SIDRA, 2019). Todavia, a participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos de cada unidade federativa é marcante.

De fato, segundo Aquino, Alves e Vidal (2020), o peso da categoria familiar no total de estabelecimentos rurais supera a média regional no Maranhão (85,1%), Alagoas (83,6%), Pernambuco (82,6%), Piauí (80,3%) e no Rio Grande do Norte (79,9%). Já nas demais unidades federativas, os percentuais são menores em relação à média. Mesmo assim, as explorações familiares são maioria absoluta dos estabelecimentos na Bahia (77,8%), em Sergipe (77,3%), na Paraíba (76,9%) e no Ceará (75,5%).

Tais dados indicam, em diferentes níveis geográficos, a forte presença da agricultura familiar no rural nordestino, sinalizando seu perfil para participar do PRONAF e de outras políticas de desenvolvimento rural. Como é possível observar na Tabela 2, do universo de 1.838.846 estabelecimentos familiares existentes na Região, apenas 1.629 (0,1% do total) poderiam ser classificados como não pronafianos, considerando as regras vigentes em

2017/2018. Contudo, com a ampliação do limite de renda para enquadramento no PRONAF verificado nas safras 2022/2023 e 2023/2024, que passou para R\$ 500 mil, a totalidade do segmento familiar regional está apta a pleitear os recursos do Programa.

Vale ressaltar que a significativa aderência da agricultura familiar nordestina aos critérios classificatórios do PRONAF se deve, em parte, ao baixo nível de renda dos produtores locais. Realmente, a Tabela 2 também evidencia que a parcela mais representativa dos agricultores familiares (89,2%) está classificada no chamado Grupo B do PRONAF (público do AGROAMIGO Crescer), com renda bruta anual até R\$ 20 mil, cujo valor situava-se bem abaixo do teto máximo de enquadramento em vigor na época do recenseamento do IBGE, estipulado em R\$ 360 mil. Acima da parcela mais pobre da agricultura local, encontrava-se um pequeno grupo de produtores de renda média (10,7%), classificados no Grupo V do PRONAF (público do AGROAMIGO Mais).

Tabela 2 – Número e pessoal ocupado nos estabelecimentos familiares do Nordeste segundo a tipologia dos grupos do PRONAF – 2017

Tipo de Agricultor Familiar (*)	Estabelecimentos		Pessoal Ocupado	
	Número	%	Número	%
Grupo B (público Agroamigo Crescer)	1.640.708	89,2	4.051.955	86,1
Grupo V (público Agroamigo Mais)	196.509	10,7	647.989	13,8
Não Pronafiano	1.629	0,1	8.726	0,2
Total Familiar	1.838.846	100,0	4.708.670	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019). Elaboração dos autores.

(*) Grupo B (baixa renda) = com renda bruta até R\$ 20 mil; Grupo V (intermediário) = com renda bruta de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil; Não Pronafiano (consolidado) = com renda bruta acima de R\$ 360 mil.

A limitada capacidade de gerar renda da maior parcela dos agricultores familiares do Nordeste reflete as agruras de um contexto ambiental adverso, como foi a grande seca

recente¹, assim como o perfil social e as “múltiplas carências produtivas” que o segmento ainda enfrenta. Em relação à faixa etária dos dirigentes, por exemplo, percebe-se que o percentual de jovens com idade inferior a 25 anos e de 25 a 35 anos é muito baixo, alcançando apenas 2,1% e 9,4% do total, respectivamente. Em outra direção, os idosos (com 65 anos de idade ou mais) representam 26,6%, percentual muito acima do verificado entre jovens. Mas o maior número de dirigentes se localiza na faixa etária média, visto que 61,8% deles têm idade de 35 a menos de 65 anos (Aquino; Alves; Vidal, 2020).

Quanto à escolaridade, as estatísticas do Censo Agropecuário 2017 mostraram um quadro preocupante, na medida em que 42,2% dos dirigentes das unidades familiares declararam que não sabem ler e escrever. O alto índice de analfabetismo é um grave problema social que tem várias implicações negativas, denotando os efeitos da “não cidadania” e privação de direitos sociais que atinge essa geração de agricultores (Santos 2020). Em muitos casos, os baixos indicadores educacionais reduzem a capacidade de acessar políticas públicas e absorver inovações técnicas, limitando também as chances de obtenção de rendas complementares provenientes da combinação dos trabalhos agrícola e não agrícola (pluriatividade).

Além desses aspectos ligados ao perfil demográfico do público destacado, é possível identificar mais carências que bloqueiam sua capacidade produtiva no campo. Nesse sentido, chama a atenção, na Tabela 3, o baixo grau de organização cooperativa dos agricultores familiares nordestinos, pois 98,7% não participam desse tipo de agremiação, que se constitui em uma das bases da força do segmento no Sul e Sudeste do País. Igualmente preocupante é o fato de que 92,7% dos produtores

1 A “Grande Seca” que assolou o Nordeste durou cinco anos ininterruptos, de 2012 a 2017, atingindo em maior ou menor grau todos os estados da Região (Lima; Magalhães, 2018; Rabello, 2018).

declararam não ter recebido qualquer tipo de assistência técnica para desenvolver suas atividades, em 2017.

Tabela 3 – Carências organizativas e produtivas dos agricultores familiares do Nordeste – 2017

Variáveis	%
Não participa de cooperativas	98,7
Não recebe ATER	92,7
Não utiliza irrigação	90,6
Não tem tratores	98,7
Não tem agroindústria rural	85,3
Não tem telefone	50,8
Não tem acesso à Internet	80,2

Fonte: IBGE/SIDRA (2019). Elaboração dos autores.

Outros pontos que merecem relevo são o baixo acesso a máquinas agrícolas, agroindústrias e digitalização via acesso a Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A Tabela 4 revela que 90,6% do segmento familiar não empregam irrigação, sinalizando que suas plantações e pastagens são dependentes da chuva. Ademais, 98,7% não têm tratores e 85,3% não possuem unidades agroindustriais em seus sítios para agregar valor à produção. O acesso a tecnologias de comunicação também é precário, pois 50,8% do total recenseado não possuem telefone e 80,2% não têm acesso à Internet, demonstrando a “exclusão digital” que marca o segmento. Esse último aspecto, como será visto a seguir, caracteriza uma nova faceta das desigualdades rurais e, em 2017/2018, apresentava graves proporções entre os agricultores familiares nordestinos.

3 DESIGUALDADES NO ACESSO À INTERNET NO CAMPO E ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES NORDESTINOS

A disseminação de tecnologias no meio rural brasileiro tem sido um processo marcado por desigualdades. No geral, a parcela mais capitalizada dos agricultores do País tem melhor acesso a máquinas, equipamentos e conectividade à rede mundial de computadores. Enquanto isso, a maioria dos agricultores familiares tem ficado à margem da onda de inovação em andamento no campo alavancada pela banalização do uso da Internet (Alcantara; Bacha, 2023; Bergamin; Resende, 2025; Buainain; Cavalcante; Consoline, 2021). Até pouco tempo, contudo, era difícil dimensionar essa realidade. Mas tabulações especiais do Censo Agropecuário 2017, apresentadas originalmente por Gazolla e Aquino (2024), trouxeram à tona evidências desse cenário desafiador para agricultura familiar nacional.

Com efeito, a Tabela 4 mostra que 2,9 milhões de agricultores familiares no Brasil (74,3% do total) ainda não tinham acesso à Internet, em 2017. Do ponto de vista regional, o quadro mais precário era o da Região Norte, onde a exclusão digital atingia 86,0% do segmento. Todavia, o maior número de agricultores familiares sem Internet estava no Nordeste, somando 1.474.311 estabelecimentos, ou seja, 80,2% do total regional. Já os melhores níveis de acessibilidade foram registrados no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Porém, mesmo nessas três regiões, que concentram a parcela mais estruturada da categoria familiar, os percentuais de não-acesso à Internet também se apresentavam bastante altos: 58,1%, 65,7% e 75,0%, respectivamente.

Tabela 4 – Agricultores familiares com e sem acesso à Internet nas regiões do Brasil – 2017

Região	Nº agric. Familiares (A)	Com acesso à Internet (B)	% B/A	Sem acesso à Internet (C)	% C/A
Norte	480.575	67.487	14,0	413.088	86,0
Nordeste	1.838.846	364.535	19,8	1.474.311	80,2
Sudeste	688.945	235.988	34,3	452.957	65,7
Sul	665.767	278.669	41,9	387.098	58,1
Centro-Oeste	223.275	55.806	25,0	167.469	75,0
Brasil	3.897.408	1.002.485	25,7	2.894.923	74,3

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019 – tabulação especial). Dados organizados por Gazolla e Aquino (2024).

Quanto à situação das unidades federativas nordestinas individualmente, o cenário de exclusão digital dos agricultores familiares apresentava graus variados, revelando a heterogeneidade interna do segmento na própria Região. Note-se, por um lado, que apenas três estados da Região registraram percentuais de não-acesso abaixo da média nacional, quais sejam: Sergipe, com 63,3%, Rio Grande do Norte, com 71,7% e Paraíba, com 73,2%. Por outro lado, os maiores percentuais de exclusão digital ocorriam no Maranhão (89,1%), no Piauí (88,1%), em Pernambuco (82,3%) e no Ceará (80,5%). Já o Estado da Bahia se encontrava em uma situação parcial, com 78,1% de seus agricultores familiares sem Internet, seguido de perto por Alagoas, com 79,4%.

Tabela 5 – Agricultores familiares com e sem acesso à internet nos estados da Região Nordeste - 2017

UFs/Região	Nº agric. Familiares (A)	Com Acesso à Internet (B)	% B/A	Sem Acesso à Internet (C)	% C/A
Alagoas	82.369	16.937	20,6	65.432	79,4
Bahia	593.411	130.160	21,9	463.251	78,1
Ceará	297.862	57.995	19,5	239.867	80,5
Maranhão	187.118	20.380	10,9	166.738	89,1

UFs/Região	Nº agric. Familiares (A)	Com Acesso à Internet (B)	% B/A	Sem Acesso à Internet (C)	% C/A
Paraíba	125.489	33.647	26,8	91.842	73,2
Pernambuco	232.611	41.051	17,7	191.560	82,3
Piauí	197.246	23.543	11,9	173.703	88,1
Rio G. do Norte	50.680	14.361	28,3	36.319	71,7
Sergipe	72.060	26.461	36,7	45.599	63,3
Nordeste	1.838.846	364.535	19,8	1.474.311	80,2

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019 – tabulação especial). Elaboração dos autores.

No que diz respeito aos distintos segmentos que formam a Agricultura Familiar da Região Nordeste, a situação era relativamente melhor na faixa intermediária e consolidada da categoria, comparativamente à média nacional e regional. Como é possível observar na Tabela 6, entre os agricultores familiares potencialmente enquadráveis no Grupo V, o percentual de acesso alcançava 29,0% do total, chegando a 40,8% entre a reduzida parcela da categoria de não pronafianos, com renda bruta anual acima de R\$ 360 mil. Inversamente, o maior contingente de agricultores familiares nordestinos, 1.333.814 estabelecimentos de baixa renda, classificados no Grupo B do PRONAF, declararam que não tinham acesso à Internet em seus pequenos sítios, sendo essa mais uma limitação a se somar às “múltiplas carências produtivas” já enfrentadas por eles, conforme foi mostrado na seção anterior.

Tabela 6 – Agricultores familiares com e sem acesso à Internet, segundo a tipologia do PRONAF, na Região Nordeste - 2017

Tipo de Agricultor Familiar (*)	Nº Estabelecimentos (A)	Com Acesso à Internet (B)	% B/A	Sem Acesso à Internet (C)	% C/A
Grupo B (público Agroamigo Crescer)	1.640.708	306.894	18,7	1.333.814	81,3
Grupo V (público Agroamigo Mais)	196.509	56.977	29,0	139.532	71,0

Tipo de Agricultor Familiar (*)	Nº Estabelecimentos (A)	Com Acesso à Internet (B)	% B/A	Sem Acesso à Internet (C)	% C/A
Não-Pronafiano	1.629	664	40,8	965	59,2
Total Familiar	1.838.846	364.535	19,8	1.474.311	80,2

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019 – tabulação especial). Dados organizados por Gazolla e Aquino (2024).

(*) Grupo B (baixa renda) = com renda bruta até R\$ 20 mil; Grupo V (intermediário) = com renda bruta de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil; Não Pronafiano (consolidado) = com renda bruta acima de R\$ 360 mil.

Percebe-se, portanto, que ao final da segunda década do século XXI, a situação dos agricultores familiares brasileiros e do Nordeste era extremamente precária no que se refere ao acesso à rede mundial de computadores. Isto indica a prevalência de um contexto territorial de desigualdade preocupante e que a suposta generalização do acesso à Internet entre os pequenos agricultores nordestinos, sugerida por França e França (2023), ainda estava distante de existir na prática, pelo menos até 2017. Contudo, informações atualizadas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC/A) sinalizam que o grau de utilização de Internet pelos habitantes do rural vem evoluindo em um movimento ascendente desde o período antes da realização do último recenseamento agropecuário do IBGE.

Realmente, a Tabela 7 evidencia que o grau de utilização de Internet nos domicílios rurais brasileiros, que engloba todos os tipos de famílias e não apenas os agricultores familiares, tem melhorado ano a ano desde 2016. Na média geral, mais da metade dos domicílios rurais do País (51,0%), de alguma forma, já utilizava Internet em 2018, chegando a 81,0% em 2023. Os melhores percentuais de acesso continuam concentrados no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que são as regiões que detêm os níveis mais significativos de densidade técnica no território, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais (Bertollo, 2023; Santos; Silveira, 2001). Mas o crescimento, nas demais regiões, também tem sido significativo. No Nordeste,

de modo particular, desde 2019, o número de domicílios rurais com utilização de Internet (54,1%) já era maior do que aqueles que não utilizavam, alcançando 80,0% em 2023.

Tabela 7 – Utilização de Internet nos “domicílios rurais” do Brasil e suas regiões - 2016 a 2023 (Em %)

Local/ Ano	2016		2017		2018		2019		2021		2022		2023	
	Sim	Não												
Norte	23,0	77,0	28,0	72,0	33,9	66,1	40,0	60,0	58,6	41,4	65,3	34,7	70,3	29,7
Nordeste	28,4	71,6	36,9	63,1	45,7	54,3	54,1	45,9	73,9	26,1	77,1	22,9	80,0	20,0
Sudeste	45,6	54,4	53,5	46,5	61,9	38,1	66,9	33,1	78,4	21,6	81,0	19,0	83,8	16,2
Sul	48,3	51,7	55,6	44,4	64,2	35,8	70,0	30,0	82,2	17,8	85,2	14,8	87,2	12,8
Centro-Oeste	43,1	56,9	47,0	53,0	58,9	41,1	64,9	35,1	82,4	17,6	84,9	15,1	88,9	11,1
Brasil	35,0	65,0	42,5	57,5	51,0	49,0	57,8	42,2	74,7	25,3	78,1	21,9	81,0	19,0

Fonte: IBGE/PNADC/A (2024). Elaboração dos autores.

*O ano de 2020 não aparece na série porque os dados não foram coletados devido à pandemia da COVID-19.

A melhoria significativa nos percentuais de utilização de Internet nos domicílios rurais brasileiros e, provavelmente, também entre os agricultores familiares, é resultado de múltiplos fatores e cresceu substancialmente durante a crise provocada pela pandemia da Covid-19 (2020-2022), que, de certa forma, forçou o avanço dos processos de digitalização na cidade e no campo (Ziegler; Segura, 2022). Evidentemente, o ritmo desse processo de digitalização continua não sendo homogêneo no território nacional e entre os grupos de agricultores. Ou seja, mesmo diante dos avanços registrados, há ainda espaços de exclusão e milhares de famílias rurais enfrentam dificuldades para desfrutar de Internet de banda larga de qualidade, bem como acessar equipamentos adequados para operar aplicativos diversos e desenvolver suas atividades produtivas e pessoais. O fato alentador é que a gravidade da situ-

ação, tardiamente, começa a ser amenizada graças a iniciativas do Estado brasileiro objetivando promover a inclusão digital, especialmente no campo. No caso do Nordeste, sem dúvidas, uma dessas iniciativas recentes mais inovadoras foi a criação do AGROAMIGO Net pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

4 AGROAMIGO NET: GÊNESE, CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO

O AGROAMIGO Net é uma inovação pioneira criada pelo Ambiente de Microfinanças e Miniprodutores Rurais do BNB, em 2021, como uma estratégia de financiamento de investimento em itens de infraestrutura de conectividade no meio rural que possibilitem o acesso à Internet e à inclusão digital dos pequenos produtores familiares na área de atuação do Banco, por meio da utilização das linhas de crédito do PRONAF já existentes, tendo como fonte dos recursos o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Entre os itens que podem ser financiados, em condições especiais de pagamento, destacam-se os investimentos em infraestrutura de conectividade, tais como: modems, roteadores, antenas, cabeamentos, conectores, tubulações, repetidores, entre outros, além de equipamentos utilizados para o acesso à Internet como tablets, computadores, notebooks, softwares e quaisquer outros itens que sejam necessários para possibilitar a utilização de Internet no meio rural, desde que devidamente justificado na proposta de crédito (BNB, 2021).

Note-se que as propostas de financiamento no AGROAMIGO Net devem, obrigatoriamente, contemplar um ou mais itens elencados de infraestrutura de conectividade e acesso à Internet no meio rural. Mas elas podem também conter inversões financiáveis além das descritas acima, desde que enquadráveis na linha de crédito do PRONAF que lastreia o pleito.

Já outras características dos contratos de crédito, a exemplo de limites de financiamento, prazos, encargos, bônus de adimplência, garantias, reembolso e demais condições de financiamento, serão as mesmas adotadas na forma dos normativos das linhas do PRONAF que forem enquadradas as operações do AGROAMIGO Net: Pronaf B, Pronaf B/Plano-safra Semiárido, Pronaf Mais Alimento, Pronaf Mulher, Pronaf Semiárido, Pronaf Jovem e Pronaf Agroindústria.

O público-alvo do AGROAMIGO Net, por seu turno, é formado por agricultores e agricultoras familiares possuidores/as de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa ou Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), pertencentes ao Grupo B ou ao Grupo Variável do PRONAF, cujos limites de renda foram atualizados em relação ao período de referência do Censo Agropecuário 2017, variando até R\$ 50 mil, no primeiro caso, e acima desse patamar até R\$ 360 mil, no segundo caso. De acordo com Machado, Barbosa e Silva (2023, p. 18), ao focalizar nesses dois segmentos, que, como vimos nas seções anteriores, representam a maioria dos agricultores familiares nordestinos, a estratégia tem como principais objetivos:

viabilizar a inclusão digital dos produtores familiares, através do acesso às oportunidades de capacitação dos produtores, a exemplo de cursos na modalidade de educação à distância (EAD);

facilitar o acesso ao crédito, produtos e serviços financeiros por meio do uso de ferramentas digitais disponibilizadas pelo Banco do Nordeste;

permitir a elevação de receitas, a redução de custos e o aumento de produtividade, por meio da introdução de novos métodos e tecnologias de produção que dependam de acesso à Internet;

promover o fortalecimento das cadeias produtivas e o aumento do nível de competitividade no meio rural, através do contato com as tendências de mercado e iniciativas inovadoras;

possibilitar a utilização de novos canais de comercialização por meio de plataformas digitais (Marketplace) e redes sociais;

melhorar a gestão dos empreendimentos financiados no meio rural, por meio de aplicativos e do conhecimento de novas metodologias de gerenciamento dos negócios.

Em termos operacionais, Melo et al. (2023) destacam que o AGROAMIGO Net segue as rotinas normativas da metodologia do AGROAMIGO em geral, sendo operacionalizados em 196 Unidades de Atendimento (UAs), distribuídas nos estados nordestinos da seguinte forma: 47 na Bahia, 31 no Ceará, 25 no Maranhão, 23 em Pernambuco, 19 no Piauí, 15 na Paraíba, 15 no Rio Grande do Norte, 12 em Sergipe e 9 em Alagoas. Em cada uma dessas UAs existe uma equipe de colaboradores vinculada ao Instituto Nordeste Cidadania (INEC)², formada pelo menos por um coordenador, um assessor de coordenação e dois ou mais agentes de microcrédito.

É importante destacar que os agentes de microcrédito são peças fundamentais na engrenagem de funcionamento do AGROAMIGO e do AGROAMIGO Net. Isto porque os mesmos desenvolvem as atividades se movimentando em motocicletas cotidianamente entre os municípios abrangidos na UA em que estão sediados. Entre suas múltiplas funções destacam-se: ela-

² Trata-se de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) criada em 1993, que possui termos de parceria com o Banco do Nordeste na execução do Crediamigo (urbano) e do Agroamigo (rural).

borar o plano de ação das rotinas operacionais de sua carteira de clientes segundo metas estabelecidas; realizar promoções e palestras informativas nas localidades sobre produtos de microfinanças, além de outros eventos que tenham por finalidade captar novos clientes e manter os ativos; atender às solicitações de empréstimo mediante a elaboração das propostas de crédito e da orientação quanto aos encaminhamentos burocráticos para viabilizar a operação; orientar os clientes de sua carteira e verificar a aplicação dos créditos concedidos conforme as diretrizes do Programa; fazer a cobrança dos créditos inadimplentes, segundo a metodologia estabelecida pelo INEC-BNB e estimular a renovação das operações (Aquino; Nunes; Silva, 2023).

De maneira geral, tudo indica que o desempenho das centenas de agentes de microcrédito, atuantes nas quase 200 UAs localizadas no Nordeste, tem sido exitoso, tanto na execução do AGROAMIGO como na operacionalização de sua nova estratégia voltada à inclusão digital. Entretanto, parece existir ainda muitos desafios a serem superados para ampliar a capilaridade do público atendido e potencializar os seus resultados socioeconômicos. É o que será evidenciado na próxima seção, ao analisar a evolução dos contratos e dos recursos aplicados pela política em tela desde sua criação até o presente.

5 EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS OPERAÇÕES DO AGROAMIGO E DO AGROAMIGO NET NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

5.1 Evolução e distribuição geográfica dos contratos e dos valores aplicados pelo Agroamigo e o Agroamigo Net

O Programa AGROAMIGO tem como base a concessão de microcrédito rural, orientado e acompanhado a partir de relações de proximidade dos agentes de microcrédito com

o público atendido, visando à dinamização das economias regionais por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Desde sua implantação, os esforços têm sido direcionados para a construção de um padrão de desenvolvimento rural sustentável, com a inclusão dos agricultores familiares mais pobres (Grupo B) e demais parcelas classificadas no Grupo V do PRO-NAF a partir de 2012 (Abramovay et al., 2013; BNB, 2025b; Machado; Barbosa; Silva, 2023). Em duas décadas de existência, o seu desempenho operacional tem sido notável.

Na Tabela 8, percebe-se que, de 2005 e 2024, foram firmados 7.405.831 contratos por meio da metodologia do AGRO-AMIGO no Nordeste, totalizando a aplicação de R\$ 54,3 bilhões em valores reais. Nesses 20 anos de atuação, houve crescimento do número de operações, valor contratado e ticket médio por operação na maioria dos anos, evidenciando a importância do Programa mesmo nos momentos de crise, a exemplo da seca que ocorreu entre 2012 e 2017, em que, com exceção de 2016, houve contínuo crescimento do valor aplicado; e, da mesma forma, em 2020 e 2022, nos anos da Pandemia da Covid-19, verificou-se também o aumento das contratações e do montante aplicado.

Tabela 8 – Evolução das operações do AGROAMIGO no Nordeste - 2005 a 2024

ANO	Nº DE CONTRATOS	Var (%)	VALOR (R\$ 1.000)		Var (%)	VALOR MÉDIO (R\$ 1.000)*	Var (%)
			Nominal	Real*			
2005	17.450	-	16.798	57.325	-	3,3	-
2006	130.100	645,6	140.901	472.691	724,6	3,6	10,6
2007	177.100	36,1	238.397	761.091	61,0	4,3	18,3
2008	163.686	-7,6	226.422	649.870	-14,6	4,0	-7,6
2009	256.374	56,6	398.108	1.122.527	72,7	4,4	10,3
2010	295.175	15,1	536.062	1.431.659	27,5	4,9	10,8
2011	328.510	11,3	696.033	1.712.922	19,6	5,2	7,5

ANO	Nº DE CONTRATOS	Var (%)	VALOR (R\$ 1.000)		Var (%)	VALOR MÉDIO (R\$ 1.000)*	Var (%)
			Nominal	Real*			
2012	337.171	2,6	823.682	1.912.716	11,7	5,7	8,8
2013	379.280	12,5	1.127.922	2.469.042	29,1	6,5	14,8
2014	364.583	-3,9	1.380.407	2.867.980	16,2	7,9	20,8
2015	402.549	10,4	1.650.707	3.208.167	11,9	8,0	1,3
2016	436.423	8,4	1.792.016	3.160.713	-1,5	7,2	-9,1
2017	467.369	7,1	2.091.175	3.653.181	15,6	7,8	7,9
2018	457.952	-2,0	2.287.137	3.775.974	3,4	8,2	5,5
2019	447.965	-2,2	2.275.034	3.541.828	-6,2	7,9	-4,1
2020	511.610	14,2	2.636.591	3.630.999	2,5	7,1	-10,2
2021	535.250	4,6	3.085.138	3.337.675	-8,1	6,2	-12,1
2022	538.033	0,5	3.464.216	3.398.353	1,8	6,3	1,3
2023	533.241	-0,9	5.155.508	5.247.942	54,4	9,8	55,8
2024	626.010	17,4	7.844.036	7.844.036	49,5	12,5	27,3
Total	7.405.831		37.866.289	54.256.690			

Fonte: BNB (2025a). Elaboração dos autores.

*Valores corrigidos pelo IGP-DI para 2024.

Já na fase pós-pandemia, o Programa AGROAMIGO manteve sua trajetória de expansão auxiliando milhares de agricultores familiares na recuperação e ampliação de suas atividades por meio da utilização da metodologia de microcrédito produtivo e orientado (Silva; Machado, 2024). Dessa forma, em 2023, o montante aplicado foi 54,4% superior ao valor de 2022, pois embora a quantidade de operações tenha apresentado uma pequena queda (-0,9%), o valor financiado por operação aumentou 55,8%. Em 2024, o valor aplicado apresentou novo crescimento. Além do aumento do valor médio dos contratos (+27,3%), houve crescimento do número de contratos (+17,4%), resultando em um acréscimo de quase 50,0% no valor financiado em relação a 2023 (Tabela 8).

Quanto ao AGROAMIGO Net, embora seja uma estratégia de financiamento recente, ele também tem acompanhado a trajetória virtuosa de expansão do AGROAMIGO em geral. Mesmo assim, vale assinalar que o seu desempenho foi modesto na fase inicial, beneficiando pouco mais de 700 agricultores familiares. Todavia, nos dois últimos anos da série apresentada na Tabela 9, percebe-se que a estratégia evoluiu fortemente, totalizando 10.531 contratos efetivados nos quatro anos de operacionalização, com a aplicação de um montante de R\$ 17,6 milhões. Esse montante tem sido fatiado em valores médios em torno de R\$ 1.700,00 por contrato, com variações entre os anos e em cada estado da Região.

Tabela 9 – Evolução da quantidade de contratos e dos valores aplicados pelo AGROAMIGO Net na Região Nordeste – 2021 a 2024

ANO	CONTRATOS		VALOR (R\$ 1.000)			VALOR MÉDIO	
	Nº	Var (%)	Nominal	Real*	Var (%)	(R\$ 1.000)*	Var (%)
2021	300	-	669	735	-	2,5	-
2022	455	52	926	960	31	2,1	-14
2023	3.483	665	6.339	6.818	610	2,0	-7
2024	6.293	81	9.131	9.131	34	1,5	-26
Total	10.531		17.065	17.644		1,7	

Fonte: BNB (2025a). Elaboração dos autores.

*Valores corrigidos pelo IGP-DI para 2024.

Registre-se que, individualmente, Piauí e Ceará foram os estados que receberam o maior volume de recursos do AGROAMIGO Net entre 2021 e 2024. Já o Maranhão e o Rio Grande do Norte obtiveram elevada parcela dos recursos nos dois primeiros anos, perdendo participação percentual no montante aplicado nos anos seguintes. A Bahia, unidade federativa que concentra a maior fração de agricultores familiares nordestinos, foi também um dos estados que apresentou a maior taxa de crescimento do financiamento em itens de conectividade, tanto em termos de

quantidade de contratos quanto de valor contratado. Enquanto isso, Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe obtiveram os menores volumes de recursos aplicados (Tabela 10).

As variações no número e nos valores dos contratos têm relação com as características locais da demanda e com questões operacionais. No quesito operacional, Melo et al. (2023) argumentam que a diferença de contratação entre os estados dentro do AGROAMIGO Net pode estar relacionada a diferentes procedimentos adotados pelas unidades de atendimento do AGROAMIGO para disseminar a estratégia junto ao segmento. Afora esse aspecto, a dimensão territorial dos estados, juntamente com a grande dispersão espacial dos agricultores nos territórios, também pode contribuir para as diferenças de contratações apresentadas.

Tabela 10 – Distribuição dos contratos e valores reais aplicados pelo AGROAMIGO Net por estado do Nordeste – 2021 a 2024

UF	CONTRATOS				Var (%) 2021-2024	VALOR (1.000 R\$)*				Var (%) 2021-2024
	2021	2022	2023	2024		2021	2022	2023	2024	
Alagoas	26	26	133	537	1.965	48	32	279	921	1.804
Bahia	9	8	590	1.225	13.511	16	22	974	1.504	9.173
Ceará	33	74	666	820	2.385	103	226	1.696	1.725	1.569
Maranhão	78	79	553	1.079	1.283	192	162	929	1.058	452
Paraíba	7	3	248	396	5.557	23	9	436	406	1.695
Pernambuco	7	16	209	742	10.500	27	51	327	788	2.871
Piauí	80	136	568	836	945	144	229	1.166	1.720	1.092
Rio G. do Norte	58	112	351	328	466	178	227	855	725	308
Sergipe	2	1	165	330	16.400	4	2	155	283	6.411
Total por ano	300	455	3.483	6.293	1.998	735	960	6.818	9.131	1.142

Fonte: BNB (2025a). Elaboração dos autores.

*Valores corrigidos pelo IGP-DI para 2024.

Ainda no que diz respeito ao desempenho das operações do AGROAMIGO Net, compete destacar sua focalização no Semiárido, que abrange 70,8% do território nordestino. Realmente, no período de 2021 a 2024, mais de 76,1% dos contratos e 80,6% dos recursos financiados no âmbito dessa estratégia foram aplicados nessa área (BNB, 2025a). Tal focalização é importante porque contempla e supera a regra constitucional do FNE de aplicar pelo menos metade dos seus recursos no Semiárido. Ademais, é no Semiárido onde está concentrada a maior parcela dos agricultores familiares nordestinos, que, como já foi visto, tem baixo acesso à Internet e necessita do apoio do Estado para melhorar os níveis de conectividade.

Sendo assim, em um curto espaço de tempo, fica claro que o desempenho das contratações do AGROAMIGO Net tem sido bastante significativo em todos os estados nordestinos e no Semiárido. Como foi evidenciado nas seções 2 e 3, a partir das tabulações especiais do Censo Agropecuário 2017, a fração predominante da clientela do AGROAMIGO é formada por agricultores familiares de baixa renda (Grupo B) que apresentam capacidade de pagamento limitada e são bloqueados por “múltiplas carências produtivas”, como o acesso limitado à Internet de qualidade. Isso significa, dados os baixos valores médios dos contratos, que a estratégia do AGROAMIGO Net pode estar beneficiando a parcela do público do PRONAF situada na base da pirâmide social do campo, algo que está em plena sintonia com sua diretriz geral desde o seu nascimento (Abramovay et al., 2013; Neri, 2012).

5.2 Distribuição das operações do AGROAMIGO Net por tipo de agricultor familiar, gênero, faixa etária e atividades financiadas

Como discutido na seção precedente, o público-alvo do AGROAMIGO Net é formado por agricultores e agricultoras familiares possuidores/as de Declaração de Aptidão ao Pronaf

(DAP) ativa ou Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), pertencentes ao Grupo B (AGROAMIGO Crescer) ou ao Grupo Variável do PRONAF (AGROAMIGO Mais), segundo os limites de rendimento de cada segmento. A Tabela 11 indica que a estratégia tem chegado aos dois segmentos, embora a participação do Grupo V ainda seja reduzida, correspondendo a 6,6% dos contratos e 6,1% dos recursos aplicados. Na verdade, o grosso das operações do AGROAMIGO Net tem sido efetivado com os agricultores do PRONAF B, sendo 100,0% das operações nos dois primeiros anos e mais que 90,0% em 2023 e 2024.

Tais dados evidenciam que os investimentos no âmbito dessa estratégia no Nordeste estão contribuindo para a inclusão digital dos agricultores familiares mais pobres e vulnerabilizados, que possuem acesso limitado a infraestrutura básica de conectividade (Gazolla; Aquino, 2024). Esse acesso tem sido possibilitado graças às condições especiais de pagamento destinadas a esse segmento específico de agricultores.

De acordo com informações obtidas mediante consulta direta ao setor que opera o AGROAMIGO, para as linhas do Crescer (PRONAF B e PRONAF B/Semiárido), as condições e limites de financiamento para o AGROAMIGO Net são as seguintes: cada operação não pode ter valor superior a R\$ 4.000,00, com o prazo de reembolso dos empréstimos determinado em função da capacidade de pagamento do mutuário, observado o máximo de até 36 (trinta e seis) meses, incluídos até 12 (doze) meses de carência; e os juros à taxa efetiva de 0,5% a.a. Além desses benefícios, sobre cada parcela da dívida (principal e encargos) paga até o respectivo vencimento pactuado, incidirá bônus de adimplemento de 25% para operações contratadas pelo Programa PRONAF B e 40% para operações contratadas no PRONAF B/Semiárido.

Tabela 11 – Evolução do número de contratos e dos valores reais aplicados pelo AGROAMIGO Net entre os agricultores do Grupo B e demais agricultores familiares da Região Nordeste – 2021 a 2024

ANO	CONTRATOS				VALOR REAL (R\$ 1.000)*			
	Grupo B	%	Grupo V	%	Grupo B	%	Grupo V	%
2021	300	100	-	-	735	100	-	-
2022	455	100	-	-	960	100	-	-
2023	3.373	96,8	110	3,2	6.540	95,9	277	4,1
2024	5.706	90,7	587	9,3	8.334	91,3	797	8,7
Total	9.834	93,4	697	6,6	16.570	93,9	1.074	6,1

Fonte: BNB (2025a). Elaboração dos autores.

*Valores corrigidos pelo IGP-DI para 2024.

Quanto ao sexo do público atendido pelo AGROAMIGO Net, a Tabela 12 indica que pouco mais de um terço dos contratos e 30,7% do valor financiado têm sido direcionado aos homens. Todavia, a maior parte do público atendido é formada por agricultoras familiares. De fato, o financiamento de infraestrutura de conectividade no meio rural nordestino tem sido direcionado prioritariamente para mulheres, que foram contempladas, em média, com 65,5% dos contratos e 69,3% do montante aplicado entre 2021 e 2024. Ademais, vale ressaltar ainda o crescimento da participação das mulheres no valor contratado nos últimos dois anos, atingindo 71,7% em 2024.

Note-se que a participação majoritária das mulheres no AGROAMIGO Net é um resultado operacional que chama a atenção e merece ser destacado. Isto porque os maiores beneficiários da política de crédito rural têm sido historicamente os homens, que somam a maior parte dos chefes dos estabelecimentos rurais. Essa configuração tem ocorrido mesmo no âmbito do PRONAF (Bergamin; Resende, 2025). À exceção das demais regiões do Brasil, no Nordeste, a maior presença das mulheres na política de crédito rural tem sido proporcionada pelo AGROAMI-

GO, haja vista que a metodologia do Programa tem conseguido inserir efetivamente uma parcela crescente das mulheres agricultoras nordestinas como beneficiárias dos recursos do microcrédito rural, criando oportunidades para seu empoderamento social e para o fortalecimento de suas atividades produtivas (Aquino; Nunes; Silva, 2023; Gomes; Carvalho, 2023; Melo et al., 2023).

Tabela 12 – Evolução do número de contratos e dos valores reais aplicados pelo AGROAMIGO Net, por gênero, na Região Nordeste – 2021 a 2024

ANO	CONTRATOS				VALOR REAL (R\$ 1.000)*			
	Masculino	%	Feminino	%	Masculino	%	Feminino	%
2021	97	32,3	203	67,7	224	30,4	512	69,6
2022	171	37,6	284	62,4	387	40,4	573	59,6
2023	1.237	35,5	2.246	64,5	2.227	32,7	4.590	67,3
2024	2.128	33,8	4.165	66,2	2.585	28,3	6.546	71,7
Total	3.633	34,5	6.898	65,5	5.423	30,7	12.221	69,3

Fonte: BNB (2025a). Elaboração dos autores.

*Valores corrigidos pelo IGP-DI para 2024.

Já em relação à distribuição do financiamento do AGROAMIGO Net por idade, homens e mulheres se equiparam, com a concentração dos financiamentos para pessoas com idades inferiores a 55 anos, que geralmente possuem nível mais elevado de escolaridade, maior familiaridade com as tecnologias digitais e são mais receptivas às inovações (Melo et al., 2023). Para ilustrar, a Tabela 13 mostra que, entre 2021 e 2024, a faixa etária que concentrou a maior parte dos empréstimos, ficou entre 26 e 45 anos, 50,5% para o total contratado com homens e 57,1% para mulheres.

Os dados referentes ao ano de 2024, quando foi registrado o maior número de operações da estratégia, sinalizam que o destino das aplicações dos empréstimos, tanto dos homens quanto das mulheres em todas as faixas etárias, tem sido principalmente a aquisição de equipamentos para a instalação de In-

ternet (53,6%) e para a compra de computadores ou notebooks (26,8%). Além desses, os financiamentos contemplam ainda a compra de tablets (1,6%), impressoras (7,1%), repetidores de sinal de Wi-fi (2,0%), entre outros itens de conectividade (8,9%).

Tabela 13 – Distribuição dos contratos do Agroamigo Net, por gênero e faixa etária, na Região Nordeste - 2021 a 2024

Faixa etária	2021	2022	2023	2024	Total
Mulheres					
Até 25 anos	23	37	260	653	973
De 26 a 35 anos	74	96	638	1.239	2.047
De 36 a 45 anos	65	82	660	1.087	1.894
De 46 a 55 anos	25	43	377	688	1.133
De 56 a 65 anos	13	21	222	379	635
66 anos ou mais	3	5	89	119	216
Total de mulheres	203	284	2.246	4.165	6.898
Homens					
Até 25 anos	15	23	154	323	515
De 26 a 35 anos	32	58	273	521	884
De 36 a 45 anos	23	47	353	529	952
De 46 a 55 anos	18	21	235	414	688
De 56 a 65 anos	7	15	160	243	425
66 anos ou mais	2	7	62	98	169
Total de homens	97	171	1.237	2.128	3.633
Total por ano	300	455	3.483	6.293	10.531

Fonte: BNB (2025a). Elaboração dos autores.

Portanto, parece inegável que o AGROAMIGO Net já contribuiu para a inclusão digital de centenas de agricultoras e agricultores familiares do Nordeste. A estratégia está presente em todos os estados da Região, com destaque para o Semi-árido. O seu público preferencial tem sido os agricultores de baixa renda, albergados no Grupo B do PRONAF, justamente os que até recentemente apresentavam os piores indicadores de acesso à Internet e necessitam do apoio governamental para melhorar suas condições produtivas e de conectividade.

Outra característica do Programa tem sido sua focalização em grupos etários mais jovens e de média idade, especialmente mulheres. Todas essas conquistas são bastante alvissareiras e merecem ser comemoradas. Contudo, para completar a análise da política em foco, é importante averiguar se a aplicação dos recursos está alcançando os resultados planejados e quais são os desafios futuros dessa iniciativa inovadora no âmbito da política de financiamento rural brasileira.

6 POSSÍVEIS RESULTADOS DO AGROAMIGO NET E DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DIGITAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NORDESTINOS

Não é tarefa fácil mensurar os resultados do AGRO-AMIGO Net. Ao contrário do AGROAMIGO em geral, que já foi bastante estudado desde sua criação em 2005, a estratégia do Programa direcionada a melhorar a conectividade rural ainda é recente e seus possíveis efeitos nas atividades produtivas e nas condições socioeconômicas do público atendido só podem ser aferidos indiretamente no momento. Nesse sentido, já é perceptível, pelos dados apresentados na seção anterior, que a estratégia criada em 2021, ainda no auge da pandemia da Covid-19, tem cumprido um papel fundamental ao promover a inclusão digital de uma parcela da população rural que dificilmente teria acesso a equipamentos de conectividade sem a sua atuação.

O acesso à Internet de qualidade, no contexto de exclusão digital verificado até recentemente, gera oportunidades para o público atendido, e, em muitos casos, pode abrir espaço para ampliar as capacidades de segmentos historicamente marginalizados, como os agricultores de baixa renda do Grupo B e as mulheres agricultoras (Gazolla; Aquino, 2024; Gomes; Carvalho, 2023; Ziegler; Segura, 2022). O papel inclusivo do AGROAMIGO em geral e do AGROAMIGO Net, em particular, merece ser valorizado porque vai na contramão do movimento

concentrador e seletivo que tem caracterizado o PRONAF em todo o País, ao beneficiar com seus recursos majoritariamente os setores da agricultura familiar mais capitalizados do Sul e Sudeste (Aquino; Schneider, 2015; Wesz Júnior, 2021).

É provável, embora ainda não existam evidências disponíveis, que o público atendido pelo AGROAMIGO Net esteja obtendo melhores resultados produtivos, uma vez que trabalhos recentes mostram que uma parcela significativa do impacto do crédito do PRONAF sobre a produção e as vendas dos agricultores familiares atendidos ocorre indiretamente pela mediação técnica graças ao acesso à Internet (Alencar; Araújo; Justo, 2025). O melhor grau de conectividade também pode estar auxiliando na construção e no fortalecimento de “mercados digitais” para a comercialização direta de produtos alimentares e outros itens produzidos pelos agricultores familiares, a exemplo do artesanato, garantindo, com isso, remunerações mais justas e reduzindo a dependência dos atravessadores (Gazolla; Aquino, 2021; Melo et al., 2023; Niederle; Schneider; Cassol, 2021). Igualmente, a estratégia pode estar contribuindo para ampliar o acesso ao microcrédito rural e a outros serviços financeiros, dentro daquilo que o Ambiente de Microfinança Rural do BNB tem chamado de “AGROAMIGO Digital”, cujo foco se concentra no incentivo aos clientes para o uso de três principais tecnologias digitais: WhatsApp, assinatura eletrônica e APP AGROAMIGO.

Contudo, apesar dos aspectos positivos mencionados, a estratégia do AGROAMIGO Net tem potencial para avançar muito mais, pois, como mostrado nas seções 2 e 3, o seu público-alvo é bastante amplo e sua participação dentro do AGROAMIGO em geral é baixa. Realmente, a Tabela 14 indica que, mesmo com sua elevada taxa de crescimento, bem superior ao crescimento do AGROAMIGO em geral, a participação da linha Net no número de contratos total do Programa saiu de 0,06%, em 2021, para apenas 1,01%, em 2024. Já o valor

contratado, passou de 0,02% para 0,12% do total. Além disso, parece existir uma demanda reprimida por equipamentos e redes de conectividade que o Programa pode ajudar a suprir, haja vista que 91,4% do acesso à Internet nos domicílios rurais nordestinos, em 2023, ocorreu através de telefone móvel celular, e, em 91,9% deles, ainda não havia microcomputadores ou tablets (IBGE-PNADC/A, 2024).

Tabela 14 – Participação do AGROAMIGO Net nos financiamentos totais do AGROAMIGO e suas respectivas taxas de crescimento na Região Nordeste - 2021 a 2024

ANO	NET/AGROAMIGO (%)		TAXA DE CRESCIMENTO (%)			
	Contratos	Valor	Agroamigo NET		Agroamigo Total	
			Contratos	Valor	Contratos	Valor
2021	0,06	0,02	-	-	-	-
2022	0,08	0,03	51,7	30,6	0,5	1,8
2023	0,65	0,13	665,5	610,0	-0,9	54,4
2024	1,01	0,12	80,7	33,9	17,4	49,5

Fonte: BNB (2025a). Elaboração dos autores.

Compete ressaltar que diversos fatores podem estar influenciando o desempenho operacional e os resultados das aplicações do AGROAMIGO Net. Do ponto de vista operacional, as formas de planejamento de cada Unidade de Atendimento (UA) são fundamentais para divulgar a estratégia e ampliar as contratações. Já os resultados efetivos dos projetos financiados, em cada situação, irão depender das habilidades digitais dos públicos atendidos e de sua capacidade empreendedora para utilizar os recursos melhorados de conectividade para fomentar seus negócios no campo. Esse último aspecto é desafiador, tendo em vista os baixos índices de escolaridade formal e de “letramento digital” dos agricultores familiares nordestinos (Aquino; Alves; Vidal, 2020; Favareto; Tolocka; Fonseca, 2024).

Outros fatores que limitam os resultados do AGROAMIGO Net e sua expansão estão associados às desigualdades territoriais que têm caracterizado o processo de digitalização no Brasil, independente da estrutura organizacional que o opera em cada uma de suas 196 UAs do AGROAMIGO-BNB. Como enfatizam Buainain, Cavalcante e Consoline (2021), mesmo que a Internet esteja disponível em todos os municípios brasileiros, a sua abrangência territorial continua limitada e não alcança áreas rurais em muitos municípios. De fato, o estudo de Rocha Júnior et al. (2021, p. 17), demonstra que, entre 2019 e 2020, apenas

18% do Nordeste (com uso agropecuário) foi suficientemente atendido quanto à qualidade de sinal de Internet móvel, sendo que estas áreas se concentram principalmente próximas ao litoral, o que coincide com a localização das capitais das Unidades da Federação.

Os mesmos autores ainda destacam que: “As áreas sem uso agropecuário, localizadas principalmente no bioma Caatinga, e com boa qualidade de Internet móvel, somam 37% da Região, enquanto 31% dessas áreas estão sem cobertura”.

Note-se que o grau de conectividade rural tem melhorado ano a ano desde a crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19, mas a democratização do acesso à internet de qualidade está longe da universalização nas áreas rurais do Brasil e do Nordeste. De acordo com os cálculos realizados por Silva Júnior et al. (2025), em março de 2025, apenas 33,9% da área disponível para uso agrícola no Brasil tinha cobertura 4G ou 5G; e, na mesma direção, somente 48,1% dos imóveis rurais do País tinham cobertura 4G ou 5G em toda a sua área de uso agropecuário, com maior concentração no Sul e no Sudeste. Já o Índice de

Conectividade Rural (ICR)³ das unidades federativas nordestinas oscilava abaixo e acima da média nacional (0,493), sendo os piores resultados verificados nos estados do Maranhão (0,306), do Piauí (0,322) e da Bahia (0,361), que, juntos, concentram 53,2% dos agricultores familiares da Região Nordeste (Tabela 15).

Tabela 15 – Distribuição percentual dos agricultores familiares (2017) e do ICR dos estados da Região Nordeste (em março de 2025)

UFs/Região	% Agricultores Familiares	ICR
Bahia	32,3	0,361
Ceará	16,2	0,612
Pernambuco	12,6	0,601
Piauí	10,7	0,322
Maranhão	10,2	0,306
Paraíba	6,8	0,601
Alagoas	4,5	0,566
Sergipe	3,9	0,710
Rio G. do Norte	2,8	0,571
Nordeste	100,0	0,517

Fonte: IBGE/SIDRA (2019) e Silva Júnior et al. (2025). Dados organizados pelos autores.

Torna-se patente, então, que o fim da exclusão digital entre os agricultores familiares nordestinos, dada a sua dimensão e os aspectos mencionados até aqui, depende de múltiplos

3 O ICR é uma ferramenta que mensura o nível e o uso de conectividade nas áreas rurais brasileiras, desenvolvido através da parceria entre a Associação ConectarAgro e a equipe AgroPlus do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Tal índice varia de 0 a 1, em que valores mais próximos de 1 indicam maior nível de conectividade rural. No seu cálculo, é considerada a ponderação das seguintes variáveis: percentual de área passível de uso agrícola (CAR) com cobertura banda larga móvel 4G; percentual de alunos com acesso a pelo menos 1 mbps de internet nas escolas rurais; percentual de unidades de saúde em áreas rurais com cobertura 4G; percentual de imóveis rurais pequenos (familiares) totalmente cobertos por 4G nas suas áreas passíveis de uso agrícola; percentual das áreas de conservação públicas com cobertura de banda larga 4G; percentual de áreas indígenas com cobertura de banda larga móvel 4G; percentual das áreas de conservação privadas (APP, Reserva Legal, etc.) com cobertura de banda larga 4G; e presença de backhaul de fibra no município (Silva Júnior et al., 2025).

requisitos a serem preenchidos. De maneira geral, o AGROAMIGO Net tem dado resposta positiva para um deles, que é a aquisição de equipamentos para melhorar o acesso à Internet do público atendido. Mas a inclusão digital proporcionada pelo microcrédito da estratégia é apenas uma etapa que depende de outras condicionantes para obter o êxito esperado em suas diretrizes de operação.

Logo, o avanço da digitalização no Nordeste, além da própria ação do BNB para ampliar sua clientela, dependerá também da melhoria dos níveis de educação digital da população atendida e da universalização da infraestrutura de conexão 4G e 5G no campo, uma vez que o ICR nas áreas rurais onde se localiza mais da metade dos agricultores familiares da Região é extremamente baixo. Felizmente, estão sendo tomadas medidas para tentar reverter esse quadro. Nesse contexto, merece destaque o anúncio recente, pelo MDA (2025), de um grande programa de democratização do acesso à Internet nas áreas rurais do País. Se tal projeto se confirmar, provavelmente a demanda pelo AGROAMIGO Net pode crescer e isto poderá também potencializar seus resultados. Para tanto, será fundamental ampliar as sinergias entre o microcrédito e outras ações de desenvolvimento rural, objetivando superar as “múltiplas carências produtivas” que ainda bloqueiam a maioria dos agricultores familiares nordestinos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O AGROAMIGO Net é uma estratégia de financiamento inovadora no Brasil e tem demonstrado que pode ser uma importante ferramenta de inclusão digital para grupos mais vulneráveis da agricultura familiar na área de atuação do BNB, tais como mulheres e agricultores mais pobres localizados no Semiárido. Entretanto, a estratégia ainda precisa evoluir, ob-

jetivando ampliar sua participação no total de contratos e no volume de recursos aplicados.

De 2021 a 2024, foram efetivados 10.531 contratos pela estratégia em operações de investimento que alcançaram R\$ 17,6 milhões. Embora esse montante seja ainda modesto, em comparação ao conjunto das aplicações do AGROAMIGO em geral, ele contribuiu para que centenas de agricultores e agricultores familiares tivessem condições de adquirir equipamentos para acessar ou melhorar sua conexão à Internet no campo, especialmente entre um público mais jovem, predominantemente feminino e situado em estabelecimentos rurais de baixa renda localizados no Semiárido.

Os números apresentados, embora pareçam limitados diante do público a ser atendido, sinalizam grandes possibilidades. Como procurou-se evidenciar ao longo do texto, a maioria dos agricultores do Nordeste enfrenta “múltiplas carências produtivas”, sendo a exclusão digital mais uma delas. Não é demais lembrar que, até 2017/2018, mais de 80,0% dos agricultores familiares da Região não tinham acesso à Internet. Os dados mais recentes do nível de acesso às TICs indicam que a situação melhorou, mas ainda está longe de ocorrer a universalização do serviço de Internet de banda larga no campo nordestino. Isso significa que o AGROAMIGO Net tem um relevante papel a desempenhar no presente e no futuro.

Quanto aos resultados da estratégia, por ser uma iniciativa recente, faltam evidências para verificar com mais precisão os possíveis efeitos proporcionados pelo financiamento dos projetos de microcrédito nas condições socioeconômicas do público atendido. Entretanto, parece não restar dúvida diante do cenário apresentado que o AGROAMIGO Net tem contribuído para reduzir as desigualdades características do processo de modernização da agricultura no Brasil, promovendo a inclusão digital de centenas de agricultoras e agricultores familiares si-

tuados na base da pirâmide social dos estabelecimentos rurais do país. Evidentemente, existem vários condicionantes que limitam o raio de sua ação, como o baixo nível de educação digital do seu público-alvo, bem como a insuficiência dos sistemas de infraestrutura de distribuição de Internet de qualidade, que ainda está ausente em boa parte do rural nordestino.

Em resumo, considerando o cenário retratado e os desafios da política pública analisada, torna-se necessário acompanhar os aspectos mencionados e realizar novos estudos e pesquisas visando avaliar os efeitos da inclusão digital no fortalecimento das atividades produtivas e na diversificação das formas de ocupação das famílias atendidas. Os resultados de tais estudos poderão auxiliar no aprimoramento da estratégia e no processo de digitalização do AGROAMIGO em geral, que pretende ampliar o atendimento remoto pelo uso de ferramentas digitais de modo complementar à presença fundamental dos agentes de microcrédito nas comunidades rurais. Além disso, a produção de evidências mais robustas sobre a estratégia poderá auxiliar no planejamento de suas metas de integração e crescimento operacional, uma vez que existe ainda uma grande demanda reprimida por conectividade rural e o AGROAMIGO Net pode ajudar a supri-la em uma escala inédita no País.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Cinco anos de AGROAMIGO**: retrato do público e efeitos do Programa. 2. ed. rev. atual. ampl. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2013.

ALCANTARA, I. R.; BACHA, C. J. C. A modernização desigual da agropecuária brasileira de 2006 a 2017. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 27, p. 1-25, 2023.

ALENCAR, N. S.; ARAÚJO, J. A.; JUSTO, W. R. Contribuição do Pronaf e do acesso à Internet no valor da produção e venda da agroindústria brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, 63, e285711, 2025.

AQUINO, J. R.; BASTOS, F. Dez anos do Programa Agroamigo na Região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 139-160, 2015.

AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 31-54, 2020.

AQUINO, J. R.; NUNES, E. M.; SILVA, R. M. A. Agroamigo 18 anos depois: trajetória, desafios e perspectivas do programa no Rio Grande do Norte. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 54, suplemento especial, p. 121-144, 2023.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 53-81.

BERGAMIN, J.; RESENDE, A. M. **Aspectos regionais, raciais e de gênero da desigualdade entre agricultura familiar e não familiar**. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made/USP), 2025. (NPE 65).

BERTOLLO, M. A agricultura digitalizada e as disparidades do campo brasileiro. **Boletim Campineiro de Geografia**. Campinas, v. 13, n. 2, p. 335-346, 2023.

BNB. **Agroamigo Net do Banco do Nordeste**: a inclusão digital no meio rural. Fortaleza: BNB, 2021. (Cartilha).

BNB. **Operações de crédito do Agroamigo por municípios**: Nordeste e estados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2025a. (Documento elaborado em planilha Excel).

BNB. Reforço na agricultura familiar: programa do Banco do Nordeste, Agroamigo já é o maior provedor de microcrédito rural na América do Sul. **Revista Globo Rural**. São Paulo, nº 464, p. 17, jan. 2025b.

BUAINAIN, A. M.; CAVALCANTE, P.; CONSOLINE, L. **Estado atual da agricultura digital no Brasil**: inclusão dos agricultores familiares e pequenos produtores rurais. Santiago: CEPAL, 2021. (Documentos de Projetos [LC/TS.2021/61]).

DEL GROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando à inclusão de variável no banco de dados do censo, disponível para ampla consulta**. Brasília: FAO/SAF-MAPA/Finatec, 2019.

FAVARETO, A. S.; TOLOCKA, J. V.; FONSECA, A. S. A. As condições territoriais de participação da agricultura familiar na economia digital. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**. St. Cruz Sul (Online), v.29, p. 1-27, 2024.

FRANÇA, J. G. E.; FRANÇA, A. E. D. A agricultura do Nordeste no século XXI. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, ano XXXII, nº 4, p. 134-138, out./nov./dez. 2023.

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. A dívida digital no campo brasileiro: uma análise nacional e regional a partir do Censo Agropecuário 2017. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté/SP, v. 20, n. 1, p. 616-651, 2024.

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.427-460, jun. 2021.

GOMES, J. M. A.; CARVALHO, J. N. F. Agroamigo e Agenda 2030: os liames entre microcrédito e os ODS no estado do Piauí. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 54, suplemento especial, p. 77-95, 2023.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: existência de telefone e e-mail, acesso à Internet e tipo de conexão à Internet, segundo agricultura familiar e Pronafs no Brasil, regiões e UFs. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Tabulação Especial).

IBGE/PNADC/A. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua Anual (TICs)**: tabelas 7302, 7307 e 7311. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/7307>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso: 20 jan. 2020.

LIMA, J. R.; MAGALHÃES, A. R. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. **Parcerias Estratégicas**. V. 23, n. 46, p. 191-212, jan./jun. 2018.

MACHADO, L. S. F.; BARBOSA, C. G.; SILVA, A. R. Agroamigo, 18 anos: inclusão e sustentabilidade no campo por meio do maior programa de microfinança rural do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 54, suplemento especial, p. 9-22, 2023.

MDA. **Agricultores familiares terão acesso ao sinal de telefonia móvel e Internet de alta velocidade no campo.** Brasília: MDA, 20/2/2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/02/agricultores-familiares-terao-acesso-ao-sinal-de-telefonia-movel-e-internet-de-alta-velocidade-no-campo>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MELO, M. R. B. et al. Agroamigo: promovendo sustentabilidade e conectividade nas áreas rurais. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 54, suplemento especial, p. 37-51, 2023.

NERI, M. **Microempresários nordestinos rurais e impactos do Agroamigo.** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

NIEDERLE, P.; SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativas e políticas públicas.** Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2021.

REBELLO, A. **Seca de 2012 a 2017 no Semiárido foi a mais longa na história do Brasil.** UOL (site), 03 mar. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/03/03/seca-de-2012-a-2017-no-semiarido-foi-a-mais-longa-da-historia.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ROCHA JUNIOR, A. B. et al. **Conectividade rural e inclusão digital como estratégias para a democratização da ATER: oportunidades para o Brasil e Peru.** Brasília, DF: FIDA, 2021.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo: Record, 2001.

SILVA, A. R.; MACHADO, L. S. F. Plano Safra 2023/2024: resultados da atuação do Banco do Nordeste na agricultura familiar. **Artigos ETENE**. Fortaleza, ano 5, nº 4, p. 1-12, dez./2024.

SILVA JÚNIOR, A. G. et al. **Indicador de Conectividade Rural (ICR)**. ConectarAgro/AgroPlus UFV, março/2025. (Relatório Interno ConectarAgro + UFV). Disponível em: <<https://www.conectaragro.com.br/indicadordeconectividaderural/files/ebook-indicador-de-conectividade-rural-2025.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2025.

WESZ JÚNIOR, V. J. O PRONAF pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos**. Chapecó/SC, v. 30, n. 51, p. 89-112, 2021.

ZIEGLER, S.; SEGURA, J. A. **Conectividade rural na América Latina e no Caribe**: estado de situação, desafios e ações para a digitalização e o desenvolvimento sustentável. São José, Costa Rica: IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2022.

CAPÍTULO 5

Programa Agroamigo:

Estratégias para Impulsionar Sustentabilidade e Modernização na Agricultura Familiar

Maria Renata Bezerra Melo

José Maria da Cunha Júnior

Victor Eduardo da Motta

Mateus Freitas de Vasconcelos

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas têm provocado impactos crescentes sobre o meio ambiente e as atividades econômicas, levando diversos países a adotarem medidas para amenizar as externalidades negativas resultantes desses impactos. No Brasil, essa tendência também é observada, com o País assumindo compromissos voluntários nos últimos anos a fim de enfrentar os desafios relacionados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, estabelecendo políticas públicas voltadas para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável (Brito; Santos, 2018).

Nesse contexto, a agricultura se destaca como uma das áreas mais afetadas pelas questões ambientais devido ao seu papel crucial na produção de alimentos e seu impacto significativo no ecossistema (Notarnicola et al., 2017). O crédito rural surge como um instrumento essencial para promover

práticas agrícolas mais sustentáveis, garantindo a sustentabilidade econômica das propriedades familiares e incentivando a adoção de métodos que minimizem os impactos ambientais (Opuchkevitch et al., 2020).

A literatura especializada vem apontando como fundamental a inclusão do crédito rural como um dos pilares da agricultura familiar, objetivando estimular uma produção agrícola mais sustentável (Rodrigues; Junior; Silva, 2024). De acordo com Lin et al. (2019), o crédito rural aumenta a capacidade dos agricultores de atenderem suas necessidades financeiras, como a compra de insumos agrícolas e a realização de investimentos produtivos. Ademais, o acesso ao crédito tem um impacto socioeconômico significativo nas famílias rurais, contribuindo para o aumento da produção, a melhoria da renda familiar e a redução da pobreza (Linh et al., 2019).

Corroborando essa visão, Santos e Cedraz (2015) ressaltam que o crédito rural não apenas soluciona problemas relacionados à falta de recursos financeiros, mas também impulsiona o desenvolvimento local de comunidades de agricultores familiares, alinhado ao desenvolvimento sustentável. Além disso, Delgado e Bergamasco (2017) afirmam que propriedades com acesso ao crédito rural apresentam um desenvolvimento superior em comparação às que não têm acesso, pois a qualidade de vida dos agricultores melhora e o desenvolvimento sustentável é promovido de forma mais eficaz.

Nesse cenário, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) oferece o Programa de Microfinanças Rural, Agroamigo, que financia atividades geradoras de renda e serviços rurais, agropecuários e não agropecuários, desenvolvidos no campo ou em áreas urbanas próximas, com o objetivo de estimular a geração de renda e otimizar o uso da mão de obra familiar. O Agroamigo atende milhares de agricultores e agricultoras familiares, seguindo a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito

Produtivo Orientado (PNMPO), em municípios dentro e fora da região do Semiárido (BNB, 2025d; Silva; Aquino, 2017).

O Agroamigo atua desde 2005 com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Nesse período, o Programa financiou R\$ 41,7 bilhões com 8,1 milhões de operações contratadas e 1,6 milhão de clientes ativos. Em 2024, o Programa contou com 1.293 agentes de microcrédito e 231 unidades de atendimento do BNB, as quais receberam demandas de 2.070 municípios (BNB, 2025c).

Com o propósito de implementar o Programa, o BNB optou por estabelecer colaborações estratégicas, delegando ao Instituto Nordeste Cidadania (Inec) a responsabilidade pela execução do Agroamigo. Nessa parceria, cabe ao BNB a definição das diretrizes metodológicas e operacionais que o Inec deve seguir, além de prestar apoio contínuo e exercer atividades de fiscalização, supervisão e monitoramento das ações desenvolvidas. O Inec, por sua vez, oferece atendimento por meio de agentes de microcrédito, os quais possuem relacionamento direto com os agricultores familiares e prestam serviços de orientação sobre o planejamento do agronegócio (BNB, 2025d).

Para responder aos desafios contemporâneos, o Programa Agroamigo tem se modernizado e adotado novas estratégias de negócios, tais como Agroamigo Sol, Agroamigo Água, Agroamigo Agroecologia e Orgânicos, e Agroamigo Moderniza. Essas iniciativas visam atender necessidades específicas dos agricultores familiares, ao mesmo tempo em que possam promover sustentabilidade nas áreas rurais, agregando valor econômico nas comunidades, desenvolvendo o meio social e reduzindo os impactos ambientais, tornando a agricultura familiar mais resiliente às mudanças climáticas.

Este artigo tem como objetivo estudar essas quatro estratégias do Programa Agroamigo, buscando entender suas finalidades, assim como a evolução do volume de contratações

e a quantidade total de contratos segundo as unidades federativas e a região climática. As informações necessárias para o estudo foram disponibilizadas pelo BNB e compreende a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que inclui os estados da Região Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Além desta introdução, o artigo discorre sobre pesquisas que tratam da relação entre crédito e sustentabilidade na seção 2, esclarece os procedimentos metodológicos adotados e a base de dados empregada na seção 3, apresenta os resultados e discussões do trabalho na seção 4 e sintetiza as considerações finais na seção 5. Ainda são indicadas as referências bibliográficas utilizadas para embasamento do estudo.

2 CRÉDITO RURAL E SUSTENTABILIDADE

A relação entre crédito rural e sustentabilidade na agricultura tem sido objeto de crescente interesse acadêmico, especialmente no contexto das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Esta seção revisa a literatura existente sobre o tema, destacando os principais achados de estudos recentes que exploram como o crédito rural pode influenciar práticas agrícolas sustentáveis.

Opuchkevitch et al. (2020) investigaram a relação entre o crédito rural e o desenvolvimento sustentável em pequenas propriedades agrícolas em Prudentópolis, no Paraná. A metodologia envolveu entrevistas semiestruturadas e observações em seis propriedades, divididas entre tomadoras e não tomadoras de crédito rural. Os resultados mostraram que as propriedades que utilizaram crédito rural apresentaram melhores condições financeiras, maior propensão a investimentos e uma visão mais positiva sobre seu papel no desenvolvimento local. Em contraste, as propriedades que não utilizaram crédito enfrentaram mais dificuldades financeiras e tiveram menor

motivação para investir. No entanto, ambos os grupos demonstraram preocupações ambientais semelhantes, embora os tomadores de crédito tenham tido uma postura mais proativa em relação ao desenvolvimento sustentável.

Outro estudo relevante é o de Lopes, Lowery e Peroba (2016) que analisou o papel do crédito rural na promoção da sustentabilidade agrícola no Brasil. A metodologia incluiu a análise de dados sobre as tendências de crédito rural na década anterior à publicação, a criação de linhas de crédito voltadas para a sustentabilidade, as taxas de juros e fontes de recursos. Foram realizadas entrevistas e visitas de campo para identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores no acesso ao crédito rural e as barreiras para a adoção de práticas sustentáveis. Os resultados indicaram que, embora existam linhas de crédito específicas para práticas sustentáveis, como o Programa ABC¹, a adoção dessas práticas é limitada devido a barreiras culturais, institucionais e financeiras. O estudo de caso demonstrou que o crédito subsidiado pode incentivar a adoção de práticas sustentáveis, mas a falta de informação e assistência técnica adequada ainda são desafios significativos.

Mais recentemente, Santos, Schneider e Santoyo (2024) exploraram a relação entre o uso do crédito rural e os pilares da sustentabilidade econômica e ambiental na agricultura familiar em municípios do oeste do Paraná. A metodologia envolveu a aplicação de questionários semiestruturados a 60 agricultores, divididos entre usuários e não usuários de crédito rural. Para análise dos dados, foram utilizadas Análise de Coordenadas Principais (PCoA) e Análise de Variância Multivariada Permutacional (PERMANOVA), além de Análise de Redundância (RDA). Os resultados indicaram que o pilar ambiental foi o mais influente na ordenação dos respondentes, sendo as ques-

¹ Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura; criado em 2010, é uma linha de crédito dedicada especificamente a financiar práticas agrícolas de alta produtividade e baixa emissão de gases do efeito estufa.

tões ambientais as maiores preocupações dos agricultores. No entanto, os agricultores que não utilizavam crédito foram identificados como os mais importantes para o desenvolvimento sustentável, pois adotavam práticas mais ecológicas, como o reaproveitamento do lixo orgânico e a não utilização de controle químico de pragas. Segundo os próprios pesquisados, o crédito rural não viabilizaria essa produção. Isso evidencia a importância da existência de crédito voltado especificamente para essas questões de sustentabilidade ambiental.

Sendo assim, a literatura revisada destaca a importância do crédito rural como uma ferramenta potencial para promover práticas agrícolas sustentáveis. Contudo, os estudos também revelam que a eficácia dessas políticas é frequentemente limitada por barreiras institucionais, culturais e financeiras. Para maximizar os benefícios do crédito rural na promoção da sustentabilidade, é essencial abordar essas barreiras e fornecer suporte adequado aos agricultores, incluindo assistência técnica e acesso a informações relevantes.

Nesse contexto, o Programa Agroamigo do BNB desempenha um papel crucial na sustentabilidade das áreas rurais, uma vez que o Agroamigo, por meio de suas estratégias de crédito, tem promovido inclusão social e econômica dos agricultores familiares, facilitando o acesso a tecnologias sustentáveis, como energia solar, e infraestrutura hídrica, juntamente com o suporte técnico dos seus agentes de microcrédito (Melo et al., 2023). Essas iniciativas não apenas melhoram a qualidade de vida dos agricultores, mas também incentivam práticas agrícolas de baixo impacto, contribuindo para a preservação ambiental e o desenvolvimento rural.

3 METODOLOGIA E BASE DE DADOS

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritiva, na qual é conduzida uma análise exploratória, a partir da tabulação dos dados obtidos. Dessa forma, foram analisadas informações como o somatório dos valores contratados e a frequência absoluta dos contratos, tanto para a totalidade de cada estratégia do Programa quanto para os estados da área de atuação da Sudene, assim como para as regiões dentro e fora do Semiárido. Ademais, foi realizada uma revisão da literatura sobre a relação entre crédito e sustentabilidade, e sobre as principais características do Programa Agroamigo e suas novas estratégias de atuação.

Os dados utilizados neste estudo foram fornecidos pelo BNB e reúnem informações de todas as operações do Programa, abrangendo todo o período de atuação das quatro estratégias: Agroamigo Sol (2018 a 2024); Agroamigo Água (2020 a 2024); Agroamigo Agroecologia e Orgânicos (2023 e 2024); e Agroamigo Moderniza (2024).

Os valores monetários foram atualizados para dezembro de 2024, a partir do mês de contratação, utilizando o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Por conta desses ajustes realizados na base original, os valores finais são ligeiramente diferentes dos apresentados nos Cadernos Gerenciais do Agroamigo (BNB, 2025d), pois referidos documentos divulgam os valores nominais de cada ano.

4 PROGRAMA AGROAMIGO E QUATRO NOVAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO: AGROECOLOGIA E ORGÂNICOS, SOL, ÁGUA E MODERNIZA

Em 2025, o Programa Agroamigo celebra 20 anos de existência e, ao longo desse período, passou por diversas modificações. A partir de 2018, foram implementadas novas estratégias de atuação para atender a demandas específicas de sustentabilidade e modernização no meio rural. As estratégias mencionadas são apresentadas a seguir.

4.1 Agroamigo Sol

A energia solar é fundamental para a produção no meio rural, especialmente em regiões como o Nordeste brasileiro, onde a escassez de recursos hídricos e a dependência de fontes de energia tradicionais são problemas recorrentes. Além de fornecer iluminação, a energia solar proporciona o funcionamento de equipamentos essenciais para a produção agropecuária, como freezers para conservação da produção e cercas elétricas nas propriedades. Assegura também o bombeamento de água e a instalação de sistemas de irrigação de pequenas vazões, além de dessalinização, proporcionando melhor acesso aos recursos hídricos (BNB, 2025b).

De acordo com Sicredi (2022), a energia solar tem um grande potencial para impactar positivamente o setor agrícola, na medida em que a instalação de painéis solares pode reduzir significativamente os custos de eletricidade, a qual é requerida para irrigação, armazenamento, iluminação e controle climático em estufas. Além disso, a energia solar oferece maior independência energética; mitigação das mudanças climáticas, uma vez que é uma fonte de energia limpa que não emite gases de efeito estufa; aumento da eficiência energética, reduzindo o desperdício de água e outros recursos naturais; e a possibilidade de obter

um selo verde, que pode ser uma vantagem competitiva no mercado. Essas aplicações são especialmente importantes em áreas remotas e no contexto da agricultura sustentável.

Segundo Bursztyn (2020), a implementação de sistemas de energia solar em propriedades rurais traz benefícios adicionais, como a fixação da população em suas localidades de origem. Isso contribui para reduzir a pressão do êxodo rural, assegurando maior grau de justiça territorial e garantindo a preservação dos vínculos identitários socioculturais.

O Agroamigo Sol é uma iniciativa destinada a investimentos em energia solar fotovoltaica no meio rural, financiando a instalação de sistemas de micro e minigeração de energia solar ou outras fontes renováveis para clientes do BNB que se enquadram como agricultores familiares. Utilizando recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), essa estratégia visa facilitar o acesso à energia solar, reduzindo as despesas dos agricultores familiares com energia, aumentando a competitividade das atividades agropecuárias e promovendo o uso de energia renovável e limpa no meio rural (BNB, 2025b).

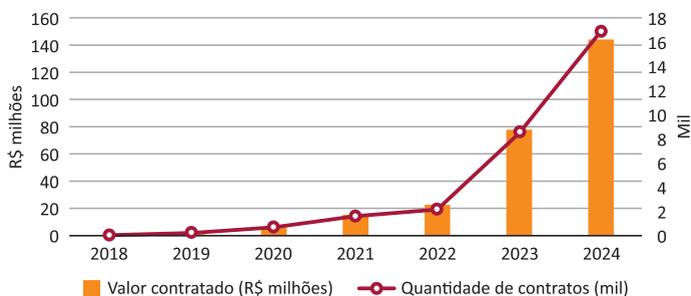
O Gráfico 1 mostra a evolução das contratações na estratégia Agroamigo Sol, de 2018, ano de lançamento, até 2024. Percebe-se que houve um crescimento exponencial no período, tanto em termos de valor contratado quanto em quantidade de contratos, com montantes iniciais de R\$ 157,5 mil em 2018, perfazendo um total de R\$ 144,1 milhões em 2024. Em sete anos de existência, essa estratégia ofereceu R\$ 267,1 milhões em financiamentos.

A quantidade de contratos seguiu a mesma tendência de crescimento, tendo iniciado com 29 operações e alcançado, em 2024, um total de 16,9 mil operações nessa modalidade de microcrédito. Dessa forma, o Agroamigo Sol atingiu, em sete

anos, um total de 30,0 mil operações voltadas especificamente para energia solar fotovoltaica no meio rural, com ticket médio por operação de R\$ 8,9 mil.

Esse aumento significativo pode estar relacionado ao contexto do Brasil e do mundo no período considerado. Com a pandemia da Covid-19, em 2020, houve uma necessidade urgente de apoio financeiro para pequenos agricultores, o que pode ter impulsionado a adesão ao Agroamigo. Somado a isso, a adoção de estratégias sustentáveis, como o incentivo à utilização de energia solar, também contribuiu para a popularidade do Programa, alinhando-se com as tendências globais de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

Gráfico 1 – Evolução das contratações no Agroamigo Sol – 2018 a 2024



Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

Nota: Valores atualizados para dezembro de 2024, utilizando-se o IGP-DI.

A Tabela 1 apresenta o valor das contratações do Agroamigo Sol no âmbito das unidades federativas, de 2018 a 2024. Observa-se expansão praticamente contínua dessa estratégia em todos os estados, mesmo durante a pandemia. A Bahia aparece como o estado que obteve o maior volume de contratações durante o período analisado, no valor de R\$ 138,4 milhões, o que equivale a 51,8% do total das operações.

Em seguida, vem o Estado do Ceará, que financiou R\$ 32,1 milhões, o que compreende 12,0% do volume dos recursos.

Tabela 1 – Agroamigo Sol – Valor das contratações por estado (R\$ mil) – 2018 a 2024

Estado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total por estado	%
Bahia	57	950	3.961	10.537	14.696	37.757	70.394	138.350	51,8
Ceará	4	2	69	611	1.350	9.553	20.505	32.095	12,0
Piauí	65	120	1.326	1.809	2.316	8.013	12.854	26.502	9,9
Minas Gerais	32	84	487	1.177	1.187	6.048	10.753	19.768	7,4
Pernambuco	0	2	23	272	1.086	4.626	10.343	16.352	6,1
Rio Grande do Norte	0	12	111	485	1.483	4.919	7.899	14.909	5,6
Paraíba	0	16	41	137	120	1.488	3.096	4.898	1,8
Espírito Santo	0	16	0	0	19	1.285	3.470	4.790	1,8
Maranhão	0	3	62	127	198	1.875	2.075	4.340	1,6
Sergipe	0	4	76	28	85	1.127	1.345	2.665	1,0
Alagoas	0	0	0	51	21	1.062	1.328	2.462	0,9
Total por ano	158	1.210	6.156	15.235	22.560	77.755	144.060	267.133	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

Nota: Valores atualizados para dezembro de 2024, utilizando-se o IGP-DI.

A Tabela 2 detalha a quantidade de contratos do Agroamigo Sol por unidade federativa entre 2018 e 2024. A estratégia contemplou inicialmente quatro estados: Bahia, Ceará, Piauí e Minas Gerais. No ano seguinte, foi expandida para mais seis estados, tendo atingido os onze estados da área de atuação em 2022. Dessa forma, o Agroamigo Sol disponibilizou, em sete anos, financiamentos para os nove estados do Nordeste, além de Minas Gerais e Espírito Santo. A Bahia se destaca como o estado que recebeu a maior quantidade de financiamentos (51,8% do total).

Tabela 2 – Agroamigo Sol – Quantidade de contratos por estado – 2018 a 2024

Estado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total por estado	%
Bahia	13	145	428	1.140	1.471	3.103	6.314	12.614	42,0
Ceará	2	1	9	56	103	927	2.006	3.104	10,3
Piauí	9	27	108	157	206	800	1.611	2.918	9,7
Maranhão	0	1	32	35	34	1.055	1.565	2.722	9,1
Minas Gerais	5	21	66	134	160	748	1.205	2.339	7,8
Pernambuco	0	1	7	22	74	544	1.561	2.209	7,4
Rio Grande do Norte	0	3	11	38	83	362	778	1.275	4,3
Paraíba	0	4	9	15	12	425	737	1.202	4,0
Alagoas	0	0	0	2	1	152	580	735	2,5
Sergipe	0	1	7	3	7	309	401	728	2,4
Espírito Santo	0	2	0	0	1	28	123	154	0,5
Total por ano	29	206	677	1.602	2.152	8.453	16.881	30.000	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

A Tabela 3 apresenta as contratações do Agroamigo Sol por região climática entre 2018 e 2024. Observa-se que a maior parte das contratações ocorreu na região do Semiárido, totalizando R\$ 247,3 milhões, o que representa 92,6% do valor total das contratações. Fora do Semiárido, foi significativamente menor o valor das contratações, somando R\$ 19,8 milhões, ou 7,4% do total. Esse padrão se reflete também na quantidade de contratos, com 25,5 mil contratos no Semiárido (84,9%) e 4,5 mil fora do Semiárido (15,1%).

Tabela 3 – Agroamigo Sol – Contratações por região climática – 2018 a 2024

Região	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total por região	%
Valor das contratações (R\$ mil)									
Semiárido	152	1.169	6.073	14.993	22.007	72.520	130.409	247.323	92,6
Fora do Semiárido	5	42	83	241	553	5.235	13.651	19.810	7,4
Total por ano	158	1.210	6.156	15.235	22.560	77.755	144.060	267.133	100,0
Quantidade de contratos									
Semiárido	28	199	640	1.552	2.083	6.977	13.990	25.469	84,9
Fora do Semiárido	1	7	37	50	69	1.476	2.891	4.531	15,1
Total por ano	29	206	677	1.602	2.152	8.453	16.881	30.000	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

Nota: Valores atualizados para dezembro de 2024, utilizando-se o IGP-DI.

Na subseção seguinte, examina-se a estratégia de atuação chamada Agroamigo Água, detalhando seu objetivo, público-alvo e os resultados obtidos desde a sua implementação até o ano de 2024.

4.2 Agroamigo Água

Os recursos hídricos são essenciais para a produção no meio rural, onde a escassez de água é um desafio constante. A agricultura irrigada, por exemplo, é uma prática fundamental para garantir a produtividade agrícola em regiões com baixa disponibilidade hídrica. Montoya e Finamore (2020) indicam que a eficiência no uso da água é crucial para a sustentabilidade da produção agrícola, permitindo que os agricultores mantenham a produção mesmo em períodos de seca. Além disso, Paz, Teodoro e Mendonça (2000) sugerem que a gestão adequada dos recursos hídricos contribui para a preservação dos ecossistemas locais e para a manutenção da biodiversidade, aspectos vitais para a resiliência das comunidades rurais.

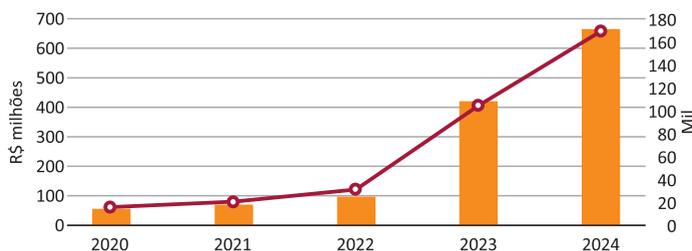
No Semiárido, a importância dos recursos hídricos é ainda mais evidente devido às condições climáticas adversas. A implementação de tecnologias de irrigação e dessalinização tem mostrado resultados positivos na melhoria da qualidade de vida dos agricultores e na viabilidade econômica das propriedades rurais (Rodrigues; Cruvinel, 2022). A adoção de práticas sustentáveis de gestão da água, como a irrigação eficiente e o uso de sistemas de captação de água da chuva, são estratégias que ajudam a mitigar os efeitos da escassez hídrica e a garantir a continuidade da produção agrícola. Esses avanços tecnológicos não apenas aumentam a produtividade, mas também promovem a conservação dos recursos naturais, contribuindo para a sustentabilidade a longo prazo da agricultura no Semiárido.

Tendo em vista o papel dos recursos hídricos na produção rural, em 2020, o Inec iniciou uma parceria com a ONG Water.org para lançar a estratégia Agroamigo Água. Essa iniciativa visa financiar projetos de crédito produtivo e orientado, focados na segurança hídrica na região do Semiárido. O objetivo é aumentar a infraestrutura hídrica nas comunidades, multiplicando as fontes e reservatórios de água para garantir seu uso em atividades produtivas. Os financiamentos abrangem ações como a construção de poços e cisternas, banheiros, encanamentos e projetos de irrigação, melhorando a qualidade de vida e a produção rural (Inec, 2025).

O Gráfico 2 mostra a evolução das contratações no Agroamigo Água entre 2020 e 2024. Observa-se um crescimento significativo tanto no valor contratado quanto na quantidade de contratos ao longo dos anos. Em 2020, o montante contratado foi de aproximadamente R\$ 56,0 milhões, disparando para R\$ 665,3 milhões em 2024, totalizando 1,3 bilhão em cinco anos de atuação. A quantidade de contratos seguiu uma tendência similar, começando com 15,7 mil em 2020 e avançando para 169,1 mil em 2024, culminando em 340,8 mil contratos no todo.

Esse crescimento acentuado reflete a importância da água na Região Nordeste, especialmente no Semiárido, onde a escassez hídrica é uma adversidade permanente. O Agroamigo Água tem desempenhado um papel crucial ao fornecer recursos financeiros para projetos que visam melhorar o acesso à água e à gestão hídrica. Com um ticket médio de R\$ 3,8 mil por operação, o Programa tem conseguido atender a um número crescente de beneficiários, contribuindo para a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico da Região.

Gráfico 2 – Evolução das contratações no Agroamigo Água – 2020 a 2024



Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

Nota: Valores atualizados para dezembro de 2024, utilizando-se o IGP-DI.

A Tabela 4 apresenta os valores das contratações da estratégia Agroamigo Água por unidade federativa entre 2020 e 2024. Nota-se um aumento expressivo no montante das contratações ao longo do tempo, com destaque para os estados da Bahia, Ceará e Minas Gerais. A Bahia lidera com um total de R\$ 418,1 milhões, representando 32,0% do volume total das contratações, seguida pelo Ceará com R\$ 208,9 milhões (16%) e Minas Gerais com R\$ 165,2 milhões (12,6%).

Tabela 4 – Agroamigo Água – Valor das contratações por estado (R\$ mil) – 2020 a 2024

Estado	2020	2021	2022	2023	2024	Total por estado	%
Bahia	17.663	22.672	32.155	144.902	200.746	418.139	32,0
Ceará	10.322	10.366	16.465	65.288	106.488	208.930	16,0
Minas Gerais	9.427	11.012	15.365	54.998	74.398	165.200	12,6
Paraíba	5.204	7.212	10.052	38.108	70.029	130.603	10,0
Pernambuco	4.334	5.288	5.297	35.080	67.218	117.217	9,0
Piauí	3.353	4.355	6.884	32.530	56.008	103.130	7,9
Rio Grande do Norte	5.378	7.812	7.784	19.791	29.423	70.187	5,4
Maranhão	11	36	994	13.904	31.851	46.795	3,6
Sergipe	116	675	428	7.951	13.254	22.424	1,7
Alagoas	147	589	1.425	3.867	11.135	17.162	1,3
Espírito Santo	0	0	0	3.997	4.745	8.741	0,7
Total por ano	55.954	70.018	96.848	420.415	665.293	1.308.529	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

Nota: Valores atualizados para dezembro de 2024, utilizando-se o IGP-DI.

A Tabela 5 detalha a quantidade de contratos da estratégia Agroamigo Água, por unidade federativa, entre 2020 e 2024. Houve um aumento exponencial nas contratações em todos os estados, refletindo a crescente demanda por recursos hídricos e a importância do Programa para a sustentabilidade dessas localidades. É possível observar que a Bahia se destaca em termos de contratos, com 83,1 mil (24,4% do total), seguida por Minas Gerais (48,6 mil contratos, 14,3%) e Ceará (47,3 mil contratos, 13,9%).

Tabela 5 – Agroamigo Água – Quantidade de contratações por estado – 2020 a 2024

Estado	2020	2021	2022	2023	2024	Total por estado	%
Bahia	4.861	6.121	8.488	27.838	35.766	83.074	24,4
Minas Gerais	3.948	4.988	7.127	14.967	17.563	48.593	14,3
Ceará	2.334	2.365	4.271	14.626	23.741	47.337	13,9
Piauí	1.253	1.493	2.859	10.931	22.714	39.250	11,5
Maranhão	9	11	800	8.721	18.451	27.992	8,2
Paraíba	1.311	1.901	2.473	8.374	13.048	27.107	8,0
Pernambuco	1.033	1.216	1.206	6.152	13.275	22.882	6,7
Rio Grande do Norte	884	1.738	2.136	6.537	10.630	21.925	6,4
Alagoas	53	430	1.524	2.789	7.261	12.057	3,5
Sergipe	25	273	288	3.174	6.284	10.044	2,9
Espírito Santo	0	0	0	188	348	536	0,2
Total por ano	15.711	20.536	31.172	104.297	169.081	340.797	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

A Tabela 6 apresenta os valores das contratações e a quantidade de contratos da estratégia Agroamigo Água, por região climática, entre 2020 e 2024. Identifica-se que a maior parte dos recursos contratados foi destinada para a região do Semiárido, totalizando cerca de R\$ 1,2 bilhão, o que representa 91,5% do valor total das contratações. Fora do Semiárido, o valor dos financiamentos foi notadamente menor, somando R\$ 110,8 milhões, ou 8,5% do total. Esse padrão se reflete também na quantidade de contratos, com 301,7 mil contratos no Semiárido (88,5%) e 39,1 mil fora do Semiárido (11,5%).

Tabela 6 – Agroamigo Água – Contratações por região climática – 2020 a 2024

Região	2020	2021	2022	2023	2024	Total por região	%
Valor das contratações (R\$ mil)							
Semiárido	55.954	70.018	96.848	383.026	591.915	1.197.761	91,5
Fora do Semiárido	0	0	0	37.389	73.379	110.768	8,5
Total por ano	55.954	70.018	96.848	420.415	665.293	1.308.529	100,0
Quantidade de contratos							
Semiárido	15.711	20.536	31.172	91.471	142.794	301.684	88,5
Fora do Semiárido	0	0	0	12.826	26.287	39.113	11,5
Total por ano	15.711	20.536	31.172	104.297	169.081	340.797	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

Nota: Valores atualizados para dezembro de 2024, utilizando-se o IGP-DI.

Na próxima subseção, são apresentadas as características e os resultados alcançados, durante o período de sua execução, pela estratégia denominada Agroamigo Agricultura e Orgânicos, destacando sua importância para a promoção de práticas agrícolas mais saudáveis e sustentáveis.

4.3 Agroamigo Agroecologia e Orgânicos

Segundo o Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, a produção de base agroecológica é um sistema agrícola que “busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social [...]” (Brasil, 2012, art. 2º, inc. III). Esse tipo de produção adota práticas sustentáveis que minimizam a dependência de insumos externos, como fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, e promove o uso de métodos alternativos, como inseticidas biológicos e fertilizantes orgânicos. A agroecologia visa criar agroecossistemas resilientes e sustentáveis, que conservem a biodiversidade e melhorem a qualidade do solo, ao mesmo tempo em que garantem a produção de alimentos saudáveis

e a preservação dos recursos naturais (Borsato, 2015; Santos et al., 2013). Esse enfoque holístico contribui para a sustentabilidade a longo prazo da agricultura, especialmente em regiões vulneráveis como o Semiárido.

A estratégia Agroamigo Agroecologia e Orgânicos tem como objetivo promover a produção de alimentos saudáveis na agricultura familiar, através de crédito para financiar sistemas de produção de base agroecológica ou em transição para esses sistemas, bem como sistemas orgânicos de produção e agroflorestais (BNB, 2025c). Essa modalidade de financiamento incentiva o uso de tecnologias da biodiversidade, a redução do uso de agrotóxicos, e a transformação de resíduos em insumos, promovendo uma agricultura mais saudável e sustentável.

O Agroamigo Agroecologia e Orgânicos contempla:

- 1) Financiamento de sistemas de base ecológica ou orgânicos, incluindo custos de implantação e manutenção do empreendimento, além do pagamento de serviços para transição e certificação do produto orgânico;
- 2) Implantação de unidades de produção e armazenagem de bioinsumos, incluindo custos de infraestrutura e adequação às normas da legislação orgânica;
- 3) Estruturação e implantação de campos de produção e armazenagem de sementes e mudas de cultivares locais, tradicionais, crioulas e variedades agroecológicas ou orgânicas.

O Gráfico 3 mostra a evolução das contratações no Agroamigo Agroecologia e Orgânicos. Constata-se que essa estratégia teve início com montantes elevados de financiamentos, somando R\$ 168,3 milhões em 2023 e R\$ 365,2 milhões em 2024, perfazendo R\$ 533,5 milhões em dois anos de funcionamento. A quantidade de contratos também seguiu a mesma tendência, com 17,0 mil em 2023 e 31,7 mil em 2024, atingindo 48,7 mil contratos no total. Portanto, o ticket médio observado nessa estratégia foi de R\$ 11,0 mil.

Gráfico 3 – Evolução das contratações no Agroamigo Agroecologia e Orgânicos – 2023 e 2024



Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

Nota: Valores atualizados para dezembro de 2024, utilizando-se o IGP-DI.

A Tabela 7 apresenta os valores das contratações da estratégia Agroamigo Agroecologia e Orgânicos, por unidades federativas, em 2023 e 2024. Percebe-se que a Bahia ocupa o primeiro lugar em termos de recursos recebidos, no total de R\$ 143,3 milhões, representando 26,9% do volume das contratações. Piauí, Maranhão, Pernambuco e Ceará recebem valores semelhantes, que variam entre R\$ 54,5 milhões e R\$ 71,2 milhões, o equivalente a 10,2% e 13,4%, respectivamente, do montante dos financiamentos.

Tabela 7 – Agroamigo Agroecologia e Orgânicos – Valor das contratações por estado (R\$ mil) – 2023 e 2024

Estado	2023	2024	Total por estado	%
Bahia	39.321	103.964	143.284	26,9
Piauí	20.237	50.990	71.227	13,4
Maranhão	30.306	39.666	69.973	13,1
Pernambuco	20.824	43.845	64.670	12,1
Ceará	17.381	37.172	54.553	10,2
Paraíba	14.861	25.799	40.660	7,6
Minas Gerais	10.364	20.089	30.453	5,7
Rio Grande do Norte	8.570	14.626	23.196	4,3
Alagoas	984	20.548	21.532	4,0

Estado	2023	2024	Total por estado	%
Sergipe	5.422	8.207	13.629	2,6
Espírito Santo	6	309	316	0,1
Total por ano	168.276	365.216	533.492	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

Nota: Valores atualizados para dezembro de 2024, utilizando-se o IGP-DI.

A quantidade de contratações da estratégia Agroamigo Agroecologia e Orgânicos, por unidades federativas, em 2023 e 2024, é apresentada na Tabela 8. Assim como na tabela anterior, que trata dos valores contratados, a quantidade de contratos também é pulverizada entre os estados. A Bahia lidera com 12,2 mil contratações (25,1% do total), no entanto, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Ceará detêm entre 5,1 mil e 6,6 mil contratos, representando 10,5% e 13,6% do total, respectivamente.

Tabela 8 – Agroamigo Agroecologia e Orgânicos – Quantidade de contratações por estado – 2023 e 2024

Estado	2023	2024	Total por estado	%
Bahia	3.812	8.401	12.213	25,1
Maranhão	3.093	3.539	6.632	13,6
Piauí	2.025	4.554	6.579	13,5
Pernambuco	2.027	3.934	5.961	12,2
Ceará	1.901	3.220	5.121	10,5
Paraíba	1.520	2.392	3.912	8,0
Minas Gerais	1.157	1.795	2.952	6,1
Rio Grande do Norte	888	1.363	2.251	4,6
Alagoas	96	1.774	1.870	3,8
Sergipe	481	730	1.211	2,5
Espírito Santo	1	7	8	0,0
Total por ano	17.001	31.709	48.710	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

A Tabela 9 detalha os valores das contratações e a quantidade de contratos da estratégia Agroamigo Agroecologia e Orgânicos, por região climática, nos anos de 2023 e

2024. Observa-se que a maior parte das contratações ocorreu na região do Semiárido, totalizando R\$ 404,8 milhões, que representa 75,9% do montante das contratações. Os recursos financeiros destinados para a região fora do Semiárido foram consideravelmente menores, somando R\$ 128,7 milhões, ou 24,1% do total. Esse padrão se reflete também na quantidade de contratos, com 38,1 mil contratos no Semiárido (78,2%) e 10,6 mil fora do Semiárido (21,8%).

Tabela 9 – Agroamigo Agroecologia e Orgânicos – Contratações por região climática – 2023 e 2024

Região	2023	2024	Total por região	%
Valor das contratações (R\$ mil)				
Semiárido	123.829	280.929	404.758	75,9
Fora do Semiárido	44.448	84.286	128.734	24,1
Total por ano	168.276	365.216	533.492	100,0
Quantidade de contratos				
Semiárido	12.582	25.507	38.089	78,2
Fora do Semiárido	4.419	6.202	10.621	21,8
Total por ano	17.001	31.709	48.710	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

Nota: Valores atualizados para dezembro de 2024, utilizando-se o IGP-DI.

A seguir, são apresentados o objetivo, o público-alvo e os resultados alcançados nos primeiros anos de operacionalização da estratégia de atuação denominada Agroamigo Moderniza.

4.4 Agroamigo Moderniza

A modernização de máquinas e equipamentos agrícolas permite práticas mais sustentáveis, como a redução do uso de queimadas e agroquímicos, e o manejo adequado da vegetação, contribuindo para a diminuição dos impactos ambientais negativos e o aumento da produtividade rural. Tais práticas

não apenas promovem a sustentabilidade ecológica, mas também ajudam a reduzir o êxodo rural, melhorando a viabilidade econômica da agricultura familiar e sustando os processos de degradação ambiental (Araújo Filho; Barbosa, 1999).

O Banco do Nordeste, em sua missão de fortalecer o desenvolvimento regional, lançou o Agroamigo Moderniza, uma estratégia de financiamento que visa impulsionar a mecanização e tecnificação das propriedades rurais (BNB, 2025c). Criado em julho de 2023, o Programa surge como uma resposta às necessidades dos pequenos produtores rurais, oferecendo condições facilitadas para a aquisição de máquinas e equipamentos, desde tratores e colheitadeiras, até implementos agrícolas, como plantadeiras e pulverizadores. Com isso, busca não apenas inserir tecnologias que elevam a produtividade no campo, mas também melhorar as condições de produção dos agricultores, reduzindo a penosidade do trabalho manual.

O impacto esperado vai além dos números. Ao facilitar o acesso à tecnologia, o Agroamigo Moderniza contribui para reduzir a dependência de mão de obra braçal, um dos grandes desafios no campo, especialmente em regiões com êxodo rural. A mecanização permite que tarefas como aração, plantio e colheita sejam realizadas com maior rapidez e menor desgaste físico, melhorando as condições de trabalho e atraindo jovens para a agricultura. Além disso, a modernização ajuda a diversificar a produção, permitindo que os agricultores explorem novas culturas e mercados, aumentando sua resiliência econômica.

Outro aspecto relevante dessa estratégia é o fortalecimento das cadeias produtivas locais. Ao exigir equipamentos fabricados no Brasil, o Programa estimula a indústria nacional e cria um ciclo virtuoso de desenvolvimento, onde o crédito concedido retorna em forma de empregos e movimentação econômica. Dessa forma, o Agroamigo Moderniza é uma ferramenta decisiva para a transformação do campo. Ao combinar

financiamento acessível, exigência de modernização e foco no agricultor familiar, o Banco do Nordeste está ajudando a construir uma agricultura mais produtiva, sustentável e digna.

A Tabela 10 apresenta os valores das contratações do Agroamigo Moderniza por unidades federativas. Em 2024, mencionada estratégia registrou um valor total de contratações de aproximadamente R\$ 109,0 milhões, demonstrando sua capacidade de promover investimentos primordiais na modernização do setor. A distribuição geográfica dos financiamentos revela que os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí foram os maiores beneficiados. A Bahia, por exemplo, recebeu R\$ 27,9 milhões, representando 25,6% do total dos recursos, enquanto o Ceará e Pernambuco se destacaram com 21,0% e 14,1%, respectivamente.

Tabela 10 – Agroamigo Moderniza – Valor das contratações por estado (R\$ mil) - 2024

Estado	2024	%
Bahia	27.895	25,6
Ceará	22.940	21,0
Pernambuco	15.371	14,1
Piauí	10.256	9,4
Paraíba	7.877	7,2
Rio Grande do Norte	6.965	6,4
Sergipe	4.325	4,0
Maranhão	4.034	3,7
Minas Gerais	3.761	3,5
Alagoas	3.507	3,2
Espírito Santo	2.062	1,9
Total por ano	108.993	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

Nota: Valores atualizados para dezembro de 2024, utilizando-se o IGP-DI.

A quantidade de contratações da estratégia Agroamigo Moderniza por unidades federativas, em 2024, é apresentada

na Tabela 11. Diferentemente da tabela anterior, nesse caso, o Ceará lidera com 891 contratações (20,4% do total). Em seguida, aparecem os estados da Bahia com 851 contratações (19,4% do total), do Maranhão com 765 (17,5%) e do Piauí com 529 (12,1%). Juntos, os quatro estados englobam quase 70,0% dos financiamentos. O ticket médio observado foi de R\$ 2,5 mil.

Tabela 11 – Agroamigo Moderniza – Quantidade de contratos por estado - 2024

Estado	2024	%
Ceará	891	20,4
Bahia	851	19,4
Maranhão	765	17,5
Piauí	529	12,1
Pernambuco	402	9,2
Rio Grande do Norte	240	5,5
Paraíba	223	5,1
Alagoas	164	3,7
Minhas Gerais	164	3,7
Sergipe	101	2,3
Espírito Santo	46	1,1
Total por ano	4.376	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

Na Tabela 12, detalham-se os valores das contratações e a quantidade de contratos da estratégia Agroamigo Moderniza por região climática, para o ano de 2024. O padrão de distribuição observado reforça a estratégia de concentrar os recursos na região do Semiárido, que absorveu aproximadamente 74,6% do valor dos financiamentos e 75,8% do total de contratos, demonstrando alinhamento com as prioridades regionais e a urgência de promover modernização em áreas que historicamente enfrentam desafios climáticos e estruturais.

Tabela 12 – Agroamigo Moderniza – Contratações por região climática - 2024

Região	2024	%
Valor das contratações (R\$ mil)		
Semiárido	81.323	74,6
Fora do Semiárido	27.670	25,4
Total por ano	108.993	100,0
Quantidade de contratos		
Semiárido	3.316	75,8
Fora do Semiárido	1.060	24,2
Total por ano	4.376	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

Nota: Valores atualizados para dezembro de 2024, utilizando-se o IGP-DI.

Outro aspecto relevante é a segmentação dos recursos do Agroamigo Moderniza por setor, apresentada na Tabela 13. Dos contratos celebrados, cerca de 66,5% foram destinados à pecuária, setor que demanda investimentos para atualização de técnicas de manejo, infraestrutura e tecnologia, enquanto 30,6% dos financiamentos foram direcionados à agricultura. Essa alocação evidencia a estratégia de concentrar esforços em áreas que podem gerar impactos mais significativos em termos de produtividade e sustentabilidade.

Tabela 13 – Agroamigo Moderniza – Contratações por setor de atividade - 2024

Setor	Quantidade de contratos	%
Pecuária	2.908	66,5
Agricultura	1.337	30,6
Não identificado	84	1,9
Agroindústria	25	0,6
Pesca, extrativismo, silvicultura	10	0,2
Turismo, alimentação, cultura	6	0,1
Comércio	4	0,1
Indústria de transformação	2	0,0
Total	4.376	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de clientes do BNB (BNB, 2025a).

Na seção seguinte são apresentadas as reflexões finais do estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Microfinanças Rural Agroamigo, do Banco do Nordeste do Brasil, tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento econômico e na promoção da sustentabilidade nas áreas rurais do Nordeste brasileiro e em parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Ao longo de seus 20 anos de existência, o Agroamigo tem se adaptado às necessidades dos agricultores familiares, implementando estratégias inovadoras, tais como Agroamigo Sol, Agroamigo Água, Agroamigo Agroecologia e Orgânicos, e Agroamigo Moderniza. Este artigo teve como objetivo examinar essas quatro novas estratégias de atuação do Programa.

Essas iniciativas têm mostrado resultados significativos, tanto em termos de volume de contratações quanto na quantidade de contratos, refletindo a crescente demanda por tecnologias sustentáveis e infraestrutura hídrica. A estratégia Agroamigo Sol tem facilitado o acesso à energia solar, reduzindo os custos de eletricidade e promovendo a independência energética dos agricultores. Da mesma forma, o Agroamigo Água tem sido crucial para melhorar a gestão dos recursos hídricos, essencial para a produção agrícola em regiões com escassez de água.

A estratégia Agroamigo Agroecologia e Orgânicos se destaca por incentivar práticas agrícolas mais saudáveis e sustentáveis, promovendo a produção de alimentos orgânicos e a conservação da biodiversidade. Esses esforços não apenas contribuem para a sustentabilidade ambiental, mas também melhoram a qualidade de vida dos agricultores familiares, fortalecem a economia local e reduzem a pobreza rural.



O Agroamigo Moderniza se apresenta como um instrumento decisivo para transformar as práticas agropecuárias no Nordeste, promovendo a modernização dos processos produtivos e a sustentabilidade ambiental. Ao facilitar o acesso ao crédito e incentivar a atualização tecnológica, a estratégia contribui para o fortalecimento das cadeias produtivas, para a diversificação econômica e para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, consolidando-se como um pilar essencial no desenvolvimento dos empreendimentos agrícolas.

No entanto, para maximizar os benefícios dessas estratégias, é essencial que o Programa Agroamigo continue a formalizar acordos com entidades credenciadas prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), a fim de garantir que os agricultores possam aplicar os recursos financeiros de maneira eficiente. A integração de assistência técnica com o crédito rural é crucial para superar as barreiras institucionais, culturais e financeiras que ainda limitam a adoção de práticas agrícolas sustentáveis.

Em conclusão, a importância da sustentabilidade no contexto atual é fundamental para garantir a viabilidade das gerações futuras. O Programa Agroamigo, ao focar em estratégias sustentáveis como energia solar, gestão eficiente da água, agroecologia, agricultura orgânica e modernização, alinha-se com as tendências globais de responsabilidade ambiental. Com a continuidade e expansão dessas estratégias, o Agroamigo pode contribuir ainda mais com a preservação dos recursos naturais e para a resiliência das comunidades rurais frente às mudanças climáticas, garantindo um futuro mais sustentável e próspero para os agricultores familiares.

AGRADECIMENTOS:

Este estudo foi produzido no âmbito do Programa Inova Talentos, amparado pelo convênio entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), que concede apoio financeiro a pesquisadores. Os autores agradecem o suporte recebido por referidas instituições.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO, J. A.; BARBOSA, T. M. L. **Sistemas agrícolas sustentáveis para regiões semi-áridas**. Sobral: Embrapa Caprinos, 1999. 18p. (Embrapa Caprinos. Circular Técnica, 20). Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/515302/sistemas-agricolas-sustentaveis-para-regioes-semi-aridas>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BNB. **Banco de dados Agroamigo (2018-2024)**. Fortaleza: BNB, 2025a.

BNB. **Cartilha Agroamigo Sol**. Fortaleza: BNB, 2025b. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/agroamigo-sol>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BNB. **Relatório 2024**. Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste. Fortaleza: BNB, 2025c. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45735/6192659/Relat%C3%B3rio+Agroamigo+2024.pdf/60d66a56-f39b-0727-8773-ef4cc55be6de?version=1.1&t=1744295354429>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BNB. **Sobre o Agroamigo**. Site do Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza: BNB, 2025d. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/sobre>. Acesso em: 05 abr. 2025.

BORSATO, A. V. Sistema de produção agrícola de base ecológica. In: NUNES, R. R.; REZENDE, M. O. O. (org.). **Recurso Solo: propriedades e usos**. São Carlos: Editora Cubo, p. 499-523, 2015. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1033980/1/Capitulo16.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRITO; O. H. B.; SANTOS, R. C. L. F. **Eficácia dos indicadores do plano de agricultura de baixa emissão de carbono (plano ABC): uma análise das ações sob responsabilidade da EMBRAPA**. Brasília: Enap. 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3428/1/Artigo%20Plano%20ABC%20_Enap_GOI_11_Osley%20vp.pdf. Acesso em: 26 fev. 2025.

BURSZTYN, M. Energia solar e desenvolvimento sustentável no Semiárido: o desafio da integração de políticas públicas. **Estudos Avançados**, 34 (98), 2020. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.3498.011.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

INEC. **Relatório Anual Inec 2024**. Fortaleza: Inec, 2025. Disponível em: <https://inec.org.br/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio-Inec-Agroamigo-WaterOrg-2024-1.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2025.

LIN, L., *et al.* Rural credit constraint and informal rural credit accessibility in China. **Sustainability**, v. 11, n. 7, p. 1935-1955, abr. 2019.

LINH, T., *et al.* Access to rural credit markets in developing countries, the case of Vietnam: a literature review. **Sustainability**, v. 11, n. 5, p. 1468-1486, mar. 2019.

LOPES, D.; LOWERY, S.; PEROBA, T. L. C. P. Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. **Revista do BNDES**, 45, p. 155-196, jun. 2016.

MELO, M. R. B.; CASTILHO E SILVA, C. B.; VALENTE JÚNIOR, A. S.; OLIVEIRA, A. I. Agroamigo: promovendo sustentabilidade e conectividade nas áreas rurais. **Revista Econômica do Nordeste**, 54 (Suplemento Especial), p. 37–51, 2023. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2023.1688>.

MONTOYA, M. A.; FINAMORE, E. B. Os recursos hídricos no agronegócio brasileiro: Uma análise insumo-produto do uso, consumo, eficiência e intensidade. **Revista Brasileira de Economia**, v. 74, n. 4, p. 441–464, out./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/TPk46KwNrcCw5jGPY6Hhyfw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.

NOTARNICOLA, B.; TASSIELLI, G.; RENZULLI, P.; CASTELLANI, V., SALA, S. Environmental impacts of food consumption in Europe. **Journal of Cleaner Production**, n. 140, p. 753-765, 2017. DOI: <http://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.06.080>.

OPUCHKEVITCH, C.; SIATKOWSKI, A.; MASSUGA, F.; ATAMANCZUK, M. J. Crédito rural e sustentabilidade: um estudo comparativo em pequenas propriedades rurais. **MIX Sustentável**, s.1., v. 7, n. 1, p. 61-72, dez. 2020. ISSN 2447-

3073. DOI: <https://doi.org/10.29183/2447-3073.MIX2020.v7.n1.61-72>.

PAZ, V. P. S.; TEODORO, R. E. F.; MENDONÇA, F. C. Recursos hídricos, agricultura irrigada e meio ambiente. Comunicado Técnico. **Rev. bras. eng. agríc. ambient.**, 4 (3), dez. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-43662000000300025>.

RODRIGUES, M.; JUNIOR, A. C. W.; SILVA, C. C. D. Crédito rural e o Fundo Constitucional do Norte (FNO): análise da concentração dos recursos na região Norte. **R. Bras. Planej. Desen.**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 401-418, maio/ago. 2024.

RODRIGUES, L. N.; CRUVINEL, P. E. **A importância da gestão de recursos hídricos e da agricultura irrigada no nexo água e alimento**. Brasília: Embrapa, 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/69094216/artigo-a-importancia-da-gestao-de-recursos-hidricos-e-da-agricultura-irrigada-no-nexo-agua-e-alimento>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, E. J.; CEDRAZ, J. S. A modernização da agricultura e o crédito rural: o elo de transformação da agricultura brasileira. *In: Jornada Internacional Políticas Públicas*, 7., p. 6-8, Maranhão. **Anais ... Maranhão: UFMA**, 2015.

SANTOS *et al.* Os sistemas alternativos de produção de base agroecológica. **Agropecuária Científica no Semiárido**, v. 9, n. 1, p. 01-08, jan./mar. 2013. ISSN 1808-6845. Disponível em: <https://acsa.revistas.ufcg.edu.br/acsa/index.php/ACSA/article/view/260/pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, J.; SCHNEIDER, M. B.; SANTOYO, A. H. A relação entre o crédito rural e as práticas de sustentabilidade na agricultura em municípios do oeste do Paraná. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 20, n. 61, p. 269-316, jul./set., 2024.

Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/18781>. Acesso em: 07 jan. 2025.

SICREDI. **Energia Solar**: confira 5 vantagens do sistema fotovoltaico para o agronegócio. Porto Alegre: Sicredi, abr. 2022. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/site/blog/energia-solar-confira-5-vantagens-do-sistema-fotovoltaico-para-o-agronegocio/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SILVA, C. R. A. A.; AQUINO, J. R. Evolução e limites do Programa de Microcrédito Rural Agroamigo no município de Angicos no Rio Grande do Norte. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXVIII, n. 2, p. 117-138, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/issue/view/500>. Acesso em: 06 abr. 2023.

CAPÍTULO 6

Transformações Silenciosas:

Impactos do Agroamigo Crescer na Inclusão Financeira e Autonomia Econômica de Mulheres do Nordeste Rural

Maria Odete Alves

1 INTRODUÇÃO

A busca por maior equidade de gênero no meio rural brasileiro tem mobilizado esforços de diferentes instituições públicas e da sociedade civil, especialmente por meio de políticas voltadas à inclusão produtiva e financeira de mulheres agricultoras. No Brasil, ao longo das últimas décadas, diversas iniciativas de microcrédito têm sido implementadas com o objetivo de promover a inclusão financeira e produtiva de populações vulneráveis.

Na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), destaca-se o Agroamigo, criado em 2005, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), para operacionalizar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Programa utiliza uma metodologia própria de microcrédito produtivo orientado, que fortalece o vínculo entre o BNB e os agricultores familiares, permitindo um atendimento mais adequado e ajudando na identificação prévia de suas necessidades financeiras. Sua operacio-

nalização ocorre, atualmente, por meio de duas modalidades: O Agroamigo Crescer, voltado para agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 50 mil (Grupo B do Pronaf); e o Agroamigo Mais, que atende a faixa de agricultores com rendimentos acima de R\$ 50 mil e até R\$ 360 mil.

Neste capítulo, propõe-se uma reflexão sobre os impactos do Agroamigo Crescer na vida de mulheres rurais nordestinas, com foco em duas dimensões fundamentais: a inclusão financeira e a autonomia econômica. Ao longo dos últimos anos, o acesso a essa modalidade de crédito, aliado ao trabalho dos Agentes de microcrédito, tem possibilitado que muitas agricultoras iniciem ou ampliem atividades produtivas, gerem renda própria e conquistem novos espaços nas dinâmicas familiares e comunitárias.

Embora o Agroamigo Crescer não seja voltado exclusivamente às mulheres, tem alcançado, de forma significativa, o público feminino no meio rural nordestino. Dados referentes aos financiamentos no ano de 2024 sinalizam um avanço importante em termos de participação e acesso ao crédito rural, representando 51,4% dos contratos e 51,6% do montante contratado pelo Programa (BNB, 2025b).

O capítulo está organizado em quatro seções principais, além desta introdução e das considerações finais. A segunda seção revisita a literatura sobre o papel do microcrédito na inclusão financeira, na autonomia econômica e no empoderamento feminino. A seção três aborda a trajetória do apoio do poder público aos agricultores familiares, com foco na criação do Programa Agroamigo. Na seção quatro é descrita a metodologia utilizada no estudo de campo. A quinta seção analisa os impactos do Agroamigo Crescer na inclusão financeira e na autonomia econômica das mulheres atendidas, com base na pesquisa de campo realizada na Região. Encerrando a análise, as considerações finais retomam os principais achados do estu-

do, articulando-os a uma reflexão crítica sobre os avanços e os desafios enfrentados pelas mulheres no acesso ao Programa. Destacam-se as implicações dessas questões para ampliar sua autonomia, melhorar a qualidade de vida e promover a igualdade de gênero.

2 INCLUSÃO FINANCEIRA E AUTONOMIA ECONÔMICA: A INFLUÊNCIA DO MICROCRÉDITO NA VIDA DAS AGRICULTORAS FAMILIARES

A agricultura familiar desempenha papel crucial na segurança alimentar e no desenvolvimento rural, especialmente no Brasil, onde milhões de famílias dependem dessa forma de produção. O acesso ao crédito, por sua vez, é indispensável para fortalecer essa atividade, viabilizando investimentos em infraestrutura, aquisição de insumos, diversificação da produção e aprimoramento na comercialização dos produtos. Além de contribuir para o aumento da produtividade, os recursos financeiros podem gerar impactos sociais profundos e transformadores.

No entanto, pessoas de baixa renda frequentemente enfrentam barreiras no sistema bancário, devido à falta de garantias. Em particular, as mulheres rurais encontram desafios ainda maiores, como dificuldades no acesso à terra e restrições culturais, que limitam sua inclusão e comprometem o aproveitamento pleno de programas de crédito. Conforme Paulilo (2004), o acesso à terra é predominantemente concedido aos homens, não apenas no Brasil, mas em diversos países, mesmo onde a legislação assegura igualdade de gênero.

As barreiras culturais estão fortemente vinculadas à invisibilidade do trabalho feminino. Desde a década de 1970, pesquisas têm evidenciado a divisão do trabalho entre homens e mulheres nas propriedades rurais, destacando a ausência de reconhecimento da participação feminina na gestão dessas

propriedades (Moura, 1978; Seyferth, 1985; Woortman, 1995; Carneiro, 2001; Paulilo, 2004). Mesmo nos dias de hoje, é predominantemente o homem quem assume o comando das propriedades e detém o poder de decisão na maioria dos casos.

A partir dos anos 1980, emergiu um movimento de mulheres que conquistou importantes avanços, como o direito à aposentadoria rural, ao salário-maternidade e ao acesso ao Programa de Reforma Agrária. A partir de 2000, as mulheres passaram a integrar os grupos beneficiados pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no âmbito da Política Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

O microcrédito tem se mostrado uma ferramenta crucial para agricultores familiares, viabilizando seus empreendimentos e melhorando suas condições de vida. Por meio desse mecanismo financeiro, pequenos empréstimos são oferecidos prioritariamente a grupos que não possuem acesso às instituições financeiras convencionais. De acordo com Amartya Sen (2000), o desenvolvimento econômico está intrinsecamente ligado à ampliação das capacidades individuais, sendo o acesso ao crédito um dos catalisadores desse processo. Sen ainda argumenta que, quando as mulheres conquistam acesso à renda, os benefícios tendem a ser compartilhados com todos os membros da família, promovendo o bem-estar coletivo.

Mayoux (1999) reforça a perspectiva de Sen (2000) ao evidenciar que o acesso das mulheres à renda constitui um fator fundamental para o fortalecimento de seu empoderamento. Esse impacto transcende o âmbito individual, alcançando não apenas as famílias, mas também a sociedade como um todo. Ademais, o microcrédito concedido às mulheres tem um efeito ainda mais significativo, pois elas frequentemente reinvestem os recursos em áreas como educação dos

filhos, saúde e bem-estar familiar, gerando benefícios para toda a comunidade (Yunus, 2000).

Estudos realizados com agricultoras de baixa renda em diversas regiões do mundo corroboram as proposições desses autores, evidenciando que o microcrédito não apenas fortalece a produção agrícola, mas também impulsiona o empoderamento feminino (Hussain et al., 2018). O acesso a recursos financeiros fortalece a autonomia econômica e a capacidade de tomada de decisão de muitas mulheres rurais que, em grande parte dos casos, são responsáveis pela gestão de suas propriedades e pelo sustento de suas famílias, permitindo uma participação mais ativa nas decisões produtivas. Esses avanços contribuem para a melhoria das relações de gênero, o reconhecimento social e a promoção da autossuficiência feminina.

Na Guiné-Bissau, por exemplo, o estudo de Lopes (2011) evidenciou que o microcrédito fortaleceu o papel da mulher tanto no âmbito familiar quanto no comunitário. A autora concluiu que, além de contribuir financeiramente para o domicílio, as mulheres que acessaram o crédito investiram os rendimentos no bem-estar de suas famílias.

Na África Subsaariana, o microcrédito concedido a mulheres impulsionou seu empoderamento, gerando impactos econômicos e sociais significativos. Essa transformação foi reforçada pela capacidade dessas mulheres de priorizarem o bem-estar coletivo, especialmente familiar, acima de interesses individuais, o que contribuiu para um maior reconhecimento social (Rodrigues, 2016).

Em Maharashtra, na Índia, uma investigação conduzida por Pandhare, Bellampalli e Yadava (2024) analisou o impacto do microcrédito no empoderamento social e econômico das mulheres em comunidades rurais. Os resultados mostraram que o acesso a recursos e o envolvimento em atividades empreendedoras empoderaram substancialmente essas mulheres em

diversas áreas, como independência financeira, participação em tomadas de decisão, fortalecimento de redes sociais de apoio, aumento da autoconfiança e melhoria do bem-estar geral.

Na China, o estudo de Li, Gan e Hu (2011) avaliou o impacto do microcrédito no empoderamento das mulheres rurais. O estudo revelou que o microcrédito influenciou significativamente cinco dimensões do empoderamento feminino, abrangendo desde segurança econômica até a conscientização sobre questões sociais e legais.

No Brasil, Neiva, Dusek e Miranda (2024) realizaram a compilação e análise de artigos sobre os diversos programas de microcrédito, de modo a verificar o impacto que produzem em termos de redução das desigualdades socioespaciais no País e de inclusão financeira em segmentos historicamente à margem do crédito. Concluíram que as políticas têm dado respostas positivas, mas alertam que, para serem eficazes, precisam estar coerentes com os contextos socioculturais específicos das populações às quais se dirigem.

Apesar dos benefícios do microcrédito, o estudo de Manzoor (2017) evidencia desafios significativos para o empoderamento feminino, especialmente na Índia e em Bangladesh. Em alguns casos, as mulheres são pressionadas por seus maridos a contrair empréstimos, perpetuando um ciclo de endividamento involuntário. Além disso, em Bangladesh, elas frequentemente assumem a quitação da dívida, enquanto os homens gerenciam os recursos obtidos. Goetz e Gupta (1996) também apontam que os homens costumam exercer controle direto sobre os empréstimos concedidos às mulheres, deixando-as responsáveis pela quitação da dívida e obrigando-as a reduzir despesas para cumprir com os pagamentos.

Esses casos ilustram que, mesmo com objetivos positivos, o microcrédito pode acabar, de forma paradoxal, reforçando desigualdades de gênero. Além disso, em alguns casos, ins-

tuições de microfinanças exploram as mulheres para reduzir os custos de transação, intensificando a pressão e os conflitos familiares. Sob essa perspectiva, o microcrédito, isoladamente, não é suficiente para solucionar todos os desafios sociais, evidenciando a necessidade de políticas amplas, sustentáveis e de longo prazo para combater a pobreza e a desigualdade de gênero. Por outro lado, a eficácia dos programas de microcrédito pode variar conforme a região, tornando essencial considerar as particularidades locais ao formular políticas.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E MICROCRÉDITO: DO PRONAF AO AGROAMIGO

3.1 A representatividade da agricultura familiar e a criação do Pronaf

A agricultura brasileira é composta por 5,07 milhões de estabelecimentos rurais, dos quais 76,8% são classificados como familiares (IBGE, 2019). Esse segmento apresenta uma ampla diversidade social, econômica e territorial, sendo um dos principais pilares do desenvolvimento rural do País. Para fomentar essa base produtiva e ampliar o acesso ao crédito, o governo brasileiro instituiu, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O conceito de Agricultura Familiar adotado pelo Pronaf foi baseado no documento FAO/INCRA (1994), adaptado à realidade brasileira. Esse referencial classificou os agricultores familiares em três grupos: consolidados (aqueles com maior integração aos mercados, acesso a políticas públicas e uso de tecnologias); em transição (produtores com inserção parcial nesses circuitos); periféricos (agricultores considerados economicamente inviáveis).

Na implementação inicial do Programa, os agricultores periféricos - concentrados majoritariamente no Nordeste - fo-

ram excluídos do acesso ao crédito, resultando em forte concentração dos financiamentos nas regiões Sul e Sudeste, historicamente mais capitalizadas. Com o tempo, ajustes e segmentações foram incorporados ao Pronaf para contemplar a diversidade da agricultura familiar brasileira (Aquino; Bastos, 2015).

Uma das mudanças mais significativas ocorreu em 2000, com a criação do Grupo B, voltado a agricultores familiares em situação de maior vulnerabilidade, concentrados no Nordeste. Nos primeiros anos de sua implementação, o Pronaf B era financiado com recursos do Tesouro Nacional. A partir de 2004, passou a contar com o suporte do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que se tornou sua principal fonte de financiamento. Durante a safra 2005/2006, o FNE já respondia por 94,0% dos recursos do Programa, reduzindo a participação do Tesouro Nacional para apenas 6,0%. Atualmente, o FNE é a única fonte de financiamento do Pronaf B.

3.2 A criação do Agroamigo e sua evolução

Apesar das reformulações, em 2004 o desempenho do Pronaf B ainda era inferior ao das demais linhas, devido a entraves no acesso ao crédito e altos índices de inadimplência. Em 2005, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) lançou o Programa Agroamigo, desenvolvendo uma metodologia própria para viabilizar a operacionalização do Pronaf B e enfrentar os desafios identificados. O Programa foi concebido com os seguintes objetivos: agilizar a concessão de crédito; ampliar e qualificar o atendimento aos agricultores familiares; reduzir os custos operacionais para a Instituição e para os beneficiários.

Desde que foi implantado, o Programa Agroamigo ampliou sua abrangência e passou a atender milhares de agricultores familiares. Em 2012, o Programa foi segmentado em duas modalidades: Agroamigo Crescer, voltado exclusivamente ao Pronaf B; Agroamigo Mais, que atende as demais linhas do Pronaf, exceto os grupos A e A/C.

A metodologia do Agroamigo foi desenvolvida para fortalecer o vínculo entre o BNB e os agricultores, permitindo a identificação prévia de suas demandas financeiras e garantindo um atendimento mais adequado. Os princípios do Programa incluem (BNB, 2019): atendimento presencial na comunidade, por profissional capacitado; diagnóstico da unidade produtiva; orientação e acompanhamento dos empreendimentos financiados; análise de crédito com base não apenas em aspectos financeiros, mas também familiares; concessão gradativa e sucessiva de financiamentos; oferta de serviços complementares ao crédito.

A operacionalização do Agroamigo segue um fluxo específico (Alves, 2015): o atendimento é conduzido por um Agente de Microcrédito Rural, geralmente um técnico agrícola da própria comunidade, garantindo maior proximidade com os agricultores. A concessão do crédito ocorre de forma gradual e sequencial, com procedimentos diferenciados: no Agroamigo Crescer, não há exigência de garantias reais; no Agroamigo Mais, aplicam-se garantias conforme as normas do Pronaf.

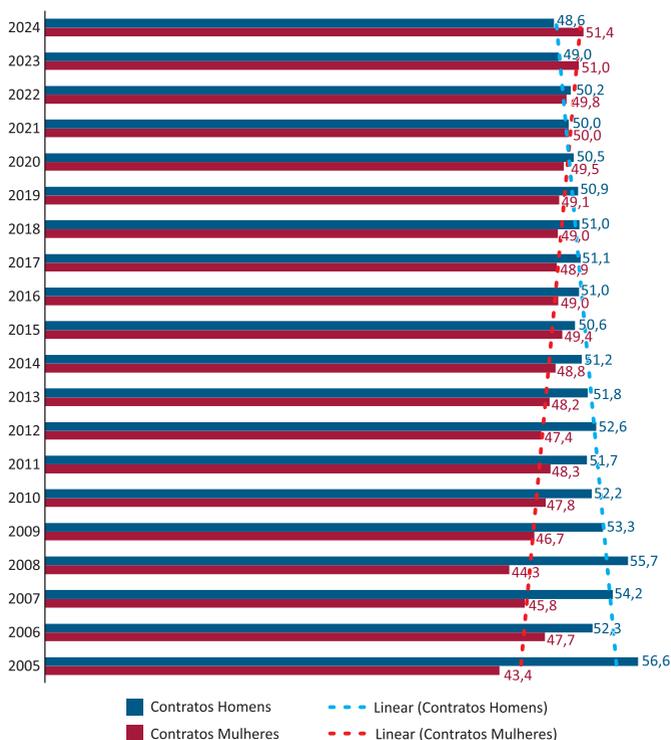
Os valores financiados, número de parcelas e prazos são definidos de acordo com os ciclos produtivos. A liberação dos recursos ocorre via depósito em conta corrente, e o pagamento é realizado por meio de carnê, com gerenciamento individualizado da carteira de crédito.

3.3 Dimensão de gênero no Agroamigo

Em termos de participação feminina, os dados recentes indicam uma distribuição equitativa dos contratos e dos recursos do Agroamigo, com crescimento importante da presença das mulheres no acesso ao crédito (Gráfico 1). Em 2024, as mulheres lideraram as contratações no Programa, com mais de 353 mil contratos firmados (51,4% do total) e financiamentos superiores a R\$ 4,4 bilhões, correspondendo a 51,6% do valor contratado (BNB, 2025a).

Em comparação com 2023, houve um aumento de 18,5% no número de contratos firmados por mulheres e um crescimento de 58,2% no valor contratado. Além disso, o *ticket* médio por operação subiu de R\$ 9,4 mil para R\$ 12,5 mil, um acréscimo de 34,0% (BNB, 2025b). Esses avanços não apenas refletem maior acesso ao crédito, mas também sua qualificação, evidenciada pelo crescimento do valor médio por operação e pela consolidação da presença feminina na Agricultura Familiar.

Gráfico 1 – Agroamigo Crescer - Evolução das operações e dos valores contratados, por sexo do tomador – 2005-2024 (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2025a).

Também no âmbito do Agroamigo Crescer - objeto central deste estudo -, observa-se a importância da presença feminina: mulheres são responsáveis por 52,7% dos contratos e recebem 56,7% do montante total contratado. Essa ascensão das mulheres no Programa está diretamente associada às novas regras de financiamento, que ampliaram o limite por operação para R\$ 15 mil, um valor 25% superior ao estipulado para os homens.

Na seção a seguir, é apresentada a metodologia adotada no estudo de campo que sustenta as análises apresentadas na seção cinco.

4 METODOLOGIA E BASE DE DADOS

O estudo adota a abordagem qualitativa, por oferecer as condições mais adequadas para a análise do material, a partir da tabulação dos dados coletados, de modo a alcançar o objetivo proposto. Os dados são originários da base de uma pesquisa de campo aplicada em toda a área de abrangência da Sudene, coletados com uso de um questionário estruturado aplicado com clientes do Programa Agroamigo, no período de 26 de julho a 23 de agosto de 2023 (BNB, 2023)¹.

A definição da amostragem considerou três recortes: (a) Modalidade (Agroamigo Mais e Crescer); (b) UF pertencente à área de atuação da Sudene; e (c) tempo de exposição ao Programa (grupo de Controle, composto de clientes com até duas operações, aqui denominados de Clientes Novos, e grupo de Tratamento, clientes expostos a mais tempo, com três operações ou mais, os Clientes Antigos). A amostra de campo é composta de 1.330 clientes, distribuídos por toda a área

¹ O relatório geral da investigação, foi elaborado por Castilho e Silva, Colen e Melo (2024) e publicado na Série Avaliação de Programas do BNB. Para este estudo, selecionaram-se os questionários aplicados com mulheres, utilizando-se o recorte espacial para a Região Nordeste.

de atuação da Sudene, selecionada da base das contratações do Programa no ano 2023 e do cadastro socioeconômico dos clientes².

O questionário, composto de 47 perguntas, aborda características familiares, acesso a bens e consumo, à produção, ao trabalho, à renda e ao financiamento de suas atividades. Em campo, foram aplicados alguns questionários a mais, totalizando 1.378 entrevistas (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição da amostra de clientes por modalidade, gênero e tempo de exposição ao Programa - Área da Sudene - 2023

Modalidade/Tempo de Exposição	Masculino	Feminino	Total
Agroamigo Crescer	342	350	692
Grupo Controle (Clientes Novos)	200	184	384
Grupo Tratamento (Clientes Antigos)	142	166	308
Agroamigo Mais	465	221	686
Grupo Controle (Clientes Novos)	246	125	371
Grupo Tratamento (Clientes Antigos)	219	96	315
Total	807	571	1.378

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

Considerando-se apenas a Região Nordeste, foram entrevistados 1.229 clientes, dos quais 501 mulheres. No âmbito do Agroamigo Crescer, foco deste estudo, foram selecionadas 314 mulheres para entrevista, o que representa 62,7% da amostra feminina e 25,5% da amostra total. Dentre essas entrevistadas, 51,3% apresentaram menor tempo de exposição ao Programa, com até duas operações realizadas - caracterizando o Grupo Controle (ou Clientes Novas). As demais

² Trata-se de um cadastro aplicado previamente à operação de crédito, de forma que o conjunto constitui uma linha de base importante para avaliações posteriores daqueles que obtiveram financiamento.

48,7% haviam firmado três ou mais operações, compondo o Grupo Tratamento (ou Clientes Antigas), conforme apresentado no Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição da amostra de clientes por modalidade, gênero e tempo de exposição ao Programa - Região Nordeste - 2023

Modalidade/Tempo de Exposição	Masculino	Feminino	Total
Agroamigo Crescer	304	314	618
Grupo Controle (Clientes Novos)	178	161	339
Grupo Tratamento (Clientes Antigos)	126	153	279
Agroamigo Mais	424	187	611
Grupo Controle (Clientes Novos)	229	107	336
Grupo Tratamento (Clientes Antigos)	195	80	275
Total	728	501	1.229

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

A distribuição entre Unidades Federativas (UFs) nordestinas das entrevistas com mulheres participantes do Agroamigo Crescer foi realizada de forma proporcional à quantidade de clientes atendidas por essa Modalidade em cada estado (Tabela 3). Dessa forma, os estados da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão concentraram os maiores percentuais de entrevistas, com 22,0%, 15,3% e 14,3%, respectivamente. Em contrapartida, os menores percentuais foram registrados nos estados de Sergipe (1,6%), Rio Grande do Norte (4,5%) e Alagoas (4,5%).

Tabela 3 – Distribuição de mulheres entrevistadas por UF da Região Nordeste, na Modalidade Crescer - 2023

UF's	Quantidade de Mulheres Entrevistadas	%
Alagoas	14	4,5
Bahia	69	22,0
Ceará	34	10,8

UF's	Quantidade de Mulheres Entrevistadas	%
Maranhão	48	15,3
Paraíba	41	13,1
Pernambuco	45	14,3
Piauí	44	14,0
Rio Grande do Norte	14	4,5
Sergipe	5	1,6
Total	314	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

Respaldo no uso combinado de dados e informações provenientes de todas as fontes anteriormente mencionadas, o presente estudo emprega estatística descritiva, por meio de tabulações previamente definidas e organizadas.

Os referenciais que apoiam as análises da seção 5 estão sistematizados nas seções 2 e 3, ainda que também estejam presentes, de forma transversal, nas discussões desenvolvidas ao longo do texto. Essa revisão contempla, além das abordagens sobre microcrédito e gênero, reflexões sobre a representatividade da Agricultura Familiar, a criação do Pronaf e, nesse contexto, o surgimento do Programa Agroamigo.

Com base nesses referenciais e na metodologia adotada, foi possível construir um panorama detalhado dos efeitos do Programa na vida das beneficiárias. Os relatos e informações obtidos nas visitas de campo, apresentados a seguir, oferecem uma visão qualitativa dos impactos gerados, permitindo compreender, de forma mais aprofundada, como o acesso ao crédito influencia as trajetórias produtivas e sociais dessas agricultoras familiares.

5 INCLUSÃO FINANCEIRA E AUTONOMIA ECONÔMICA FEMININA NO CONTEXTO DO AGROAMIGO CRESCER

Os dados obtidos na pesquisa de campo revelam que os impactos do Agroamigo Crescer na vida das mulheres rurais nordestinas nem sempre se traduzem em mudanças imediatas ou visíveis, especialmente no que se refere ao aumento direto da renda. No entanto, os relatos das entrevistadas indicam a ocorrência de *transformações silenciosas* – um processo de mudança gradual, profundo e, muitas vezes, surpreendentemente potente.

Partindo dessa perspectiva, a presente seção analisa como o acesso ao microcrédito tem contribuído para ampliar a inclusão financeira das beneficiárias e promover avanços em áreas como produção, comercialização e geração de renda. Além disso, examina-se o acesso a bens duráveis e serviços essenciais que favorecem a melhoria das condições de vida e o fortalecimento da autonomia econômica. Antes de iniciar a análise propriamente dita, apresenta-se o perfil das mulheres entrevistadas e das Unidades Produtivas (UPs) sob sua gestão.

5.1 Perfil das mulheres e dos estabelecimentos sob sua gestão

Todas as clientes entrevistadas têm mais de 19 anos, com 26,7% abaixo de 35 anos. Mais da metade (51,0%) está na faixa de 35 a 64 anos, fase em que participam ativamente da gestão das UPs e se envolvem em organizações comunitárias. Entre as Clientes Novas, o percentual de mulheres abaixo de 35 anos é maior do que nas Clientes Antigas (16,3% contra 10,6%). Mulheres com 65 anos ou mais representam apenas 4,5% do total, refletindo a baixa proporção dessa faixa etária nos grupos selecionados (3,2% entre Novas e 1,2% entre Antigas), conforme mostrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Faixa etária das mulheres clientes do Agroamigo Crescer - Nordeste - 2023

Faixa Etária	Total		Clientes Novas		Clientes Antigas	
	Qde.	%	Qde.	%	Qde.	%
Total	314	100,0	161	51,3	153	48,7
Menor de 25 anos	17	5,4	14	4,5	30	1,0
De 25 a menos de 35 anos	67	21,3	37	11,8	38	9,6
De 35 a menos de 45 anos	60	19,1	22	7,0	35	12,1
De 45 a menos de 55 anos	64	20,4	29	9,2	18	11,1
De 55 a menos de 65 anos	36	11,5	18	5,7	2	5,7
De 65 a menos de 75 anos	7	2,2	5	1,6	2	0,6
De 75 anos e mais	4	1,3	2	0,6	3	0,6
Não respondeu	59	18,8	34	10,8	25	8,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

A Tabela 5 mostra que apenas 1,3% das clientes entrevistadas se declararam analfabetas e 8,9% são alfabetizadas sem escolarização formal. Entre as 74,5% com acesso à escola, 20,7% concluíram o ensino fundamental, mas 21,4% abandonaram os estudos nessa etapa (16,6% na quarta série e 4,8% na oitava). No ensino médio, 21,0% concluíram e 4,1% interromperam. A evasão escolar é maior entre as Clientes Antigas (30,1%) do que entre as Novas (21,2%).

Tabela 5 – Escolaridade das mulheres, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer – Nordeste - 2023

Escolaridade	Entrevistadas (Agroamigo Crescer)					
	Total	%	Clientes Novas	%	Clientes Antigas	%
Analfabeto (*)	4	1,3	2	1,2	2	1,3
Alfabetizado sem frequentar escola	28	8,9	8	5,0	20	13,1
Ensino fundamental	148	47,1	73	45,3	75	49,0
Ensino fundamental completo	65	20,7	35	21,7	30	19,6
Ensino fundamental incompleto - até a quarta série completa	11	3,5	6	3,7	5	3,3

Escolaridade	Entrevistadas (Agroamigo Crescer)					
	Total	%	Clientes Novas	%	Clientes Antigas	%
Ensino fundamental incompleto – até a quarta série - cursando	4	1,3	1	0,6	3	2,0
Ensino fundamental incompleto - até a quarta série – interrompido	52	16,6	20	12,4	32	20,9
Ensino fundamental incompleto - até a oitava série - cursando	1	0,3	1	0,6	-	-
Ensino fundamental incompleto - até a oitava série - interrompido	15	4,8	10	6,2	5	3,3
Ensino médio	81	25,8	45	28,0	36	23,5
Ensino médio completo	66	21,0	16	9,9	29	19,0
Ensino médio incompleto - cursando	2	0,6	2	1,2	-	-
Ensino médio incompleto - interrompido	13	4,1	6	3,7	7	4,6
Superior	6	1,9	4	2,5	2	1,3
Superior completo	4	1,3	4	2,5	-	-
Superior incompleto - interrompido	2	0,6	-	-	2	1,3
Não respondeu	47	15,0	29	18,0	18	11,8
Total	314	100,0	161	100,0	153	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

Analisando-se o estado civil das mulheres entrevistadas, verifica-se que 45,9% são solteiras e 34,0% são casadas. Outras condições, como divorciadas (2,2%), separadas judicialmente (0,3%) e viúvas (2,5%), apresentam baixa representatividade. De modo geral, não se identificam diferenças significativas na distribuição do estado civil entre os grupos analisados (Clientes Novas e Antigas), quando considerados separadamente (Tabela 6).

Tabela 6 – Estado civil das mulheres, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer – Nordeste - 2023

Estado Civil	Entrevistadas (Agroamigo Crescer)					
	Total	%	Clientes Novas	%	Clientes Antigas	%
Casada, com comunhão parcial de bens	100	31,8	47	29,2	53	34,6
Casada, com comunhão universal de bens	7	2,2	5	3,1	2	1,3
Divorciada	7	2,2	4	2,5	3	2,0
Separada judicialmente	1	0,3		0,0	1	0,7
Solteira	144	45,9	72	44,7	72	47,1
Viúva	8	2,5	4	2,5	4	2,6
Não respondeu	47	15,0	29	18,0	18	11,8
Total	314	100,0	161	100,0	153	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

A Tabela 7 indica que predomina, em ambos os grupos, a presença de uma a três pessoas por domicílio, sendo essa proporção 11,6% maior entre as Clientes Novas em comparação às Antigas. No total, 60,2% dos domicílios têm até três moradores. Esse padrão reflete transformações demográficas no Brasil e no Nordeste, indicadas pelos Censos Demográficos (IBGE, 1983, 1993, 2003, 2011) e confirmadas pela PNAD Contínua (2022). No País, a média de moradores por domicílio caiu de cerca de 4,4 (anos 1980) para 3,3 (2010) e, mais recentemente, para 2,9 (2022).

No Nordeste, onde historicamente as famílias são mais numerosas, a média passou de 4 (2000) para 3,5 (2010), seguindo tendência de queda (IBGE, 2023). No meio rural da Região, a média, que já foi superior a cinco pessoas nos anos 1980 e 1990, vem caindo para aproximadamente quatro ou menos. Essas mudanças decorrem da queda da fecundidade,

urbanização, aumento da escolaridade, maior acesso a métodos contraceptivos e transformações econômicas, impactando programas como o Agroamigo, ao reduzir a disponibilidade de mão de obra familiar e exigir novas estratégias produtivas.

Tabela 7 – Quantidade total de pessoas no domicílio, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer – Nordeste - 2023

Total de Pessoas no Domicílio	Domicílios					
	Total	%	Clientes Novas	%	Clientes Antigas	%
Com 1 a 3 pessoas	189	60,2	106	65,8	83	54,2
Com 4 a 6 pessoas	107	34,1	47	29,2	60	39,2
Com 7 a 10 pessoas	10	3,2	3	1,9	7	4,6
Com mais de 10 e até 15 pessoas	2	0,6	2	1,2	0	0,0
Não sabe/Não respondeu	6	1,9	3	1,9	3	2,0
Total	314	100,0	161	100,0	153	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

Em relação ao acesso à terra, apenas 37,6% das mulheres entrevistadas declararam ser proprietárias da UP, enquanto 23,9% são posseiras, 22,6% utilizam a terra em regime de comodato e 13,1% são arrendatárias. A análise por grupo revela que as dificuldades são semelhantes entre Clientes Novas e Antigas (Tabela 8).

Embora o Agroamigo Crescer facilite a inclusão produtiva ao oferecer crédito com juros acessíveis e sem exigência de garantias reais ou comprovação de posse da terra (BNB, 2024c), as condições fundiárias observadas impõem barreiras que restringem a eficácia do crédito. Agricultoras em situações como comodato ou arrendamento, especialmente sob contratos informais, enfrentam insegurança jurídica – com riscos de interrupção do uso da terra, restrições à produção ou imposi-

ção de práticas agrícolas –, o que desestimula investimentos em infraestrutura e compromete os efeitos positivos do crédito no longo prazo.

Tabela 8 – Condições de acesso à terra, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer – Nordeste - 2023

Condição de Acesso à Terra	Total	%	Clientes Novas	%	Clientes Antigas	%
Proprietária	118	37,6	61	37,9	57	37,3
Assentada	1	0,3	1	0,6	-	0,0
Arrendatária	41	13,1	14	8,7	27	17,6
Comodatária	71	22,6	38	23,6	33	21,6
Parceira/Meeira	4	1,3	2	1,2	2	1,3
Posseira	75	23,9	42	26,1	33	21,6
Não sabe/Não respondeu	4	1,3	3	1,9	1	0,7
Total	314	100,0	161	100,0	153	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

A Tabela 9 apresenta as faixas de terra exploradas pelas agricultoras, considerando tanto áreas próprias quanto de terceiros. Observa-se que a maioria (57,3%) atua em áreas de até 5 hectares, sendo esse percentual ligeiramente maior entre as Clientes Novas (58,4%) em comparação às Antigas (56,2%). Quando se incluem as mulheres que exploram de 5 a 10 hectares, o total atinge 68,8% das entrevistadas.

No contexto nordestino – especialmente em regiões semiáridas –, atuar em áreas com essas dimensões impõe desafios significativos, devido às condições climáticas adversas, à escassez hídrica, à baixa fertilidade dos solos e à sua alta vulnerabilidade à erosão.

Tabela 9 – Faixas de área total explorada, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer – Nordeste - 2023

Faixas de Área Total Explorada	Total	%	Cientes Novas	%	Cientes Antigas	%
De 1 até 5 hectares	180	57,3	94	58,4	86	56,2
Acima de 5 e até 10 hectares	36	11,5	22	13,7	14	9,2
Acima de 10 e até 20 hectares	28	8,9	13	8,1	15	9,8
Acima de 20 e até 40 hectares	19	6,1	6	3,7	13	8,5
Acima de 40 e até 80 hectares	11	3,5	5	3,1	6	3,9
Acima de 80 e até 100 hectares	3	1,0	2	1,2	1	0,7
Acima de 100 e até 200 hectares	1	0,3		0,0	1	0,7
Não Sabe/Não Respondeu	34	10,8	18	11,2	16	10,5
Não se aplica	2	0,6	1	0,6	1	0,7
Total	314	100,0	161	100,0	153	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

E como essas clientes percebem os impactos do crédito em suas condições de vida? As respostas são apresentadas na sequência, a partir de análise dos efeitos do crédito na produção agropecuária e na comercialização (5.2), na renda familiar (5.3), na qualidade de vida das famílias e como isso repercute na avaliação que fazem do Programa e na disposição de buscar outras fontes de recursos (5.4).

5.2 Impactos do crédito na produção e na comercialização

Nesta subseção, analisam-se as atividades agropecuárias desenvolvidas pelas entrevistadas e os canais de comercialização utilizados. Constatou-se que a produção nas UPs é diversificada, com foco predominante no autoconsumo familiar. As principais culturas mencionadas incluem feijão, milho, mandioca, arroz, fava, frutíferas e hortaliças. Apenas 2,2% das entrevistadas relataram dedicar-se exclusivamente à formação

de pastagens para alimentação animal, enquanto 9,6% declararam não atuar com lavouras (Tabela 10).

Tabela 10 – Atividades agropecuárias desenvolvidas na Unidade Produtiva, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer – Nordeste - 2023

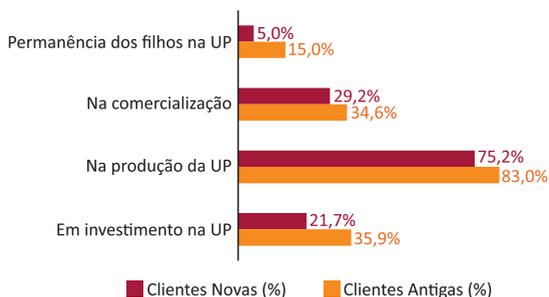
Blocos de Atividades Agropecuárias	Cientes Novas	%	Cientes Antigas	%	Total	%
Agricultura	161	100,0	153	100,0	314	100,0
Somente lavouras da base alimentar	78	48,4	82	53,6	160	51,0
Pastagens e lavouras de base alimentar	54	33,5	51	33,3	105	33,4
Somente pastagens	4	2,5	3	2,0	7	2,2
Não faz lavoura	15	9,3	13	8,5	28	8,9
Não Sabe/Não Respondeu	10	6,2	4	2,6	14	4,5
Pecuária	161	100,0	153	100,0	314	100,0
Bovinos e pequenos animais	67	41,6	62	40,5	129	41,1
Somente pequenos animais (aves, caprinos, ovinos, suínos)	36	22,4	42	27,5	78	24,8
Somente bovinos	23	14,3	24	15,7	47	15,0
Somente aves	11	6,8	8	5,2	19	6,1
Bovinos, pequenos animais e abelhas	2	1,2	2	1,3	4	1,3
Somente abelhas	2	1,2		0,0	2	0,6
Pequenos animais e abelhas	1	0,6		0,0	1	0,3
Não cria animais	16	9,9	12	7,8	28	8,9
Não Sabe/Não Respondeu	3	1,9	3	2,0	6	1,9

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

A maior parte das entrevistadas ressaltou que o crédito do Agroamigo foi fundamental para possibilitar investimentos nas UPs. Ao todo, 124 mulheres (39,4%) relataram melhorias na produção, comercialização, renda e alimentação familiar, com efeitos positivos na autonomia e na qualidade de vida.

Como mostra o Gráfico 2, a melhoria na produção foi o impacto mais citado (75,2% das Clientes Novas e 83,0% das Antigas). Investimentos na UP foram mencionados por 21,7% e 35,9%, respectivamente, e a melhoria na comercialização por 29,2% e 34,6%, nessa ordem. A permanência dos filhos na UP também foi apontada, sobretudo pelas Clientes Antigas (15,0%, ante 5,0% entre as Novas).

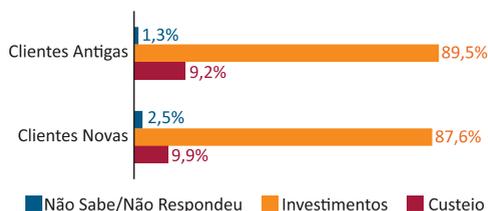
Gráfico 2 – Melhorias proporcionadas pelo crédito nas condições da UP, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer – Nordeste - 2023



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

O Gráfico 3 mostra que a maior parte dos recursos foi aplicada em investimentos produtivos: 89,5% entre as Clientes Novas e 87,6% entre as Antigas. A principal destinação foi a compra de animais, citada por 49,7% das Novas e 51,0% das Antigas. Os demais recursos foram utilizados em itens fundamentais para as UPs, como construção e reforma, ração, sementes, equipamentos, preparo da terra e outras despesas produtivas.

Gráfico 3 – Finalidade do crédito, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer – Nordeste - 2023



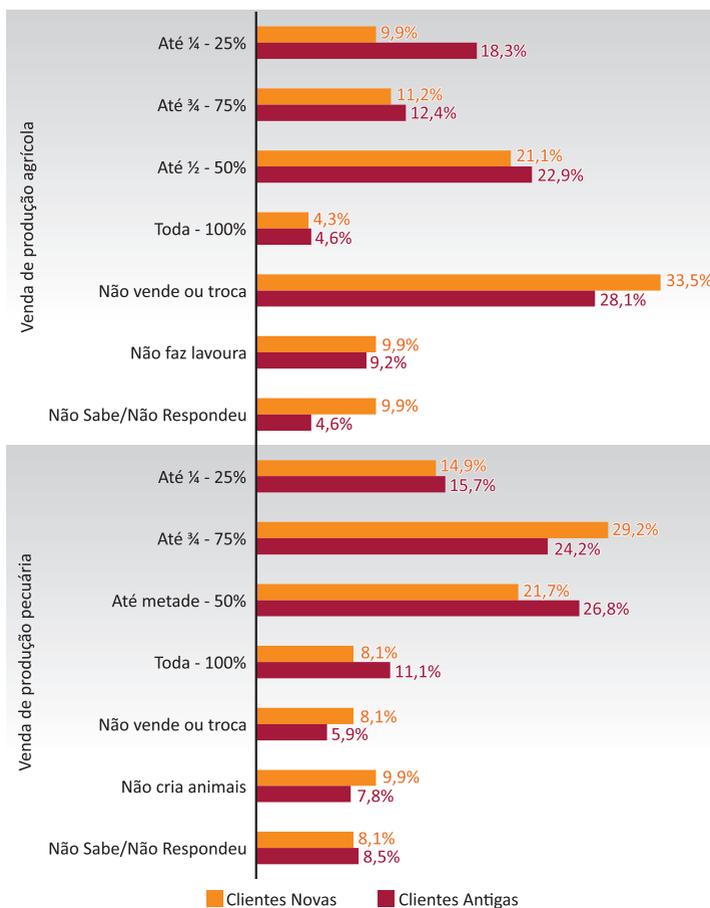
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

O Gráfico 4 mostra variações significativas na comercialização da produção agrícola entre os dois grupos. Entre as Clientes Novas, 9,9% comercializam até $\frac{1}{4}$ da produção, enquanto 18,3% das Clientes Antigas fazem o mesmo. A venda de até 75% é realizada por 11,2% das Novas e 12,4% das Antigas. A venda total é rara, com apenas 4,3% das Novas e 4,6% das Antigas. Destaca-se que 35,5% das Clientes Novas e 28,1% das Antigas mantêm toda a produção para consumo próprio, evidenciando a predominância do autoconsumo.

Na pecuária, 14,9% das Novas e 15,7% das Antigas vendem até $\frac{1}{4}$ da produção, e 29,2% das Novas e 24,2% das Antigas comercializam até metade. A venda total é ainda mais rara: 8,1% das Novas e 11,1% das Antigas. A parcela que não comercializa nada é pequena, mas ainda significativa (8,1% das Novas e 5,9% das Antigas).

Esses dados revelam que uma parte considerável da produção não é destinada ao mercado, refletindo a prioridade pelo autoconsumo, típico da Agricultura Familiar. A pequena escala e a diversidade de cultivos limitam o excedente para a comercialização, mas também apontam para oportunidades de fortalecer canais e políticas de comercialização.

Gráfico 4 – Parcela da produção agropecuária destinada a venda ou troca, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer – Nordeste - 2023



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

O Gráfico 5 mostra que a maior parte da produção agropecuária é destinada ao mercado local. Entre as Clientes Novas, 70,8% optam exclusivamente pelo mercado local, nú-

mero semelhante às Clientes Antigas (69,3%). Algumas agricultoras distribuem para outros municípios, representando 10,6% das Novas e 13,1% das Antigas. Uma pequena parcela vende para outros estados, com 1,2% das Novas e 3,3% das Antigas.

A venda predominante no mercado local destaca o papel essencial da produção no abastecimento regional, promovendo uma conexão estreita entre agricultoras e a economia local. Isso reduz custos logísticos e fortalece relações de confiança, configurando um modelo de comercialização de curta distância.

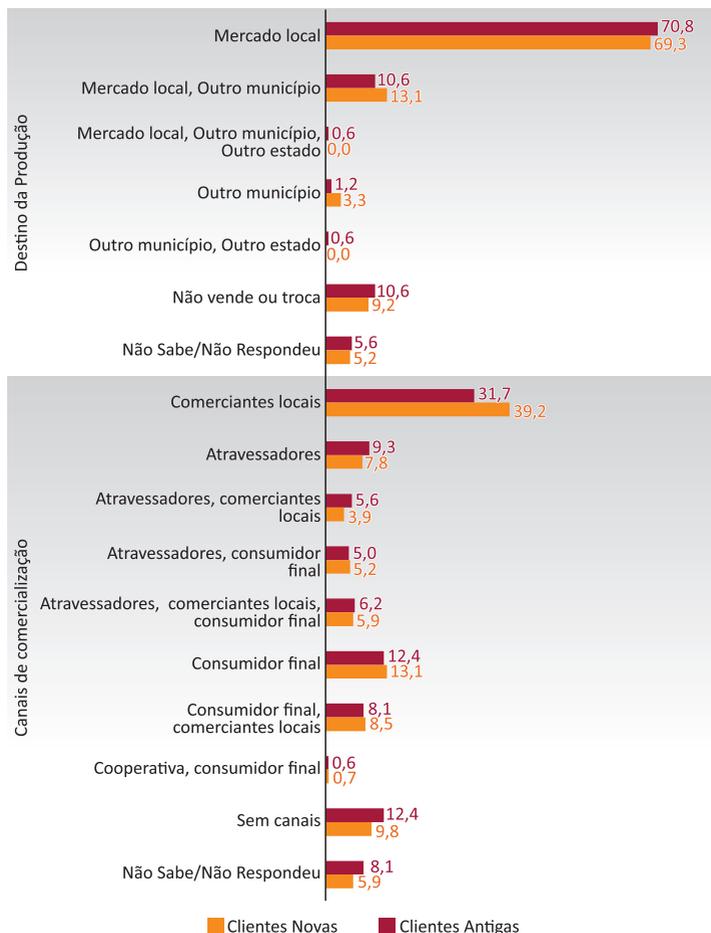
Ressalte-se que a dependência de comerciantes locais (31,7% das Novas e 39,2% das Antigas), de atravessadores (9,3% das Novas e 7,8% das Antigas) ou da combinação de ambos (5,6% das Novas e 3,9% das Antigas) limita a capacidade de negociação, resultando em preços menos favoráveis e menor autonomia sobre o destino da produção.

A venda direta ao consumidor final é realizada por 12,4% das Novas e 13,1% das Antigas. Embora este modelo não represente um canal principal, oferece oportunidades de agregação de valor, autonomia e fidelização, reforçando a necessidade de políticas que incentivem mercados de proximidade, como feiras e compras públicas, que valorizam produtos locais e fortalecem a economia regional. As cooperativas ainda são pouco utilizadas (0,6% das Novas e 0,7% das Antigas). Essa baixa participação indica um potencial pouco explorado para comercialização coletiva, com benefícios como melhores condições de negociação e acesso a mercados institucionais.

Verificou-se que 10,6% das Novas e 9,2% das Antigas não comercializam sua produção. Isso reflete estratégias de segurança alimentar familiar e possíveis barreiras de inserção no mercado. Além disso, um número razoável de entrevistadas (12,4% das Novas e 9,8% das Antigas) não tem um canal fixo de comercialização, o que pode ser causado por fatores como

baixa escala de produção, falta de informações comerciais ou restrições de infraestrutura.

Gráfico 5 – Destino e canais de comercialização dos produtos agropecuários, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer - Nordeste - 2023



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

A análise mostra que, apesar dos avanços proporcionados pelo crédito, persistem desafios para a autonomia econômica. A limitação de mercados, a dependência de atravessadores e a baixa participação em canais estruturados restringem o potencial de geração de renda, principalmente quando grande parte da produção é voltada ao autoconsumo ou não tem destinação comercial definida. Na subseção a seguir, é feita a análise dos impactos do crédito sobre a renda das mulheres beneficiadas pelo Programa.

5.3 Impactos do crédito na renda familiar

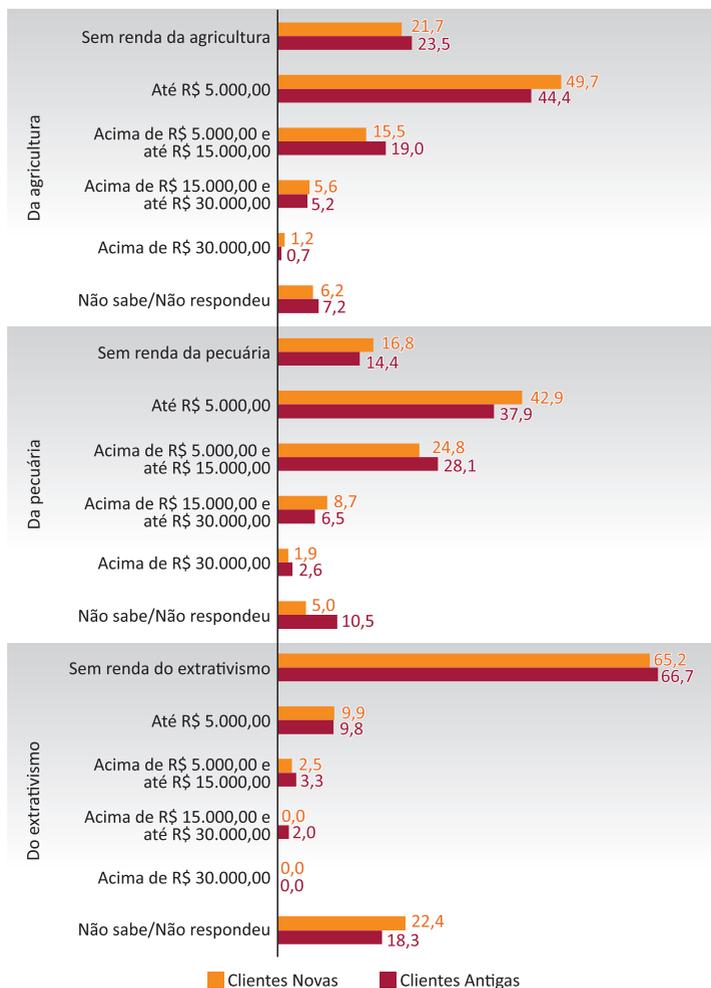
O Gráfico 6 mostra a distribuição da renda média anual proveniente da agropecuária e do extrativismo, conforme o tempo de participação no Agroamigo Crescer.

Na agricultura, 44,9% das Clientes Novas e 44,4% das Antigas ganham até R\$ 5 mil anuais. Apenas 15,5% das Novas e 19,0% das Antigas têm uma renda anual entre R\$ 5 mil e R\$ 15 mil. Já 21,7% das Novas e 23,5% das Antigas não obtêm qualquer renda da atividade agrícola. As faixas mais altas de renda são alcançadas por uma minoria, com apenas 5,6% das Novas e 5,2% das Antigas ganhando entre R\$ 15 mil e R\$ 30 mil, e 1,2% das Novas e 0,7% das Antigas obtendo mais de R\$ 30 mil no período de um ano.

Na pecuária, o cenário é semelhante: 42,9% das Novas e 37,9% das Antigas possuem renda de até R\$ 5 mil, enquanto 8,7% das Novas e 6,5% das Antigas ganham entre R\$ 15 mil e R\$ 30 mil. Uma parcela significativa (16,8% das Novas e 14,4% das Antigas) não tem rendimento da pecuária.

O extrativismo gera renda ainda menor, com 65,2% das Novas e 66,7% das Antigas não obtendo ganhos dessa atividade. É pequena a parcela de agricultoras com rendimentos mais elevados (acima de R\$ 15 mil). Essa baixa participação pode representar um potencial pouco explorado que poderia gerar renda adicional, caso as agricultoras tivessem acesso ao manejo sustentável e canais adequados de comercialização.

Gráfico 6 – Faixas de renda média anual da agropecuária e do extrativismo, no domicílio, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer – Nordeste - 2023



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

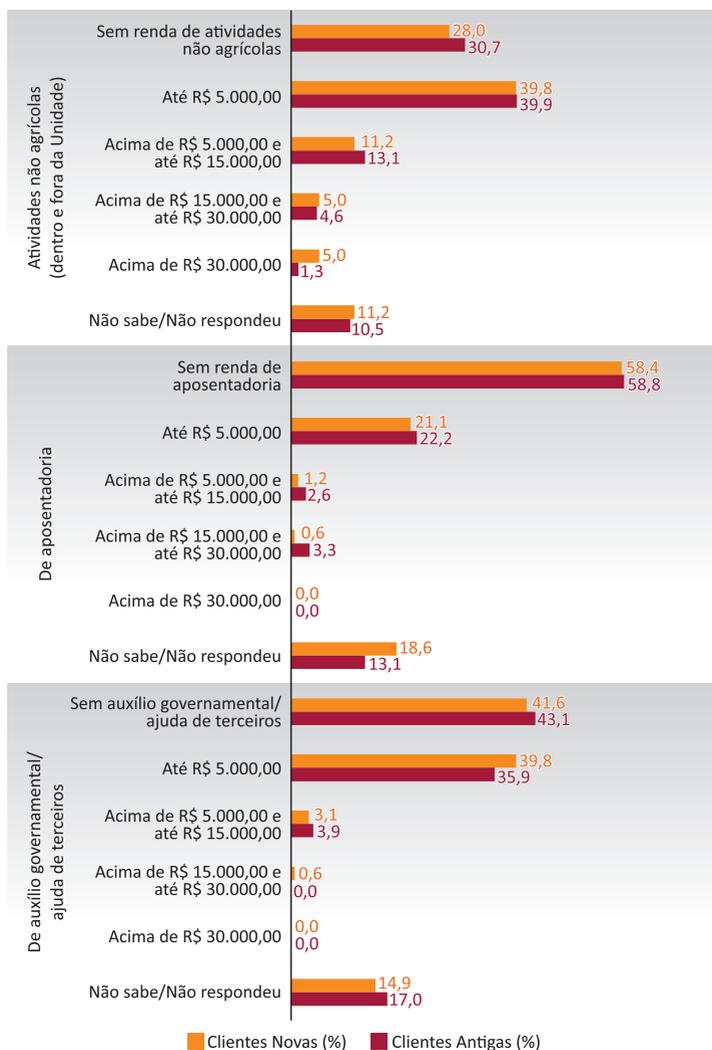


Apesar do acesso ao crédito, observou-se que a maioria das agricultoras enfrenta baixa remuneração nas atividades agropecuária e extrativista. Isso pode representar uma limitação para a transformação socioeconômica das famílias. Mesmo as participantes com maior tempo de envolvimento no Programa apresentam ganhos limitados. Conforme ilustrado no Gráfico 7, muitas recorrem a diversas fontes de renda para assegurar a subsistência.

No trabalho com atividades não agropecuárias, a maioria das agricultoras recebe até R\$ 5.000,00 anuais, com 39,8% das Clientes Novas e 39,9% das Antigas. Um número considerável não possui esse tipo de rendimento: 28,0% das Novas e 30,7% das Antigas. Rendas superiores a R\$ 5.000,00 são menos comuns, com 11,2% das Novas e 13,1% das Antigas ganhando entre R\$ 5.000,00 e R\$ 15.000,00. Apenas uma pequena parcela (5,0% das Novas e 1,3% das Antigas) atinge valores superiores a R\$ 30.000,00.

A aposentadoria é fonte de renda para uma parcela reduzida, com 21,1% das Novas e 22,2% das Antigas recebendo até R\$ 5.000,00 anuais. No entanto, 58,4% das Novas e 58,8% das Antigas ainda não são aposentadas. Quanto aos auxílios governamentais ou apoio de terceiros, 41,6% das Novas e 43,1% das Antigas não contam com essa fonte, mas uma parcela significativa (39,8% das Novas e 35,9% das Antigas) recebe até R\$ 5.000,00 anuais.

Gráfico 7 – Faixas de renda anual de fontes não agropecuárias, no domicílio, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer – Nordeste - 2023

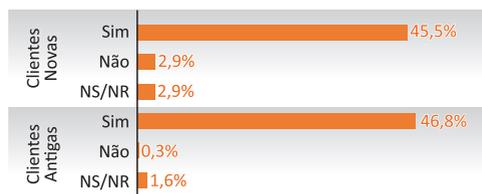


Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

A análise das fontes de renda evidencia a vulnerabilidade econômica que predomina entre as agricultoras atendidas, visto que a maioria obtém baixos rendimentos. Apesar disso, muitos relatos indicam melhorias financeiras após a entrada no Programa Agroamigo, com 45,5% das Clientes Novas e 45,8% das Antigas afirmando que sua renda aumentou (Gráfico 8). Isso sugere que, mesmo promovendo geração de renda de forma tímida, o Programa pode resultar em benefícios econômicos pouco visíveis do ponto de vista quantitativo.

Um aspecto importante a ser observado é que a vivência adquirida ao longo do tempo parece potencializar esse impacto positivo. A diferença entre Clientes Novas e Antigas sugere que o tempo de permanência no Programa pode estar relacionado a ganhos lentos, porém, progressivos de renda.

Gráfico 8 – Melhoria na renda total da família desde que se tornou cliente do Agroamigo, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer – Nordeste - 2023



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

Os resultados demonstram que, embora existam desafios a superar, o acesso ao crédito por meio do Programa Agroamigo Crescer tem contribuído para o fortalecimento das agricultoras e de suas atividades produtivas. Quase metade das participantes relatou aumento na renda familiar desde a adesão ao Programa, o que indica que o microcrédito, quando

bem direcionado, pode ser um instrumento eficaz de transformação econômica e social no meio rural.

Esse aumento de renda, embora lento, é gradual, representando um avanço importante para a melhoria da qualidade de vida das famílias, proporcionando melhor acesso a alimentação, saúde, educação e moradia, além de permitir investimentos na propriedade e aquisição de bens duráveis. Assim, maior renda implica maior segurança financeira e maior autonomia para as mulheres no campo. Isso reforça a importância de políticas públicas que promovam a continuidade e o acompanhamento a longo prazo. Portanto, o fortalecimento de iniciativas como o Agroamigo Crescer contribui para essa mudança e, conseqüentemente, para reduzir a vulnerabilidade socioeconômica e aumentar a autonomia econômica das mulheres no meio rural.

O próximo tópico aprofunda os efeitos dessa transformação, explorando, a partir da percepção das próprias agricultoras, como o microcrédito impacta a qualidade de vida das famílias, não apenas financeiramente, mas também em termos de bem-estar, conforto e dignidade.

5.4 Impactos na qualidade de vida das famílias

O crédito rural, ao impulsionar a geração de renda, promove transformações significativas na vida das famílias agricultoras, ampliando a capacidade produtiva e o acesso a bens e serviços que agregam conforto, segurança e oportunidades. Na Agricultura Familiar, onde a gestão do tempo é um desafio constante, essas melhorias são ainda mais relevantes. Como destaca Chayanov (1974), as UPs se organizam em torno do trabalho familiar, e o tempo de serviço é um recurso escasso. Nesse contexto, conforme Ribeiro (1992), qualquer elemento que economize tempo e esforço é valorizado como diferencial estratégico.

Os meios de produção, vistos da perspectiva dos agricultores familiares, são as “coisas concretas”, como explicou Alves (1999), pois são elementos que tornam tangíveis as melhorias de vida e trabalho. Isso inclui desde o acesso à terra, a tecnologias poupadoras de mão de obra e à comercialização do excedente, até a aquisição de eletrodomésticos, meios de transporte e de comunicação. Desse ponto de vista, o crédito é enxergado como o caminho mais direto e imediato para a conquista das “coisas concretas”.

Um bom exemplo de elemento tangível é o eletrodoméstico que, além de reduzir a carga de trabalho doméstico – principalmente das mulheres –, libera tempo para outras atividades produtivas ou de cuidado. Como destaca Ribeiro (1992), os utensílios domésticos funcionam como técnicas poupadoras de trabalho, compensando a impossibilidade de mecanização em certos aspectos da produção, especialmente em terrenos irregulares, comuns no meio rural.

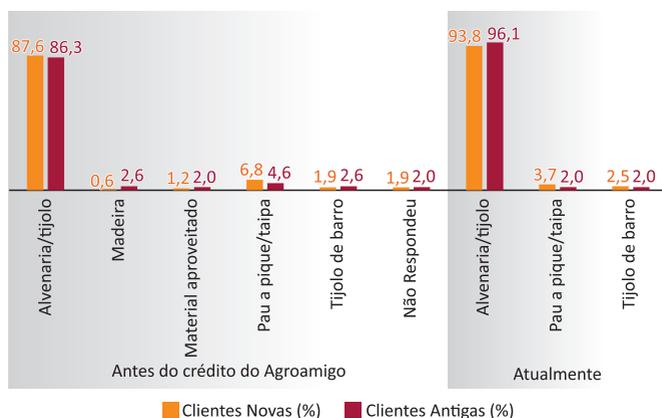
Os achados desta pesquisa estão alinhados com essas reflexões teóricas. Os dados apontam que o acesso ao crédito favorece melhorias concretas na qualidade de vida das famílias, viabilizando investimentos em infraestrutura doméstica e produtiva, aumentando a renda e possibilitando o acesso a bens que diminuem a carga de trabalho. Além disso, esses avanços contribuem para a permanência dos filhos na escola e na propriedade, aspecto fundamental para a continuidade geracional da Agricultura Familiar.

Para avaliar essas mudanças, as entrevistadas foram convidadas a refletir sobre suas condições socioeconômicas antes e depois do acesso ao crédito, comparando os dois momentos com base em suas próprias experiências.

O Gráfico 9 apresenta as mudanças nas condições de moradia, destacando o material predominante nas construções. Observa-se que, em ambos os grupos (Clientes Novas

e Antigas), as casas são majoritariamente feitas de alvenaria/tijolo. No caso das Clientes Novas, esse tipo de construção já era presente em 87,6% das moradias antes do crédito, percentual que aumentou para 93,8% após o acesso ao recurso. Entre as Clientes Antigas, houve crescimento semelhante: de 86,3% para 96,1%.

Gráfico 9 – Material utilizado na construção das casas, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade de Crescer – Nordeste - 2023



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

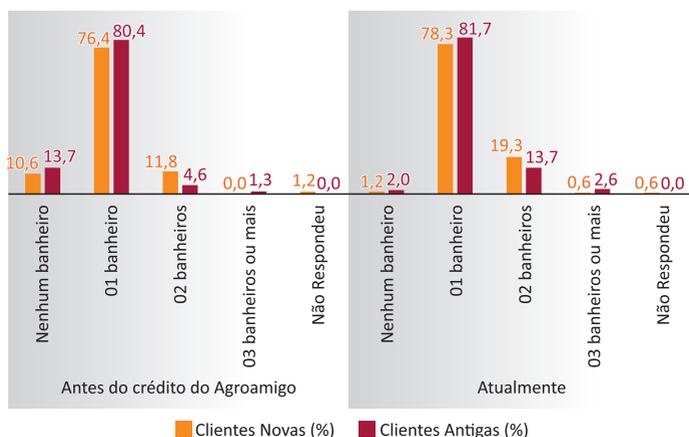
Como indicado no Gráfico 9, o Programa Agroamigo tem contribuído significativamente para o fortalecimento da infraestrutura habitacional das famílias atendidas, promovendo melhorias nas condições de moradia, um dos pilares da qualidade de vida no meio rural. Além da melhoria nos materiais de construção, destaca-se a ampliação da infraestrutura sanitária, fundamental para a dignidade, o bem-estar e a saúde.

O Gráfico 10 mostra que, antes do crédito, 10,6% das Clientes Novas e 13,7% das Clientes Antigas não possuíam banheiro; após o crédito, esses percentuais caíram para 1,2% e

2,0%. As moradias com apenas um banheiro predominaram, com leve aumento após o financiamento, enquanto os domicílios com dois banheiros cresceram de 11,8% para 19,3% entre as Novas e de 4,6% para 13,7% entre as Antigas, havendo também avanços na presença de três banheiros.

Esses dados demonstram uma tendência consistente de melhoria nas condições de moradia e higiene, com impacto positivo em conforto e saúde. A construção de banheiros adicionais reflete o aumento da renda e da capacidade de investimento habitacional.

Gráfico 10 – Banheiros no domicílio, por tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer, antes e depois do acesso ao crédito – Nordeste - 2023



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

Além dos avanços nas condições habitacionais e de saneamento, o aumento na quantidade de eletrodomésticos nas residências também se destaca como importante indicativo da melhora na qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo Programa. Esses avanços tornam as atividades cotidianas

mais práticas, diminuem o tempo gasto com tarefas domésticas e favorecem maior acesso à informação, ao conforto e ao lazer.

O Gráfico 11 mostra a evolução da posse desses bens entre Clientes Novas e Antigas, antes e depois do crédito, revelando avanços expressivos. Um dado curioso é a posse de geladeiras de uma porta: entre as Clientes Novas, o percentual subiu de 82,6% para 84,5%, enquanto entre as Antigas caiu de 84,3% para 81,0%, em função da substituição por modelos de duas portas – cuja posse aumentou de 11,2% para 15,5% entre as Novas e de 12,4% para 23,5% entre as Antigas.

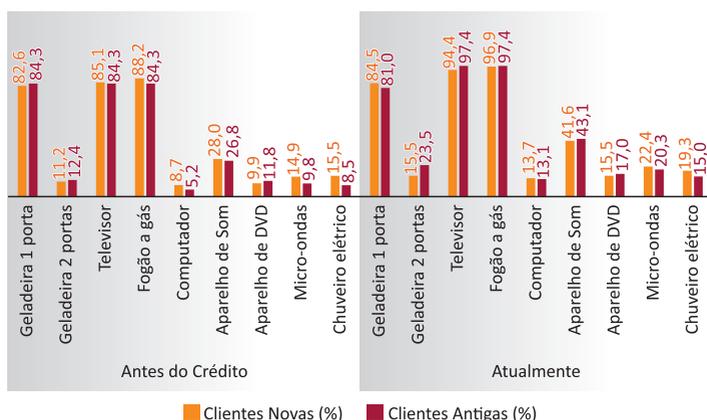
Esse padrão de crescimento também foi observado em outros aparelhos: a posse de televisores subiu de 85,1% para 94,4% entre Clientes Novas e de 84,3% para 92,4% entre Antigas; o fogão a gás passou de 88,2% para 96,9% entre as Novas e de 84,3% para 97,4% entre as Antigas; a posse de computadores cresceu de 8,7% para 13,7% (Novas) e de 5,2% para 13,1% (Antigas); o aparelho de som aumentou de 28,0% para 41,6% (Novas) e de 26,8% para 43,6% (Antigas); o aparelho de DVD evoluiu de 9,9% para 15,5% (Novas) e de 11,8% para 17,5% (Antigas); o micro-ondas passou de 14,9% para 22,4% (Novas) e de 9,8% para 20,3% (Antigas); e a posse de chuveiro elétrico cresceu de 15,5% para 19,3% entre Novas e de 8,5% para 15,5% entre Antigas.

Esses avanços demonstram melhorias significativas no conforto e na organização do cotidiano: geladeiras maiores favorecem a conservação de alimentos; fogões e micro-ondas facilitam o preparo de refeições; chuveiros elétricos proporcionam mais conforto térmico; enquanto televisores, computadores e aparelhos de som ampliam o acesso à informação, cultura e entretenimento.

Assim, a ampliação da posse de eletrodomésticos reforça o papel do crédito como instrumento de transformação da

vida no meio rural, promovendo inclusão social, praticidade e melhores condições para o desenvolvimento pessoal e familiar.

Gráfico 11 – Eletrodomésticos no domicílio, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer, antes e depois do acesso ao crédito – Nordeste - 2023



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

A melhoria na infraestrutura domiciliar e na aquisição de bens duráveis, como eletrodomésticos, não é o único impacto do crédito. A mobilidade das famílias, essencial para autonomia, acesso a serviços e oportunidades econômicas, também foi positivamente afetada, conforme mostrado no Gráfico 12.

O gráfico revela mudanças significativas nos meios de transporte utilizados por Clientes Novas e Antigas antes e depois do crédito. A utilização de animais como transporte se manteve estável, com 24,8% das Clientes Novas e 22,2% das Antigas antes do crédito, e 24,8% e 26,8%, respectivamente, depois.

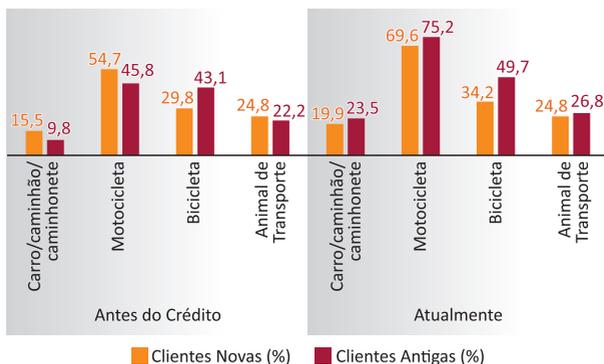
O avanço mais expressivo foi no uso de motocicletas, com o percentual das Clientes Novas subindo de 54,7% para 69,6%, e das Antigas de 45,8% para 75,2%. Esse aumento reflete a maior mobilidade e redução da dependência de meios tradicionais. O uso de bicicletas também cresceu levemente, passando de 29,8% para 34,2% entre as Novas, e de 43,1% para 49,7% entre as Antigas.

A posse de veículos motorizados maiores – como carros e caminhonetes – aumentou de 15,5% para 19,9% entre as Clientes Novas e de 9,8% para 23,7% entre as Antigas, ampliando as possibilidades logísticas, especialmente no transporte de produção e familiar.

Esses dados demonstram como o crédito do Agroamigo Crescer influenciou a modernização dos meios de transporte, aumentando a mobilidade e a autonomia das mulheres no meio rural, permitindo maior acesso a mercados, escolas e redes comunitárias. A melhoria na mobilidade fortalece a inclusão social e econômica das agricultoras, inclusive, porque contribui para a diversificação das ocupações pelas famílias e, conseqüente, para o aumento da renda, conforme Aquino e Nascimento (2020).

Assim, o Gráfico 12 reforça que o crédito vai além da renda e consumo, promovendo mudanças estruturais no cotidiano das famílias, consolidando-se como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento e qualidade de vida no meio rural.

Gráfico 12 – Meios de transporte, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer, antes e depois do acesso ao crédito – Nordeste - 2023



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

Além dos avanços já mencionados, o acesso à comunicação destaca-se como um fator essencial para fortalecer a autonomia das agricultoras e ampliar sua inserção social e econômica. A conectividade tornou-se crucial tanto para a organização das atividades produtivas quanto para o fortalecimento dos vínculos com redes de apoio e serviços públicos.

O Gráfico 13 apresenta a melhoria no acesso à telefonia móvel e à Internet entre as famílias atendidas pelo Agroamigo Crescer. O acesso ao celular aumentou de 70,2% para 88,2% entre as Clientes Novas e de 60,1% para 90,8% entre as Antigas, destacando o crédito como facilitador do acesso a tecnologias que melhoram a comunicação, a segurança e a organização.

O acesso à Internet também cresceu significativamente, especialmente entre as Clientes Antigas, cujos percentuais quase dobraram, de 44,4% para 87,6%. Entre as Novas, o aumento foi considerável, mas mais moderado. Isso reflete



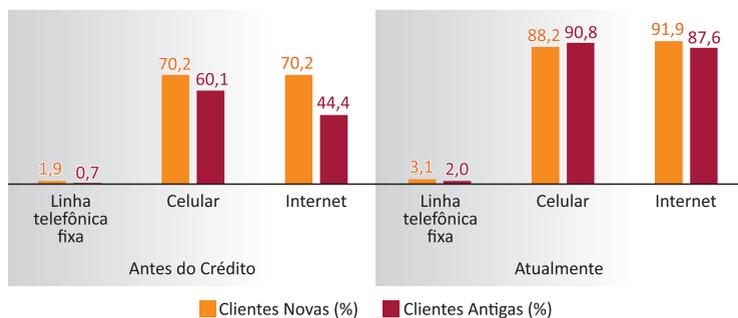
a familiarização com o crédito e o crescente investimento em infraestrutura digital nas propriedades.

Além disso, a ampliação do acesso ao celular e à Internet representa não apenas um avanço tecnológico, mas também um impacto direto na qualidade de vida das famílias. Essa conectividade ampliada permite melhor comunicação pessoal e profissional, acesso a serviços online (como educação à distância, comércio digital e suporte técnico), além de contribuir para a dinamização das atividades comerciais e possibilitar respostas mais rápidas a demandas cotidianas e situações emergenciais.

Por outro lado, o acesso à telefonia fixa permaneceu praticamente inalterado, refletindo a substituição nacional dessa tecnologia pela telefonia móvel, mais acessível e adaptada às áreas rurais.

Em resumo, os dados do Gráfico 13 demonstram que o crédito não só favorece o consumo de bens materiais, mas também promove a inclusão digital das famílias, ampliando seu acesso à informação, comunicação e participação em redes sociais e comunitárias, contribuindo para a transformação das condições de vida das mulheres rurais. Esses avanços mostram que o crédito, além de fortalecer a estrutura produtiva das agricultoras, amplia as oportunidades de desenvolvimento e transforma positivamente o cotidiano das famílias.

Gráfico 13 – Meios de comunicação no domicílio, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer, antes e depois do acesso ao crédito – Nordeste (%) - 2023



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

Os impactos positivos observados nos gráficos anteriores refletem-se diretamente na percepção das entrevistadas sobre o Programa Agroamigo Crescer, conforme revelado na Tabela 14. A maioria das participantes demonstra elevado nível de satisfação com o Programa, com 79,6% classificando-o como “ótimo” e 18,5% como “bom”, sem registros em categorias inferiores. Entre as clientes mais antigas, a avaliação “ótimo” é ainda mais alta, o que evidencia que a confiança no Programa cresce com o tempo de participação.

Além disso, o alto grau de satisfação das beneficiárias se traduz em fidelização: 78,9% das Clientes Novas e 82,4% das Clientes Antigas permanecem vinculadas exclusivamente ao Agroamigo Crescer, indicando que o Programa tem respondido de forma eficaz às suas necessidades financeiras e produtivas. Somente uma pequena parcela das entrevistadas (17,4% das Clientes Novas e 16,3% das Antigas) recorre a outras fontes de financiamento, evidenciando a confiança no Agroamigo Crescer como principal referência de crédito para essas famílias.

Tabela 14 – Avaliação do Agroamigo, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer – Nordeste - 2023

Avaliação do Agroamigo	Clientes Novas	%	Clientes Antigas	%	Total	%
Ótimo	126	78,3	124	81,0	250	79,6
Bom	31	19,3	27	17,7	58	18,5
Regular	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Ruim	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Não Sabe/Não Respondeu	4	2,5	2	1,3	6	1,9
Total	161	100,0	153	100,0		100,0

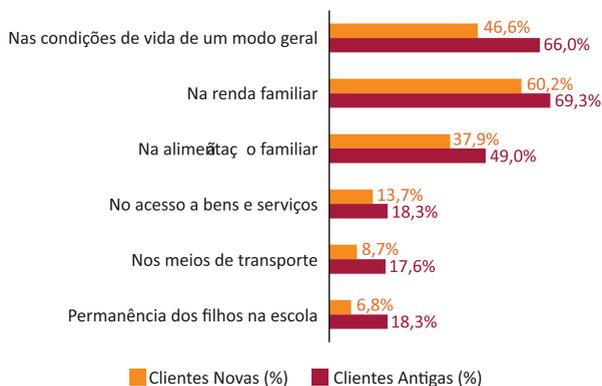
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

Os resultados de satisfação e fidelização ao Programa Agroamigo Crescer alinham-se com a percepção das entrevistadas sobre os impactos do crédito em suas vidas, conforme mostrado no Gráfico 14. Para 46,6% das Clientes Novas e 66,0% das Antigas, o crédito trouxe melhorias gerais nas condições de vida familiar, enquanto 60,2% das Novas e 69,3% das Antigas relataram aumento na renda.

Além dos ganhos financeiros, as entrevistadas destacaram avanços em outras áreas: 37,9% das Novas e 49,0% das Antigas apontaram melhorias na alimentação da família; 8,7% e 17,6%, respectivamente, notaram progressos nos meios de transporte; e a permanência dos filhos na escola também foi mencionada como um benefício, refletindo diretamente na qualidade de vida e estabilidade das famílias.

Os percentuais mais elevados entre as Clientes Antigas reforçam a ideia de que os impactos positivos do crédito se intensificam com o tempo, consolidando melhorias estruturais e duradouras nas vidas das beneficiárias.

Gráfico 14 – Melhorias proporcionadas pelo crédito na qualidade de vida familiar, segundo o tempo de exposição ao Programa, na Modalidade Crescer - Nordeste - 2023



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da base de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo (BNB, 2023).

Em síntese, os dados apresentados nos gráficos anteriores ilustram conquistas concretas, ao mesmo tempo que evidenciam a existência de “transformações silenciosas” -, mudanças graduais que redesenham a realidade das famílias beneficiadas, abrindo novos horizontes de bem-estar e possibilidades. Assim, embora o Programa Agroamigo Crescer atue em um contexto de geração de renda ainda modesta, os resultados demonstram que ele tem desempenhado um papel decisivo no fortalecimento das mulheres agricultoras. Os impactos positivos ultrapassam a esfera produtiva, com efeitos concretos na ampliação da produção, na facilitação da comercialização e, sobretudo, na melhoria das condições de vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs uma reflexão sobre os impactos do Agroamigo Crescer, com foco na inclusão financeira e na

promoção da autonomia econômica das mulheres no meio rural nordestino. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, combinando dados secundários e primários. Os dados secundários foram extraídos de bibliografia especializada, da base de clientes do BNB (2005–2024) e do Censo Agropecuário 2017 (IBGE). Os dados primários são originários de uma pesquisa de campo realizada com clientes do Programa em sua área de atuação, com uso de um questionário, no período de julho a agosto de 2023. A amostra considerou a modalidade do crédito e o tempo de exposição ao Programa (Clientes Novos e Antigos).

A literatura destaca o papel estratégico do microcrédito na promoção da inclusão financeira e no fortalecimento da agricultura familiar, especialmente no contexto rural e entre mulheres de baixa renda. O acesso ao crédito possibilita investimentos em produção, diversificação de atividades e melhoria nas condições de vida, contribuindo para a autonomia econômica e o empoderamento feminino. Estudos realizados em diferentes países, incluindo o Brasil, evidenciam que as mulheres tendem a reinvestir os recursos no bem-estar familiar, o que amplia os efeitos positivos do microcrédito para toda a comunidade. A ampliação das capacidades individuais, como defende Sen (2000), reforça a importância do crédito como vetor de desenvolvimento e justiça social.

No entanto, a literatura também alerta para os limites do microcrédito como solução isolada. Em alguns contextos, persistem desigualdades estruturais como o controle masculino sobre os recursos financiados por mulheres, pressões familiares e exploração por instituições financeiras. Esses desafios mostram que o microcrédito deve ser articulado a políticas públicas mais amplas e sensíveis às realidades locais, de forma a garantir que seu potencial emancipador seja efetivamente alcançado. O desenho e a implementação dessas políticas, além de se articular com políticas de assistência técnica, capacitação e apoio à comercialização, devem considerar as especificida-

des culturais, sociais e econômicas das mulheres rurais para que o crédito seja, de fato, uma ferramenta de transformação social e promoção da equidade.

Relativamente ao Agroamigo Crescer, oferece crédito com condições facilitadas – como taxas de juros atrativas, isenção de garantias reais e ausência de exigência de posse da terra e tem funcionado como importante ferramenta de inclusão produtiva e de bem-estar familiar. Embora não tenha sido concebido especificamente para mulheres, os dados mostram um avanço expressivo da participação feminina ao longo de seus 20 anos de existência. Em 2024, as mulheres já respondiam por 51,4% dos contratos e 51,6% do montante contratado, indicando não apenas maior acesso, mas também a consolidação de sua presença no Programa.

Os relatos das agricultoras evidenciam que o acesso ao financiamento tem proporcionado transformações silenciosas – lentas, porém contínuas e concretas – no cotidiano de suas famílias. As mulheres destacam a importância do crédito para investimentos nas unidades produtivas, com melhorias na produção, na comercialização e na renda. Com isso, o crédito tem propiciado melhoria na alimentação familiar e, também, na infraestrutura habitacional e sanitária, na aquisição de eletrodomésticos, na ampliação da mobilidade e em maior conectividade. Esses elementos contribuem para fortalecer a autonomia econômica, facilitar o acesso a outros serviços e ampliar as oportunidades econômicas. A fidelização das beneficiárias e a avaliação positiva do Programa reforçam sua importância como política pública voltada à inclusão produtiva e à equidade de gênero no campo.

Embora o Agroamigo Crescer apresente impactos positivos relevantes, os dados também evidenciam limites e desafios significativos. Muitas beneficiárias enfrentam restrições estruturais, especialmente no que se refere ao acesso à terra

e à infraestrutura produtiva, o que desestimula investimentos mais robustos. Essa limitação compromete o potencial do crédito para gerar efeitos duradouros e restringe sua capacidade de promover transformações estruturais nas unidades produtivas ao longo do tempo.

Parte significativa da produção ainda é voltada ao autoconsumo e outra parte não possui destinação comercial definida, além da persistente dependência de atravessadores. Apesar de se reconhecer que essas formas de comercialização estão em consonância com a lógica da Agricultura Familiar – que prioritariamente busca garantir a segurança alimentar –, também reflete os limites da escala produtiva e da inserção em mercados estruturados, em função das limitações estruturais.

Dentre as mulheres que vendem parte dos produtos ou sua totalidade, a comercialização local predomina. Embora essa dinâmica de comercialização (mercados locais ou de proximidade) também seja inerente à lógica da Agricultura Familiar, a sua predominância, combinada à baixa inserção em canais estruturados, como cooperativas e programas institucionais, revela um perfil comercial ainda marcado pela informalidade e pelo alcance restrito. Essa dinâmica limita as possibilidades de aumento da renda e representa um obstáculo ao fortalecimento contínuo da autonomia econômica das mulheres, revelando tanto desafios para a ampliação da renda quanto oportunidades para fortalecer a organização produtiva e ampliar a inserção em novos mercados.

Diante desse cenário, é fundamental, para além da necessidade premente de resolver a questão fundiária – que ultrapassa os limites do Programa em estudo –, fortalecer estratégias complementares que articulem acesso contínuo ao crédito, à capacitação técnica, à diversificação das atividades produtivas e a políticas de apoio à comercialização. O reconhecimento e o fortalecimento do papel das mulheres no meio

rural são fundamentais para o enfrentamento da vulnerabilidade socioeconômica, a promoção da estabilidade financeira e a construção de trajetórias mais autônomas e protagonizadas por elas. Nesse contexto, os dados aqui analisados evidenciam que o Agroamigo Crescer tem desempenhado um papel relevante, contribuindo de forma concreta para ampliar a inclusão financeira e fortalecer a autonomia econômica feminina.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. O. O Agroamigo e o público potencial do Pronaf B: uma análise do alcance a partir do cadastro socioeconômico. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 161-176, jul., 2015.

ALVES, M. O. **Agora o Nordeste vai**: experiência de desenvolvimento local: o caso do município de Tejuçuoca, Ceará. 1999. 135 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras. UFL: Lavras, 1999.

AQUINO, J. R. de; NASCIMENTO, C. A. do. Heterogeneidade e dinâmicas das fontes de ocupação e renda das famílias rurais nos estados do Nordeste brasileiro. **Revista Grifos**, v. 29, n.50, set./dez. 2020.

AQUINO, J. R. de; BASTOS, F. Dez anos do programa Agroamigo na região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46. Suplemento Especial, Agroamigo 10 anos. 2015.

BNB. **Base de dados de clientes do Agroamigo**. 2025. Fortaleza: BNB, 2025a.

BNB. **Relatório Agroamigo 2024**. Fortaleza: BNB, 2025b. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45735/6192659/Relat%C3%B3rio+Agroamigo+2024.pdf/60d66a56-f39b-0727-8773-ef4cc55be6de?version=1.1&t=174429535442>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BNB. **Base de dados de pesquisa de campo com clientes do Agroamigo**. Fortaleza: BNB, 2023.

BNB. **MCR - Cadastro ambiental rural para mini e pequenos produtores rurais e para agricultores familiares**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2019. (Documento interno fornecido pelo Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar).

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55. 2001. jun./dez.

CASTILHO E SILVA, C. B. de; COLEN, C.M. L.; MELO, M. R. B. **Programa Agroamigo: uma avaliação dos impactos do crédito nas condições socioeconômicas dos clientes**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2024. Disponível em: <https://bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/2023>. Acesso em: 03 dez. 2024.

GOETZ, A. M.; GUPTA, R. S. Who takes the credit? Gender, power, and control over loan use in rural credit programs in Bangladesh. **World Development**, n. 24, p. 45-63. 1996. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(95\)00124-U](https://doi.org/10.1016/0305-750X(95)00124-U).

HUSSAIN, J.; MAHMOOD, S.; SCOTT, J. Gender, microcredit and poverty alliviation in a developing countries: the case of women entrepeuneurs, in Pakistan. **Journal of International Development**. Homokend. v. 31, n. 3, p.247-270. 2018.

IBGE-SIDRA. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos#topo-pagina>. Acesso em: 15 jan. 2025.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios – resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo2010>. Acesso em: 24 abr. 2025.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: resultados do universo – características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=1439>. Acesso em: 24 abr. 2025.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**: características da população e dos domicílios – resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=1285>. Acesso em: 24 abr. 2025.

IBGE. **Censo Demográfico 1980**: características da população e dos domicílios – resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=20453>. Acesso em: 24 abr. 2025.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: características gerais dos domicílios e dos moradores 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>. Acesso em: abr. 2025.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2025.

LI, X.; GAN, C.; HU, B. The impact of microcredit on women's empowerment: evidence from China. **Journal of Chinese Economic and Business Studies**. v. 9, n. 3. p. 239-262. Ago, 2011.

LOPES, C. S. N. **O papel da mulher no microcrédito na Guiné-Bissau**: estudo de caso em Pitche e em Pirada. 57f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Instituto Superior de Economia e Gestão- Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa (PT): UTL, 2011.

MANZOR, B. Impact of microfinance on women empowerment: a review paper. **European Academic Research**. v. V, n. 1. April, 2017.

MAYOUX, L. Questioning virtuous spirals: micro-finance and women's empowerment in Africa. **Journal of International Development**. n. 11, p. 957-984. 1999.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.

PANDHARE, A.; BELLAMPALLI, P. N.; YADAVA, N. Transforming rural women's lives in India: the impact of microfinance and entrepreneurship on empowerment in Self-Help Groups. **J Innov Entrep**, v. 13, n. 62. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13731-024-00419-y>. Acesso em: 10 abr 2025.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

RIBEIRO, A. E. M. **Fazenda Pica Pau, Miradouro, Minas Gerais**: estudo sobre a família, o trabalho e a reprodução de agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais. Belo Horizonte-MG, 1992. (Mimeo). RIBEIRO, A. E. M. Fé, produção e política. São Paulo: Edições Loyola, 1994. 67p.

RODRIGUES, S. M. P. **Microcrédito e o desenvolvimento económico na região da África Subsariana**: o caso da desigualdade de género. 2016. 111f. Dissertação (Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira) - Escola de Economia e Gestão. Universidade do Minho: Braga (PT), 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 52, p. 1-27. 1985.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.



PARTE III

Impactos e Percepções

CAPÍTULO 7

Agroamigo e Impactos Socioeconômicos:

Uma Análise dos Efeitos na Agricultura Familiar

Carolina Braz de Castilho e Silva

Célia Mara Ladeia Colen

Mateus Freitas de Vasconcelos

Aírton Saboya Valente Júnior

1 INTRODUÇÃO

A agropecuária é uma atividade com alto grau de incerteza porque fatores externos à produção, como secas e pragas, impactam tanto a capacidade de produção quanto os preços de mercado. Isso prejudica a concessão de créditos para o setor (Maia; Pinto, 2015). Em vista disto, o Governo Federal estruturou o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, com o objetivo de oferecer crédito de custeio e investimento para os estabelecimentos rurais enquadrados na categoria de Agricultura Familiar (Maia; Pinto, 2015; Alves, 2015).

Em 1999, o Pronaf passou a ser segmentado em quatro grupos (A, B, C e D), com orçamentos e condições distintas, visando à melhoria da concessão de crédito. O Grupo B é formado por agricultores com menor renda e condições de pagamento adequadas ao perfil desses agricultores, apesar dos maiores riscos de inadimplência que oferecem (Maia; Pinto, 2015).

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) elaborou e implementou o Programa Agroamigo em 2005. Inicialmente, o Programa se propunha a oferecer financiamento às atividades rurais, para os agricultores familiares enquadráveis no Pronaf B. Após sete anos de sua criação, em 2012, o Agroamigo expandiu seu público-alvo, passando a ser dividido em duas modalidades: Agroamigo Crescer, que atende à linha de financiamento do Pronaf B; Agroamigo Mais, direcionado aos demais grupos, exceto A e A/C¹ (Alves, 2015; BNB, 2023a).

O Agroamigo vem se destacando por permitir acesso dos agricultores familiares à bancarização e aos meios formais de financiamento rural. No âmbito do Programa, os agricultores podem desenvolver atividades agrícolas, pecuárias ou não agropecuárias no meio rural, tais como turismo, pesca, agroindústria, entre outras, desde que comprovada a situação de agricultura familiar, através do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF Pronaf), conforme BNB (2023b).

Desenvolvida a partir da experiência exitosa do Crediamigo, Programa de microcrédito urbano criado pelo BNB em 1998 (Maia; Pinto, 2015; Alves, 2015; Silva; Aquino, 2017), a metodologia do Agroamigo é considerada diferenciada e inovadora por incluir a figura do agente de microcrédito no processo de concessão de crédito na área rural, visando inserir o pequeno agricultor no mercado e melhorar suas condições econômicas e sociais. Esse assessor promove o atendimento especializado ao agricultor familiar (Maia; Pinto, 2015; Alves, 2015; Silva; Aquino, 2017).

Uma breve revisão da literatura sobre o Agroamigo mostra que estudos anteriores se dedicaram a analisar a apli-

1 O Grupo A do Pronaf, voltado para indígenas e quilombolas, oferta até R\$ 20 mil para custeio e R\$ 50 mil para financiamento; o Grupo A/C oferta crédito para Agricultores(as) assentados (as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Já o Grupo B atende a agricultores(as) familiares DAP ativa ou CAF válido e disponibiliza crédito de até 10 mil reais.

cação dos recursos, as melhorias na sua forma de execução, bem como seus impactos sobre os beneficiários, como mostrado a seguir.

Inicialmente, cabe ressaltar a relevância do BNB na viabilização do acesso dos agricultores familiares aos recursos do Pronaf, conforme apontado por Maia e Pinto (2015). Esses autores indicam que, em 2014, de cada 10 operações do Pronaf realizadas na Região Nordeste, seis foram viabilizadas através dessa Instituição. Apesar disso, considerando o total de agricultores com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP²) na Região, nos anos agrícolas de 2011/2012 e 2012/2013, menos de 20,0% haviam acessado recursos do Pronaf. Ademais, entre 2005 e 2014, o BNB conseguiu expandir a concessão de crédito do Pronaf B anualmente, enquanto o crédito para a agricultura familiar no Brasil e no Nordeste sofreram oscilações. Com o Agroamigo, a carteira de crédito também foi melhorada, sendo considerada uma experiência exitosa.

O estudo de Silva e Aquino (2017) avaliou a evolução e os limites do Agroamigo em Angicos (RN), entre 2006 e 2012, demonstrando que o Programa, embora apresente características e consolidação, aumentando o número de contratos e o volume financeiro aplicado, apresentava baixa diversificação das atividades financiadas. A pesquisa da distribuição dos valores financiados por atividades indicou uma concentração dos investimentos na pecuária, alcançando 80,0% do valor investido. A tendência pode estar relacionada a uma padronização dos projetos financiados, o que, segundo os autores, pode significar a perda de oportunidades na diversificação das fontes de renda dos agricultores e uma limitação dos efeitos do Programa sobre as populações rurais. Os autores destacam, ainda, a necessidade de integração do microcrédito com outras políticas públicas de desenvolvimento rural, tais como, políticas

2 A DAP foi substituída, em 2022, pela CAF, citada anteriormente.



de assistência técnica, de comercialização e de acesso à terra para criar condições para a superação da pobreza rural (Silva; Aquino, 2017).

A expansão implementada em 2012 foi investigada por Alves (2015), de modo a verificar se teria comprometido a priorização dos agricultores familiares de baixa renda, objetivo original do Programa. Com base na análise dos dados do cadastro socioeconômico, aplicado pelos agentes antes da contratação do crédito entre 2012 e 2014, a autora concluiu que o público do Pronaf B continuava sendo privilegiado pelo Programa Agroamigo, apesar da ampliação.

Além disso, o estudo de Alves (2015) indicou outros aspectos que evidenciam a semelhança entre os públicos potenciais do Pronaf B e os clientes do Agroamigo: precariedade na infraestrutura de produção; acesso deficiente à assistência técnica e baixos níveis de tecnologia nos processos produtivos; predominância de atividades e geração de renda na pecuária bovina, já que oferece menos riscos do que a agricultura; complementação da renda com Programas sociais como Bolsa Família e aposentadoria; predominância do uso de mercados de proximidade, ou seja, nos quais a venda da produção é realizada diretamente aos consumidores, nos mercados locais.

Quando o Agroamigo atingiu os cinco anos de atuação, Abramovay et al. (2012) se dedicaram a compreender os seus impactos nas condições de vida dos seus beneficiários. Os autores demonstraram que grande parte do público das políticas de expansão do crédito eram de baixa renda, com baixo nível educacional, no entanto, indicaram, ainda, que o crédito contribuiu para o aumento da produção agropecuária, fortalecendo as capacidades produtivas das famílias, bem como para a melhoria das condições de vida.

2 AGRICULTURA FAMILIAR

A literatura sobre o meio rural se dedicou a estudar diferentes modos de vida que coexistem com as práticas da sociedade de mercado, especialmente o modo de vida camponês e da agricultura familiar. Ambos, por vezes tomados como sinônimos, apresentam características específicas, que precisam ser levadas em conta quando se pretende compreender o meio rural brasileiro.

Nas comunidades tradicionais são valores como solidariedade, amizade e parentesco que orientam o comportamento econômico, ou seja, a comunidade é um espaço cultural que ultrapassa as trocas monetárias, perpassada pela solidariedade, pela cooperação e pelas trocas simbólicas e materiais, conforme as necessidades de reprodução do grupo familiar e comunitário (Maia; Lopes, 2003).

A partir dos anos 1990, no entanto, no meio acadêmico e no âmbito político, um conjunto de mudanças no perfil dos até então denominados pequenos agricultores ou camponeses, fez com que o debate sobre o meio rural fosse retomado, sob nova perspectiva, com a consolidação da categoria agricultura familiar.

Nesse contexto, desenvolveu-se um “novo rural”, que se tornou menos contrastante com o meio urbano, incluindo novas formas de trabalho, além da agropecuária, e cuja modernização da agricultura, ocorrida a partir da segunda metade do século XX, dispensou grande parte da mão de obra até então ocupada na propriedade rural.

Entre os fatores que contribuíram para a formação do novo rural estão o aumento do consumo das populações rurais e urbanas, a expansão de serviços públicos e a migração de indústrias e agroindústrias para áreas rurais. Além disso, o meio rural passou a ser local de moradia, aumentando a demanda

por serviços. Nesse contexto, com a difusão de novas tecnologias, houve aumento das migrações. Além disso, houve a atribuição de novas funções aos espaços rurais, como a preservação ambiental, o turismo e o lazer (Fundação Seade, 2001).

A Agricultura Familiar segue como um importante segmento da sociedade, que abarca grandes contingentes populacionais, e oferta alimentos, serviços ambientais, entre outros benefícios para a sociedade em geral. Isso torna relevante estudar as populações rurais, sua composição, meios de vida, mercados nos quais se inserem, entre outras questões.

Assim, é preciso lançar o olhar sobre a categoria Agricultura Familiar, para compreender suas peculiaridades. Woortmann (1987) indica algumas das especificidades das famílias agricultoras, demonstrando que a ética camponesa constitui uma ordem moral. Assim, a família apresenta um valor-família, que não se confunde com mero grupo doméstico, sendo orientado pela busca do bem-estar familiar, que está acima da lógica econômica. Dessa maneira, e ancorado em Chayanov (*apud* Woortmann, 2001), o objetivo da família não seria obter lucro, como no sistema capitalista, mas garantir o atendimento das suas necessidades, equilibrando o consumo e a produção familiar.

Cabe destacar que a produção familiar apresenta lógica própria, caracterizada pela ausência de salário para o grupo familiar e porque a unidade familiar é um grupo de produção e de consumo, ao mesmo tempo, de forma que é necessário avaliar a unidade familiar e o rendimento agrícola em conjunto (Woortmann, 2001). Dessa forma, é importante ter em vista tais peculiaridades para se falar das famílias agricultoras, ou seja, um conjunto de indivíduos que constitui um grupo doméstico, com posse e exploração de uma mesma propriedade e que, portanto, constituem uma só unidade de produção e de consumo (Schneider, 2005).

Conforme mencionado, com as mudanças que permitiram a consolidação da categoria Agricultura Familiar na sociedade brasileira, a literatura especializada se dedicou a produzir pesquisas empíricas para a compreensão da relevância dos agricultores familiares para a economia e a sociedade (Aquino et al., 2020).

Nesse sentido, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, em decorrência das lutas sociais, dentro do contexto de retomada dos debates sobre o meio rural e a consolidação da categoria Agricultura Familiar, é um marco de mudança das políticas públicas e da visibilidade concedida ao grupo, através da contabilização do número de estabelecimentos agropecuários e direcionamento de recursos específicos para atendimento das necessidades da categoria (Aquino et al., 2020).

Para fins de concessão de crédito do Pronaf, o enquadramento da Agricultura Familiar é definido pela Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006, regulamentada pelo Decreto nº 9.064/2017), segundo a qual, o chefe do estabelecimento familiar deve, simultaneamente: exercer a direção dos trabalhos, em conjunto com a família; usar mão de obra predominantemente familiar; explorar área de no máximo quatro módulos fiscais; ter renda familiar originada predominantemente de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento (Del Grossi, 2019). Assim, os agricultores que não se enquadram nesses quatro critérios, de forma simultânea, são considerados “não familiares”.

Conforme os autores (Aquino et al., 2020), o Censo de 2017 indicou a existência de 5.073.324 estabelecimentos rurais no País, dos quais, 76,8% classificados como Agricultura Familiar. No Nordeste, o total de estabelecimentos familiares era de 1.838.846, ou seja, 47,2% do total brasileiro. A análise de Aquino et al. (2020), indica que os agricultores familiares são 79,2% do total de estabelecimentos recenseados no Nor-

deste brasileiro, o que indica uma relevância que não pode ser desprezada, tanto para a geração de renda, quanto para a produção de alimentos, uma vez que ocupa 4,7 milhões de pessoas, em apenas 36,6% da área dos estabelecimentos agropecuários localizados na Região.

De acordo com Aquino et al. (2021), durante os anos de 1990, a categoria Agricultura Familiar passou a ganhar legitimidade social e política no contexto brasileiro, servindo de estímulo para estudos sobre a pertinência da classificação, o que contribuiu para a destinação de políticas públicas específicas ao grupo social. Nesse sentido, como apontam os autores, o Pronaf, programa que emergiu como resposta à luta dos movimentos sociais e sindicais do campo, tornou mais importante a identificação e quantificação dos estabelecimentos familiares, contribuindo para o direcionamento dos recursos de financiamentos subsidiados, assistência técnica, entre outras ações, voltados para esse público.

Ainda conforme informações do Censo Agropecuário 2017, Aquino et al. (2021) demonstram que os homens comandam 75,7% dos estabelecimentos familiares do Nordeste, 61,8% dos dirigentes são homens com idade entre 35 e 65 anos, e 42,2% dos dirigentes não sabem ler e escrever. Além disso, 42,2% dos dirigentes familiares não sabem ler e escrever, a orientação técnica é raramente acessada (92,7% do total não receberam orientação para a produção), enquanto a presença de máquinas agrícolas também é baixa. Vale destacar que, para quase metade dos estabelecimentos familiares, a cisterna é a principal fonte de água (43,2%), enquanto cerca de 1/3 do total (579 estabelecimentos) não apresentam recursos hídricos, indicando que a atuação do poder público é relevante para melhorar o potencial produtivo da Região (Aquino et al., 2021).

Outros estudos, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 também indicam informações relevantes,

como é caso do Boletim do Observatório da Agricultura Familiar do Ceará, que destaca algumas informações relevantes sobre a Agricultura Familiar também no âmbito da Região Nordeste. A relevância da categoria pode ser entendida também a partir da distribuição por estados. Conforme o mesmo Boletim (2019), a Bahia abriga 32,3% dos agricultores familiares da Região, o que significa também 15,0% do total nacional, sendo o maior índice.

Silva e Nunes (2023) investigaram outro aspecto relacionado à Agricultura Familiar, a saber, tendências de cooperação nas atividades produtivas desse grupo, fator tido como importante para a expansão do potencial da categoria, ao minimizar o isolamento e deficiências produtivas. Os autores (Silva; Nunes, 2023), demonstraram a existência de baixo percentual de associação em cooperativas, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Indicaram que fatores como baixa renda, baixa escolaridade, tamanho limitado da propriedade, carências estruturais de meios de produção e de condições de vida adequadas contribuem para tal.

Já Lima et al. (2022) verificaram os condicionantes da modernização em municípios do Nordeste, através de um Índice de Modernização Agrícola (IMA). A preocupação com a produtividade na Região encontra justificativa no fato de que 82,6% da mão de obra no campo corresponde à Agricultura Familiar, mas ainda apresenta menor participação no setor agropecuário nacional, especialmente devido às características edafoclimáticas da Região. Conforme a análise, 88,4% dos municípios pesquisados apresentavam baixa propensão para a exploração agrícola.

Não se deve perder de vista que as particularidades da Agricultura Familiar nordestina são ainda mais marcantes que em regiões como Sul e Sudeste, tendo em vista a maioria dos estabelecimentos estar submetida a condições agroecoló-

gicas específicas, em função das peculiaridades climáticas na maior parte do território. Além disso, grande parte conta com condições materiais de produção e reprodução precárias expressas em pouca ou nenhuma terra para produção, deficiente estrutura de produção, baixa renda familiar, baixo nível de educação formal, baixo nível tecnológico, precária assistência técnica. Associada às condições agroecológicas, essa precariedade afeta significativamente o desempenho das atividades agropecuárias (Alves et al., 2021).

O Nordeste abriga em torno de 55 milhões de habitantes (IBGE, 2024), distribuídos nos cerca de 1,55 de km², principalmente marcados pelo clima semiárido, ou seja, com baixa pluviosidade, altas taxas de evapotranspiração, ocorrência de secas, solos pouco permeáveis e vegetação de caatinga (Andrade, 2005 apud Aquino et al., 2020).

Essas informações reforçam a importância de se analisar as políticas públicas voltadas para o meio rural do Nordeste, bem como os mecanismos de financiamento e incentivo de ocupação de mão de obra e incremento de renda disponíveis para a Agricultura Familiar. Tal análise deve incluir as particularidades da Agricultura Familiar nordestina, evitando possíveis reducionismos.

3 METODOLOGIA

Este estudo analisou os efeitos econômicos e sociais do Agroamigo sobre seus clientes, considerando o grau de exposição ao Programa, e avaliou os resultados quanto às melhorias nas condições de vida e de produção dos beneficiários das duas modalidades (Crescer e Mais).

Os resultados aqui apresentados são fruto da realização de uma pesquisa de campo na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Su-

dene), e sua análise é descritiva. Para a coleta de dados foi calculada uma amostra de 1.330 entrevistas, distribuídas entre os 11 estados da área de atuação do Programa, sendo 664 questionários direcionados aos clientes do Agroamigo Mais e outros 666 voltados aos clientes do Agroamigo Crescer. A quantidade de questionários aplicados por estado está relacionada com a proporção de clientes em cada um dos grupos e foi construída a partir do cadastro de clientes do BNB, com o objetivo de contemplar a diversidade entre os estados na área de atuação do Agroamigo.

A definição da amostra foi realizada em três recortes: (a) por modalidade (Mais e Crescer); (b) por estado; e (c) por tempo de exposição ao Programa (novos, com até duas operações, e antigos, aqueles expostos há mais tempo, com três operações ou mais).

As entrevistas foram realizadas nos meses de julho e agosto de 2023. O questionário utilizado nas entrevistas contém 47 perguntas abordando questões relacionadas às características da família; ao acesso a bens e consumo; à produção, ao trabalho e à renda; e ao financiamento. O questionário foi aplicado pelos agentes de microcrédito a partir de uma relação de clientes sorteados aleatoriamente, após a realização de 38 entrevistas piloto nos estados do Piauí e Ceará, com o objetivo de identificar pontos de melhoria e captar as possíveis dúvidas dos agentes de microcrédito.

O cálculo do tamanho da amostra total da modalidade foi realizado com base no número total de clientes no período, com nível de confiança de 99% ($Z = 2,57$) e erro amostral de 5%, aplicando-se o modelo de dimensionamento da amostra para uma população finita, conforme apresentado em Fonseca e Martins (2012).

Seguindo o mesmo procedimento adotado em Abramovay et al. (2012), o total da amostra foi dividido em dois

grupos iguais. O primeiro grupo, chamado de controle, busca captar as mudanças nas condições socioeconômicas dos clientes que acabaram de ingressar no Programa, e realizaram até duas operações, enquanto o segundo é composto por aqueles clientes expostos ao Programa há mais tempo, ou seja, com três ou mais operações, e é chamado de grupo de tratamento³.

Durante a aplicação dos questionários, alguns perfis se mostraram mais acessíveis do que outros, gerando pequena alteração nos quantitativos previstos inicialmente. A Tabela 1 apresenta a quantidade de questionários aplicados, segundo cada recorte da estratificação do plano amostral.

Tabela 1 – Número de questionários válidos aplicados segundo a modalidade do Programa e tempo de exposição

Programas	Até Duas Operações (Controle)		Três ou Mais Operações (Tratamento)		Total
	Qde. Questionários	%	Qde. Questionários	%	
Agroamigo Crescer	385	55,6	308	44,4	693
Agroamigo Mais	371	53,9	317	46,1	688
Total	756	54,7	625	45,3	1.381

Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir, apresentam-se os principais resultados encontrados para indicar o perfil dos clientes do Agroamigo e especialmente determinar os impactos do Programa nos clientes.

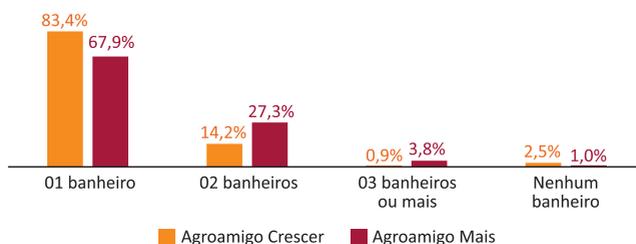
4 PRINCIPAIS RESULTADOS

De acordo com a pesquisa realizada, verificou-se que existe impacto positivo sobre as condições sanitárias no domicílio dos clientes do Agroamigo.

³ Para mais detalhes sobre o uso de grupos de tratamento e controle em pesquisas de microcrédito, ver Monzoni Neto (2006).

A maioria dos clientes do Agroamigo, tanto na modalidade Mais ou Crescer, possui um banheiro no domicílio, com destaque para a modalidade Crescer (83,4%), enquanto os clientes do Agroamigo Mais reportaram possuir dois banheiros no domicílio com maior frequência (27,3%). Destaca-se ainda, o fato de o banheiro no domicílio ser inexistente em 2,5% dos casos para os clientes do Agroamigo Crescer e em 1,0% para o Agroamigo Mais (Gráfico 1). Esses resultados apontam que clientes melhor estruturados tendem a dispor de mais banheiros em casa. Os mais pobres e, portanto, menos estruturados, pertencentes à modalidade Agroamigo Crescer, tendem a não dispor de banheiro em suas residências.

Gráfico 1 – Número de banheiros no domicílio, segundo a modalidade do Agroamigo

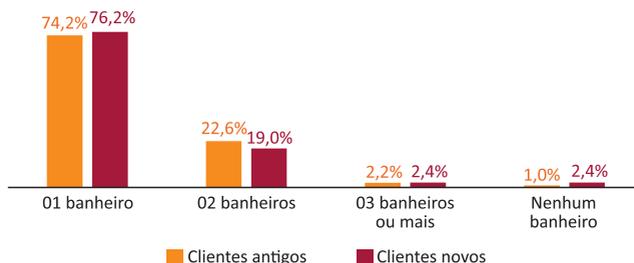


Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo.

Dos entrevistados do grupo de controle, 76,2% informaram ter um banheiro no domicílio e 19,0% disseram ter dois banheiros. Por outro lado, dentre os entrevistados do tratamento, 74,2% responderam ter um banheiro e outros 22,6% indicaram ter dois banheiros no domicílio. Ou seja, o percentual de entrevistados de tratamento com dois banheiros é superior em 3,6 pontos percentuais quando comparado com o percentual do grupo controle. Apesar de em menor número, chama a atenção que 2,4% dos entrevistados do grupo controle e 1,0% do grupo tratamento tenham declarado não possuir nenhum banheiro no domicílio. Pode-se deduzir, portanto, que

os domicílios de clientes com mais de duas operações apresentaram melhoria na condição sanitária quando comparados aos clientes novos.

Gráfico 2 – Número de banheiros no domicílio, segundo o tempo de exposição ao Programa



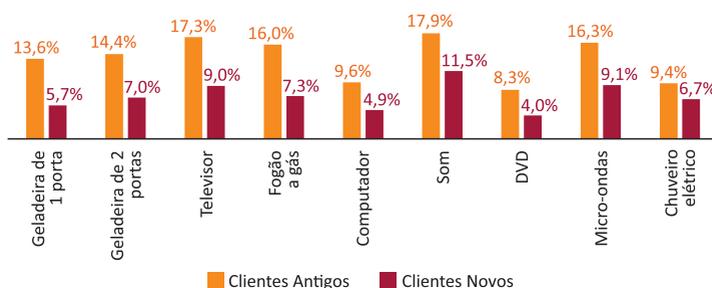
Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo.

Apesar da pesquisa indicar que a situação de posse inicial dos eletrodomésticos é similar em ambas as modalidades, os clientes da modalidade Mais apresentam um diferencial em relação aos equipamentos que oferecem mais conforto e bem-estar, tais como geladeira de duas portas, computador, micro-ondas e chuveiro elétrico. Os dados também indicam que em relação à posse de bens, mais de 75,0% dos dois grupos têm pelo menos uma geladeira de uma porta. A posse de aparelho televisor e fogão a gás é citada pela quase totalidade dos pesquisados. Já o computador está presente em 20,5% dos clientes Mais, contra 13,7% do Crescer.

O Gráfico 3 apresenta resultados por tempo de exposição no que se refere aos principais eletrodomésticos adquiridos. Pode-se observar que, para todos os eletrodomésticos considerados na pesquisa, o grupo de clientes de tratamento apresenta percentuais geralmente superiores aos dos clientes do grupo de controle. A análise da aquisição dos principais ativos e acesso aos serviços de comunicação revela significativa melhoria da condição dos entrevistados

antigos, com mais de três operações. Cerca de 33,0% afirmam ter linha de celular contra 16,0% dos novos; quanto ao acesso à internet, cerca 45,0% dos antigos afirmam ter, contra 25,0% dos novos clientes das duas modalidades, indicando uma melhoria nas condições de comunicação do grupo de tratamento.

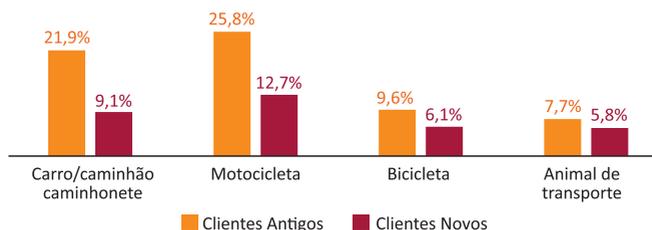
Gráfico 3 – Aquisição de eletrodomésticos, segundo o tempo de exposição ao Programa



Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo.

A disponibilidade de transporte no meio rural, facilita o deslocamento das famílias e o escoamento da produção agropecuária. Quando se considera a aquisição de ativos relacionados ao transporte observa-se, também, que os clientes antigos apresentam melhor desempenho quando comparados aos novos. A proporção de clientes antigos que possuem carro/caminhão/caminhonete e/ou motos é mais que o dobro da observada para os clientes novos (Gráfico 4), melhoria que pode indicar maior acesso aos mercados locais para a venda de produtos.

Gráfico 4 – Aquisição de meios de transporte, segundo o tempo de exposição ao Programa



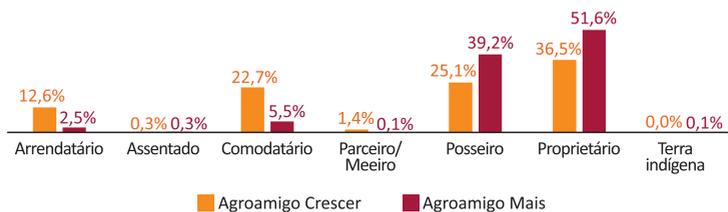
Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo.

Em relação à melhoria na renda total da família após o acesso ao Agroamigo, a percepção dos entrevistados é de que foi significativa para clientes de ambas as modalidades. Segundo os clientes do Mais, a melhoria foi percebida por 98,2% dos respondentes, enquanto na modalidade Crescer, por 96,5% do total. Essa informação reforça a importância do Programa para as populações rurais, nas duas modalidades investigadas, e pode estar também relacionada com a fidelização dos clientes do BNB. Ainda sobre esse aspecto, os clientes novos e antigos afirmaram que houve melhoria após a entrada no Programa, superando os 95,0% em ambos os casos, destaque para os antigos (99,3%).

A distribuição do tipo de propriedade, segundo as modalidades de crédito, evidencia que clientes da modalidade Mais têm melhor estrutura de produção, na medida em que 51,6% são proprietários da terra, enquanto apenas 36,5% dos clientes na modalidade Crescer enquadram-se nessa condição. Por outro lado, clientes da modalidade Mais (39,2%) são maioria também na condição de “posseiro”, na comparação com o Crescer (25,1%). Vale destacar, ainda, que na modalidade Crescer o percentual de clientes que se declaram arrendatários (12,6%) e comodatários (22,7%) também é relevante (Gráfico 5).

Uma vez que a posse da terra e de outros ativos é um fator relevante para a contratação de crédito convencional, os dados evidenciam que as condições diferenciadas ofertadas pelo Agroamigo se mantêm necessárias para o atendimento desse público.

Gráfico 5 – Tipo de propriedade, segundo a modalidade do Agroamigo

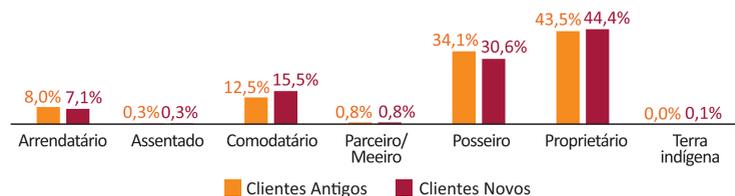


Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo.

Considerando clientes das duas modalidades quanto ao tipo de propriedade, percebe-se uma concentração de clientes na categoria proprietário, abarcando 44,4% dos novos clientes novos e 43,5% dos clientes antigos. Na categoria posseiros, observou-se que 34,4% dos clientes antigos disseram ter a posse da terra, e entre os novos clientes, esse percentual é de 30,6% (Gráfico 6).

Quanto aos clientes Crescer, destaca-se o fato de que entre os clientes antigos, cerca de 14,0% são arrendatários, contra 11,0% dos novos. Os dados são evidência de que a experiência no Programa pode estar incentivando a ampliação da terra para produção.

Gráfico 6 – Tipo de propriedade, segundo o tempo de exposição ao Programa



Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo.

O tamanho médio das propriedades dos clientes da modalidade Mais alcançou 27,1 hectares enquanto na modalidade Crescer é de apenas a 10,3 hectares, ou seja, menos da metade da área do cliente Mais.

Os clientes do grupo de tratamento do Programa detêm área média total da unidade produtiva maior quando comparada à do grupo de controle. Entretanto, em termos proporcionais, os clientes novos detêm percentual maior de área própria em comparação aos clientes mais antigos. É interessante observar que a área própria dos dois grupos (novos e antigos) é semelhante ao valor médio total dos clientes (14,34 ha), conforme apresentado na Tabela 2. Destaca-se que entre os clientes do grupo tratamento o percentual da terra produtiva pertencente a terceiros (27,9%) supera o percentual do grupo de controle (21,1%), sugerindo que os clientes antigos podem direcionar o crédito para ampliar a área produtiva com o pagamento a área de terceiros.

Tabela 2 – Área média da propriedade da terra, segundo o tempo de exposição ao Programa

Propriedade da Terra	Tratamento		Controle		Total	
	Área Média (ha)	%	Área Média (ha)	%	Área Média (ha)	%
Própria	14,68	72,1	14,05	78,9	14,34	75,6
Terceiros	5,67	27,9	3,74	21,1	4,62	24,4
Total	20,35	100,0	17,80	100,0	18,96	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo.

Quanto à destinação da produção agrícola, os dados indicam que cerca de 8,5% dos clientes do Agroamigo (Mais ou Crescer) destinam acima de 75,0% da sua produção à venda ou troca. Especificamente no caso do Crescer, quase 30,0% dos clientes disseram que não vendem nem trocam sua produção, indicando que essa produção é direcionada para o consumo da família. Esse percentual entre os clientes do Mais é de 22,7%, evidenciando maior capacidade de comercialização ou troca da categoria.

No que se refere à produção animal, entre os clientes da modalidade Mais, 19,2% não criam ou não consomem animais, enquanto a maioria (53,5%) consome até $\frac{1}{4}$ da sua produção animal. No âmbito da modalidade Crescer, 22,6% não criam ou não consomem animais, enquanto 38,4% responderam consumir até 25,0% da sua produção animal⁴.

A produção animal não consumida pela família pode ser direcionada à venda ou troca. Esse é o caso de 14,8% dos clientes Mais e 9,4% dos clientes Crescer, que destinam acima de 75,0% de sua produção animal à venda ou troca. Por ou-

4 É importante explicar que clientes do Agroamigo Crescer, em geral, dispõem de áreas muito pequenas ou exploram suas atividades em regime de parceria, o que dificulta o acesso a pasto e, portanto, reduz as possibilidades de criação. No caso das parcerias, é comum o dono da terra não permitir que o parceiro coloque animais para alimentar-se dos restos após a colheita da cultura, pois a prática corrente é ele próprio (dono da terra) colocar seu rebanho.

tro lado, os clientes que disseram não trocar nem vender sua produção animal representam 10,8% na modalidade Crescer, enquanto na modalidade Mais esse percentual é de 5,1%. A maioria dos clientes das duas modalidades informou que comercializa ou vende entre 25,0% e 75,0% da sua produção, sendo 55,1% no caso do Mais e 51,0% na modalidade Crescer.

Quanto ao destino da parte da produção agrícola e animal que é negociada, os resultados são semelhantes em ambas as modalidades, sendo a maior parte comercializada no mercado local. Destaca-se uma ampliação das condições de venda do cliente Crescer e antigo, com maior acesso aos comerciantes locais (45,4%) comparando com os níveis dos novos (38,3%), e redução dos percentuais que afirmam não vender a produção, de 12,2% para 8,9%.

Uma pequena vantagem dos clientes do Mais pode ser o acesso aos mercados de municípios vizinhos, que atinge 17,3% dos casos, contra 12,4% do Crescer. O principal comprador da produção agrícola e animal dos clientes do Agroamigo é representado pelos comerciantes locais que adquirem a produção de 41,6% e 47,3% dos clientes do Crescer e Mais, respectivamente. Vale ressaltar que em ambas as modalidades, cerca de 25,0% da produção é negociada diretamente com os consumidores finais, fato coerente com o perfil desse segmento de agricultores que têm preferência por mercados de proximidade (Alves et al., 2021).

No que se refere ao mercado de destino da produção, seja agrícola ou animal, clientes novos e antigos comercializam seus produtos, predominantemente, no mercado local (cerca de 76,0%), sendo os comerciantes locais identificados como o principal comprador em mais de 42,0% dos casos. Esse resultado está de acordo com aqueles demonstrados por Alves (2015), citados anteriormente, indicando que o Programa contribui para o abastecimento e dinamização das economias locais.

A análise da fidelidade ao Programa, ou seja, a busca por crédito em outras instituições financeiras, segundo a modalidade de cliente, evidencia que os do Crescer buscaram em menor proporção outras fontes de recursos. Enquanto 16,2% dos clientes dessa modalidade afirmaram ter procurado outras instituições, na modalidade Mais o percentual chegou a 30,7%.

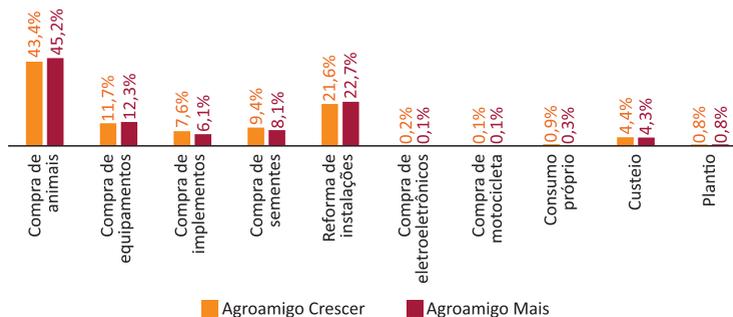
A maioria dos clientes pesquisados (77,0% na modalidade Mais e 82,0% na Crescer) relatou que o valor do crédito foi suficiente para suas necessidades, demonstrando a importância do Programa para a Agricultura Familiar. Nesse sentido, uma revisão dos valores de crédito, como ocorreu recentemente no Plano Safra 2023-2024 (Brasil, 2023), pode ser uma alternativa adequada às necessidades do público do Agroamigo que considerou o valor insuficiente. Destaca-se a importância de que os projetos se mantenham condizentes com as características e capacidade produtiva de cada cliente.

De forma geral, os clientes do Agroamigo usam o crédito para realização de investimentos. Dos clientes da modalidade Mais pesquisados, 84,8% informaram que utilizam o crédito para realização de investimentos, enquanto 15,2% destinam os recursos do Programa para custeio, indicando maior dependência do crédito para custeio de suas atividades, comparados aos clientes Crescer. Na modalidade Crescer é ainda maior o percentual de clientes que destina os recursos para investimento (91,6%), esse fato é justificado pela necessidade de aquisição de ativos e bens materiais importantes no processo de produção.

Dentre os clientes antigos, 85,2% destinaram o crédito recebido à realização de investimentos e outros 14,8% para custeio da produção. No caso dos novos clientes, o percentual que utilizou os recursos em investimentos foi da ordem de 90,6% e o restante (9,4%) direcionou para o custeio.

Quanto ao uso ou destino do crédito, os clientes das duas modalidades apresentaram uma homogeneidade na aplicação dos recursos. Entre os clientes do Agroamigo Mais, 45,2% utilizaram os recursos para compra de animais; 22,7% para reforma de instalações; e 12,3% destinaram os recursos para compra de equipamentos (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Uso do crédito, segundo a modalidade do Agroamigo



Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo.

A análise de clientes novos e antigos também indicou uso similar do crédito, com destaque para a compra de animais, com mais de 40,0% do total em ambos os grupos. Na segunda posição, aparece a reforma de instalações com 22,2% para ambos os grupos.

Gráfico 8 – Uso do crédito, segundo o tempo de exposição ao Programa



Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo.

Quanto à avaliação dos clientes em relação à satisfação com o Programa, observou-se que a maioria, independentemente da modalidade, classificou o Programa como ótimo. No caso dos clientes na modalidade Crescer, o grau de satisfação ótimo chegou a 75,9% dos entrevistados, enquanto na modalidade Mais, a satisfação ótima atingiu 68,2%. As respostas considerando o Programa como regular ou ruim foram insignificantes, não chegando a 1,0% em nenhuma das modalidades. Da mesma forma, os resultados sugerem que à medida que os clientes permanecem mais tempo vinculados ao Programa, a percepção dos benefícios vai se tornando mais evidente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo avaliou os resultados e os efeitos econômicos e sociais do Agroamigo sobre seus clientes, de acordo com o grau de exposição ao Programa, considerando aspectos relacionados às condições de vida e de produção nas modalidades Crescer e Mais.



O estudo adotou uma abordagem qualitativa e baseou-se em pesquisa de campo estruturada a partir de informações das bases de dados das contratações das operações e cadastro socioeconômico dos clientes do Agroamigo, disponibilizadas pelo BNB. Para a realização das entrevistas, foi definida uma amostra de 1.381 clientes, distribuídos nas duas modalidades, na área de atuação do Programa. As entrevistas foram realizadas com uso de um questionário estruturado composto por 47 perguntas.

Os resultados da pesquisa sugerem que, independentemente da modalidade do crédito, os clientes expostos ao Programa há mais tempo apresentam consideráveis melhorias na produção e comercialização agropecuária, na renda e na qualidade de vida, tendo em vista a realização de investimentos, que foram viabilizados com os empréstimos obtidos do FNE. Variáveis relacionadas à infraestrutura do domicílio, à aquisição de ativos agropecuários e ao incremento na renda demonstram que os clientes pertencentes ao grupo de tratamento estão em melhores condições econômicas e sociais quando comparados aos clientes do grupo de controle.

A análise dos dados relativos à comercialização da produção demonstra que os clientes antigos, grupo tratamento, acessam mercados de outras localidades, sejam outros municípios ou até mesmo outros estados, indicando que esses clientes podem dispor de estruturas comerciais mais maduras que as dos novos.

Os melhores resultados no acesso aos meios de transporte e comunicação (celular e acesso à internet), podem evidenciar um maior acesso aos meios de distribuição da produção e melhor integração desses produtores ao mercado local. Além disso, a ampliação do acesso aos meios digitais cria maiores possibilidades de acesso aos diversos serviços da microfinanças.



Em relação ao crédito para o desenvolvimento das atividades produtivas, a maioria dos clientes não busca alternativas em outras instituições. Tanto os novos quanto os antigos utilizam os recursos para realização de investimentos prioritariamente na compra de animais e reforma das instalações. Os dados revelam, também, que independentemente da modalidade (Crescer ou Mais) e da quantidade de renovações, os entrevistados percebem melhorias na renda total da família após a entrada no Programa.

Conforme mencionado, os clientes do Agroamigo usam o crédito para realização de investimentos, chegando a 91,6% dos casos na Modalidade Crescer, justificado pela necessidade de aquisição de ativos e bens materiais importantes no processo de produção.

A análise individualizada das modalidades Crescer e Mais revelou resultados semelhantes aos observados para o Programa como um todo. Assim, pode-se dizer que, de forma geral, o acesso ao Programa permite melhorias nas condições de vida dos clientes.

Na modalidade Crescer, a análise segundo o tempo de exposição demonstrou que existem melhorias nas condições de vida à medida que os clientes renovam suas operações. As melhorias podem ser observadas nas condições sanitárias dos domicílios; na aquisição de ativos tais como eletrodomésticos e veículos; no acesso aos meios de comunicação modernos; e no tamanho da área total da unidade produtiva. Pode-se observar, ainda, melhorias nas condições de comercialização dos clientes expostos por mais tempo, os quais ampliam o acesso ao mercado local e reduz o percentual daqueles que declaram não vender sua produção. Quanto à suficiência do crédito, independentemente do tempo de exposição, o estudo revela que a maioria está satisfeita com o Programa, pois não tem demandado crédito em outras instituições financeiras.

Em relação à modalidade Mais, a análise a partir do recorte temporal demonstrou tendências similares às aquelas observadas na modalidade Crescer. Os clientes antigos apresentam melhorias nas condições sanitárias do domicílio; maior nível de aquisição de eletrodomésticos e veículos; mais acesso a aparelhos celulares e internet; e tamanho de unidades produtivas maiores. Os clientes antigos também apresentam condições de comercialização dos seus produtos mais favoráveis ao acessar mercados de maior amplitude. A maior parte dos clientes Mais, independentemente do tempo de exposição, não revela necessidade de procura por recursos em outros bancos ou instituições financeiras.

Vale ressaltar que em todos os recortes analisados (modalidade Crescer ou Mais; clientes novos ou antigos), a quase totalidade dos respondentes percebe melhoria na renda total da família.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (org.) et al. **Cinco anos de Agroamigo:** retrato do público e efeitos do Programa. Fortaleza, Banco do Nordeste, 2012.

ALVES, M.O.; VIDAL, M. de F.; MACIEL, I. S. R.; OLIVEIRA, A. I. de. Produção e reprodução social entre beneficiários do Pronaf B no Semiárido Brasileiro. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51. 2021.

ALVES, M. O. O Agroamigo e o público potencial do Pronaf B: uma análise do alcance a partir do cadastro socioeconômico. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 46, suplemento especial, p. 161-176. Jul. 2015. Disponível em: [Revista Econômica do Nordeste \(bnb.gov.br\)](http://RevistaEconômica.doNordeste(bnb.gov.br)) Acesso em: 14 abr. 2023.

AQUINO, J. R. de; ALVES, M. O.; VIDAL, M. de F. Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 31-54, ago, 2020.

_____. Agricultura Familiar no Nordeste: um breve panorama dos seus ativos produtivos e da sua importância regional. **Boletim Regional Urbano e Ambiental**. Edição Especial Agricultura, p. 97-110, IPEA, Rio de Janeiro, 2021.

BNB. **Sobre o Agroamigo**. 2023a. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/sobre>. Acesso em: 05 abr. 2023.

_____. **Plano Safra 2022-2023**: Quadro Resumo. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2023b. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45735/361459/Plano+Safra+2022-2023+-+Quadro+Resumo+%28Tabela+Grupos+e+Linhas+Pronaf%29.pdf/f1a81679-ce5c-6849-d80d-b164248cf765?version=3.0&t=1658349370745&download=true>. Acesso em: 06 abr. 2023.

BRASIL. MDA. **Cartilha do plano safra da Agricultura Familiar 2023/2024**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/ProgramasEditais/plano-safra-da-agricultura-familiar/confira-a-cartilha-do-plano-safra-da-agricultura-familiar-2023-2024>. Acesso em: 23 out. 2023.

DAS-CEARÁ. **Boletim Observatório da Agricultura Familiar do Ceará**. n. 1, dez. 2019.

FONSECA, J. S. da; MARTINS, G. de A. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FUNDAÇÃO SEADE. **O trabalho das mulheres residentes rurais no Estado de São Paulo**. São Paulo: Ed. Fundação Seade, 2001. (Série Mulher e Trabalho, n. 6).

LIMA, G. C. de; CAMPOS, K. C.; ALVES, A. G. M. Índice de modernização agrícola na região Nordeste. **Interações**. Campo Grande, v. 23, n. 2, p. 347-362, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/fMjknNhfgcpGCMgm3gtRxNJ/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2024.

IBGE. **Áreas territoriais**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html>. Acesso em: 21 out. 2024.

MAIA, C. de J.; LOPES, M. de F. Formas tradicionais de solidariedade camponesa no Vale do Jequitinhonha. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v. 5, n. 2, jul./dez. 2003.

MAIA, G. B. da S.; PINTO, A. de R. Agroamigo: uma análise de sua importância no desempenho do Pronaf B. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 46, suplemento especial, p. 9-20. Jul. 2015. Disponível em: Revista Econômica do Nordeste (bnb.gov.br). Acesso em: 04 abr. 2023.

MONZONI NETO, M. P. **Impacto em renda do microcrédito**: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. 2006. 195 f. Tese (doutorado). Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2006.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In: BOTELHO FILHO, F. B. (Org.). **Agricultura Familiar e desenvolvimento territorial**: contribuições ao debate. Brasília: UNB/CEAM/NEAGRI, 2005. (Cadernos do Ceam).

SILVA, C. R. A. A.; AQUINO, J. R. Evolução e limites do Programa de Microcrédito Rural Agroamigo no município de Angicos no Rio Grande do Norte. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXVIII, n. 2, p. 117-138, Jul./Dez. 2017.

Disponível em: n. 2 (2017): Ano XXVIII | Revista GeoNordeste (ufs.br). Acesso em: 06 abr. 2023.

SILVA, R. M. A.; NUNES, E. M. Agricultura Familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 61, v. 2. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>.

WOORTMANN, K. **“Com parente não se neguceia”**: o campesinato como ordem moral. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987. (Anuário Antropológico).

_____. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas**: Chayanov e Sahlins. Brasília, 2001. Série Antropologia. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto47/FO-CX-47-2986-2002.PDF>. Acesso em: 04 maio 2024.

CAPÍTULO 8

O Antes e o Depois do Crédito:

A Percepção dos Clientes Sobre os Impactos Socioeconômicos do Agroamigo

Maria Odete Alves

Airton Saboya Valente Junior

1 INTRODUÇÃO

O Nordeste brasileiro concentra a maior parte dos estabelecimentos da Agricultura Familiar do País. Trata-se de um segmento estratégico não apenas do ponto de vista da segurança alimentar, mas também de geração de renda no meio rural. Por outro lado, esse segmento enfrenta desafios históricos, dentre os quais pode-se citar o acesso limitado a crédito, assistência técnica, infraestrutura produtiva e mercados. Além disso, trata-se de um segmento vulnerável a mudanças climáticas, especialmente no Semiárido.

Nesse cenário, políticas públicas voltadas ao fortalecimento da Agricultura Familiar assumem papel decisivo para o desenvolvimento rural sustentável e a redução das desigualdades regionais. O Programa Agroamigo, iniciativa de microcrédito rural orientado do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), destaca-se como uma dessas políticas, tendo como foco principal a inclusão produtiva de agricultores familiares por meio do acesso facilitado ao crédito.

Desde sua criação, o Agroamigo tem ampliado sua presença nos territórios de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), promovendo o financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias, dinamizando as economias locais e favorecendo a permanência das famílias no campo. Ao articular o crédito com a proximidade dos técnicos responsáveis pela orientação - os Agentes de Microcrédito Rural -, o Programa tem se mostrado um instrumento eficaz para estimular processos de inovação, autonomia e melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias.

O presente estudo se insere nesse contexto e tem como objetivo analisar a situação das famílias antes do acesso ao crédito do Agroamigo, quais as portas de entrada no Programa, os usos dados aos recursos financeiros e os impactos gerados nas unidades de produção familiar beneficiadas. A análise parte da escuta de beneficiários inseridos em diferentes realidades locais, possibilitando uma leitura mais aprofundada dos efeitos econômicos, sociais e subjetivos do Programa em contextos historicamente marcados pela exclusão financeira.

A relevância desta investigação reside na possibilidade de identificar como o crédito rural, quando estruturado de forma contextualizada e acompanhado por orientação técnica, pode contribuir para a diversificação produtiva, a modernização das atividades, a melhoria das condições de vida e o fortalecimento da autonomia das famílias agricultoras.

Ao compreender as trajetórias e os desafios enfrentados pelos beneficiários, bem como as expectativas para o aprimoramento do Programa, esta pesquisa oferece subsídios para o fortalecimento de políticas públicas que promovam a inclusão produtiva, a permanência no campo e a sustentabilidade da Agricultura Familiar em regiões vulneráveis.

O trabalho está estruturado em seis seções, além desta introdução e das considerações finais. A seção dois deta-

lha a metodologia empregada, com ênfase na abordagem qualitativa e no estudo de casos múltiplos. A seção três caracteriza o perfil dos beneficiários e das unidades produtivas analisadas. A seção quatro descreve as condições socioeconômicas dos agricultores e de estrutura da unidade produtiva antes do acesso ao crédito. A seção cinco analisa as múltiplas portas de entrada no Programa. Na seção seis, são abordados os usos e os impactos do crédito, enquanto na seção sete os entrevistados avaliam o desempenho do Programa e apresentam suas expectativas para futuras melhorias. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais resultados e achados, apontando caminhos para políticas públicas.

2 JUSTIFICATIVA METODOLÓGICA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada na realização de 17 entrevistas com clientes do Programa Agroamigo, residentes em 17 municípios distribuídos por 11 estados da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A seleção dos entrevistados contemplou uma diversidade de contextos locais, refletindo a capilaridade do Programa e sua presença em regiões interioranas marcadas pela forte presença da Agricultura Familiar.

Conforme salientam Minayo (2007) e Triviños (2008), a abordagem qualitativa é adequada para compreender dimensões subjetivas e contextuais de práticas sociais, especialmente quando se busca captar a lógica dos sujeitos e os sentidos que atribuem às suas vivências. Essa abordagem serviu de base para a seleção do método nesta pesquisa, que teve como foco a análise das condições anteriores ao acesso ao crédito do Agroamigo e dos impactos gerados, a partir da perspectiva dos próprios beneficiários.

A seleção dos participantes foi realizada com base em amostragem intencional, também denominada amostragem por julgamento, técnica comum em estudos qualitativos que visam aprofundar a compreensão de fenômenos sociais específicos a partir de sujeitos considerados representativos em termos de experiência ou contexto (Gil, 2019; Minayo, 2007). Optou-se por contemplar um a três entrevistados por UF - um por município (Quadro 1) -, com o propósito de captar a diversidade regional e produtiva entre os clientes do Programa. Essa opção não buscou garantir representatividade estatística, mas possibilitar a exploração em profundidade das trajetórias individuais, das percepções e dos usos do crédito em diferentes realidades rurais.

Nessa perspectiva, a pesquisa configura-se como um estudo de casos múltiplos, em que cada entrevistado representa um “caso” inserido no contexto do Agroamigo. Essa abordagem permitiu identificar padrões, contrastes e especificidades nas experiências dos beneficiários (Yin, 2015), além de traçar um perfil representativo de beneficiários da política de microcrédito rural orientado.

Para organizar e preservar a confidencialidade dos dados, as entrevistas foram codificadas utilizando a letra “E” seguida de um número, correspondente à ordem cronológica em que cada entrevistado foi ouvido (por exemplo, E1, E2 etc.), facilitando a análise sistemática dos relatos.

Quadro 1 – Distribuição dos clientes entrevistados - Área da Sudene - abril a junho de 2025

Estado	Município	Comunidade	Quantidade de Entrevistas
Alagoas	União dos Palmares	Faz Frios	1
Bahia	Mucugê	Libânio	1
	Barra do Choça	Boa Vista	1

Estado	Município	Comunidade	Quantidade de Entrevistas
Ceará	Banabuiú	Barra do Sitiá	1
	Caucaia	Pinhões	1
	Mauriti	Alto Vermelho	1
Espírito Santo	Nova Venécia	Córrego Boa Sorte	1
Maranhão	Caxias	Atoleiro	1
	Falcão Morais	Não identificada	1
Minas Gerais	Carlos Chagas	Sítio Santa Cruz	1
	Porteirinha	Fazenda Paraguai	1
Paraíba	Nazarezinho	Sítio Vale Verde	1
Pernambuco	Floresta	Sítio Nair Norberto	1
Piauí	Francisco Ayres	Monte Santo	1
	Esperantina	Varjota	1
Rio Grande do Norte	Canguaretama	Barra de Cunhaú	1
Sergipe	Poço Redondo	Povoado Sítio Óleo	1
Total			17

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de pesquisa de campo realizada nos meses de abril, maio e junho de 2025.

Durante a pesquisa de campo, foi utilizado um roteiro de entrevistas estruturado em quatro eixos temáticos, com o objetivo de compreender as condições de vida e produção anteriores ao acesso ao crédito, bem como os efeitos decorrentes desse acesso. Os blocos temáticos abordaram:

1. Condições anteriores ao crédito: forma de conhecimento do Programa; principais fontes de renda; bens duráveis disponíveis; qualidade da alimentação; meios de transporte; estrutura produtiva; e acesso a serviços básicos como saúde, educação, lazer e comunicação.
2. Uso do crédito: valor total financiado; finalidades do crédito; e se houve diversificação ou ampliação da produção.

3. Mudanças após o crédito: transformações na renda familiar; aquisição de bens; melhoria na qualidade da alimentação; condições de produção; acesso a tecnologia, capacitação, saúde, lazer, educação e comunicação.
4. Satisfação e expectativas futuras: avaliação da experiência com o Programa; atendimento às expectativas; principais desafios; interesse em novos financiamentos e sugestões de melhoria.

Esse roteiro buscou captar tanto os resultados objetivos do crédito (produção, renda, bens), quanto os impactos subjetivos e sociais relacionados à autonomia, autoestima, planejamento futuro e melhoria da qualidade de vida.

3 PERFIL DOS CLIENTES ENTREVISTADOS

Os entrevistados atuam em uma variedade de atividades produtivas, destacando-se a bovinocultura de leite e corte (presentes em pelo menos cinco casos). Outras atividades incluem a horticultura (dois casos), a agroindústria familiar (fábrica de biscoitos e quitandas), o cultivo do milho e do café, a criação de abelhas, a ostreicultura e o cultivo de coco irrigado. A essa diversidade, somam-se também experiências com a caprinocultura leiteira e o cultivo de frutas vermelhas, conforme os casos dos entrevistados E15 e E16.

O perfil traçado no Quadro 2 revela uma diversificação da produção familiar, em que cadeias produtivas tradicionais se combinam a atividades de agregação de valor e comercialização - como agroindústria e ostreicultura -, sinalizando empreendimentos que vão além da mera subsistência. Essa variedade de iniciativas demonstra a amplitude de atuação do Programa Agroamigo, operando em setores com potencial de agregação de valor. Além disso, observa-se um movimento

consistente de ampliação dos valores financiados e de transição entre modalidades, impulsionado pelo amadurecimento produtivo e econômico dos beneficiários. Dessa forma, o Programa não apenas assegura o acesso inicial ao crédito rural, mas também fomenta o desenvolvimento gradativo dos empreendimentos, mostrando-se eficaz na promoção da inclusão produtiva e financeira no meio rural.

Quadro 2 – Perfil dos Clientes entrevistados, em ordem decrescente de tempo de participação no Agroamigo

Atividade Principal	Tempo de Participação no Agroamigo	Modalidade do Crédito	Migração entre Modalidades
Agroindústria (fábrica de biscoitos), Bovinocultura de leite, Suinocultura	20 anos	Crescer	Não
Bovinocultura de corte	20 anos	Mais	Sim
Bovinocultura de leite	20 anos	Mais	Sim
Cultivo do milho	19 anos	Mais	Sim
Fábrica e comércio de quitandas	18 anos	Crescer	Não
Olericultura (chuchu irrigado)	13 anos	Mais	Não
Horticultura	11 anos	Mais	Sim
Café	Mais de 10 anos	Crescer	Não
Bovinocultura de leite	9 anos	Mais	Não
Horticultura	8 anos	Crescer	Não
Agropecuária	6 anos	Crescer	Não (mas pretende)
Horticultura (frutas vermelhas)	5 anos	Mais	Não
Ostreicultura (antes pesca artesanal, migrou para criação de ostras/turismo)	3 anos	Crescer	Não
Apicultura	1 ano	Mais	Não
Coco irrigado	9 meses	Mais	Não
Caprinocultura leiteira	6 meses	Crescer	Não
Bovinocultura	Não respondeu	Crescer	Não

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de pesquisa de campo realizada nos meses de abril, maio e junho de 2025.

Cabe destacar o caso da entrevistada E15, residente numa comunidade rural do município de Esperantina (PI). Ingressante recente na Modalidade Crescer, com apenas seis meses de experiência no Programa, ela atua na caprinocultura leiteira e já percebe impactos positivos a partir do financiamento: “É muito bom a gente poder tirar um empréstimo e melhorar o que já tem. Comprei uma cabra boa e já tô vendo diferença no leite” (E15, maio. 2025). Apesar do pouco tempo, sua fala ilustra o papel do crédito como ferramenta de estímulo à produção e ao empoderamento feminino no meio rural.

Já o entrevistado E16, de uma comunidade rural do município de Mucugê (BA), apresenta perfil consolidado, com cinco anos de participação e atuação no cultivo de frutas vermelhas. Inserido na Modalidade Mais, ele relata o uso estratégico do crédito na modernização da produção:

A gente já tem um tempo com o Agroamigo. Foi com esse dinheiro que consegui aumentar a plantação e comprar o sistema de irrigação. Sem isso, não dava pra continuar (E16, maio. 2025).

Esse depoimento reforça o papel do Programa na viabilização de investimentos estruturantes e na sustentabilidade das atividades agropecuárias no Semiárido. O tempo de participação no Programa varia entre 6 meses e 20 anos, mas a maioria possui mais de 8 anos de vínculo. Apenas três entrevistados têm tempo de participação inferior a 3 anos, enquanto um não respondeu. Desta forma, o tempo prolongado de participação indica uma relação consolidada com o Agroamigo, sugerindo fidelização e continuidade nas atividades produtivas com apoio do crédito. Isso também pode refletir o sucesso na reaplicação de recursos e expansão dos empreendimentos.

Quanto à modalidade do crédito, oito entrevistados utilizam o Agroamigo Crescer e nove o Agroamigo Mais. En-

tre os entrevistados, cinco relataram já ter migrado da Modalidade Crescer para a Mais, enquanto um manifestou intenção de migrar, mas ainda não concretizou a transição. Os demais oito permanecem na modalidade inicial, sendo que alguns declararam considerar o valor atualmente disponível suficiente para suas necessidades. Embora numericamente minoritária, a transição identificada revela padrões consistentes de amadurecimento produtivo, que merecem destaque:

1. Expansão da produção e da renda:

A razão mais recorrente para a migração foi o crescimento da atividade produtiva, que levou à necessidade de maior volume de financiamento. Os entrevistados destacaram que, com o tempo, suas produções se tornaram mais intensivas, seja pela ampliação da área cultivada, diversificação das culturas, aquisição de animais ou melhoria na estrutura de beneficiamento. Isso resultou em um aumento da renda e da capacidade de investimento, tornando mais adequada às novas exigências produtivas, a opção pela Modalidade Mais. O depoimento da agricultora do Piauí revela essa condição: “A produção rural da família aumentou e a renda também cresceu, permitindo acesso a valores maiores de financiamento e a novas oportunidades” (E9, maio. 2025).

2. Necessidade de investimentos estruturantes:

Alguns entrevistados mencionaram que a migração foi motivada pela possibilidade de financiar melhorias estruturais, como compra de equipamentos, irrigação, ampliação de instalações, mecanização ou aquisição de insumos em maior escala, itens que não eram plenamente cobertos pela Modalidade Crescer, como explica a entrevistada do Piauí: “Essa mudança aconteceu porque, com o tempo, a produção rural da família aumentou. [...]. A nova modalidade oferecia melhores condições para investir em melhorias mais estruturais” (E9, maio. 2025).

3. Mudança ou especialização da atividade

Em pelo menos um caso, o entrevistado migrou para a Modalidade Mais após uma mudança no foco da atividade produtiva, o que demandou um novo tipo de financiamento. Inicialmente, a atividade era voltada à criação de pequenos animais (ovelhas), e posteriormente passou à produção de hortaliças, que exigia investimentos maiores e mais frequentes: “Comecei com o Agroamigo Crescer para ovelhas. Migrei para a Modalidade Mais, com financiamento para hortaliças” (E10, maio. 2025).

4. Estratégia de evolução dentro do Programa

A migração também pode ser compreendida como uma etapa natural na trajetória dos beneficiários que permanecem por longos períodos no Programa. Ou seja, à medida que acumulam experiência, constroem histórico de crédito positivo e aumentam a escala produtiva, buscam uma modalidade compatível com o novo perfil de empreendimento rural, como foi o caso de E3: “[...] com os financiamentos pudemos investir em atividades que nos deram retorno, bem como com os lucros das atividades, pudemos investir cada vez mais” (E3, maio. 2025).

5. Papel do acompanhamento e da orientação técnica

Embora nem sempre explicitamente mencionada, a migração bem-sucedida parece estar associada à orientação qualificada e à relação de confiança com os Agentes de Microcrédito Rural. A decisão de migrar é, na maioria dos casos, planejada e baseada em uma avaliação da viabilidade da atividade, como se observa na fala de E8 (maio. 2025): “Em 2023 migrei da Modalidade Crescer para a Modalidade Mais, porque aumentei minha produção e houve necessidade de um incremento na atividade e de mais recursos”.

Enfim, a migração entre as modalidades Crescer e Mais no Programa Agroamigo não ocorre de forma aleatória,

mas resulta de um processo de amadurecimento produtivo e econômico dos beneficiários. Esse movimento evidencia o êxito do Programa em fortalecer a Agricultura Familiar, por meio do acesso continuado ao crédito e da inclusão produtiva progressiva. Ao mesmo tempo, ressalta a importância de que o Programa mantenha mecanismos eficazes de acompanhamento técnico e escuta ativa, de modo a garantir que a transição entre modalidades ocorra de forma consciente, sustentável e compatível com o perfil e as necessidades de cada produtor.

A justificativa para a migração está, portanto, alinhada à lógica de transição esperada pelo Programa, no qual a Modalidade Crescer atua como porta de entrada e a Modalidade Mais como etapa de consolidação e expansão das atividades produtivas.

Dessa forma, a análise indica que o público beneficiado pelo Programa Agroamigo é, em sua maioria, composto por agricultores familiares com forte vínculo institucional, atividades produtivas diversificadas e trajetória consolidada de longo prazo. Embora predomine a permanência na Modalidade Crescer, identificam-se casos que evidenciam expansão produtiva e migração para a modalidade com maior volume de financiamento. Isso reforça o papel do Programa como indutor do fortalecimento da Agricultura Familiar, especialmente em regiões de menor dinamismo econômico do Nordeste, com destaque para o Semiárido.

4 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ESTRUTURAIS ANTES DO CRÉDITO

Com base nas entrevistas realizadas, é possível traçar um panorama consistente das condições de vida enfrentadas pelas famílias antes do acesso ao crédito do Programa Agroamigo. Embora os relatos apresentem especificidades,

delineia-se um cenário convergente de carências materiais e simbólicas, que afetavam diretamente as possibilidades de reprodução social no meio rural.

A análise qualitativa, organizada por eixos temáticos, revela privações relacionadas à renda, infraestrutura produtiva, acesso a serviços básicos e condições de moradia e transporte. Trata-se de um contexto marcado por múltiplas formas de exclusão – econômica, produtiva, social e simbólica – que se entrelaçavam e reforçavam mutuamente. À luz da teoria dos capitais de Bourdieu (1980), essa realidade pode ser compreendida como expressão de um *déficit* estrutural de capital econômico, social e simbólico, que restringia fortemente a capacidade de agência e reprodução das condições materiais e sociais das famílias agricultoras.

4.1 Fontes de renda

As falas evidenciam condições socioeconômicas marcadas por limitações estruturais, baixa renda e acesso precário a serviços essenciais, além de trajetórias permeadas por estratégias de sobrevivência e trabalho intensivo. O acesso ao crédito era praticamente inalcançável, e a sobrevivência dependia majoritariamente do trabalho manual, da agricultura de subsistência e de atividades informais. Conforme relatou uma produtora, “Antes do Agroamigo não tinha perspectiva de crescimento, pois além de não ter a terra própria, também não tinha como investir, pois faltava o dinheiro” (E3, maio. 2025).

Antes do acesso ao crédito do Agroamigo, a renda das famílias era proveniente de fontes múltiplas e fragmentadas, quase sempre ligadas à agricultura de subsistência, ao trabalho informal e a formas precárias de inserção econômica. Essa diversidade, contudo, não se traduzia em segurança: ao contrário, expressava uma lógica de sobrevivência marcada pela instabilidade e escassez.

A agricultura era a principal ocupação declarada, com variações conforme o bioma e a tradição produtiva local. As culturas mais mencionadas incluem arroz, milho, mandioca, tomate, banana, laranja e coco. A produção, no entanto, era voltada quase exclusivamente ao autoconsumo ou à venda local em pequena escala, com pouca margem de comercialização e acentuada vulnerabilidade climática. Como exemplificam os relatos: “Sempre foi café” (E4, maio. 2025); “Os plantios, eu sempre plantava arroz, mandioca e feijão. Aí, os meios da gente retirar o material, a produção da roça, era de animal” (E9, maio. 2025); e ainda: “Antes do crédito, atuava na agricultura com a plantação de arroz, tomate e milho” (E10, maio. 2025).

Além da agricultura, muitas famílias recorriam à criação de pequenos animais, como suínos, ovelhas, bovinos e aves, ou à pesca artesanal. Contudo, essas atividades raramente geravam excedentes significativos: “Plantava coco, milho para silagem, 5 ovelhas, 4 bovinos” (E11, abr. 2025); “Antes do crédito rural, a principal fonte de renda familiar era através da pesca artesanal” (E14, abr. 2025).

O trabalho informal também era frequente, seja como diarista, seja como mão de obra temporária em propriedades vizinhas. Em alguns casos, era o único meio de acesso a dinheiro vivo: “Trabalhava para o proprietário da fazenda onde morávamos, através de diárias em outras propriedades” (E5, maio. 2025); “Atuava como diarista” (E6, maio. 2025).

Outros depoimentos indicam dependência parcial de transferências sociais ou aposentadorias, especialmente entre famílias com idosos. Esses rendimentos, embora relativamente mais estáveis, permaneciam restritos, como no caso de E7 (maio. 2025): “Anterior ao acesso ao crédito, a principal fonte de renda era um salário mínimo”.

A venda direta de frutas do sítio, embora ocasional, revela outro tipo de dependência: “A única fonte de renda era

a venda de frutas do sítio” (E16, maio. 2025). Isso expõe a fragilidade de uma economia dependente da sazonalidade e da produção própria, sujeita às oscilações climáticas e de mercado. A situação era ainda mais precária para essa agricultora: “A gente vivia basicamente de pequenos bicos, agricultura de subsistência e da ajuda de parentes. O que colhíamos mal dava para o consumo da família” (E1, maio. 2025). A última fala traduz a experiência da escassez cotidiana e a dependência das redes de solidariedade, também observadas por Gohn (2004).

Do ponto de vista de Sen (2000), há uma clara limitação das *capabilidades*, ou seja, da liberdade real de escolha e ação. Como sintetizou uma agricultora: “A gente vivia só do que tirava da roça, mas era muito pouco; tinha mês que nem dava pra comprar o básico” (E3, maio. 2025). A fala traduz não apenas uma privação objetiva, mas uma forma de viver permanentemente à beira da insegurança - um cotidiano sem previsibilidade ou margem de escolha, o que reduz drasticamente as capacidades de planejamento de longo prazo.

A diversidade produtiva que caracteriza essa agricultura familiar policultora - ainda que majoritariamente voltada à subsistência - reforça a vulnerabilidade estrutural observada por Aquino, Alves e Vidal (2020). Esses autores destacam que a agricultura familiar nordestina historicamente se mantém à margem dos sistemas estruturais de apoio, como assistência técnica, acesso a crédito e infraestrutura. Essa exclusão estrutural, à luz de Bourdieu (1989), resulta da desigualdade na posse de capitais (econômico, social e simbólico) e da consequente reprodução de posições subalternas no espaço social, sustentada por mecanismos de dominação simbólica.

Apesar da predominância da precariedade, observa-se certa heterogeneidade entre as famílias, com alguns casos apresentando maior diversificação produtiva ou acesso parcial a recursos mais estáveis. Essa diversidade reforça a importân-

cia de políticas públicas que reconheçam os diferentes pontos de partida, evitando abordagens homogêneas que agravem desigualdades internas (Aquino; Alves; Vidal, 2020).

Enfim, o quadro apresentado caracteriza-se pela prevalência da agricultura de subsistência, fontes complementares de renda precárias, dependência de relações informais de solidariedade e desigualdades internas significativas. O acesso ao crédito surge como uma possibilidade de ampliação das capacidades reais (Sen, 2000), promovendo investimentos produtivos e maior autonomia financeira. Todavia, a efetiva superação da exclusão estrutural requer a conjugação de políticas estruturantes e o reconhecimento das especificidades locais, conforme enfatiza Gohn (2004).

As repercussões dessa condição de vulnerabilidade econômica e produtiva ultrapassam o campo da renda e atingem diretamente o bem-estar das famílias, especialmente no que diz respeito à alimentação. A escassez de recursos, a incerteza quanto ao rendimento mensal e a dependência de uma produção voltada majoritariamente para o autoconsumo impunham sérias restrições tanto à quantidade quanto à qualidade dos alimentos disponíveis. No próximo item, são analisadas as implicações concretas dessas limitações na dieta cotidiana das famílias entrevistadas.

4.2 Diversidade e qualidade da alimentação familiar

A análise das entrevistas revela que, antes do acesso ao crédito, a alimentação das famílias era, em geral, caracterizada por uma dieta básica e limitada, fortemente dependente da produção própria e da disponibilidade local. Os relatos apontam para um padrão alimentar centrado em arroz, feijão, farinha e, em menor frequência, carne e hortaliças. A aquisição de produtos industrializados era rara e, muitas vezes, condicio-

nada à renda eventual e à possibilidade de deslocamento até os centros urbanos.

Essa limitação estava ligada não apenas à escassez de recursos financeiros, mas também à precariedade da infraestrutura doméstica. A ausência de equipamentos como geladeira e *freezer* restringia o armazenamento de alimentos perecíveis, impactando diretamente a qualidade e a diversidade alimentar. Como destacou uma entrevistada:

Verduras, carne, era muito difícil a gente comprar. Como eu não tinha criação, eu trabalhava de alugado e vinha uma vez na semana onde tinha ‘matutagem’ para comprar uma carne e aproveitar. Comprava verduras para uma semana (E10, maio. 2025).

A fala ilustra como o acesso à alimentação variava conforme a estrutura produtiva familiar, as redes de abastecimento locais e as estratégias de mobilidade. Em muitos casos, o deslocamento até o comércio mais próximo era dificultado pela distância e pela ausência de transporte próprio, o que agravava a instabilidade no acesso a uma alimentação adequada. Uma das entrevistadas detalha:

Muito difícil, pois além de o ganho ser bem pouco, tínhamos também a dificuldade de locomoção para a cidade para adquirir esses alimentos, também não tínhamos onde armazenar, pois não tínhamos geladeira (E5, maio. 2025).

A escassez de renda e de meios para conservar os alimentos frescos contribuía para a adoção de estratégias adaptativas, como realizar compras semanais ou depender de vizinhos para armazenar produtos. Em outra fala, a entrevistada afirma:

Sobre a parte de alimentação era boa, só em termo da verdura, porque nós não tínhamos geladeira e precisava colocar na casa da vizinha. Aí nas casas vizinhas já tinha que colocar as frutas da criança, já tinha que colocar a carne, então a parte da verdura, nós só consumíamos quando comprava e aí dava só no máximo três dias, que era o período de não estragar (E10, maio. 2025).

A situação descrita pode ser interpretada à luz da abordagem das “capabilidades” proposta por Sen (2000), que compreende a pobreza não apenas como privação de renda, mas como ausência de liberdades reais - neste caso, a impossibilidade de escolher uma alimentação mais diversificada e saudável, dada a ausência de meios materiais, técnicos e financeiros.

Em geral, a alimentação era descrita como “básica” ou “restrita”, com aquisição esporádica de carne e hortaliças, e quase nenhuma presença de produtos industrializados, como relatou um entrevistado:

A alimentação era bem básica, com arroz, feijão e farinha. Carne era rara, comprávamos uma vez por semana ou menos. Quase não consumíamos verduras ou produtos industrializados (E1, maio. 2025).

Apesar das limitações, os dados também evidenciam a resiliência das famílias, que mantinham o consumo alimentar por meio do cultivo próprio de hortaliças, pesca, criação de animais e compras comunitárias. Esse contexto reforça o papel da produção familiar como estratégia de segurança alimentar, embora ainda insuficiente para assegurar diversidade nutricional em médio e longo prazos.

Em suma, o padrão alimentar anterior ao crédito era marcado pela insuficiência de renda, dificuldades logísticas e ausência de equipamentos básicos, como geladeira, dificultando o armazenamento e a diversificação dos alimentos consumidos. O Agroamigo aparece, nesse contexto, como uma estratégia de fortalecimento das capacidades reais, ao possibilitar investimentos produtivos e ampliar a renda, contribuindo indiretamente para a melhoria da qualidade da alimentação familiar.

Nesse sentido, cabe lembrar que orientações técnicas voltadas à implantação e ao manejo de quintais produtivos - integrando hortas, árvores frutíferas e criação de pequenos animais - poderiam fortalecer a produção para autoconsumo, melhorar a qualidade da alimentação e reduzir a vulnerabilidade nutricional das famílias. No entanto, como reforça Gohn (2004), essa melhoria só será duradoura se acompanhada de ações que enfrentem a exclusão estrutural e promovam o acesso aos bens e serviços essenciais à vida digna.

Contudo, a alimentação é apenas uma das dimensões afetadas pela precariedade estrutural vivida pelas famílias entrevistadas. A ausência de bens duráveis, como geladeira, fogão adequado ou meio de transporte próprio, limita não apenas a qualidade de vida, mas também as possibilidades de produção, comercialização e acesso a serviços básicos. A seguir, são analisadas as condições relativas aos bens materiais, transporte e mobilidade no período anterior ao crédito.

4.3 Bens materiais, transporte e mobilidade

Antes do acesso ao crédito, as famílias entrevistadas vivenciavam condições bastante precárias, sobretudo no que se refere à posse de bens materiais e à capacidade de deslocamento. Muitos relataram não possuir qualquer meio de transporte próprio, o que comprometia significativamente sua auto-

nomia e a realização de atividades básicas do cotidiano, como ir à feira, buscar atendimento de saúde ou visitar familiares. A esse respeito, destaca-se o depoimento de E3 (maio. 2025): “A gente ia a pé mesmo. Muitas vezes, se não tivesse como ir, deixava de ir”. Em outras situações, usavam-se bicicletas ou animais de tração, o que exigia esforço físico considerável, especialmente em trajetos longos ou de difícil acesso.

A escassez de bens domésticos era igualmente marcante. Muitas moradias careciam de itens essenciais, como geladeiras, fogões ou utensílios adequados. E8 (maio. 2025) relatou: “Antes a gente dormia no chão e não tinha onde sentar”. Em diversos casos, as casas eram feitas de barro e palha, com danos estruturais não reparados por falta de recursos, como exemplificado por E11 (abr. 2025): “Minha casa era de barro e palha. Quando chovia, molhava tudo”. Outro entrevistado, E17 (jun. 2025), reforçou essa condição ao afirmar: “Nós tínhamos a casa e a propriedade sem muita estrutura”. Em situações mais críticas, nem a moradia era de propriedade da família, como relatado por E3 (maio. 2025): “Não possuíamos nenhum bem, pois a casa que morávamos era do dono da fazenda, e não tínhamos nem bicicleta para andar”.

Esses relatos revelam um padrão de vida marcado por privações materiais e restrições de acesso a bens e serviços, o que reforça a sensação de isolamento e vulnerabilidade social. Tal condição se agrava diante da compreensão de que, conforme destaca Sen (2000), a capacidade de se locomover é um recurso essencial para a construção da autonomia e a ampliação das capacidades individuais e coletivas. Assim, a ausência de meios adequados de transporte constitui um obstáculo estrutural à inclusão social e econômica.

O depoimento de E6 (maio. 2025) ilustra bem essa limitação: “Tudo que a gente tinha era emprestado do vizinho. Se ele não podia, a gente ficava esperando”. A dependência

de terceiros para suprir necessidades básicas evidencia os limites estruturais da capacidade de ação dos indivíduos. Nesse contexto, o acesso ao crédito, ao permitir a aquisição de bens produtivos e de transporte, constitui uma estratégia relevante - ainda que limitada - para enfrentar essas barreiras.

O isolamento físico das famílias, muitas vezes inviável às políticas públicas, é um componente estruturante da exclusão social. Esse isolamento reflete o acesso desigual tanto à infraestrutura e aos meios de transporte quanto aos serviços públicos essenciais, como saúde e crédito. A fala de uma jovem mãe, que caminhava três horas com o filho doente em busca de atendimento médico, ilustra de forma contundente essa situação: “Era três horas andando até o posto. Quando meu menino ficou doente, teve dia que fui chorando, sem saber se dava tempo de chegar” (E4, maio. 2025).

A precariedade logística, também evidenciada pelo uso de meios rudimentares para o transporte da produção, agravava as dificuldades de acesso a mercados e tecnologias. Essa realidade reforça o processo de exclusão estrutural descrito por Bourdieu (1989), relacionado à ausência de bens duráveis - especialmente os produtivos -, o que compromete a autonomia das famílias e as mantém dependentes de redes informais de apoio. Essa condição pode ser interpretada à luz do conceito de *habitus*, elaborado pelo mesmo autor, segundo o qual as estruturas sociais moldam práticas, percepções e expectativas no cotidiano. Assim, a escassez de recursos não apenas limita as possibilidades econômicas, mas define os modos de vida, restringindo também o acesso simbólico a experiências, redes sociais e espaços de reconhecimento.

Ao descreverem suas rotinas anteriores ao crédito, os entrevistados não apenas relatavam carências materiais, mas evidenciavam a distância simbólica entre aquele passado e o presente de transformações. A consciência de mudanças ex-

pressa nesses relatos não se limita a indicadores econômicos, mas é vivida por meio da memória, da comparação e da reinterpretação da trajetória individual e coletiva. Dessa forma, os relatos sobre a precariedade anterior ao Programa Agroamigo tornam-se essenciais para compreender as condições sobre as quais seus impactos devem ser avaliados.

Alguns entrevistados relataram total ausência de transporte próprio, ou dependência de meios bastante limitados, como bicicletas, charretes, animais de tração ou transportes públicos esporádicos. Ainda que oferecessem alguma mobilidade, tais recursos mostravam-se insuficientes para garantir segurança, regularidade e capacidade de carga, especialmente em áreas rurais e durante o período chuvoso. O depoimento de E10 (maio. 2025) é elucidativo: “Nós não tínhamos transporte. Meu esposo ia trabalhar, ele ia a pé, porque era pertinho. E quando precisava resolver alguma coisa em Mauriti, nós íamos nos carros de linha”. E9 (maio. 2025) complementa: “Tínhamos apenas um jumento e às vezes pegávamos carona com vizinhos. O acesso era difícil, principalmente em época de chuva”.

Em contextos ainda mais vulneráveis, os únicos meios de deslocamento disponíveis eram pequenas canoas, como no caso de famílias de pescadores, o que restringia o raio de ação e dificultava tanto o escoamento da produção quanto o acesso a serviços. Mesmo entre os que possuíam veículos motorizados, como motocicletas ou carros, houve relatos de que os veículos eram antigos ou inadequados para atividades produtivas. A fala de E4 (maio. 2025) é ilustrativa:

Antes de eu entrar nessa linha de crédito, eu não tinha nenhum meio de transporte. Não tinha nem uma moto. Telefone eu não tinha para me comunicar... tinha praticamente só uma casa para morar. Aí eu me dei bem. E fui renovando.

A aquisição de motocicletas ou bicicletas com apoio do crédito contribuiu para reconfigurar a mobilidade das famílias, reduzindo tempo e custos dos deslocamentos e ampliando o acesso a serviços, mercados e redes de apoio. Ressalta-se, no entanto, que um grupo minoritário de entrevistados já dispunha de veículos em bom estado antes do crédito, como os casos de E15 e E16, evidenciando a heterogeneidade das trajetórias. Embora o crédito tenha sido crucial para a maioria, os pontos de partida não foram homogêneos.

4.4 Estrutura produtiva e acesso a serviços básicos

As condições produtivas e de acesso a serviços básicos observadas nas famílias entrevistadas antes do crédito revelam um quadro de forte precariedade, ainda característico de amplas parcelas da agricultura familiar no Semiárido e em outras regiões de menor dinamismo econômico da área de abrangência da Sudene. Essa realidade dialoga com os achados de Abramovay (1992), Veiga (2001) e Aquino, Alves e Vital (2020), que ressaltam a persistência da exclusão estrutural e das limitações técnicas e sociais nas zonas rurais, especialmente entre agricultores familiares.

Em relação à estrutura disponível, a análise dos depoimentos evidencia que, antes da inserção no Programa Agroamigo, a maioria dos agricultores operava com estruturas rudimentares, baseadas na força de trabalho manual, em cultivos de subsistência e na ausência de equipamentos agrícolas. Casos como o de E3 (maio. 2025) ilustram bem essa condição: “Não tínhamos nenhuma estrutura, o trabalho era todo manual, sem falar que trabalhávamos para o proprietário da fazenda”. Da mesma forma, E8 (maio. 2025) relatou que “[...] a produção era feita de forma manual”, enquanto E1 (maio. 2025) recorda que antes “[...] pagava uma máquina ambulante [...]” para secar café, tarefa hoje realizada com secador próprio adquirido após o crédito.

Em diversas experiências, a produção limitava-se a pequenas áreas e culturas básicas, como milho, mandioca e feijão, voltadas prioritariamente ao autoconsumo, como relatado por E9 (maio. 2025): “Tínhamos um pequeno pedaço de terra, sem nenhuma infraestrutura [...] produzíamos mandioca e milho, só para o nosso consumo”. A ausência de equipamentos era regra, como exemplifica E7, que produzia biscoitos com forno doméstico, e apenas em poucos casos havia alguma infraestrutura produtiva minimamente organizada.

Algumas exceções pontuais, como o caso de E15, que já cultivava milho, feijão, arroz e mandioca, e o de E16, que já tinha plantação de frutas, indicam a heterogeneidade das trajetórias, ainda que mesmo nesses casos os recursos fossem escassos. De modo geral, as famílias relatam que o crédito do Programa foi um divisor de águas no acesso a máquinas, insumos e melhorias produtivas, tema que será explorado mais adiante.

No que se refere ao acesso a serviços como saúde, educação, comunicação e lazer, o padrão predominante era de grande dificuldade ou de ausência parcial desses direitos. A maioria dos entrevistados descreveu trajetórias marcadas por isolamento geográfico e social. O entrevistado identificado como E2 destacou que precisava se deslocar até 40 km para acessar serviços básicos, enquanto E4 (maio. 2025) afirmou: “Era bastante difícil pra gente se deslocar do interior para ser atendido imediatamente”.

O acesso à saúde pública, embora existente em alguns casos via Unidades Básicas de Saúde (UBSs), era limitado por distância e falta de transporte. A entrevistada E10 (maio. 2025) relatou: “A saúde, nós, quando precisávamos, íamos cedinho para o posto para pegar uma vaga”. Casos como o de E6 (maio. 2025) mostram restrições múltiplas: “Acesso precário, pouco acesso a comunicação, educação e muito menos lazer”.

A comunicação e a informação, que são fatores estratégicos para a inserção social e produtiva no mundo contemporâneo (Castells, 1999), também estavam significativamente restritas. Vários entrevistados relataram ausência de telefone, rádio, televisão ou internet antes do crédito. E9 (maio. 2025), por exemplo, afirmou: “A gente não tinha rádio nem televisão, então ficávamos isolados de muitas informações”. Por sua vez, E5 (maio. 2025) comentou: “Antigamente era mais escasso. Hoje a tecnologia vem avançando”, referindo-se ao contraste com a realidade posterior ao crédito.

O lazer era quase inexistente, frequentemente sacrificado em função da sobrecarga de trabalho nas roças, como destacou E1 (maio. 2025): “O lazer era mais complicado, porque sempre teve muito trabalho na roça”.

Houve também exceções, como o caso de E11, que possuía plano de saúde e acesso regular ao meio urbano. Contudo, trata-se de um ponto fora da curva dentro do conjunto analisado, confirmando a diversidade de condições de partida, embora a precariedade seja o denominador comum. O acesso limitado a serviços de saúde, educação e informação reduz a resiliência das famílias e inibe sua capacidade de planejar e inovar. Diante desse cenário de fragilidades estruturais e sociais, o acesso ao crédito e ao suporte técnico do Programa Agroamigo representou, para muitos entrevistados, uma oportunidade concreta de romper com essas limitações.

Embora esta seção se concentre na análise das condições anteriores ao acesso ao crédito, é relevante observar que muitas das carências aqui descritas foram significativamente atenuadas após a inserção das famílias no Programa - tema que será aprofundado em seção posterior, com base nos depoimentos e nas transformações percebidas no cotidiano produtivo e social dos beneficiários.

A seguir, apresenta-se a análise das diferentes portas de entrada por meio das quais os entrevistados tiveram contato com o Programa Agroamigo.

5 PORTAS DE ENTRADA NO PROGRAMA AGROAMIGO

A análise das trajetórias de acesso ao Programa Agroamigo revela a existência de múltiplas “portas de entrada”, compreendidas como canais estratégicos de inclusão produtiva e financeira para os agricultores familiares da área de Sudene. Essas portas de entrada configuram-se como elementos fundamentais para a ampliação do acesso ao crédito e para o fortalecimento da Agricultura Familiar em regiões historicamente marcadas por desafios socioeconômicos.

O contato inicial com o Programa, frequentemente mediado por Agentes de Microcrédito Rurais locais, reuniões comunitárias ou indicações de familiares e vizinhos, marcou o início de uma nova etapa na trajetória de muitas famílias agricultoras. Esses caminhos de entrada destacam a relevância das redes de sociabilidade locais e da atuação territorializada dos agentes do Programa, que funcionam como vetores essenciais para a difusão dessa política pública nos territórios.

5.1 Redes sociais e comunitárias como facilitadoras do acesso

Um aspecto recorrente nos relatos diz respeito à importância das redes sociais e familiares como principais vetores para o conhecimento e adesão ao Programa. Muitos entrevistados mencionaram ter conhecido o Agroamigo por meio de familiares, vizinhos, amigos ou outras pessoas da comunidade que já eram clientes ou tinham informações sobre o Programa. Por exemplo, E2 (abr. 2025) afirmou: “Através dos meus pais, avós, tios e primos que já faziam parte do Agroamigo”, enquanto E11 mencionou: “Conheci o Agroamigo através de

uma vizinha que já era cliente” (abr. 2025). E15 informou ter sido indicada por uma amiga, e E16 relatou contatos com outros agricultores do seu município.

Esse padrão é consistente com estudos que ressaltam o papel das redes sociais e da confiança comunitária no acesso ao crédito rural por agricultores familiares. Retomando o pensamento de Bourdieu (1989), o capital social, entendido como o conjunto de relações sociais que proporcionam acesso a recursos e oportunidades, é fundamental para viabilizar a inserção econômica em contextos marcados por desigualdades. De forma complementar, Abramovay (1992) destaca que a articulação social e as relações de proximidade constituem elementos que ajudam a superar barreiras institucionais e de mercado enfrentadas por pequenos produtores.

5.2 Ações institucionais e canais formais: reuniões, agentes e sindicatos

Outra porta de entrada importante identificada é a atuação institucional do Programa, por meio de reuniões comunitárias, palestras formativas, presença dos Agentes de Microcrédito Rural e parcerias com sindicatos de trabalhadores rurais. E4 (maio. 2025) relata: “Eu conheci essa linha de crédito através de reunião. Eu participei da reunião e entrei nessa linha de crédito”. E6 acrescentou que conheceu o Programa a partir de uma palestra informativa na sua comunidade e, em seguida, solicitou o primeiro crédito. A atuação direta dos Agentes de Microcrédito Rural também foi destacada por E1, que recebeu visita e acompanhamento, e por E14, que soube do Programa por meio de contatos locais e da Agente responsável por sua região.

Esse papel ativo dos Agentes de Microcrédito Rural e das ações de mobilização local está em sintonia com a literatura especializada, que aponta a importância da presença territorial e da mediação institucional para garantir o acesso

efetivo ao crédito por pequenos agricultores (Veiga, 2001). A atuação dos sindicatos rurais também aparece como um canal relevante, como demonstra o relato de E7, que conheceu o Programa por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do seu município.

5.3 O contexto da vulnerabilidade e a oferta de crédito adaptada

Alguns relatos enfatizam o contexto de vulnerabilidade socioeconômica e o diferencial do Agroamigo por oferecer condições acessíveis de crédito, como a possibilidade de contratação sem a exigência de garantias reais - apenas com o nome - o que se mostrou decisivo para a adesão de agricultores sem terra ou com poucos recursos. Conforme relatado por E3 (maio, 2025): “Antes do Agroamigo não tinha perspectiva de crescimento, [...] foi aí que iniciamos nossa história junto ao Banco e ao Agroamigo”.

Esse tipo de oferta financeira adaptada reforça a importância de políticas públicas voltadas especificamente para as condições e necessidades da Agricultura Familiar, especialmente no Semiárido. Abramovay (1992) e Veiga (2001) chamam atenção para a exclusão estrutural vivenciada pelos pequenos produtores em relação às instituições financeiras convencionais, o que reforça a relevância de programas com desenho diferenciado, como o Agroamigo.

5.4 Demandas produtivas e o incentivo à diversificação

Alguns entrevistados associaram o conhecimento do Programa à busca por soluções para suas necessidades produtivas. E5, por exemplo, mencionou que conheceu o Agroamigo diante da escassez de chuvas e da necessidade de melhorar a alimentação dos animais, buscando crédito para estruturar a produção. Já E17 relatou que recorreu ao financiamento para

aquisição de equipamentos e expansão das atividades agrícolas. Esses relatos reforçam a função do Programa como catalisador da sustentabilidade produtiva na Agricultura Familiar.

Essas múltiplas portas de entrada não apenas facilitaram o ingresso dos agricultores familiares no Programa, mas também criaram condições concretas para o fortalecimento de suas unidades produtivas. A partir do acesso ao crédito, os beneficiários puderam diversificar suas atividades agrícolas, estruturar melhor seus empreendimentos e ampliar a renda familiar.

Na próxima seção, será detalhada a forma como os agricultores utilizaram os recursos obtidos por meio do Agroamigo, destacando os impactos observados nas estratégias produtivas, na geração de renda e no fortalecimento da Agricultura Familiar nos territórios da área de atuação da Sudene.

6 USOS E IMPACTOS DO CRÉDITO DO AGROAMIGO

6.1 Principais usos do crédito: diversificação, infraestrutura e equipamentos poupadores de mão de obra

A análise dos relatos evidencia que os recursos disponibilizados pelo Agroamigo têm sido amplamente utilizados para investimentos estratégicos nas unidades de produção familiar. Entre as principais finalidades destacam-se a diversificação das atividades produtivas, o aprimoramento da infraestrutura rural, a introdução de tecnologias e equipamentos que reduzem o esforço de trabalho e aumentam a produtividade.

O acesso ao crédito, promovido pelo Programa, permitiu ampliar a renda e, com isso, melhorar gradativamente o padrão alimentar das famílias. Como afirmou uma entrevistada: “Antes do crédito era um negócio mais básico, mas graças a Deus, com a vinda do Agroamigo a renda vem aumentando,

com uma condição melhor de aprimorar as coisas” (E5, maio. 2025). Esse processo de melhoria contínua também é capturado em outra fala: “A situação foi melhorando; conforme a situação melhora, a gente vai melhorando também” (E12, maio. 2025).

Na maioria dos casos analisados, os avanços foram diretamente atribuídos ao acesso ao crédito. Como relatou E3 (maio. 2025), ela e o marido realizaram mais de 30 operações, totalizando cerca de R\$ 300 mil: “Com os financiamentos, pudemos investir em atividades que nos deram retorno”. Parte dos lucros obtidos foi reinvestida, consolidando uma lógica de acumulação produtiva gradual. A entrevistada também destacou o uso dos financiamentos na compra de animais, construção de açude, reforma de estábulos e aquisição de máquinas e equipamentos.

A modernização das atividades, especialmente por meio da mecanização, também foi amplamente mencionada como um dos efeitos do crédito. A fala do entrevistado E5 reforça essa perspectiva:

Ajudou bastante no aumento da produção do leite com matrizes de boa qualidade, que produzem muito leite. Facilitou na mão de obra com a aquisição da ordenha, com picador de palma, que antes cortava manual com facas (E5, maio. 2025).

Essa declaração evidencia o impacto direto dos financiamentos sobre a eficiência produtiva e as condições de trabalho, ao reduzir o esforço físico e aumentar o rendimento das atividades. Situação semelhante foi relatada por E11 (abr. 2025), ao apontar o crédito como solução para o *déficit* de mão de obra na região: “Como mão de obra é muito complicado na região, a máquina veio para facilitar e diminuir a mão de obra necessária”.

O caso do entrevistado E16 (maio. 2025) ilustra um uso multifacetado dos recursos, envolvendo modernização, diversificação e integração com o turismo rural. Com cerca de R\$ 180 mil contratados ao longo do tempo, ele utilizou os valores para compra de insumos, equipamentos, construção e reforma, transporte, tecnologia e mudas de frutas. Segundo relata: “Compramos placas solares, construímos as estruturas para receber os turistas e foi aí que começamos com o turismo rural e o escoamento da produção”. Essa experiência revela um uso articulado entre produção e serviços, mostrando como o crédito pode induzir inovações e promover a multifuncionalidade da Agricultura Familiar.

De forma semelhante, o entrevistado E17 (jun. 2025) acessou aproximadamente R\$ 130 mil, destinados à construção de estaleiro, aquisição de sistema de irrigação, compra de adubo e de um veículo: “Graças ao financiamento que fiz no Banco do Nordeste, consegui aumentar minha área de cultivo e, também, a minha margem de lucro”. Esse relato exemplifica a ampliação da base produtiva, o aumento da escala de produção e o fortalecimento da logística e da comercialização. Detalhando sua trajetória, E17 relatou:

Meu primeiro projeto, fiz em 2012. Teve uma reunião na Associação aqui da região, participei e na época tirei um valor de quase R\$ 12 mil. Utilizei o recurso para compra de um triturador de ração e para construir um estaleiro para chuchu. Em 2023 fiz um novo projeto com valor maior, de R\$ 30 mil, e esse eu usei para ampliar a minha área de chuchu e comprar um sistema de irrigação. E agora por último, financiei a compra de um veículo que uso para transportar minha produção para a central de abastecimento. [...] Desde antes do primeiro projeto, sem-

pre variamos a produção da propriedade. E de lá para cá, aumentamos a área de produção. Hoje, produzimos chuchu, tangerina e, em menor quantidade, maxixe (E17, jun. 2025).

Esses usos estão em conformidade com os dados operacionais do BNB (2024), que indicam boa capacidade de gestão dos recursos e apropriação dos investimentos por parte dos beneficiários. Do ponto de vista das políticas públicas, o crédito produtivo orientado tem se mostrado essencial para reduzir custos de transação e ampliar a capacidade técnica e gerencial dos agricultores. No caso do Agroamigo, esse efeito é ampliado pela atuação dos Agentes de Microcrédito Rural, que realizam atendimento direto nas comunidades e prestam orientação técnica e financeira.

O caso de E7 (maio. 2025) ilustra como o crédito pode ampliar a renda familiar e consolidar canais de comercialização. A entrevistada relatou que o Agroamigo foi decisivo para diversificar suas atividades e aumentar a produção, destacando a fabricação de biscoitos como uma das iniciativas que permitiram a aquisição de maquinários e a expansão do empreendimento. Houve crescimento nas vendas, impulsionado pelo aumento da demanda e das encomendas. Casos como o da entrevistada E10 (maio. 2025), que montou sua horta com irrigação, estufa, bomba submersa e poço, e da entrevistada E12 (maio. 2025), que destacou melhorias na organização da produção, reforçam o papel do crédito no fortalecimento das bases produtivas.

Em alguns casos, os recursos também foram aplicados em atividades não agrícolas, integradas à estratégia de geração de renda. O entrevistado E14 (maio. 2025), por exemplo, utilizou o crédito para estruturar passeios turísticos com canoas e equipamentos de segurança, além de melhorar a infraestrutura para criação de ostras. “Os itens têm contribuído para

o aumento de passeios turísticos e da produção das ostras que são comercializadas”, relatou.

O conjunto dos depoimentos revela uma percepção comum entre os entrevistados: o crédito do Agroamigo é visto como fator determinante para a expansão, qualificação e diversificação das atividades familiares. Como sintetiza E9:

Antes, a gente só plantava para consumo próprio. Com o crédito, pude diversificar, criar animais e começar a vender na feira. A terra foi melhorando com o adubo, e hoje temos até planos de iniciar um pequeno negócio na cidade (E9, maio. 2025).

Esse depoimento, assim como outros analisados, evidencia o potencial do Agroamigo para promover inclusão produtiva, segurança alimentar, geração de renda e desenvolvimento local sustentável, valorizando a produção familiar articulada aos mercados de proximidade (Alves; Bursztyn; Chacon, 2015). Contudo, é importante destacar que, embora o crédito contribua para ampliar a capacidade de consumo, sua eficácia depende da articulação com outras políticas estruturantes, como acesso à infraestrutura de conservação de alimentos, assistência técnica e incentivo à produção diversificada. Como afirmam Aquino, Alves e Vidal (2020), é fundamental considerar as especificidades das famílias rurais e evitar políticas homogêneas que não dialoguem com a realidade local.

Além dos diferentes usos produtivos já apresentados, os relatos evidenciam um conjunto expressivo de impactos concretos na vida das famílias agricultoras, especialmente em termos de renda, bem-estar e fortalecimento da autonomia. Esses aspectos são aprofundados na análise a seguir.

6.2 Impactos socioeconômicos e produtivos do crédito: autonomia, renda e permanência no campo

A análise das entrevistas revela um conjunto expressivo de transformações na vida das famílias agricultoras, com destaque para o aumento da renda, a ampliação da capacidade produtiva e melhorias significativas nas condições de bem-estar. Essas mudanças são atribuídas, em grande parte, ao acesso ao crédito orientado, que permitiu a aquisição de insumos, animais, equipamentos e, sobretudo, o fortalecimento da autoconfiança e da autonomia econômica no meio rural.

Para muitos entrevistados, o incremento da renda familiar foi uma das mudanças mais perceptíveis após a contratação do crédito. O agricultor E1, do Ceará, relatou que, antes do financiamento, sua produção de milho era de cerca de 150 sacas por safra. Com o apoio do Agroamigo, conseguiu expandir sua área cultivada e melhorar os tratamentos culturais, alcançando colheitas de até 600 sacas. Segundo ele, “[...] a gente vai conseguindo plantar mais e melhorando as condições; desse modo vai conseguindo mais dinheiro” (E1, maio. 2025). Outro produtor, com foco na bovinocultura leiteira, comentou que atualmente produz cerca de 400 litros de leite por dia, o que lhe proporciona uma renda mensal líquida superior a R\$ 13 mil. No Piauí, uma entrevistada destacou: “Hoje conseguimos uma média de R\$ 800,00 a R\$ 1.200,00 por mês com a venda dos animais, dependendo da época do ano” (E9, maio. 2025). Em Minas Gerais, um produtor enfatizou ter alcançado elevação de 100,0% na renda familiar após aplicar o crédito em melhorias estruturais e aumento de área cultivada (E14, maio. 2025). Esses relatos mostram como o crédito possibilita ganhos de escala e eficiência produtiva.

A experiência de uma produtora de hortaliças evidencia a extensão desses efeitos para atividades não tradicionais e na renda familiar. Ela afirmou que, com os recursos que obteve

por meio do Agroamigo, sua renda mensal saltou para cerca de R\$ 5 mil, valor que representa mais de dois salários mínimos. Como ela mesma resumiu, “[...] foi através do Agroamigo que eu consegui montar minha horta; fiz a irrigação, fiz a estufa... aí aumentei mais a horta” (E10, maio. 2025). Na Paraíba, um entrevistado relatou ter passado a contar com uma média de R\$ 5 mil mensais provenientes de leite e comercialização de animais, o que lhe permitiu maior estabilidade econômica (E5, maio. 2025).

Em consonância com esses depoimentos, a reportagem sobre ostreicultores potiguares aponta que, com o apoio do crédito do Agroamigo, o BNB contribuiu para o desenvolvimento e a transformação de quatorze famílias. No litoral sul do Rio Grande do Norte, por exemplo, a Associação dos Produtores de Ostra (Aproostra) utilizou os recursos do Programa para implantar sistemas de cultivo em mesas e financiar quase 500 unidades de produção, contribuindo para transformar o Estado no maior produtor de ostras nativas do País (BNB, 2025b). Esses exemplos indicam que o acesso ao crédito, quando combinado à orientação técnica, amplia de modo significativo o desempenho econômico das unidades produtivas familiares.

Além da renda, outro aspecto recorrente nas entrevistas foi a melhoria nas condições de vida e de bem-estar das famílias. Parte dos entrevistados mencionou que, após os investimentos realizados na propriedade, conseguiu comprar veículos, reformar as casas ou instalar sistemas de irrigação. Um exemplo é o relato de um produtor que destacou as mudanças estruturais alcançadas:

Naquela época a área que a gente produzia era bem menor, além disso produzíamos de uma forma mais rústica. Hoje melhoramos muito, temos mais acesso aos insumos para cultivar, melhoramos a estrutura da propriedade.

Hoje temos energia solar, que reduziu bastante o custo com energia elétrica, temos a roçadeira e o pulverizador motorizados, que facilitou muito o nosso trabalho e aumentou a nossa produção (E17, jun. 2025).

Outro aspecto evidenciado foi o acesso a tecnologias de comunicação:

Com a chegada da Internet, facilitou muita coisa. Conseguimos nos comunicar com facilidade e, também, ter acesso a informações que ajudam, inclusive, no nosso trabalho. Além disso, com a melhoria das condições de trabalho e aumento da renda, hoje conseguimos ter mais tempo e condições para o lazer com a família (E17, jun. 2025).

A escassez de água figura entre os principais obstáculos à produção e à segurança alimentar no Semiárido brasileiro, afetando diretamente a autonomia das famílias agricultoras. Nesse contexto, os apoios do Agroamigo, por meio da estratégia Agroamigo Água, têm possibilitado soluções concretas para a convivência com o Semiárido. Reportagem realizada por BNB (2025a, p. 1) ilustra os resultados desta pesquisa. Por exemplo, em Sergipe, um casal conseguiu perfurar um poço artesiano com o crédito, o que viabilizou a irrigação de milho e hortaliças e promoveu maior estabilidade financeira. À reportagem, o entrevistado diz: “[...] conquistamos a independência, paramos de trabalhar para fora e nos dedicamos somente à nossa produção”. De forma semelhante, “[...] famílias que antes caminhavam quilômetros para buscar água agora cultivam hortas e garantem o abastecimento doméstico com maior dignidade”, aponta a reportagem.

O fortalecimento da permanência no campo foi um aspecto observado nas entrevistas. Jovens que antes cogitavam migrar para os centros urbanos, impulsionados pelos investimentos viabilizados pelo crédito do Agroamigo passaram a enxergar possibilidades reais de construir seus projetos de vida nas próprias comunidades. A reportagem realizada pela Agência Brasil (2023), em Minas Gerais, reforça as informações de campo: com o apoio do Programa, uma família conseguiu estruturar a propriedade e oferecer melhores condições de trabalho, o que motivou o filho a permanecer na atividade agrícola, dando continuidade ao legado familiar. A experiência evidencia como o acesso ao crédito pode ser decisivo para tornar o campo um espaço viável e atrativo para as novas gerações, contribuindo para a sucessão rural e a sustentabilidade da Agricultura Familiar.

Ainda que os impactos tenham sido amplos e positivos, os beneficiários também manifestaram opiniões sobre pontos a serem aprimorados e expectativas quanto ao futuro do Programa. A partir desses pontos de vista examina-se, a seguir, a avaliação geral que os entrevistados fazem do Agroamigo e suas expectativas em relação à ampliação e ao aprimoramento das linhas de crédito oferecidas.

7 CENÁRIO PARA O FUTURO: AVALIAÇÃO E EXPECTATIVAS SOBRE O AGROAMIGO

Nesta seção, apresentam-se os principais *feedbacks* dos beneficiários acerca do funcionamento do Agroamigo, bem como suas perspectivas em relação a possíveis ajustes, novas demandas e à sustentabilidade das ações no médio e longo prazos.

As entrevistas realizadas revelam, de forma bastante expressiva, um elevado grau de satisfação com o crédito rece-

bido, além de expectativas de continuidade, ampliação e aperfeiçoamento das condições de financiamento. As falas reforçam que o Programa tem contribuído significativamente para a melhoria das condições produtivas, econômicas e de vida dos agricultores familiares, ainda que desafios estruturais persistam, sobretudo em relação à mão de obra, custos de produção e infraestrutura.

De modo geral, os depoimentos apontam avaliações positivas ou mesmo entusiásticas quanto à experiência com o Agroamigo. Alguns entrevistados destacam que o crédito “transformou sonhos em realidade” (E6, maio. 2025) ou proporcionou “qualidade de vida” (E13, maio. 2025). Para outros, o acesso ao financiamento representou uma virada em suas trajetórias: “O Agroamigo me deu a chance de melhorar de vida e acreditar que era possível crescer, mesmo morando na roça” (E9, maio. 2025). Além da melhoria econômica, houve forte valorização do atendimento e da orientação técnica. A entrevistada E9 (maio. 2025) mencionou o acompanhamento dos técnicos como fator decisivo para a boa aplicação do crédito. Já a entrevistada E7 ressaltou “[...] o atendimento do Agente [de Microcrédito Rural] da região, sempre prestativo e atencioso” (E7, maio. 2025).

O crédito atendeu plenamente às expectativas da maioria dos entrevistados. Em casos como o de E2 (abr. 2025), os recursos permitiram investimentos na bovinocultura: “Com o Programa Agroamigo foi possível adquirir investimentos em bovinos”. A entrevistada E3 (maio. 2025) destacou os benefícios que o crédito proporcionou a si e a sua família: “[...] pude melhorar de vida e ajudar a minha família”.

Entretanto, os depoimentos também revelam desafios que ainda dificultam a plena realização dos objetivos produtivos. A falta de mão de obra aparece de forma recorrente, limitando a expansão das atividades e elevando os custos ope-

racionais. Essa problemática, como destacam Ribeiro (1992; 1994) e Alves (1999), evidencia a necessidade de que os agricultores familiares adotem estratégias e técnicas poupadoras de mão de obra para viabilizar a permanência no meio rural e garantir a sustentabilidade das unidades produtivas. Outros obstáculos mencionados incluem os altos preços da ração e a desvalorização do leite, as más condições das estradas, o baixo preço de comercialização, além da instabilidade climática e de mercado. Como afirmaram E12 e E9 (maio. 2025), respectivamente: “Quando tem o favorecimento de chuva [...], a gente consegue desenvolver melhor; quando não, não dá uma segurança”; “Às vezes o que a gente produz não compensa o custo”.

Esses desafios, relacionados à escassez de mão de obra, aos altos custos de produção e às dificuldades de infraestrutura, refletem a conjuntura local e as especificidades históricas da Agricultura Familiar e não uma insatisfação com o Programa em si. Por outro lado, essas limitações evidenciam a necessidade de o Agroamigo ampliar seu apoio ao segmento, promovendo o financiamento orientado de técnicas, equipamentos e máquinas compatíveis com a realidade da Agricultura Familiar. Tecnologias poupadoras de mão de obra são fundamentais para aumentar a eficiência produtiva com menor desgaste físico e maior autonomia, contribuindo para a permanência no campo, o fortalecimento das cadeias produtivas locais e a redução da vulnerabilidade social e econômica, em consonância com os princípios do desenvolvimento rural sustentável.

Um dos entrevistados sinalizou, inclusive, a pretensão de migrar para a modalidade Agroamigo Mais (E4, maio. 2025): “Eu pretendo fazer esse outro maior [...] para reforma de pasto, cerca, poço artesiano, açude”. Além desse caso, a maioria dos entrevistados expressou intenção de acessar novos financiamentos, o que demonstra não apenas a confiança no Programa, mas também o planejamento contínuo das atividades produtivas. Há menções frequentes à aquisição de

equipamentos e melhorias estruturais: “Plantio e máquina de colher” (E1, maio. 2025); “Pretendo [...] montar um pequeno espaço coberto para vender os produtos direto da propriedade” (E9, maio. 2025); “Tenho um sonho a ser realizado ainda, que é a compra de um trator” (E5, maio. 2025). Essas falas também reforçam a preocupação dos agricultores com a escassez de mão de obra, reiterando a importância da adoção de estratégias e técnicas poupadoras de trabalho, conforme apontado anteriormente.

Embora muitos reconheçam que o Programa já é satisfatório, algumas sugestões de melhoria surgem com frequência. A principal crítica refere-se à demora na liberação dos recursos: “No Agroamigo Mais, o que poderia melhorar seria encurtar o tempo para a liberação dos recursos” (E8, maio. 2025); “Diminuir o tempo de análise do desembolso” (E11, abr. 2025). A burocracia e exigências como a necessidade de avalistas também foram apontadas como entraves: “A melhoria seria retirar a questão de avalista para aqueles clientes que são [bons] pagadores” (E5, maio. 2025). Outras sugestões incluem maior flexibilidade nos prazos - especialmente em períodos de estiagem -, ampliação dos valores financiáveis e melhoria no atendimento a clientes com dificuldades documentais ou digitais.

Em síntese, os depoimentos indicam que o Agroamigo tem desempenhado um papel relevante na melhoria das condições de vida e produção das famílias agricultoras, sendo amplamente reconhecido e valorizado por seus beneficiários. Ao mesmo tempo, os relatos revelam desafios persistentes e apontam caminhos para o aperfeiçoamento do Programa, como a redução da burocracia, maior agilidade na liberação dos recursos e adequações às realidades locais. As expectativas de continuidade e expansão do acesso ao crédito, especialmente com vistas à adoção de tecnologias poupadoras de mão de obra, demonstram o potencial do Programa para seguir

promovendo inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável no meio rural.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou os usos e impactos do crédito rural orientado concedido pelo Programa Agroamigo nas unidades de produção familiar na área de atuação da Sudene, a partir de entrevistas qualitativas com beneficiários. A abordagem permitiu apreender aspectos objetivos, como investimentos e variações de renda, bem como dimensões subjetivas relacionadas à autonomia e aos efeitos sociais do Programa.

Os resultados evidenciam a diversidade produtiva dos beneficiários, que englobam desde atividades tradicionais, como bovinocultura e cultivo de milho, até setores com maior valor agregado, como agroindústria, apicultura e turismo rural. A média de participação superior a oito anos demonstra a consolidação e o amadurecimento de parte dos empreendimentos, refletidos também na fidelização ao Programa.

Antes do acesso ao crédito, as famílias conviviam com precariedades estruturais marcantes: renda baixa e instável, moradias inadequadas, infraestrutura produtiva limitada e práticas agrícolas rudimentares. Tal condição restringia severamente suas capacidades de produção e participação social. Somavam-se a isso impactos subjetivos, como sentimento de impotência e dependência. Nesse cenário, o Agroamigo configurou-se como um verdadeiro divisor de águas, impulsionando a autonomia produtiva e favorecendo a inclusão social.

As múltiplas portas de entrada no Programa - por meio de redes sociais, comunitárias e da atuação territorializada dos Agentes de Microcrédito Rural e sindicatos rurais - têm sido fundamentais para ampliar o alcance e fortalecer o capital social que sustenta o acesso ao crédito. O diferencial do Agroamigo



está também na oferta de crédito adaptada às condições de vulnerabilidade, sem exigência de garantias reais, possibilitando a inclusão de pequenos produtores tradicionalmente excluídos.

Os recursos do crédito foram aplicados estrategicamente para diversificação produtiva, melhoria da infraestrutura rural, aquisição de tecnologias e mecanização, gerando aumentos significativos de renda, maior eficiência e redução do esforço físico. O crédito também impulsionou atividades não agrícolas, como turismo rural, reforçando a multifuncionalidade da Agricultura Familiar.

Além dos ganhos produtivos e econômicos, o Programa promoveu melhorias na qualidade de vida, com aquisição de bens duráveis, acesso a tecnologias de comunicação, melhorias habitacionais e mobilidade, ampliando o reconhecimento social e a dignidade das famílias. O crédito contribuiu ainda para fortalecer a permanência dos jovens no campo, contribuindo para garantir a sucessão rural e a sustentabilidade das unidades produtivas.

Os beneficiários demonstram elevada satisfação com o Programa e valorizam o atendimento e o acompanhamento técnico, fatores essenciais para o uso responsável dos recursos e a sustentabilidade dos projetos. Apesar dos avanços, persistem desafios estruturais, como escassez de mão de obra, altos custos, dificuldades de infraestrutura e instabilidade climática, que demandam o fortalecimento do Agroamigo com linhas específicas para tecnologias poupadoras de mão de obra e equipamentos adequados.

A maioria dos entrevistados manifesta interesse em continuar acessando o crédito para ampliar investimentos, demonstrando confiança no Programa e planejamento futuro. Sugestões para aprimoramento incluem maior agilidade na liberação dos recursos, redução da burocracia, flexibilização dos prazos e atendimento a clientes com dificuldades documentais ou digitais.

Em suma, o Programa Agroamigo se confirma como instrumento essencial para a inclusão produtiva, social e o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar, em especial, no Semiárido, com potencial para evoluir ao incorporar inovações tecnológicas e estratégias que enfrentem os desafios locais. Diante de seus resultados expressivos, o Programa pode servir como referência para o desenho e a implementação de outras políticas públicas voltadas à promoção da equidade, do desenvolvimento territorial e da sustentabilidade no meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O difícil acesso ao crédito rural**: entre o controle e o desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1992.

AGÊNCIA BRASIL. **Sucessão familiar viabilizada por crédito rural em Minas Gerais**. Brasília: Ministério da Agricultura, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ALVES, M. O.; BURSZTYN, M.; CHACON, S. S. Troca e reciprocidade em mercados de proximidade: uma reflexão a partir de estudo de caso no sertão do Ceará. **Ciência e Sustentabilidade**. v. 1, n. 1, p. 132-153, jul/dez. 2015.

ALVES, M. O. **Agora o Nordeste vai**: experiência de desenvolvimento local: o caso do município de Tejuçuoca, Ceará. 1999. 135 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural)-Universidade Federal de Lavras. UFL: Lavras, 1999.

AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 57, sup. especial. 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1271>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BNB. **Como o Agroamigo ajudou a transformar o RN no maior produtor de ostras nativas do País**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2025b. Disponível em: <https://bnb.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

BNB. **Famílias rurais investem em poços artesianos com Agroamigo Água em Sergipe**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2025a. Disponível em: <https://bnb.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

BNB. **Relatório de administração: primeiro semestre 2024**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2024. Disponível em: [73c3e654-e16e-a081-6b6d-01adbe7e69a6](https://www.bnb.gov.br/relatorio-de-administracao). Acesso em 24 jun. 2025.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **O capital social: notas provisórias**. In: Poder, direito e classes sociais. São Paulo: Moderna, 1980.

CASTELLS, M. (1999). **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e direitos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

RIBEIRO, A. E. M. **Fazenda Pica Pau, Miradouro, Minas Gerais**: estudo sobre a família, o trabalho e a reprodução de agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1992. (Mimeo).

RIBEIRO, A. E. M. **Fé, produção e política**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

VEIGA, J. E. **Agricultura familiar e políticas públicas**: análise e desafios. Brasília: Embrapa, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Agroamigo Banco do Nordeste: Legado e Futuro Sustentável para a Agricultura Familiar

Luís Sérgio Farias Machado

*Superintendente de Agronegócio e Microfinança Rural do
Banco do Nordeste do Brasil*

Ao longo de duas décadas, o Programa Agroamigo consolidou-se como um instrumento essencial para o fortalecimento da Agricultura Familiar na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com destaque para o Nordeste e sua região semiárida. Com base na oferta de microcrédito produtivo orientado, o Programa tem promovido a inclusão financeira de milhões de agricultores familiares, viabilizando a realização de seus projetos produtivos e transformando positivamente suas condições de vida.

Essa iniciativa tem impulsionado a geração de renda, contribuído para a melhoria da qualidade de vida no campo e fomentado o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. Sua atuação tem sido amplamente reconhecida por colaborar na redução da pobreza e da insegurança alimentar, ao mesmo tempo em que fortalece a produtividade agropecuária e a resiliência das famílias frente aos desafios climáticos e econômicos.

Em comemoração aos 20 anos do Agroamigo Banco do Nordeste, esta obra se propôs a refletir sobre os fundamentos, as estratégias e os impactos do Programa, oferecendo uma análise abrangente de sua trajetória e das perspectivas para o futuro. As reflexões apresentadas nos diversos capítulos visam

consolidar os avanços alcançados pelo Programa e enfrentar os desafios identificados, promovendo a equidade, a inovação e a resiliência das comunidades rurais diante das mudanças socioeconômicas e climáticas.

Diante dessa trajetória sólida e dos resultados expressivos alcançados ao longo de duas décadas, o Agroamigo se encontra em um ponto de inflexão estratégico. Mais do que celebrar o passado, este é o momento de olhar adiante e renovar compromissos com os desafios emergentes e com as novas demandas da Agricultura Familiar, em particular, e do meio rural, em geral. Assim, projeta-se um novo ciclo de atuação do Programa, ancorado em inovação, sustentabilidade e inclusão, com vistas a ampliar seu impacto e consolidar seu papel como catalisador do desenvolvimento rural nos próximos anos.

O Agroamigo busca integrar políticas sociais e econômicas com foco na sustentabilidade, garantindo que os agricultores familiares tenham acesso ao crédito necessário para investir em suas propriedades e gerar renda de forma sustentável. As parcerias com o Inec e outras instituições têm sido fundamental para a operacionalização do Programa e para o acompanhamento dos beneficiários.

Estamos comprometidos em assegurar um processo de crédito cada vez mais tecnológico, automatizado e ágil, capaz de oferecer soluções oportunas, suficientes e adequadas às necessidades do público rural. Esse avanço tem sido viabilizado por uma combinação de fatores decisivos, entre eles o trabalho dedicado das equipes do Agroamigo e as ações estratégicas implementadas pela atual gestão, que incluem:

- Fortalecimento da estrutura de gestão com a criação de novos escritórios;
- Implantação do Agroamigo Digital;

- Centralização das atividades para garantir conformidade;
- Colaboração com o Governo Federal para melhorias no Plano-Safra;
- Articulação com parceiros estratégicos para promover um atendimento contínuo e de qualidade ao nosso cliente, que é nosso principal ativo e razão de ser.

Para alcançar esses objetivos, será necessário superar desafios como a ampliação do atendimento ao público do Cadastro Único (CadÚnico), promovendo sua autonomia produtiva e reduzindo a dependência de programas de transferência de renda. Além disso, o Agroamigo tem como meta impulsionar o apoio às pequenas agroindústrias familiares, à produção orgânica e sustentável e ao fornecimento para programas de compras públicas, como o PAA e o PNAE.

Outro desafio importante é conter o êxodo rural por meio do incentivo à permanência dos jovens no campo. Para isso, o Programa tem investido em capacitação, educação financeira e no acesso a tecnologias, aliando tradição e inovação. Também temos promovido parcerias para ampliar o acesso à assistência técnica, instrumento indispensável para a produtividade e a sustentabilidade das unidades familiares.

Para assegurar o sucesso contínuo do Agroamigo, algumas recomendações são destacadas:

- Fortalecer as parcerias e ampliar as colaborações com instituições de pesquisa, como a Embrapa, universidades e ONGs, promovendo soluções inovadoras para os desafios do campo.
- Investir constantemente na formação e atualização dos Agentes de Microcrédito Rural, assegu-

rando qualidade do atendimento e efetividade nas operações.

- Integrar tecnologias emergentes, como inteligência artificial, para aprimorar a análise de dados e as decisões estratégicas.
- Ampliar as práticas agrícolas sustentáveis e incentivar iniciativas de energia renovável, como o Agroamigo Sol, fundamentais para garantir a viabilidade econômica e ambiental das operações rurais.
- Expandir iniciativas como o Agroamigo Net para facilitar o acesso dos agricultores às ferramentas digitais, melhorando a gestão e a produtividade das propriedades rurais.
- Priorizar a mecanização e a tecnificação no campo por meio do Agroamigo Moderniza.

O futuro do Agroamigo Banco do Nordeste se projeta com bases sólidas na inclusão social, na inovação tecnológica e na sustentabilidade econômica e ambiental. Nos próximos 20 anos, o Programa pretende aprofundar seu compromisso com o fortalecimento da Agricultura Familiar, com especial atenção a temas estratégicos como o protagonismo feminino, a sucessão rural, a agregação de valor aos produtos, a mecanização e a transformação digital.

A valorização da mulher agricultora será um dos pilares centrais do Agroamigo Banco do Nordeste nessa nova etapa. O Programa continuará ampliando o acesso ao crédito por parte das mulheres, reconhecendo seu papel fundamental na gestão das propriedades, na diversificação da produção e na geração de renda. O incentivo ao empreendedorismo feminino e à capacitação técnica será intensificado, promovendo maior autonomia econômica e liderança no campo.

Garantir a permanência dos jovens no campo é igualmente essencial. O Agroamigo Banco do Nordeste seguirá promovendo ações voltadas à sucessão rural, oferecendo crédito orientado, parcerias para formação técnica e apoio a iniciativas inovadoras lideradas pela juventude rural. O objetivo é construir um campo com perspectivas reais de desenvolvimento, transformando-o num espaço de oportunidades, onde a juventude possa enxergar um futuro promissor, com qualidade de vida.

Nos próximos anos, o Programa deve fomentar a agregação de valor à produção primária, apoiando a transformação de produtos *in natura* em itens processados, certificados e com identidade regional. Isso inclui o estímulo às agroindústrias familiares, ao cooperativismo e à comercialização direta, ampliando a renda dos Agricultores e Agricultoras Familiares e fortalecendo as economias locais.

A modernização das práticas agrícolas será intensificada por meio do Agroamigo Moderniza, com foco na mecanização e na adoção de tecnologias adaptadas à realidade da Agricultura Familiar. O objetivo é aumentar a produtividade, reduzir o esforço físico e promover práticas mais eficientes e sustentáveis, respeitando as características de cada território.

A digitalização do Agroamigo Banco do Nordeste será um dos grandes marcos da próxima década. A consolidação do Agroamigo Digital permitirá um relacionamento mais ágil, transparente e acessível entre o Agente de Microcrédito Rural e o cliente. Ferramentas digitais facilitarão não apenas o acesso ao crédito, mas também o monitoramento das operações e a capacitação contínua dos clientes.

O Agente de Microcrédito Rural atuará cada vez mais como elo estratégico entre o cliente e as políticas públicas. Capacitado e equipado com tecnologias inteligentes, contribuirá para decisões mais assertivas. O cliente, por sua vez, ocupará o papel de protagonista do seu próprio desenvolvimento, com



acesso a informações, ferramentas de gestão e canais diretos de comunicação com o Programa.

As perspectivas para os próximos 20 anos do Agroamigo são amplamente otimistas. O cenário é promissor, com oportunidades para expansão, diversificação e aprofundamento de suas ações. O objetivo é ampliar significativamente o número de beneficiários e o volume de crédito disponibilizado, mantendo como eixo central a sustentabilidade, o respeito ao meio ambiente e a redução das desigualdades sociais.

Com esse espírito, o Agroamigo Banco do Nordeste continuará apoiando a realização de sonhos, contribuindo para um campo mais justo, produtivo e promissor para as atuais e futuras gerações.

ANEXO A

Retratos do Agroamigo:

Momentos Marcantes da Trajetória do Programa ao Longo de Duas Décadas



2007 (1)



2009 (2)



2010 (3)



2016 (4)



2016 (5)



2016 (6)



2020 (7)



2020 (8)



2021 (9)



2021 (10)



2021 (11)



2022 (12)



2024 (13)



2024 (14)



2024 (15)



2024 (16)



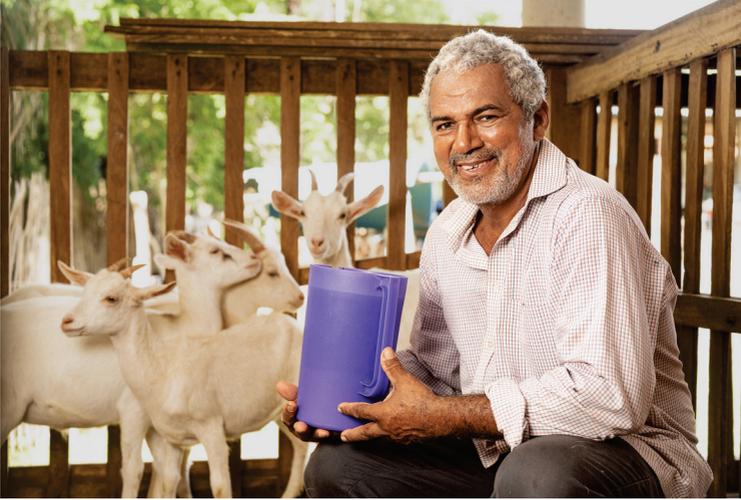
2024 (17)



2024 (18)



2024 (19)



2024 (20)



2024 (21)



2024 (22)



2024 (23)



2024 (24)



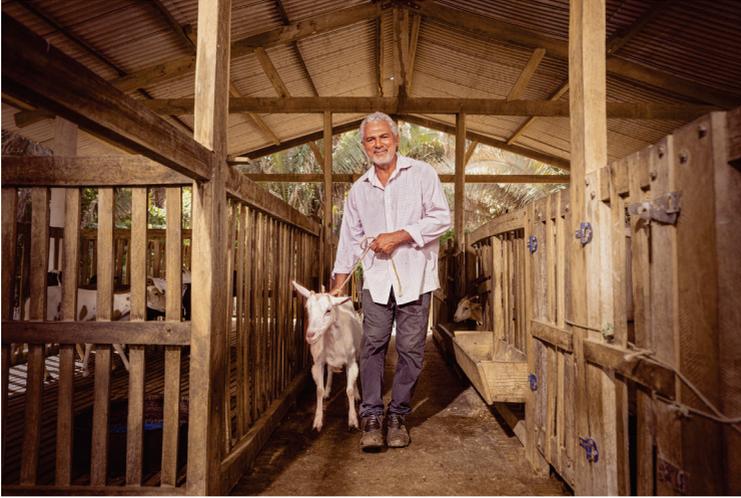
2024 (25)



2024 (26)



2024 (27)



2024 (28)



2024 (29)



2024 (30)



2024 (31)

Agentes de Microcrédito:

Lista de Entrevistadores (Capítulo 8)

Carla Biao Silva

Carlos Eduardo de Paula Lopes

Daiane Barbosa Silva

Davi Araújo Novais

Edicarlos Franklin de Sousa Sá

Eliana Vellmam Repcke

Gilmar de Sousa Soares

João Paulo Batista

Josaniel Junior

Jullygleces Dantas de Sousa

Leandro Emanuel Mira de Souza

Leonardo Alves

Lucas Oliveira Prates

Maria Paula Demuner

Pedro Batista

Renato Guimarães

Tatiana Alves Barbosa

Valcir de Sousa Nascimento

SOBRE OS AUTORES

Aírton Saboya Valente Júnior

Economista. Doutor em Desenvolvimento Territorial e Local pela Universidad de Valencia. Gerente Executivo do Escritório Técnico de Estudos Econômico do Nordeste-Etene.

Contato: airtonjr@bnb.gov.br

Carolina Braz de Castilho e Silva

Socióloga. Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista IEL-CNPq do Escritório Técnico de Estudos Econômico do Nordeste-Etene.

Contato: carolinacastilhoesilva@gmail.com

Célia Mara Ladeia Colen

Economista. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora do Escritório Técnico de Estudos Econômico do Nordeste-Etene.

Contato: celiamlc@bnb.gov.br

Cristiane Garcia Barbosa

Especialista em Agronegócio pela Universidade Anhaguera. Gerente de Ambiente no Ambiente de Microfinança Rural

Contato: cristiane@bnb.gov.br

Érika Costa Sousa

Economista. Mestres em Economia Rural (MAER/UFC). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Economia Rural (PPGER) da Universidade Federal do Ceará.

Contato: erikacosta@alu.ufc.br

Flavio Junior Reboucas

Administrador. Mestrando em Administração e Contabilidade na Fucape. Gerente Executivo do Ambiente de Microfinança Rural do Banco do Nordeste.

Contato: flaviojr@bnb.gov.br

Jamile Ingrid de Almeida Salviano

Economista. Mestres em Economia Rural (MAER/UFC). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Economia Rural (PPGER) da Universidade Federal do Ceará.

Contato: jamileingrid@gmail.com

Joacir Rufino de Aquino

Economista. Mestre em Economia Rural e Regional pela Universidade Federal de Campina Grande. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor Adjunto IV na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Campus de Assú).

Contato: joaciraquino@yahoo.com.br

José de Jesus Sousa Lemos

Professor Permanente nos Programas de Pós-graduação em Economia Rural (PPGER) e de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Ceará. Consultor Adhoc, Pesquisador e Bolsista de Produtividade do CNPq.

Contato: joselemons2502@gmail.com

José Ediglê Alcântara Moura

Economista. Mestre em Economia Rural (MAER/UFC). Doutorando no Programa de Pós-graduação em Economia Rural (PPGER) da Universidade Federal do Ceará.

Contato: edigle.economia@gmail.com

Josemar Hipólito da Silva

Consultor e Analista de Políticas Públicas (atualmente no Instituto Comida do Amanhã). Possui graduação em Geografia e Doutorado em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD/UFRGS). Consultor nas áreas de Desenvolvimento Rural, Políticas alimentares e de Inclusão produtiva e Assentamentos rurais. Atuando principalmente nos seguintes temas: Sistemas Alimentares Territoriais, Políticas públicas de Inclusão Produtiva, Agricultura Familiar e Mercados Alimentares e Territórios Rurais e Colegiados Territoriais.

José Maria da Cunha Júnior

Economista. Doutor em Economia pelo CAEN-UFC. Bolsista IEL-CNPq do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), Banco do Nordeste do Brasil.
Contato: junio.rj@hotmail.com

Lídia Costa Gomes

Administradora. Especialista em Administração Pública pela UniAteneu. Especialista em Gestão Bancária e Negócios pela FITEC. Especialista em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FAECH. Gerente de Negócios no Ambiente de Microfinança Rural, do BNB.
Contato: lidia@bnb.gov.br

Lívia de Alencar Araújo

Arquiteta e Urbanista. Pós-graduada em Gestão Bancária e Negócios pela IBRA Educacional. Pós-graduanda em Comunicação e Marketing pela IBRA Educacional. Pós-graduanda em Engenharia de Software pela Faculdade Focus. Gerente de Negócios no Ambiente de Microfinança Rural do BNB.
Contato: liviaaraujo@bnb.gov.br

Luís Sérgio Farias Machado

Engenheiro Agrônomo. Mestre em Administração de Empresas, engenheiro agrônomo, especialista nas áreas de Marketing e Planejamento Estratégico pela Fundação Dom Cabral e Kellogg Graduate School of Management, em Administração Rural pela Universidade de Viçosa e especialista internacional em Desenvolvimento Rural Sustentável, pelo IICA e Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação da Espanha.

Superintendente de Agronegócio e Microfinanças rural do Banco do Nordeste do Brasil S.A

Contato: lsergio@bnb.gov.br

Marcos Valverde Lima

Economista. MBA em Gestão Estratégica de Negócios. MBA em Liderança e Coaching na Gestão de Pessoas pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera. Coordenador do Grupo de Trabalho (GT): Expansão Mercadológica do Programa Agroamigo. Gerente de Negócios do BNB no Escritório Regional do Agroamigo, em Salvador.

Contato: marcosvl@bnb.gov.br

Maria de Fátima Vidal

Engenheira Agrônoma e Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2002). Pesquisadora do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Contato: fatimavidal@bnb.gov.br

Maria Odete Alves

Engenheira Agrônoma. Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de Lavras. Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) / Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)/Banco do Nordeste do Brasil.

Contato: moalves@bnb.gov.br

Maria Renata Bezerra Melo

Economista. Doutora em Economia pelo PIMES-UFPE. Bolsista IEL-CNPq do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Contato: renatamelo.economista@gmail.com

Mateus Freitas de Vasconcelos

Economista. Bacharel em Economia pela UFC. Bolsista IEL-CNPq do Escritório Técnico de Estudos Econômico do Nordeste-Etene, Banco do Nordeste do Brasil.

Contato: mateusvasconcelos@outlook.com

Milena Monteiro Feitosa

Economista. Mestre em Economia Rural (MAER/UFC). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Ceará.

Contato: milenamonteirofeitosa@gmail.com

Rachel Lage Cirne

Administradora. MBA em Gestão de Pessoas pela Pitágoras Unopar. MBA em Gestão de Estratégias de Negócios pela Pitágoras Unopar Anhanguera. Gerente de Negócios no Ambiente de Microfinança e Rural do BNB.

Contato: rachellc@bnb.gov.br


Sergio Schneider

Professor Titular de Sociologia do Desenvolvimento Rural e Estudos da Alimentação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq, PQ1A.

Contato: schneide@ufrgs.br

Victor Eduardo da Motta

Matemático. Doutor em Finanças pela Penn State University. Professor Associado em Finanças SKEMA Business School, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Contato: victor.motta@skema.edu

ISBN 978-85-7791-270-4



9 788577 912704

